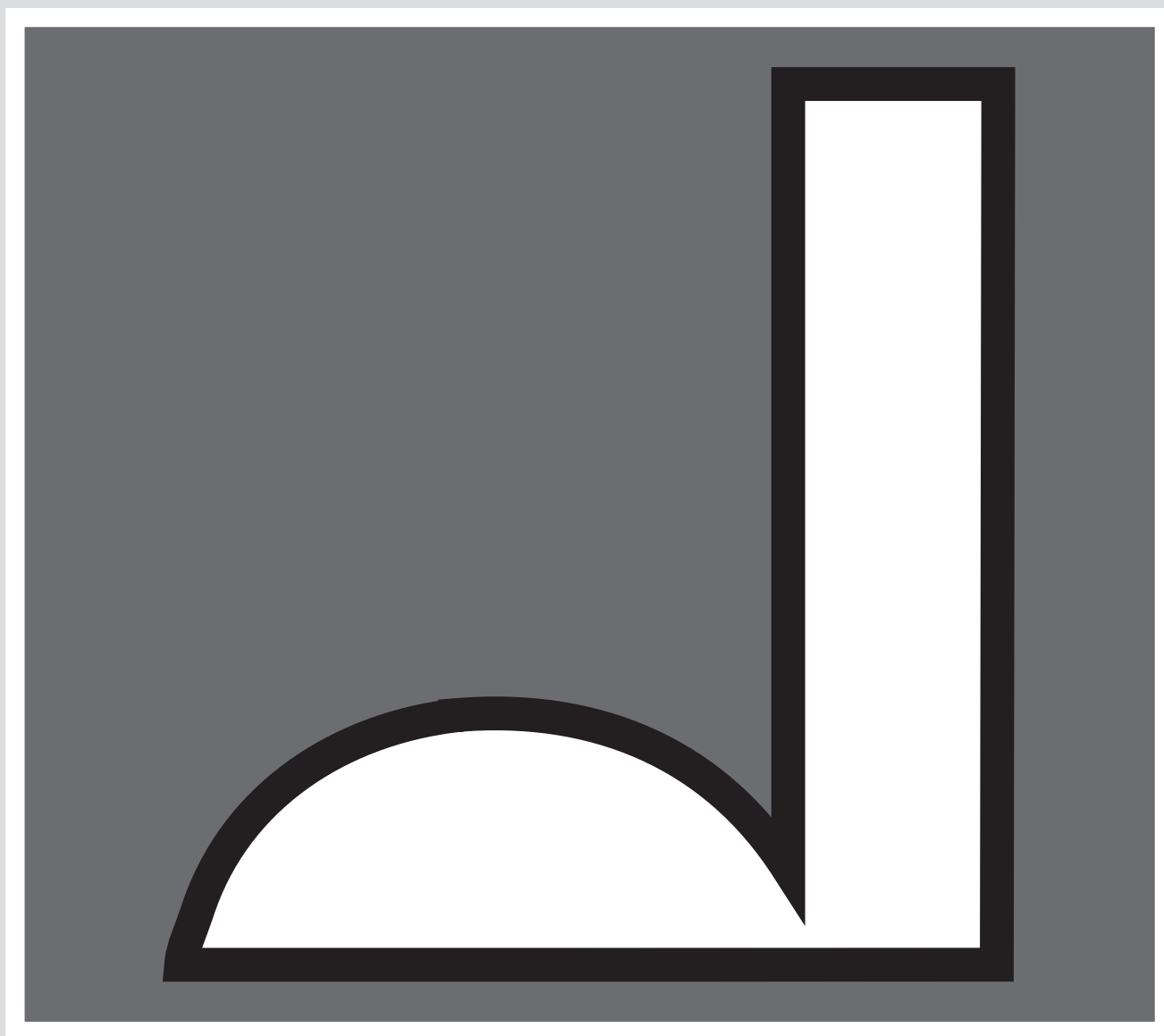




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 161 - QUARTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2ª VICE-PRESIDENTE Serys Silhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)		3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI) 4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Neuto De Conto (16) Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29 Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Rosalba Ciarlini Efraim Morais
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Acir Gurgacz	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL PV - 1 Líder Marina Silva - PV PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança da Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 161ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE OUTUBRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação

Do Senador Neuto de Conto, de reassunção do mandato de Senador da República, pelo Estado de Santa Catarina. **(Ofício nº 40/2010, de 5 do corrente)** 46284

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, de autoria da Senadora Níura Demarchi, que *susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP*. 46285

1.2.3 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 1.668, de 2010, na origem, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, informando provimento dos embarcos de declaração ao acórdão que menciona. 46293

Nº 1.720, de 2010, na origem, do Presidente do Tribunal de Contas da União, informando provimento do pedido de reexame do acórdão que menciona. 46300

1.2.4 – Comunicações

Da Liderança do Democratas no Senado Federal, de indicação de membro para compor, como titular, as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura; e de Agricultura e Reforma Agrária, e, como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Educação, Cultura e Esporte; de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *Designação do Senador Gilberto Goellner, como titular e suplente, para compor as referidas comissões*. (Ofício nº 61/2010, de 5 do corrente.) 46306

Da Liderança do Democratas no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria. *Designação do Senador Gil-*

berto Goellner, como titular, para compor a referida comissão. (Ofício nº 62/2010, de 5 do corrente.) . 46306

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 499, de 2010. **(Ofício nº 174/2010, de 27 de agosto último.)**..... 46306

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 500, de 2010. **(Ofício nº 175/2010, de 3 de setembro último.)** 46307

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 501, de 2010. **(Ofício nº 176/2010, de 10 de setembro último.)** 46307

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 502, de 2010. **(Ofício nº 177/2010, de 23 de setembro último.)** 46308

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 503, de 2010. **(Ofício nº 178/2010, de 24 de setembro último.)** 46308

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 504, de 2010. **(Ofício nº 179/2010, de 24 de setembro último.)** 46308

Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 505, de 2010. **(Ofício nº 180/2010, de 28 de setembro último.)** 46308

1.2.5 – Parecer

Nº 1.387, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº 1.487, de 2010..... 46309

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Autuação do Ofício nº 1.487, de 2010, como “Processo Especial” do Requerimento nº 24, de 2009-CN. 46395

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2010, ao exame da Representação Brasileira do Mercosul. 46395

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Aler-
ta para o perigo que o acirramento da campanha
no segundo turno pode trazer para a viabilidade
de alianças, as quais possibilitariam a votação de
matérias imprescindíveis para a consolidação de
um desenvolvimento duradouro no Brasil. 46395

SENADOR MARCO MACIEL – Agradecimen-
to pelo privilégio de ter representado, nos últimos
quarenta anos, o povo pernambucano. Reafirmação
do compromisso de continuar trilhando o caminho
em defesa da ética na política e do aprimoramento
da democracia. 46403

SENADOR ALVARO DIAS – Encaminhamento
à Mesa de requerimento de voto de pesar pelo faleci-
mento do ex-deputado Aécio Ferreira da Cunha. 46409

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 809, de 2010, de autoria do Senador Al-
varo Dias e outros senhores Senadores, solici-
tando voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado
Aécio Ferreira da Cunha. 46412

**1.2.9 – Discursos do Expediente (conti-
nuação)**

SENADOR PAPALÉO PAES – Alegria com a
celebração, hoje, pela primeira vez, do Dia Nacional
da Cidadania, data instituída por meio de projeto
de autoria de S. Ex^a, que se converteu na Lei nº
12.267/2010. 46413

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR,
como Líder – Análise dos resultados das eleições
realizadas no último dia 3, destacando a atuação
do Democratas. 46415

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Análise
do pleito eleitoral para Presidente da República.
Registro de estudo do Instituto de Pesquisas Eco-
nômicas Aplicadas – IPEA, divulgado hoje, acerca
da evolução da distribuição da renda no Brasil en-
tre 1995 e 2009. Proposição de que os candidatos
à Presidência aprofundem o debate sobre como
deveria ser feita a transição do Bolsa Família para
a Renda Básica de Cidadania. 46417

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Lí-
der – Relato do crescimento, após as eleições de
3 de outubro, no Congresso Nacional, dos partidos
que apóiam o Presidente Lula, particularmente do
PMDB, partido do qual S. Ex^a é líder. 46420

SENADOR BELINI MEURER – Congratula-
ção ao Ministério da Educação que, referendando
o que decidiu o Conselho Nacional de Educação,
determinou que, para serem classificadas como

universidade, as instituições de ensino superior
devem oferecer dois cursos de doutorado e quatro
cursos de mestrado. 46424

SENADORA NÍURA DEMARCHI – Conside-
rações acerca dos resultados do primeiro turno das
eleições no Estado de Santa Catarina. Reflexões
sobre projeto de lei complementar, que será apre-
sentado por S.Exa, sobre o Orçamento impositivo,
o qual altera a “Lei Geral de Finanças”. 46425

SENADORA MARISA SERRANO – Balanço
sobre o primeiro turno das eleições em todo o País.... 46430

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Destaque para
a importância da participação do PCdoB no último
pleito eleitoral, registrando o crescimento da bancada
do Partido. Expectativa de vitória da candidata Dilma
Roussef no próximo dia 31 de outubro. 46434

SENADOR VALDIR RAUPP – Agradecimentos
ao povo de Rondônia por sua reeleição ao Senado Fe-
deral, bem como pela vitória de sua esposa, Deputada
Marinha Raupp, à Câmara dos Deputados. Registro de
obras do Governo Lula no Estado de Rondônia. 46439

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Home-
nagem pelo transcurso hoje dos 22 anos de criação
do Estado do Tocantins. 46441

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 810, de 2010, de autoria do Senador Alvaro
Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do
jornalista e radialista Paulo Ubiratan. 46443

Nº 811, de 2010, de autoria do Senador Al-
varo Dias, solicitando informações ao Ministro de
Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social
da Presidência da República. 46444

**1.2.11 – Discursos encaminhados à pu-
blicação**

SENADOR ALVARO DIAS – Registro das ma-
térias intituladas “A Força Moral Derrota a Bajulação” e
“A Criatura Contra-Ataca”, publicadas na revista **Veja**,
edição de 14 de julho último. 46446

SENADOR SERGIO GUERRA – Registro
das matérias intituladas “Um aloprado na cadeia”
e “Compra de dossiê pode virar pizza”, publicadas
nos jornais **Correio Braziliense** e **O Globo**, edição
de 8 de abril último. 46450

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária
amanhã, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia
anteriormente designada. 46453

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDAS**

Nºs 1 a 5, apresentadas à Medida Provisória
nº 505, de 2010. 46468

**3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊN-
CIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO****3.1 – TERMOS DE REUNIÃO**

Referente à Comissão Mista destinada a exa-
minar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº
503, de 2010. 46474

Referente à Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 504, de 2010..... 46475

Referente à Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 505, de 2010..... 46476

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS

SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 161ª Sessão, Não Deliberativa em 5 de outubro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Roberto Cavalcanti.

(Inicia-se a Reunião às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 19 horas e 8 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.INT.GSNC Nº 40/2010

Brasília, 5 de outubro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência, que reassumi meu mandato parlamentar a partir do dia 1º deste mês de outubro.

Reitero os votos para a recuperação de vossa saúde, e de pleno sucesso no desempenho de suas atribuições.

(em anexo cópia do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina)

Atenciosamente, Senador **Neuto de Conto**.

28.09.2010 (TERÇA-FEIRA)

DIÁRIO OFICIAL - SC - Nº 18.940

ATO nº 2033 - de 27/9/2010

CONCEDER EXONERAÇÃO, com base na competência atribuída pelo inciso VI, do art. 71, da Constituição do Estado, a **NEUTO FAUSTO DE CONTO**, matrícula nº 295.703-5-1, do cargo (5160) de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ARTICULAÇÃO NACIONAL**, a partir de 1º de outubro de 2010.

LEONEL ARCANGELO PAVAN
Governador do Estado

PAULO ELI
Secretário de Estado da Administração

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo que

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 593, DE 2010

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Sustam-se os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo, amparado na competência constitucional conferida às Casas do Congresso Nacional pelo inciso V do art. 49 da Constituição Federal, busca evitar a consolidação da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Referida portaria instituiu nova regulamentação para a utilização de meios eletrônicos de registro e controle do ponto dos empregados.

Fundamenta-se, o insigne Ministro, para a edição da portaria, na autoridade que lhe teria sido conferida pela Constituição Federal, em seu art. 87, parágrafo único, II, e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que, em seu art. 74, § 2º, estabeleceu que “*para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso*”.

Dessa forma, a título de regulamentar o registro eletrônico da jornada de trabalho dos empregados que optem por essa sistemática, o referido ato estabelece um vasto e detalhado conjunto de exigências que,

em vez de proteger, impõe dificuldades a empregados e empregadores e, em muito, exorbita do poder de regulamentação conferido pela CLT ao Ministro.

Composta de trinta e um artigos e dois anexos, a alentada portaria estabelece um extenso rol de obrigações aos empregadores, aos produtores de máquinas de registro eletrônico e aos órgãos de certificação de referidas máquinas.

Ao estabelecer esse conjunto de disposições enfeixado na Portaria nº 1.510, de 2009, excedeu-se a autoridade administrativa, eis que se demanda a implementação de medidas que somente poderiam ser estabelecidas em lei.

Assim, em seu art. 3º e seguintes, a portaria estabelece que o registro eletrônico de ponto somente é válido se efetuado por meio do denominado REP – Registrador Eletrônico de Ponto, que vem a ser o aparelho cujas especificações estão detalhadas na portaria. Ora, a determinação de utilização de um único tipo de dispositivo já caracteriza um excesso de regulamentação, já que o texto da CLT unicamente autoriza o Ministério do Trabalho e Emprego a efetuar a regulamentação da marcação da jornada, suas condições e limites de sua utilização.

Além disso, em seu art. 17, estabelece obrigação não para o empregador, mas para o fabricante do REP, o que, uma vez mais, caracteriza um excesso regulatório, dado que o § 2º do art. 74 da CLT não autoriza expressamente a imposição de obrigação a terceiro, o fabricante da máquina. O mesmo se aplica ao art. 18, que estabelece obrigação ao fornecedor do programa de tratamento de registro do ponto e ao art. 24 que a estabelece ao órgão técnico credenciado de aferição do REP.

Além disso, o art. 28 determina que o descumprimento de qualquer determinação da portaria acarreta a descaracterização do registro, o que, na prática, gera a responsabilização do empregador por eventuais falhas do fabricante do REP, de seu fornecedor de *software* ou, mesmo, do órgão técnico credenciado, sem que o empregador tenha, necessariamente concorrido para a ocorrência de tais falhas ou, mesmo, tenha efetivamente modificado, ainda que inadvertidamente, o registro de ponto de seus empregados.

Igualmente, o sistema estabelecido constitui um transtorno para os próprios empregados, que são obrigados a manter, por largo período de tempo, uma grande quantidade de registros em papel, sem a garantia, por fim, de que as fraudes de registro sejam reduzidas, dado que, em sua maior parte, tais fraudes não costumam ocorrer na forma de simples e pura alteração do registro.

Além disso, o valor estimado de cada REP, cerca de R\$ 6.000,00, mostra-se proibitivo para diversos pequenos empregadores e a repentina demanda, derivada da entrada em vigor da portaria, representa uma dificuldade adicional, já que é praticamente impossível que os poucos fabricantes de tais equipamentos consigam supri-la celeremente.

Finalmente, não podemos esquecer do impacto ambiental da medida, que, em vez de reduzir, amplia enormemente a quantidade de papel utilizada para o registro de ponto dos empregados.

Por todas essas razões, a simples prorrogação do prazo para sua aplicação não é suficiente, sendo necessário que o Congresso Nacional intervenha para coibir esse passo em falso do Executivo, por meio do presente projeto, para cuja aprovação peço apoio de meus pares.

Sala das Sessões,



Senadora NÍURA DEMARCHI

PORTARIA Nº 1.510, DE 21 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Disciplinar o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto -SREP.

Parágrafo único. Sistema de Registro Eletrônico de Ponto -SREP -é o conjunto de equipamentos e programas informatizados destinado à anotação por meio eletrônico da entrada e saída dos trabalhadores das empresas, previsto no art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º O SREP deve registrar fielmente as marcações efetuadas, não sendo permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais a que se destina, tais como:

- I -restrições de horário à marcação do ponto;
- II -marcação automática do ponto, utilizando-se horários predeterminados ou o horário contratual;
- III -exigência, por parte do sistema, de autorização prévia para marcação de sobrejornada; e
- IV -existência de qualquer dispositivo que permita a alteração dos dados registrados pelo empregado.

Art. 3º Registrador Eletrônico de Ponto -REP é o equipamento de automação utilizado exclusivamente para o registro de jornada de trabalho e com capacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho.

Parágrafo único. Para a utilização de Sistema de Registro Eletrônico de Ponto é obrigatório o uso do REP no local da prestação do serviço, vedados outros meios de registro.

Art. 4º O REP deverá apresentar os seguintes requisitos:

I -relógio interno de tempo real com precisão mínima de um minuto por ano com capacidade de funcionamento ininterrupto por um período mínimo de mil quatrocentos e quarenta horas na ausência de energia elétrica de alimentação;

II -mostrador do relógio de tempo real contendo hora, minutos e segundos;

Art. 5º Os seguintes dados deverão ser gravados na MT:

I -do empregador: tipo de identificador do empregador, CNPJ ou CPF; identificador do empregador; CEI, caso exista; razão social; e local da prestação do serviço; e

II -dos empregados que utilizam o REP: nome, PIS e demais dados necessários à identificação do empregado pelo equipamento.

Art. 6º As seguintes operações deverão ser gravadas de forma permanente na MRP:

I -inclusão ou alteração das informações do empregador na MT, contendo os seguintes dados: data e hora da inclusão ou alteração; tipo de operação; tipo de identificador do empregador, CNPJ ou CPF; identificador do empregador; CEI, caso exista; razão social; e local da prestação do serviço;

II -marcação de ponto, com os seguintes dados: número do PIS, data e hora da marcação;

III -ajuste do relógio interno, contendo os seguintes dados: data antes do ajuste, hora antes do ajuste, data ajustada, hora ajustada; e

IV -inserção, alteração e exclusão de dados do empregado na MT, contendo: data e hora da operação, tipo de operação, número do PIS e nome do empregado.

Parágrafo único. Cada registro gravado na MRP deve conter Número Sequencial de Registro -NSR consistindo em numeração sequencial em incrementos unitários, iniciando-se em 1 na primeira operação do REP.

Art. 7º O REP deverá prover as seguintes funcionalidades:

I -marcação de Ponto, composta dos seguintes passos:

a) receber diretamente a identificação do trabalhador, sem interposição de outro equipamento;

b) obter a hora do Relógio de Tempo Real;

c) registrar a marcação de ponto na MRP; e

d) imprimir o comprovante do trabalhador.

II -geração do Arquivo-Fonte de Dados -AFD, a partir dos dados armazenados na MRP;

III -gravação do AFD em dispositivo externo de memória, por meio da Porta Fiscal;

IV -emissão da Relação Instantânea de Marcações com as marcações efetuadas nas vinte e quatro horas precedentes, contendo:

a) cabeçalho com identificador e razão social do empregador, local de prestação de serviço, número de fabricação do REP;

b) NSR;

c) número do PIS e nome do empregado; e

d) horário da marcação.

Art. 8º O registro da marcação de ponto gravado na MRP consistirá dos seguintes campos:

- I -NSR;
- II -PIS do trabalhador;
- III -data da marcação; e
- IV -horário da marcação, composto de hora e minutos.

Art. 9º O Arquivo-Fonte de Dados será gerado pelo REP e conterá todos os dados armazenados na MRP, segundo formato descrito no Anexo I.

Art. 10. O REP deverá atender aos seguintes requisitos:

- I -não permitir alterações ou apagamento dos dados armazenados na Memória de Registro de Ponto;
- II -ser inviolável de forma a atender aos requisitos do art. 2º;
- III -não possuir funcionalidades que permitam restringir as marcações de ponto;
- IV -não possuir funcionalidades que permitam registros automáticos de ponto; e
- V -possuir identificação do REP gravada de forma indelével na sua estrutura externa, contendo CNPJ e nome do fabricante, marca, modelo e número de fabricação do REP.

Parágrafo único. O número de fabricação do REP é o número exclusivo de cada equipamento e consistirá na junção sequencial do número de cadastro do fabricante no MTE, número de registro do modelo no MTE e número série único do equipamento.

Art. 11. Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador é um documento impresso para o empregado acompanhar, a cada marcação, o controle de sua jornada de trabalho, contendo as seguintes informações:

- I -cabeçalho contendo o título "Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador";
- II -identificação do empregador contendo nome, CNPJ/CPF e CEI, caso exista;
- III -local da prestação do serviço;
- IV -número de fabricação do REP;
- V -identificação do trabalhador contendo nome e número do PIS;
- VI -data e horário do respectivo registro; e
- VII -NSR.

§ 1º A impressão deverá ser feita em cor contrastante com o papel, em caracteres legíveis com a densidade horizontal mínima de oito caracteres por centímetro e o caractere não poderá ter altura inferior a três milímetros.

§ 2º O empregador deverá disponibilizar meios para a emissão obrigatória do Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador no momento de qualquer marcação de ponto.

Art. 12. O "Programa de Tratamento de Registro de Ponto" é o conjunto de rotinas informatizadas que tem por função tratar os dados relativos à marcação dos horários de entrada e saída, originários exclusivamente do AFD, gerando o relatório "Espelho de Ponto Eletrônico", de acordo com o anexo II, o Arquivo Fonte de Dados Tratados -AFDT e Arquivo de Controle de Jornada para Efeitos Fiscais -ACJEF, de acordo com o Anexo I.

Parágrafo único. A função de tratamento dos dados se limitará a acrescentar informações para complementar eventuais omissões no registro de ponto ou indicar marcações indevidas.

Art. 13. O fabricante do REP deverá se cadastrar junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e solicitar o registro de cada um dos modelos de REP que produzir.

Art. 14. Para o registro do modelo do REP no MTE o fabricante deverá apresentar "Certificado de Conformidade do REP à Legislação" emitido por órgão técnico credenciado e "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade" previsto no art. 17.

Art. 15. Qualquer alteração no REP certificado, inclusive nos programas residentes, ensejará novo processo de certificação e registro.

Art. 16. Toda a documentação técnica do circuito eletrônico, bem como os arquivos fontes dos programas residentes no equipamento, deverão estar à disposição do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho, quando solicitado.

Art. 17. O fabricante do equipamento REP deverá fornecer ao empregador usuário um documento denominado "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade" assinado pelo responsável técnico e pelo responsável legal pela empresa, afirmando expressamente que o equipamento e os programas nele embutidos atendem às determinações desta portaria, especialmente que:

I - não possuem mecanismos que permitam alterações dos dados de marcações de ponto armazenados no equipamento;

II - não possuem mecanismos que restrinjam a marcação do ponto em qualquer horário;

III - não possuem mecanismos que permitam o bloqueio à marcação de ponto; e

IV - possuem dispositivos de segurança para impedir o acesso ao equipamento por terceiros.

§ 1º No "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade" deverá constar que os declarantes estão cientes das consequências legais, cíveis e criminais, quanto à falsa declaração, falso atestado e falsidade ideológica.

§ 2º O empregador deverá apresentar o documento de que trata este artigo à Inspeção do Trabalho, quando solicitado.

Art. 18. O fabricante do programa de tratamento de registro de ponto eletrônico deverá fornecer ao consumidor do seu programa um documento denominado "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade" assinado pelo responsável técnico pelo programa e pelo responsável legal pela empresa, afirmando expressamente que seu programa atende às determinações desta portaria, especialmente que não permita:

I - alterações no AFD; e

II - divergências entre o AFD e os demais arquivos e relatórios gerados pelo programa.

§ 1º A declaração deverá constar ao seu término que os declarantes estão cientes das consequências legais, cíveis e criminais, quanto à falsa declaração, falso atestado e falsidade ideológica.

§ 2º Este documento deverá ficar disponível para pronta apresentação à Inspeção do Trabalho.

Art. 19. O empregador só poderá utilizar o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto se possuir os atestados emitidos pelos fabricantes dos equipamentos e programas utilizados, nos termos dos artigos 17, 18 e 26 desta Portaria.

Art. 20. O empregador usuário do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto deverá se cadastrar no MTE via internet informando seus dados, equipamentos e softwares utilizados.

Art. 21. O REP deve sempre estar disponível no local da prestação do trabalho para pronta extração e impressão de dados pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.

Art. 22. O empregador deverá prontamente disponibilizar os arquivos gerados e relatórios emitidos pelo "Programa de Tratamento de Dados do Registro de Ponto" aos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Art. 23. O MTE credenciará órgãos técnicos para a realização da análise de conformidade técnica dos equipamentos REP à legislação.

§ 1º Para se habilitar ao credenciamento, o órgão técnico pretendente deverá realizar pesquisa ou desenvolvimento e atuar nas áreas de engenharia eletrônica ou de tecnologia da informação e atender a uma das seguintes condições:

- I -ser entidade da administração pública direta ou indireta; e**
- II -ser entidade de ensino, pública ou privada, sem fins lucrativos.**

§ 2º O órgão técnico interessado deverá requerer seu credenciamento ao MTE mediante apresentação de:

- I -documentação comprobatória dos requisitos estabelecidos no § 1º;**
- II -descrição detalhada dos procedimentos que serão empregados na análise de conformidade de REP, observando os requisitos estabelecidos pelo MTE;**
- III -cópia reprográfica de termo de confidencialidade celebrado entre o órgão técnico pretendente ao credenciamento e os técnicos envolvidos com a análise; e**
- IV -indicação do responsável técnico e do responsável pelo órgão técnico.**

Art. 24. O órgão técnico credenciado:

- I -deverá apresentar cópia reprográfica do termo de confidencialidade de que trata o inciso III do § 2º do art. 23, sempre que novo técnico estiver envolvido com o processo de análise de conformidade técnica do REP;**
- II -não poderá utilizar os serviços de pessoa que mantenha ou tenha mantido vínculo nos últimos dois anos com qualquer fabricante de REP, ou com o MTE; e**
- III -deverá participar, quando convocado pelo MTE, da elaboração de especificações técnicas para estabelecimento de requisitos para desenvolvimento e fabricação de REP, sem ônus para o MTE.**

Art. 25. O credenciamento do órgão técnico poderá ser:

- I -cancelado a pedido do órgão técnico;**
- II -suspensão pelo MTE por prazo não superior a noventa dias; e**
- III -cassado pelo MTE.**

Art. 26. O "Certificado de Conformidade do REP à Legislação" será emitido pelo órgão técnico credenciado contendo no mínimo as seguintes informações: I -declaração de conformidade do REP à legislação aplicada;

- I - declaração de conformidade do REP à legislação aplicada;**
- II -identificação do fabricante do REP;**
- III -identificação da marca e modelo do REP;**
- IV -especificação dos dispositivos de armazenamento de dados utilizados;**
- V -descrição dos sistemas que garantam a inviolabilidade do equipamento e integridade dos dados armazenados;**
- VI -data do protocolo do pedido no órgão técnico;**
- VII -número sequencial do "Certificado de Conformidade do REP à Legislação" no órgão técnico certificador;**
- VIII -identificação do órgão técnico e assinatura do responsável técnico e do responsável pelo órgão técnico, conforme inciso IV do § 2º do art. 23; e**
- IX -documentação fotográfica do equipamento certificado.**

Art. 27. Concluída a análise, não sendo constatada desconformidade, o órgão técnico credenciado emitirá "Certificado de Conformidade do REP à Legislação", nos termos do disposto no art. 26.

Art. 28. O descumprimento de qualquer determinação ou especificação constante desta Portaria descaracteriza o controle eletrônico de jornada, pois este não se prestará às finalidades que a Lei lhe destina, o que ensejará a lavratura de auto de infração com base no art. 74, § 2º, da CLT, pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.

Art. 29. Comprovada a adulteração de horários marcados pelo trabalhador ou a existência de dispositivos, programas ou sub-rotinas que permitam a adulteração dos reais dados do controle de jornada ou parametrizações e bloqueios na marcação, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá apreender documentos e equipamentos, copiar programas e dados que julgar necessários para comprovação do ilícito.

§ 1º O Auditor-Fiscal do Trabalho deverá elaborar relatório circunstanciado, contendo cópia dos autos de infração lavrados e da documentação apreendida.

§ 2º A chefia da fiscalização enviará o relatório ao Ministério Público do Trabalho e outros órgãos que julgar pertinentes.

Art. 30. O Ministério do Trabalho e Emprego criará os cadastros previstos nesta Portaria, com parâmetros definidos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho SIT.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto à utilização obrigatória do REP, que entrará em vigor após doze meses contados da data de sua publicação.

Parágrafo único. Enquanto não for adotado o REP, o Programa de Tratamento de Registro de Ponto poderá receber dados em formato diferente do especificado no anexo I para o AFD, mantendo-se a integridade dos dados originais.

CARLOS ROBERTO LUPI

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, o **Aviso nº 1668-Seses-TCU-Plenário**, na origem, informando provimento dos embargos de declaração ao acórdão que menciona.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 1.668-SESES-TCU-PLENÁRIO

Brasília-DF, 22 de setembro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 21.605/2010-6, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 22-9-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Respeitosamente, **Benjamin Zymler**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

ACÓRDÃO Nº 2503/2010 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 021.605/2010-6.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I – Embargos de Declaração.
3. Interessado: Ministério das Cidades.
4. Entidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado de Alagoas e Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: Júlio César Ferreira Pereira, OAB/DF 7.446.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Ministério das Cidades em face do Acórdão n. 1.834/2010 – Plenário, prolatado no âmbito do TC 000.332/2010-0, que trata de Auditoria realizado no órgão, pela 1ª Secob, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada determinada pelo Acórdão n. 2.490/2009 – Plenário (TC 020.773/2009-6), no período de 18/01/2010 a 05/03/2010, referente aos recursos alocados ao PT 17.512.0122.1N08.0027/2009 – “Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes – no Estado”, por meio do Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007, com vistas à execução de obras de esgotamento sanitário em Maceió/AL.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei n. 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração, para, no mérito, dar-lhes provimento;

9.2. acrescentar os seguintes subitens ao Acórdão n. 1.834/2010 – TCU – Plenário:

“9.8. determinar, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno/TCU, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal, ao Governo do Estado de Alagoas e à Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas que, nos limites de suas respectivas competências, procedam, nos próximos pagamentos, à retenção dos valores identificados como sobrepreço pela 1ª Secob no Contrato n. 063/2002-CPL/AL, firmado com a empresa Santa Bárbara Engenharia S/A, até que este Tribunal se manifeste conclusivamente a respeito da questão;

9.9. determinar, nos termos do art. 276, § 3º, do regimento Interno/TCU, a oitiva da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas e da empresa Santa Bárbara Engenharia S/A para que se pronunciem sobre a adoção da medida cautelar constante do subitem 9.8;

9.10. determinar à 1ª Secob que priorize as análises da oitiva constante do subitem 9.3.6 e das citações previstas no subitem 9.3.2, e submeta-as ao Relator mesmo que não concluídos os exames relativos às audiências relacionadas no subitem 9.3.5 e à oitivas constantes dos subitens 9.3.7 e 9.9, de forma a se possibilitar a apreciação do mérito do sobrepreço apontado com a urgência que o caso requer.”;

9.3. prorrogar o prazo, por 30 (trinta) dias, para atendimento dos Ofícios ns. 299, 300, 302, 303 e 304/2010-TCU/Secob-1, a contar da notificação desta deliberação.

10. Ata nº 35/2010 – Plenário.

11. Data da Sessão: 22/9/2010 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2503-35/10-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

BENJAMIN ZYMLER

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Assinado Eletronicamente)

MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO

Procurador-Geral

GRUPO II – CLASSE I – Plenário

TC 021.605/2010-6

Natureza: Embargos de Declaração.

Entidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado de Alagoas e Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas.

Interessado: Ministério das Cidades.

SUMÁRIO: AUDITORIA CONSTANTE DA FISCALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO CENTRALIZADA EM REPASSES PARA OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO POPULAR (ACÓRDÃO N. 2.490/2009 – PLENÁRIO). OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MACEIÓ/AL. ACÓRDÃO N. 1.834/2010 – PLENÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONHECIMENTO E PROVIMENTO. ACRÉSCIMO DE SUBITENS COM ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR E OITIVA. DEFERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

RELATÓRIO

Cuida o processo de Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades verificadas nos autos do TC 000.332/2010-0, relativo à Auditoria realizada no Ministério das Cidades, pela 1ª Secob, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada determinada pelo Acórdão n. 2.490/2009 – Plenário (TC 020.773/2009-6), no período de 18/01/2010 a 05/03/2010, referente aos recursos alocados ao PT 17.512.0122.1N08.0027/2009 – “Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes – no Estado”, por meio do Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007, com vistas à execução de obras de esgotamento sanitário em Maceió/AL.

2. Nesta assentada, são analisados Embargos de Declaração protocolizados pelo Ministério das Cidades, representado pela Advocacia-Geral da União (fls. 1/25, Anexo 2), contra os termos do Acórdão n. 1.834/2010 – Plenário, que converteu o processo em TCE para fins de citação dos responsáveis pelo superfaturamento identificado pela Equipe de Auditoria nas obras objeto daquele feito.

3. Transcrevo, a seguir, o trecho principal do Parecer/Conjur/MCidades n. 687/2010 (fls. 2/8, Anexo 2), adotado pela AGU como razões recursais (fl. 1, Anexo 2):

“13. A dúvida que exsurge na Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, mostrando-se razoável, reside no fato de que tendo o Tribunal de Contas da União detectado sobrepreços no contrato de execução da obra, constatação esta que impôs a determinação de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, não deliberou quanto à necessidade de glosa nos futuros repasses de recursos federais adstritos ao Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007 que deverão ainda ocorrer, tendo presente que não houve determinação de sustação destes e nem a paralisação do empreendimento.”

4. Ao final, conclui o embargante (fl. 6, Anexo 2):

“20. Neste sentido, entendo, com as vênias de estilo, que o Acórdão n. 1.834/2010 – TCU – Plenário carece de complementação no que pertine à definição, ainda que preliminar, enquanto não concluída a Tomada de Contas Especial, de glosa que evite a continuidade da irregularidade constatada e o aumento do prejuízo aos cofres públicos”.

É o Relatório.

VOTO

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades verificadas nos autos do TC 000.332/2010-0, relativo à Auditoria realizada no Ministério das Cidades, pela 1ª Secob, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada determinada pelo Acórdão n. 2.490/2009 – Plenário (TC 020.773/2009-6), no período de 18/01/2010 a 05/03/2010, referente aos recursos alocados ao PT 17.512.0122.1N08.0027/2009 – “Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes – no Estado”, no âmbito do Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007, com vistas à execução de obras de esgotamento sanitário em Maceió/AL.

2. Por meio do Acórdão n. 1.834/2010 – Plenário, o Tribunal decidiu, no que importa à questão em exame:

“9.1. determinar à Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas - Seinfra/AL, com fundamento no art. 276, caput, do Regimento Interno do TCU, que se abstenha de liberar as garantias financeiras previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, no âmbito do Contrato n. 063/2002-CPL/AL, até que este Tribunal delimite definitivamente sobre o mérito relativo ao sobrepreço e ao superfaturamento detectados no referido ajuste, e encaminhe a esta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, documentação comprovando a apresentação, por parte da contratada, dessas garantias (Achados 3.5 e 3.6);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II, e 47 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 252 do Regimento Interno, converter os presentes autos em Tomada de Contas Especial;

9.3. determinar à 1ª Secob que adote providências com vistas a:

(...)

9.3.2. promover a citação dos Srs. José Alberto Maia Paiva, Superintendente de Obras da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas, responsável pela aprovação de planilha orçamentária com sobrepreço, referente ao 3º Termo Aditivo ao Contrato n. 063/2002-CPL/AL, Ricardo Campos Avelar, Gerente de Serviços de Engenharia da Caixa Econômica Federal, e Sandro Pepe, Gerente de Filial de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, à época, coresponsáveis pela autorização do repasse de recursos para a execução do Contrato n. 063/2002-CPL/AL, que possui sobrepreço, em solidariedade com a empresa Santa Bárbara Engenharia S/A, contratada pela Seinfra/AL mediante o Contrato n. 063/2002-CPL/AL; nos termos do art. 12, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno/TCU, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem alegações de defesa ou recolherem aos cofres do Tesouro Nacional a quantia original de R\$ 4.228.037,89 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, trinta e sete reais e oitenta e nove centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas a serem apuradas pela 1ª Secob até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em razão de ter sido detectado superfaturamento na execução da obra de esgotamento sanitário da Região Baixa da Cidade de Maceió/AL - Contrato n. 063/2002-CPL/AL;

(...)

9.3.6. providenciar a oitiva da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas - Seinfra/AL e da empresa Santa Bárbara Engenharia S/A para que se pronunciem sobre:

9.3.6.1. o excesso de preço apontado pela 1ª Secob, na Curva ABC de fls. 88/90, cuja análise final poderá resultar em determinação deste Tribunal para repactuação dos preços unitários, nos termos do art. 45 da Lei n. 8.666/1993 (Achados 3.5 e 3.6);

9.3.6.2. deficiência e desatualização do projeto básico que embasou a realização das obras previstas no Contrato n. 063/2002-CPL/AL e no Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007, em desacordo com os art. 6º, inciso IX, 7º, § 2º, e 40, § 2º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, cuja análise final poderá resultar em determinações deste Tribunal que venham a repercutir na execução das referidas avenças, nos termos do art. 45 da Lei n. 8.443/1992 (Achado 3.3);

9.3.6.3. a medida cautelar adotada nos termos do subitem 9.1 deste Acórdão (Achados 3.5 e 3.6);

9.3.7. providenciar a oitiva da Caixa Econômica Federal para que se pronuncie sobre a deficiência e desatualização do projeto básico que embasou a realização das obras previstas no Contrato n. 063/2002-CPL/AL e no Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007, em desacordo com os art. 6º, inciso IX, 7º, § 2º, e 40, § 2º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, cuja análise final poderá resultar em determinações deste Tribunal que venham a repercutir na execução das referidas avenças, nos termos do art. 45 da Lei n. 8.443/1992 (Achado 3.3);”

3. Nesta assentada, são analisados Embargos de Declaração protocolizados pelo Ministério das Cidades, representado pela Advocacia-Geral da União (fls. 1/25, Anexo 2), contra os termos do Acórdão supra.

4. Argumenta o Ministério das Cidades que o Acórdão n. 1.834/2010 – TCU – Plenário “carece de complementação no que pertine à definição, ainda que preliminar, enquanto não concluída a Tomada de Contas Especial, de glosa que evite a continuidade da irregularidade constatada e o aumento do prejuízo aos cofres públicos”.

5. De fato, o subitem 9.2 do Acórdão combatido converteu os autos em Tomada de Contas Especial, com vistas a obter o ressarcimento dos valores que vierem a ser entendidos, após decisão de mérito da Tomada de Contas Especial, como superfaturados. Tal providência afeta os pagamentos vencidos.

6. O subitem 9.3.6 ordenou a oitiva da entidade executora da obra e da empresa contratada para que se pronunciassem sobre a irregularidade, tendo em vista possível determinação de repactuação contratual, o que poderá alterar, nos termos do art. 45 da Lei n. 8.443/1992, os pagamentos posteriores à deliberação final.

7. Com relação aos pagamentos vencidos, a serem efetuados no período anterior ao julgamento do mérito relativo ao sobrepreço, não houve menção, o que pode ser considerado obscuridade sanável por meio de Embargos Declaratórios.

8. Assiste razão aos responsáveis em recelar efetuar pagamentos contendo sobrepreço, ainda mais quando este já se tornou público por meio de Acórdão do Tribunal de Contas da União decorrente de Auditoria realizada por servidores da Corte especializados em obras públicas.

9. Caso a obscuridade não seja sanada, há o risco de a obra ver-se paralisada até o deslinde final da matéria, não obstante, nos termos do subitem 9.7 do Acórdão vergastado, tenha sido informado ao Congresso Nacional que “não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), no Contrato n. 063/2002-CPL/AL, relativo a obras e serviços de esgotamento sanitário da Região Baixa da Cidade de Maceió/AL”.

10. Concluo, assim, que se trata de hipótese em que se faz necessária a adoção da medida cautelar prevista no art. 276 do Regimento Interno do TCU, com vistas a preservar o Erário de eventual prejuízo decorrente do sobrepreço indicado por ocasião dos pagamentos futuros, sem que a obra fique estagnada até a decisão de mérito referente ao sobrepreço.

11. A suspensão dos pagamentos deverá corresponder apenas aos valores identificados como sobrepreço, conforme os serviços medidos e pagos.

12. Ressalto, ainda, a urgência em se julgar o mérito do sobrepreço apontado nos autos, motivo pelo qual considero importante a inclusão de subitem no Acórdão n. 1.834/2010 – Plenário determinando-se à 1ª Secob que priorize as análises da oitiva constante do subitem 9.3.6 e das citações previstas no subitem 9.3.2, e submeta-as ao Relator mesmo que não concluídos os exames relativos às audiências relacionadas no subitem 9.3.5, à oitiva constante do subitem 9.3.7 e à oitiva que ora se inclui no Acórdão, concernente à novel retenção cautelar.

13. Verifico, ainda, que há pedidos de prorrogação de prazo para a apresentação das manifestações a que se refere o subitem 9.3.6 do Acórdão n. 1.834/2010 – Plenário (fls. 42, 67 e 68), bem como das razões de justificativa relativas ao subitem 9.3.5 (fls. 61 e 69/70) e da resposta à diligência determinada por meio do subitem 9.3.3 (fl. 68), quanto aos quais não vislumbro razão, no caso concreto, para negar.

14. Quanto ao pedido de cópia dos autos de fl. 70, não há necessidade de manifestação do Plenário, visto que se trata de direito do responsável, bastando que ele entre em contato com a 1ª Secob e acorde a forma de recebimento.

Ante todo o exposto, voto por que seja adotado o Acórdão que ora submeto a este Plenário.

T.C.U., Sala das Sessões, em 22 de setembro de 2010

MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1834/2010 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 000.332/2010-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V – Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsáveis: Antônio Jessé Leite (CPF 031.583.144-87); Luigi Vitório Peixoto Talento (CPF 941.925.615-49); José Alberto Maia Paiva (CPF 376.986.724-68); Ricardo Campos Avelar (CPF 110.682.548-90), Sandro Pepe (CPF 139.265.978-79) e Santa Bárbara Engenharia S/A (CNPJ 17.290.057/0001-75).

4. Entidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado de Alagoas e Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras (SECOB-1).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada no Ministério das Cidades, pela 1ª Secob, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada determinada pelo Acórdão n. 2.490/2009 – Plenário (TC 020.773/2009-6), no período de 18/01/2010 a 05/03/2010, referente aos recursos alocados ao PT 17.512.0122.1N08.0027/2009 – “Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes – no Estado”, por meio do Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas – Seinfra/AL, com fundamento no art. 276, caput, do Regimento Interno do TCU, que se abstenha de liberar as garantias financeiras previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, no âmbito do Contrato n. 063/2002-CPL/AL, até que este Tribunal delibere definitivamente sobre o mérito relativo ao sobrepreço e ao superfaturamento detectados no referido ajuste, e encaminhe a esta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, documentação comprovando a apresentação, por parte da contratada, dessas garantias (Achados 3.5 e 3.6);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II, e 47 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 252 do Regimento Interno, converter os presentes autos em Tomada de Contas Especial;

9.3. determinar à 1ª Secob que adote providências com vistas a:

9.3.1. especificar as datas originais dos débitos relativos ao superfaturamento ocorrido no Contrato n. 063/2002-CPL/AL, conforme as datas efetivas de pagamento, autorizando-se as diligências que se fizerem necessárias;

9.3.2. promover a citação dos Srs. José Alberto Maia Paiva, Superintendente de Obras da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas, responsável pela aprovação de planilha orçamentária com sobrepreço, referente ao 3º Termo Aditivo ao Contrato n. 063/2002-CPL/AL, Ricardo Campos Avelar, Gerente de Serviços de Engenharia da Caixa Econômica Federal, e Sandro Pepe, Gerente de Filial de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, à época, coresponsáveis pela autorização do repasse de recursos para a execução do Contrato n. 063/2002-

CPL/AL, que possui sobrepreço, em solidariedade com a empresa Santa Bárbara Engenharia S/A, contratada pela Seinfra/AL mediante o Contrato n. 063/2002-CPL/AL, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno/TCU, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem alegações de defesa ou recolherem aos cofres do Tesouro Nacional a quantia original de R\$ 4.228.037,89 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, trinta e sete reais e oitenta e nove centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas a serem apuradas pela 1ª Secob até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em razão de ter sido detectado superfaturamento na execução da obra de esgotamento sanitário da Região Baixa da Cidade de Maceió/AL – Contrato n. 063/2002-CPL/AL;

9.3.3. realizar diligência à Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas – Seinfra/AL para que envie cópia da 19ª medição em diante, acompanhadas dos respectivos comprovantes de pagamento, para análise em confronto com as alegações de defesa;

9.3.4. informar, nos offices de citação, que as alegações de defesa deverão englobar os valores considerados excedentes pelo Tribunal eventualmente pagos em contrapartida das medições posteriores à 18ª;

9.3.5. realizar as audiências dos responsáveis abaixo para que apresentem, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 202, inciso III, do RI/TCU, no prazo de 15 dias, razões de justificativa acerca das seguintes ocorrências detectadas na realização da Concorrência n. 03/2001-T2-CPL/AL e Contrato n. 063/2002-CPL/AL:

9.3.5.1. Sr. Antônio Jessé Leite, na condição de Secretário Adjunto de Infraestrutura do Estado de Alagoas: ter encaminhado à CEF o Contrato n. 063/2002-CPL/AL com projeto básico desatualizado e deficiente, em desacordo com os art. 6º, inciso IX, 7º, § 2º, e 40, § 2º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, para realização das obras destinatárias de recursos do Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007 (Achado 3.3);

9.3.5.2. Sr. Luigi Vitorio Peixoto Talento, na condição de Engenheiro Civil da CEF: ter-se manifestado pela viabilidade do projeto básico existente, sob os aspectos de engenharia, mediante Manifestação Técnica de Engenharia (Anexo 1, Vol. 1, fl. 135), para a realização das obras previstas no Contrato n. 063/2002-CPL/AL, projeto este que se encontrava deficiente e desatualizado em desacordo com os art. 6º, inciso IX, 7º, § 2º, e 40, § 2º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.3);

9.3.6. providenciar a oitiva da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas – Seinfra/AL e da empresa Santa Bárbara Engenharia S/A para que se pronunciem sobre:

9.3.6.1. o excesso de preço apontado pela 1ª Secob, na Curva ABC de fls. 88/90, cuja análise final poderá resultar em determinação deste Tribunal para repactuação dos preços unitários, nos termos do art. 45 da Lei n. 8.666/1993 (Achados 3.5 e 3.6);

9.3.6.2. deficiência e desatualização do projeto básico que embasou a realização das obras previstas no Contrato n. 063/2002-CPL/AL e no Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007, em desacordo com os art. 6º, inciso IX, 7º, § 2º, e 40, § 2º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, cuja análise final poderá resultar em determinações deste Tribunal que venham a repercutir na execução das referidas avenças, nos termos do art. 45 da Lei n. 8.443/1992 (Achado 3.3);

9.3.6.3. a medida cautelar adotada nos termos do subitem 9.1 deste Acórdão (Achados 3.5 e 3.6);

9.3.7. providenciar a oitiva da Caixa Econômica Federal para que se pronuncie sobre a deficiência e desatualização do projeto básico que embasou a realização das obras previstas no Contrato n. 063/2002-CPL/AL e no Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007, em desacordo com os art. 6º, inciso IX, 7º, § 2º, e 40, § 2º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, cuja análise final poderá resultar em determinações deste Tribunal que venham a repercutir na execução das referidas avenças, nos termos do art. 45 da Lei n. 8.443/1992 (Achado 3.3);

9.4. determinar à Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas – Seinfra/AL e ao Ministério das Cidades, nos termos do art. 45 da Lei n. 8.443/1992, que, em obediência ao art. 65, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, abstenham-se de permitir que a parcela do Contrato n. 063/2002-CPL/AL não abrangida, atualmente, pelo Contrato de Repasse n. 226.554-75/2007 venha a ser financiada com recursos

federais, em caso de necessidade de alteração do projeto com extrapolação do limite – calculado conforme a metodologia descrita no subitem 9.2 do Acórdão n. 749/2010, do Plenário do Tribunal – previsto no § 1º daquele artigo do Estatuto das Licitações;

9.5. determinar à Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas – Seinfra/AL, que, em futuras licitações com previsão de utilização de recursos federais, fixe preços unitários e global máximos, em obediência ao art. 40, inciso X, da Lei n. 8.666/1993 e à Súmula n. 259 do TCU;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, aos responsáveis mencionados nos subitens 9.3.2, 9.3.5 e 9.3.6, para subsidiar suas respostas, acompanhados das cópias de partes do Relatório de Auditoria e seus apêndices – Anexo 6 e os quadros e planilhas elaborados pela Equipe de Auditoria que fundamentam as conclusões do trabalho – que, individualmente, interessem a cada um deles;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOF, comunicando que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), no Contrato n. 063/2002-CPL/AL, relativo a obras e serviços de esgotamento sanitário da Região Baixa da Cidade de Maceió/AL.

10. Ata nº 27/2010 – Plenário.

11. Data da Sessão: 28/7/2010 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1834-27/10-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1835/2010 – TCU – Plenário

1. Processo n.º TC-008.432/2010-4.

2. Grupo I; Classe de Assunto: V – Relatório de Levantamento de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

3.1. Responsável: João Reis Moreira Lima.

4. Órgão: Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 1ª Secob.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes atos de Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secretaria de Fiscalização de Obras 1, no período de 29/03/2010 a 05/04/2010, em cumprimento ao Acórdão n. 442/2010 – TCU – Plenário (Fiscobras 2010), referente às obras de construção da Adutora Italuís/MA (fl. 26/35).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à 1ª Secob que:

9.1.1. altere o registro das irregularidades apuradas do TC 004.920/2001-9 de IG-P para IG-C;

9.1.2. avalie, no bojo do TC 004.920/2001-9, a responsabilidade e os danos;

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 1720-Seses-TCU-Plenário**, na origem, informando provimento do pedido de reexame do acórdão que menciona.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 1.720-SESES-TCU-PLENÁRIO

Brasília-DF, 29 de setembro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 013.179/2007-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 29-9-2010, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Respeitosamente, **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 2574/2010 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC-013.179/2007-0.
2. Grupo II, Classe de Assunto I – Pedido de Reexame
3. Interessado: Tércio Ivan de Barros (CPF 004.536.681-00)
4. Entidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Maria Christina Lara Bentini (OAB/SP nº 36.435), Fabiana Mendonça Mota (OAB/DF nº 15.384), Evilázio José dos Santos (OAB/DF nº 18.169) e Flávia Soares Coêlho (OAB/DF nº 26.307).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Senhor Tércio Ivan de Barros contra o Acórdão nº 2032/2009-TCU-Plenário, na parte em que lhe aplicou multa de R\$ 4.000,00, em processo de levantamento de auditoria.

ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92 e nos arts. 286 e 281 do Regimento Interno, em:

 - 9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento, estendendo seus efeitos à situação do Sr. Itamar de Toledo Colaço;
 - 9.2. tornar insubsistentes os itens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 2032/2009-TCU-Plenário;
 - 9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Sr. Itamar de Toledo Colaço, tendo em vista as orientações firmadas no Acórdão nº 611/2009-Plenário.
10. Ata nº 36/2010 – Plenário.
11. Data da Sessão: 29/9/2010 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2574-36/10-P.
13. Especificação do quorum:
 - 13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Jorge e José Múcio Monteiro.
 - 13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.
 - 13.3. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
UBIRATAN AGUIAR
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
VALMIR CAMPELO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO II – CLASSE I – Plenário

TC-013.179/2007-0

Natureza: Pedido de Reexame

Entidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero

Interessado: Tércio Ivan de Barros (CPF 004.536.681-00)

Advogados constituídos nos autos: Maria Christina Lara Bentini (OAB/SP nº 36.435), Fabiana Mendonça Mota (OAB/DF nº 15.384), Evilázio José dos Santos (OAB/DF nº 18.169) e Flávia Soares Coêlho (OAB/DF nº 26.307).

Sumário: PEDIDO DE REEXAME CONTRA O ACÓRDÃO Nº 2032/2009-TCU-PLENÁRIO, NA PARTE EM QUE APLICOU MULTA AO RECORRENTE. CONHECIMENTO. PROVIMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS OBJETIVAS QUE APROVEITAM A OUTRO INTERESSADO. CIÊNCIA.

Mitigadas, ao juízo de reexame, as irregularidades que motivaram a aplicação de sanção pecuniária, dá-se provimento ao recurso para tornar insubsistentes os correspondentes itens do acórdão recorrido.

RELATÓRIO

Trata-se pedido de reexame interposto pelo Senhor Tércio Ivan de Barros contra o Acórdão nº 2032/2009-TCU-Plenário, na parte em que lhe aplicou multa de R\$ 4.000,00, em processo de levantamento de auditoria.

2. O recurso foi admitido mediante despacho de fl. 45, Anexo 9.
3. Na Serur, recebeu exame de mérito às fls. 47/50, Anexo 9, cujo teor se reproduz parcialmente adiante:

“MÉRITO**Argumentos**

5. *Argumenta que não pode ser atribuída a si a responsabilidade pela não formalização de aditivo ao Contrato de Fiscalização 019/CNSP/ADSP/1999 com o intuito de incluir no objeto desse contrato a fiscalização das obras do Aeroporto Internacional de Campo Grande, o que acarretou a fiscalização da obra sem cobertura contratual no período de 15/2/2002 a 23/4/2003, haja vista que se trata de ato administrativo complexo, sendo sua iniciativa atribuída ao fiscal do contrato, e não havendo prova nos autos de que tenha se recusado a firmá-lo ou mesmo que tinha ciência da irregularidade apurada por esta Corte.*

6. *Nesse sentido cita a NI 6.01/C, que trata das normas internas de licitações e contratos, vigente à época dos fatos, de onde se extrai as seguintes regras:*

‘17.9.3.1 – Para celebração de termo aditivo aos contratos de obras e serviços de engenharia ficam estabelecidas as seguintes regras:

(...)

c) a autoridade competente para assinar o Termo Aditivo, terá como base para a tomada de decisão, obrigatoriamente, nos seguintes pareceres, devidamente acompanhados dos respectivos documentos probatórios:

1. parecer do Gestor do Contrato propondo a celebração do termo aditivo contendo a natureza, o objeto, a motivação, a conveniência e os aspectos técnicos e/ou fáticos que justifiquem a sua formalização, destacando a viabilidade e as vantagens técnicas (alterações de quantitativos, alterações de especificações e soluções de engenharia, quando for o caso) e financeiras (otimização dos custos e negociação de preços dos insumos novos, declarando expressamente que os preços novos não são

superiores aos de mercado, anexando a planilha comparativa demonstrando a viabilidade econômica no negócio, embasada em preços atuais, devidamente comprovados);

2. parecer do Órgão de Auditoria, se houver;

3. parecer do Órgão Jurídico, no que diz respeito à legalidade e aos aspectos mais relevantes, para fins de formalização do respectivo ato.

7. Questiona, ainda, antecipando-se à possível conclusão desta Corte de que seria responsável pela designação dos empregados responsáveis pela fiscalização do Contrato de Fiscalização 019/CNSP/ADSP/1999, podendo ser responsabilizado por culpa in eligendo, ou mesmo que pelo fato de tais empregados estarem subordinados a si, que poderia caracterizar culpa in vigilando, que suas atribuições e as dos outros agentes da INFRAERO estão claramente descritas nos normativos da empresa, a exemplo do já citado, não se podendo exigir do Superintendente Regional o conhecimento de todos os atos praticados em um contrato, sob pena de se subtrair a competência dos demais, tornando-os desnecessários.

8. Para corroborar seus argumentos o responsável cita em sua defesa o seguinte excerto do Acórdão 65/1997-TCU-Plenário, da relatoria do ex-Ministro Adhemar Paladini Ghisi:

'O Sr. Gilberto Machado Mourão autorizou a operação enfatizando que o fazia 'em face dos motivos expostos por essa Gerência', ou seja, arrimou-se na premissa fornecida pela Gerência Regional do Rio de Janeiro. Não pode ser ele culpado, contudo, por erros decorrentes de informações prestadas por terceiros. Não se pode, tampouco, pretender que todas as informações de subalternos sejam checadas por seus superiores, sob o risco de inviabilizar-se a administração. Aliás, se assim o fosse, não seriam necessários os servidores subalternos. Bastariam os chefes...'

Análise

9. Assiste razão ao recorrente. De fato não há como se responsabilizar o ex-Superintendente Regional pela ausência de formalização do termo aditivo se os próprios normativos da INFRAERO estipulam as atribuições de cada agente responsável pela medida e não constam dos autos os atos anteriores necessários à sua atuação.

10. Ademais, não se trata no presente caso de delegação de atribuições pelo recorrente, o que indicaria a permanência de sua responsabilidade, mas de normativos elaborados pela própria empresa, prevendo atribuições e, necessariamente, responsabilidades aos outros agentes da empresa.

11. Dessa forma, não há como se estabelecer o necessário nexo entre a conduta do recorrente e a irregularidade verificada pelo Tribunal, pois a iniciativa para se firmar o termo aditivo não era sua, mas do fiscal do Contrato 019/CNSP/ADSP/1999. Além disso, não se verifica nos autos qualquer prova de que a formalização do termo aditivo foi proposta ao recorrente.

12. Por fim, cabe reconhecer a aplicação ao presente caso do excerto trazido pelo recorrente, já que a ele, como Superintendente Regional do Sudeste, conforme se verifica nos presente autos, responsável por obras nos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Campo Grande, não pode ser exigido conhecer de todos os atos praticados por seus subordinados pelos motivos já explicitados.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

13. Tendo em vista o disposto no art. 281 do Regimento Interno desta Corte e o fato do Sr. Itamar de Toledo Colaço ter recolhido a multa imputada pelos motivos objetivos que ora se afastam, faz-se necessário reconhecer a improcedência da multa a ele imputada.

14. Nesse sentido, tendo em vista o entendimento firmado pelo Tribunal através do Acórdão 611/2009-TCU-Plenário, torna-se necessário informar ao Sr. Itamar que a restituição dos valores recolhidos por força do Acórdão 2032/2009-TCU-Plenário, deve ser solicitada à Secretaria-Geral de Administração desta Corte.

'9.4. informar às unidades competentes da secretaria do TCU que a Secretaria-Geral de Administração, mediante a devida anuência da Secretaria-Geral de Controle Externo, tem competência para promover a restituição total ou parcial das multas e débitos arrecadados por este Tribunal a favor do Tesouro Nacional, por meio da Guia de Recolhimento da União, que forem recolhidos a maior ou tornados insubsistentes na via recursal, dispensando-se, nesses casos, o encaminhamento de requerimento específico destinado ao Relator ou mesmo a este Tribunal;'

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

15. Dado o exposto, submete-se os autos à consideração superior e propõe-se:

a) conhecer o presente pedido de reexame, com amparo no art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando-se insubsistentes os itens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 2032/2009-TCU-Plenário;

b) comunicar o teor da decisão que vier a ser proferida ao recorrente e ao Sr. Itamar de Toledo Colaça.”

4. Ouvido o Ministério Público junto ao TCU, a Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva oficiou às fls. 52/53 (Anexo 9), dissentindo da proposta da unidade técnica e posicionando-se pelo conhecimento e pela negativa de provimento, o que o fez segundo os seguintes argumentos:

“3. Em atendimento à solicitação de pronunciamento feita pelo Relator, eminente Ministro Vaimir Campelo, consignamos de início que a compreensão do assunto não pode estar desconectada das circunstâncias particulares do caso concreto apurado nos autos e restringir-se apenas à disciplina de celebração de termos aditivos segundo as normas internas da Infraero.

4. Como ponto de partida, note-se que as obras de expansão da infraestrutura do Aeroporto de Campo Grande se iniciaram em 15/02/2002, por meio do Contrato n.º 002/SRGR/AD(SBCG)/2002, embora ainda não estivessem concluídos os procedimentos para contratar a fiscalização dos correspondentes serviços. Nesse caso, lançado o edital de licitação do tipo técnica e preço, as propostas somente foram apresentadas para julgamento em 26/07/2002, tendo sido assinado o contrato de fiscalização – n.º 103/SRGR/AD(SBCG)/2002 – em 20/12/2002, e emitida a ordem de serviço em 01/01/2003.

5. Daí se pode concluir que era do conhecimento do Senhor Tércio Ivan de Barros, na qualidade de Superintendente Regional, tanto o início das obras de expansão do Aeroporto de Campo Grande quanto o fato de que os respectivos serviços de fiscalização ainda não haviam sido contratados, pois eram ações que se desenvolviam no plano macro de decisões gerenciais da instituição pública.

6. Paralelamente a esses eventos, vigia o Contrato n.º 019/CNSP/ADSP/1999, em que a empresa Aeroservice Engenharia de Projetos S/C Ltda. prestava serviços de fiscalização das obras dos Aeroportos de Guarulhos (São Paulo/SP) e Viracopos (Campinas/SP). A nosso ver, não é razoável admitir que se incluía, nas atribuições do gestor desse contrato de fiscalização, agir para que as obras em andamento em outro aeroporto, o de Campo Grande/MS, não ficassem a descoberto na atividade de fiscalização de serviços já iniciados em contrato distinto daquele em que atuava. Se assim o fizesse, adotando todo o rol de ações irregulares apuradas pelo TCU (escolher funcionário da empresa Aeroservice como agente fiscalizador, mantê-lo na atividade mesmo após a perda de vínculo empregatício), é certo que o gestor do contrato de fiscalização das obras em Guarulhos e Viracopos estaria extrapolando o âmbito de sua competência e interferindo nas decisões gerenciais de outra obra, até mesmo porque estava em andamento licitação destinada àquela finalidade. Por idênticas razões, agregadas ainda à distinção dos objetos contratuais e ao princípio de segregação de funções, não se poderia atribuir a iniciativa ao gestor do contrato das obras de expansão do próprio Aeroporto de Campo Grande.

7. Nesse contexto, verifica-se que o procedimento de formalizar termo aditivo ao Contrato n.º 019/CNSP/ADSP/1999, firmado para os serviços de fiscalização das obras dos Aeroportos de Guarulhos e Viracopos, para nele contemplar a fiscalização das obras do Aeroporto de Campo Grande até a conclusão do certame licitatório que se desenvolvia, é uma solução concebida pelo Tribunal de Contas da União entre outras passíveis de serem adotadas pelo dirigente máximo da Superintendência Regional Sudeste da Infraero, e não pelos gestores dos contratos, em virtude do retardamento em concluir a referida licitação. A título de medida alternativa, poder-se-ia aventar a celebração de contrato emergencial com terceiros para cobrir a ausência daqueles serviços de forma excepcional e provisória, desde que se comprovasse que a atividade a descoberto ou a defasagem entre o início das obras e a respectiva fiscalização não teria resultado de deficiência de planejamento ou da falta de algum ato de gestão.

8. Por esses motivos, entendemos que a disciplina normativa da Infraero acerca dos procedimentos para firmar termos aditivos contratuais não se aplica à situação concreta de ausência de contrato examinada nos autos, cujo nível de iniciativa e decisão para resolver o problema se situava no plano gerencial a cargo do Superintendente Regional Sudeste da Infraero. O termo aditivo de que se trata é uma medida excepcional e transitória e refoge, como se viu, às atribuições dos gestores dos contratos que estavam em execução.”

É o relatório.

VOTO

Deve ser conhecido o pedido de reexame, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 48 da Lei 8.443/92 e no art. 286 do Regimento Interno.

2. No mérito, data vênia da manifestação do douto *Parquet*, acolho o posicionamento uniforme da unidade técnica no sentido de que as razões recursais lograram demonstrar que carece de nexo de causalidade a ausência da celebração de termo aditivo para formalização dos serviços de fiscalização das obras do Aeroporto de Campo Grande e as atribuições a cargo da Superintendência Regional do Sudeste, da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária.

3. Conforme análise empreendida pelo auditor responsável pelo exame do recurso, os normativos internos da empresa trazidos à colação são específicos em estabelecer a cadeia de decisões prévias que antecedem a tomada de decisão por parte daquela superintendência.

4. Ademais, a imputação da qual se defendeu originalmente o ora recorrente e que culminou na penalização contra a qual agora se insurge, refere-se tão-somente à falta de formalização do termo aditivo, conforme colho do item 4.2 da instrução técnica transcrita no relatório da decisão vergastada.

5. Todavia, efetivamente não careceram as obras da devida fiscalização, a qual ocorreu, embora de forma informal, ante a ausência de cobertura contratual.

6. Ademais, o julgamento inicial do feito permitiu a conclusão que não restou caracterizado superfaturamento nas obras, além de terem sido expedidas as devidas determinações objetivando prevenir a ocorrências de falhas identificadas ao final do procedimento de controle levado a cabo nos autos, inclusive em relação à fiscalização das obras (cf. itens 9.6.6, 9.6.7 e 9.6.8).

7. Verificadas essas circunstâncias de caráter objetivo e tendo em conta a procedência das razões recursais, acolho a proposta de encaminhamento da Serur, pelo provimento do recurso.

8. Anoto que essa decisão, caso venha a ser adotada pelo Plenário, aproveita ao Sr. Itamar de Toledo Colaço, também apenado nos autos e imerso na mesma situação fática do ora recorrente, devendo-lhe ser restituído o valor da multa já recolhida por ele.

9. Ante o exposto, voto por que o Tribunal de Contas da União aprove o Acórdão que submeto a este Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 29 de setembro de 2010.

VALMIR CAMPELO
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 2032/2009 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 013.179/2007-0
2. Grupo II – Classe : V – Assunto: Levantamento de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Congresso Nacional
 - 3.2. Responsáveis: Adilson Pacheco Montes (261.511.238-40); Carlos Eduardo Russo (040.964.378-59); Cecília Helena dos Santos Alzuguir (185.228.231-20); Itamar de Toledo Colaço (037.642.068-53); Ivan Schiavetti (011.657.158-64); José Ricardo de Almeida (677.843.217-91); Miguel Nelson Choueri (401.759.288-00); Pedro Roberto Pimentel Boareto (301.197.237-00); Roberto Spinelli Júnior (884.636.308-63); Rommel Albino Clímaco (660.980.507-59); Tulio Manuel Galo Espinoza (442.100.787-00); Tércio Ivan de Barros (004.536.681-00); Walter Zardetto Filho (048.072.878-00).
4. Órgão/Entidade : Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade: Secex-MS/Secob
8. Advogados constituídos nos autos: Maria Christina Lara Bentini (OAB/SP nº 36.435), Fabiana Mendonça Mota (OAB/DF nº 15.384), Evilázio José dos Santos (OAB/DF nº 18.169) e Flávia Soares Coêlho (OAB/DF nº 26.307)
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria das obras de expansão da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Campo Grande/MS, a cargo da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Superintendência Regional do Sudeste – INFRAERO/SRGR, realizado pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX/MS), no período de 21/5/2007 a 27/6/2007 (Fiscobras 2007).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa oferecidas pelos responsáveis Túlio Manoel Galo Espinoza (CPF nº 442.100.787-00), José Ricardo de Almeida (CPF nº 677.843.217-91), Walter Zardetto Filho (CPF nº 48.072.878-00), Pedro Roberto Pimentel Boareto (CPF nº 301.197.237-00), Adilson Pacheco Montes (CPF nº 261.511.238-40) e Roberto Spinelli Júnior (CPF nº 884.636.308-63);

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Miguel Nelson Choueri (CPF nº 401.759.288-00), Cecília Helena dos Santos Alzuguir (CPF nº 185.228.231-20), Carlos Eduardo Russo (CPF nº 040.964.378-59), Ivan Schiavetti (CPF nº 11.657.158-64) e Rommel Albino Clímaco (CPF nº 660.980.507-59);

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Tércio Ivan de Barros (CPF nº 004.536.681-00) e Itamar de Toledo Colaço (CPF nº 37.642.068-53) em face da ausência de formalização de termo aditivo ao Contrato de Fiscalização nº 019/CNSP/ADSP/1999 para incluir no objeto desse contrato a fiscalização das obras do Aeroporto Internacional de Campo Grande, o que acarretou a fiscalização da obra sem cobertura contratual no período de 15/2/2002 a 23/4/2003;

9.4. aplicar aos Srs. Tércio Ivan de Barros (CPF nº 004.536.681-00) e Itamar de Toledo Colaço (CPF nº 37.642.068-53) a multa prevista no artigo 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os expedientes que acabam de ser lidos serão publicados no Diário do Senado Federal de 6 de outubro do corrente e vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência designa o Senador Gilberto Goellner para integrar, como titular, as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura e de Agricultura e Reforma Agrária, e, como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Educação, Cultura e Esporte; de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do **Ofício nº 061/10 – GLDEM** da Liderança do Democratas.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 061/10-GLDEM

Brasília, 5 de outubro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Sr. Senador Gilberto Goellner, DEM-MT, para compor, como titular e suplente, as seguintes comissões permanentes do Senado Federal, a saber:

Titular

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;

Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; e
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

Suplente

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE;
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE;
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; e

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT.

Atenciosamente, Senador **Antonio Carlos Junior**
Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência designa o Sr. Senador Gilberto Goellner, como membro titular na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, de conformidade com o **Ofício 062/10-GLDEM**, da Liderança do Democratas, no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

OF.Nº 062/10-GLDEM

Brasília, 5 de outubro de 2010.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Sr. Senador Gilberto Goellner, DEM-MT, para compor, como membro titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Senador **Antônio Carlos Junior**, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência designa o Deputado Nelson Proença, em substituição ao Deputado Fernando Coruja, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 499, de 2010**, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, altera as Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 11.526, de 4 de outubro de 2007”, de conformidade com o **Ofício nº 174/2010**, da Liderança do PPS, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/LID/Nº 174/2010

Brasília, 27 de agosto de 2010.

Excelentíssimo Senhor

Senador José Sarney

Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Nelson Proença – PPS/RS, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 499/2010, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, altera as Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 11.526, de 4 de outubro de 2007.”

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tendo em vista que a matéria encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados, a Presidência remeterá o original do Ofício àquela Casa, com vista a que seja juntado ao devido processado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência designa o Deputado Arnaldo Jardim, em substituição ao Deputado Fernando Coruja, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 500, de 2010**, que “Autoriza a União e as entidades da administração pública federal

indireta a contratar, reciprocamente, ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único a aquisição, alienação, cessão e permuta de ações, a cessão de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital, a cessão de alocação prioritária de ações em ofertas públicas ou a cessão do direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital; autoriza a União a se abster de adquirir ações em aumentos de capital de empresas em que possua participação acionária, e dá outras providências”, de conformidade com o **Ofício nº 175/2010**, da Liderança do PPS, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/LID/Nº 175/2010

Brasília, 3 de setembro de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 500/2010, que “Autoriza a União e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente, ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único a aquisição, alienação, cessão e permuta de ações, a cessão de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital, a cessão de alocação prioritária de ações em ofertas públicas ou a cessão do direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de empresas em que possua participação acionária, e dá outras providências.”

Anteciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tendo em vista que a matéria encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados, a Presidência remeterá o original do Ofício àquela Casa, com vista a que seja juntado ao devido processado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência designa o Deputado Nelson Proença, em substituição ao Deputado Fernando Coruja, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 501, de 2010**, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis no 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho

de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; e dá outras providências”, de conformidade com o **Ofício nº 176/2010**, da Liderança do PPS, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/LID/Nº 176/2010

Brasília, 10 de setembro de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Nelson Proença – PPS/RS, como titular, em substituição ao meu nome para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 501/2010, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera as Leis nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001, modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, e dá outras providências.”

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tendo em vista que a matéria encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados, a Presidência remeterá o original do Ofício àquela Casa, com vista a que seja juntado ao devido processado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência designa o Deputado Leandro Sampaio, em substituição ao Deputado Fernando Coruja, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 502, de 2010**, que “Dá nova redação às Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras

providências”, de conformidade com o **Ofício nº 177/2010**, da Liderança do PPS, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/LID/Nº 177/2010

Brasília, 23 de setembro de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Leandro Sampaio – PPS/RJ, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 502/2010, que “Dá nova redação às Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e 10.891 de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras providências”.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência designa o Deputado Leandro Sampaio, em substituição ao Deputado Fernando Coruja, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 503, de 2010**, que “Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO”, de conformidade com o **Ofício nº 178/2010**, da Liderança do PPS, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/LID/Nº 178/2010

Brasília, 24 de setembro de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Leandro Sampaio – PPS/RJ, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 503/2010, que “Ratifica o protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.”

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência designa o Deputado Moreira Mendes, em substituição ao Deputado Fernando Coruja, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 504, de 2010**, que “Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)”, de conformidade com o **Ofício nº 179/2010**, da Liderança do PPS, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/LID/Nº 179/2010

Brasília, 24 de setembro de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Moreira Mendes – PPS/RO, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 504/2010, que “Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)”.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência designa o Deputado Arnaldo Jardim, em substituição ao Deputado Fernando Coruja, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 505, de 2010**, que “Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.”, de conformidade com o **Ofício nº 180/2010**, da Liderança do PPS, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/LID/Nº 180/2010

Brasília, 28 de setembro de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP, como titular, em substituição ao meu nome para integrar a Comissão Mista destinada

a proferir parecer à MP 505/2010, que “Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.”

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.387, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício nº 1.487, de 2010, do Terceiro-Secretário da Mesa do Senado Federal, na Presidência da sessão, que remete “recurso interposto pelo Senador Eduardo Suplicy sobre decisão desta Presidência em questão de ordem formulada por S. Exª na Sessão do Senado Federal realizada nesta data”, referente à leitura de requerimento de prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 24, de 2009-CN (CPMI do MST).

RELATORA: Senadora KÁTIA ABREU

I – RELATÓRIO

Por intermédio do Ofício nº 1.487/2010-SF, de 14 de julho de 2010, o Terceiro-Secretário da Mesa do Senado Federal, na Presidência da sessão, Senador Mão Santa, remete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) “recurso interposto pelo Senador Eduardo Suplicy sobre decisão desta Presidência em questão de ordem formulada por S. Exª na Sessão do Senado Federal realizada nesta data”. Em anexo, consta excerto das notas taquigráficas correspondentes.

Na questão de ordem, em síntese, o Senador Eduardo Suplicy insurge-se contra a leitura, na sessão do Senado Federal, do requerimento de prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) instaurada por meio do Requerimento nº 24, de 2009-CN (RQN), primeiro signatário o Deputado Onyx Lorenzoni, *que requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de dezessete Senadores e dezessete Deputados e igual número de suplentes, pura, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado, apurar as causas, condições e*

responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária, conhecida como CPMI do MST.

Instalada em 9 de dezembro de 2009, com prazo inicial estabelecido em 180 dias, a CPMI do MST tinha funcionamento previsto originalmente até 17 de julho de 2010. O Requerimento nº 6, de 2010-CN, primeiro signatário o Deputado Onyx Lorenzoni, lido na sessão do Senado Federal de 14 de julho de 2010, solicita a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais 180 dias (publicado no DSF de 15/07/2010, p. 35748/35803; republicado para correção da identificação de assinatura no DSF de 17/07/2010, p. 37522/37574). Naquele momento, o Requerimento contava com 174 assinaturas de Deputados Federais e 36 assinaturas de Senadores, de modo que se encontrava preenchido o requisito de um terço das assinaturas de cada Casa Legislativa (art. 58, § 3º, CF e art. 152, RISF).

Por se tratar de comissão mista, o Senador Eduardo Suplicy, baseando-se no art. 21 do Regimento Comum (RC), defende que a leitura do requerimento de prorrogação da CPMI deve ser feita em sessão conjunta ou, se for feita em sessão do Senado Federal, deve ser posteriormente “levada à leitura da Câmara e só convalidada mediante leitura perante o Congresso Nacional”. Indeferida a questão de ordem, o Senador, na qualidade de Vice-Líder do PT no exercício da Liderança, formula o recurso, solicita seja ouvida esta Comissão e requer haja uma decisão definitiva do Plenário.

Posteriormente, em 5 de agosto de 2010, foi recebido nesta CCJ o Ofício nº 283/2010-CN, do Presidente do Senado Federal, na qualidade de Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que encaminha o Ofício nº 1087/10/SGM/P, assinado pelo Deputado Marco Maia, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados (CD) no exercício da Presidência, de 15 de julho de 2010, “referente a cópia do pronunciamento do Deputado José Genoíno, acerca do requerimento de prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 24, de 2009-CN”.

II – ANÁLISE

Com relação à competência da CCJ para se pronunciar sobre o recurso interposto pelo Senador Eduardo Suplicy, verifica-se que o art. 408 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) dispõe que, havendo recurso para

o Plenário sobre decisão da Presidência em questão de ordem, é lícito a esta solicitar a audiência desta Comissão sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional.

Quanto ao Ofício nº 283/2010-CN, do Presidente do Senado Federal, na qualidade de Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumpre esclarecer que o pronunciamento, em cópia, a que se refere consiste de questão de ordem levantada pelo Deputado José Genoíno na sessão da Câmara dos Deputados de 14 de julho de 2010. Como o próprio Ofício nº 283/2010-CN menciona que se trata da “mesma matéria” do Ofício nº 1487/2010-SF, o exame que ora se procede sobre este serve de subsídio ao tratamento a ser conferido àquele pelo Presidente do Senado Federal.

De início, importa observar que o recurso do ilustre Senador Eduardo Suplicy trata de tema de grande importância para a democracia brasileira e para o Poder Legislativo, uma vez que versa sobre as comissões parlamentares de inquérito. Afinal, ao lado da função legislativa, a função de controle e fiscalização dos atos da Administração Pública vem ganhando cada vez maior vigor na caracterização e contribuição institucional do Parlamento.

O Legislativo tem a seu dispor pelo menos quatro meios constitucionais de exercício de seu poder de fiscalização: interpelação parlamentar; pedido de informações; inspeções e auditorias, realizadas com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU); e a comissão parlamentar de inquérito (CPI). Para muitos, a CPI tem preponderância sobre os demais instrumentos, tanto por dispor de amplos poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais, quanto por se tratar de inquérito de natureza política, realizado por um Poder independente.

Surgidas na Inglaterra no século XIV e introduzidas no direito constitucional brasileiro a partir da Constituição de 1934, as CPIs tiveram grande valorização com a recente redemocratização do País, sendo o instituto prestigiado pela Constituição Federal de 1988 (CF), que assim disciplinou sua criação e funcionamento, com expressa previsão para as comissões criadas “em conjunto” pelas Casas do Congresso Nacional (mistas):

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

.....

Desde então, as CPIs passaram a ser mais efetivamente utilizadas na prática parlamentar, tendo-se configurado como expressão do poder-dever de fiscalizar atribuído ao Legislativo, conforme observa José Wanderley Bezerra Alves:

Nos últimos quinze anos, a imprensa, os partidos políticos, a sociedade civil organizada e os cidadãos passaram a exercer, com maior amplitude, seus direitos, como consectário da redemocratização iniciada em meados da década de 70, no século XX, ainda no curso do regime militar implantado no Brasil em 1964. Paulatinamente, a partir do final da década de 80, a imprensa e os partidos políticos ganharam forças suficientes para denunciar desmandos e, conseqüentemente, promover a defesa da sociedade, fazendo-o, especialmente, através de investigações e denúncias de atos tidos por contrários aos interesses da coletividade.

.....

Essa liberdade de fiscalização conferida à sociedade, relativamente ao Legislativo, é tratada como poder-dever, tendo o constituinte, em razão disso, de modo expresse, outorgado “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” (CF, art. 58, § 3º), exercidos exclusivamente através de comissões parlamentares de inquérito – não extensíveis aos seus membros, evidentemente – quando no exame de fato determinado e por prazo certo. As CPIs têm sua constituição assegurada quando requerida por um terço dos membros de cada uma das Casas do Congresso, constituindo-se em instituto democrático, onde a minoria faz prevalecer sua vontade sobre a maioria, pelo menos em princípio, haja vista que, no decorrer dos trabalhos, as deliberações por ela tomadas ocorrem por maioria (*Comissões Parlamentares de Inquérito: poderes e limites e atuação*, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2004, p. 25/27).

A dimensão revigorada que as CPIs adquiriram a partir da Constituição de 1988 foi amplamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que muito contribuiu para que elas se firmassem como legítimo direito das minorias parlamentares, no desempenho da missão de fiscalização do Legislativo. Nesse sentido, transcreve-se excerto da ementa do acórdão

proferido no Mandado de Segurança (MS) nº 24.831, relator Ministro Celso de Mello (julgado em 22/06/2005; DJ de 04/08/2006):

– O direito de investigar – que a Constituição da República atribuiu ao Congresso Nacional e às Casas que o compõem (art. 58, § 3º) – tem, no inquérito parlamentar, o instrumento mais expressivo de concretização desse relevantíssimo encargo constitucional, que traduz atribuição inerente à própria essência da instituição parlamentar.

– Existe, no sistema político-jurídico brasileiro, um verdadeiro estatuto constitucional das minorias parlamentares, cujas prerrogativas – notadamente aquelas pertinentes ao direito de investigar – devem ser preservadas pelo Poder Judiciário, a quem incumbe proclamar o alto significado que assume, para o regime democrático, a essencialidade da proteção jurisdicional a ser dispensada ao direito de oposição, analisado na perspectiva da prática republicana das instituições parlamentares.

Firmada a procminência democrática e institucional das CPIs, é notório observar que a questão em exame deve-se resolver mais mediante interpretação de índole constitucional, uma vez impregnados os direitos nela discutidos dessa estatura, do que da simples aplicação mecânica de dispositivos regimentais. Ou seja, trata-se de preservar a substância de elevados direitos constitucionais, aos quais devem devotar respeito a aplicação das regras regimentais, de natureza meramente procedimental, que lhe dão concreção.

Em primeiro lugar, cumpre perquirir sobre o **cabimento do recurso** e seu ulterior processamento. Para tanto, deve-se buscar a orientação expedida, de forma unânime, pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Mandado de Segurança nº 26.441, relator Ministro Celso de Mello (julgado em 25/04/2007, DJE de 18/12/2009), cujo trecho final da ementa merece transcrição:

– Preenchidos os requisitos constitucionais (CF, art. 58, § 3º), impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que não depende, por isso mesmo, da vontade aquiescente da maioria legislativa. Atendidas tais exigências (CF, art. 58, § 3º), cumpre, ao Presidente da Casa legislativa, adotar os procedimentos subseqüentes e necessários à efetiva instalação da CPI, não se revestindo de legitimação constitucional o ato que busca submeter, ao Plenário da Casa legislativa, quer por intermédio de formulação de Questão de Ordem, quer mediante **interposição de recurso** ou utilização de qualquer outro meio regimental, a criação de qualquer comissão parlamentar de inquérito.

– A prerrogativa institucional de investigar, deferida ao Parlamento (especialmente aos grupos minoritários que atuam no âmbito dos corpos legislativos), não pode ser comprometida pelo bloco majoritário existente no Congresso Nacional, que não dispõe de qualquer parcela de poder para deslocar, para o Plenário das Casas legislativas, a decisão final sobre a efetiva criação de determinada CPI, sob pena de frustrar e nulificar, de modo inaceitável e arbitrário, o exercício, pelo Legislativo (e pelas minorias que o integram), do poder constitucional de fiscalizar e de investigar o comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, notadamente daqueles que se estruturam na esfera orgânica do Poder Executivo.

– A rejeição de ato de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressiva votação majoritária, proferida em sede de recurso interposto por Líder de partido político que compõe a maioria congressual, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar que a própria Constituição da República outorga às minorias que atuam nas Casas do Congresso Nacional.

É verdade que o julgado transcrito refere-se a caso de criação de CPI e não de prorrogação de seu prazo. Contudo, na essência do direito constitucional sob guarida, não há o que distinguir nas duas situações. Com efeito, do quanto exposto no art. 58, § 3º, da Constituição, e de sua reiterada interpretação pelo Supremo Tribunal Federal, três são os requisitos constitucionais para criação de uma CPI: o quórum de iniciativa de um terço dos membros da Casa Legislativa (ou de ambas, se a comissão for mista), o prazo certo e o fato determinado. Na hipótese de requerimento de prorrogação, o prazo é exatamente o que se pretende estender, o fato determinado continua o mesmo, mas é necessário angariar signatários que atinjam (novamente) o quórum de iniciativa. Atendido esse limite mínimo de assinaturas, estão satisfeitas as condições necessárias à continuidade da investigação, não podendo, da mesma forma, a maioria obstar a prorrogação da comissão.

Portanto, dessa decisão se extrai a conclusão de que não se reveste de legitimação constitucional o ato que busca submeter a criação e, por aplicação analógica, a prorrogação de CPI à deliberação do Plenário da Casa Legislativa, sob pena de frustrar e nulificar o exercício pelo Legislativo, e das minorias que o compõem, do poder constitucional de fiscalização. O presente recurso é, desse modo, uma espécie ilegítima de mecanismo com o qual se pretende submeter a vontade da minoria à deliberação da maioria.

O voto que conduziu o julgado esclarece que a instância decisória sobre o preenchimento dos requisitos constitucionais pelo requerimento é a Presidência, não se admitindo o questionamento interno (via questão de ordem e

posterior recurso) da legitimidade dessa decisão, pois isso implicaria retirar da minoria o poder de instauração da CPI, transferindo-o para a maioria dos congressistas (ao se submeter o recurso ao Plenário). Eventual inconformismo da maioria contra o ato da Presidência somente poderá ser impugnado junto ao Judiciário. Assim, a previsão regimental de interposição de recurso a questão de ordem não tem aplicação nessa hipótese, pois não pode sobrepor-se à norma constitucional que garante o direito da minoria de promover a CPI.

Conclui-se, portanto, que o **recurso não merece ser conhecido**, não devendo ser submetido ao Plenário do Senado Federal, pois tal medida causaria ofensa ao direito de fiscalização assegurado constitucionalmente às minorias parlamentares e, em extensão, ao próprio Poder Legislativo.

De todo modo, **também não assiste razão** ao recorrente **quanto ao mérito**, uma vez que o procedimento adotado, em caráter excepcional, pela Presidência da sessão do Senado Federal também prestigia o poder fiscalizador do Parlamento e o direito das minorias, além de conferir a maior efetividade possível ao art. 58, § 3º, da Constituição Federal, resultar em economia processual e resguardar os direitos dos signatários do requerimento (arts. 243 e 244, RISF).

A questão de ordem levantada pelo Senador Eduardo Suplicy teve por base o art. 21 do Regimento Comum, que assim dispõe:

Art. 21. As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito serão criadas em sessão conjunta, sendo automática a sua instituição se requerida por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados mais 1/3 (um terço) dos membros do Senado Federal.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito terão o número de membros fixado no ato da sua criação, devendo ser igual a participação de Deputados e Senadores, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária.

Como se vê, o dispositivo prevê expressamente a criação automática da CPMI em sessão conjunta, desde que requerida por um terço dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional. Não estão determinadas, porém, nem nesse dispositivo, nem em qualquer outro do Regimento Comum, regras sobre o procedimento a ser utilizado para prorrogação do prazo de CPMI em andamento.

Em caso de omissão do Regimento Comum, ele próprio, em seu art. 151, determina que sejam aplicadas as disposições do Regimento Interno do

Senado e, somente quando este também seja omissivo, as do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ao buscar norma sobre o assunto no Regimento Interno do Senado Federal, encontra-se o disposto no art. 152, que passa então a regular também as CPMLs, nos seguintes termos:

Art. 152. O prazo da comissão parlamentar de inquérito poderá ser prorrogado, automaticamente, a requerimento de um terço dos membros do Senado, comunicado por escrito à Mesa, lido em plenário e publicado no *Diário do Senado Federal*, observado o disposto no art. 76, § 4º.

O art. 76, § 4º, do RISF – referido no final do art. 152 – estipula qual o limite temporal de funcionamento da comissão, da seguinte forma:

Art. 76.

§ 4º Em qualquer hipótese o prazo da comissão parlamentar de inquérito não poderá ultrapassar o período da legislatura em que for criada.

Esse dispositivo mostra-se compatível, quanto ao final necessário do prazo, com o que estabelece o art. 5º, § 2º, da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que *dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito*:

Art. 5º

§ 2º A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso.

Chamado a se pronunciar sobre a possibilidade de prorrogação do prazo das CPIs, em face da expressão “prazo certo”, contida no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal admitiu que houvesse sucessivas prorrogações, desde que não fosse ultrapassada a legislatura. Essa a decisão veiculada no Habeas Corpus nº 71.231, relator Ministro Carlos Velloso (julgado em 05/05/1994, DJ de 31/10/1996), que se baseia em precedente da Corte:

Prazo certo: o Supremo Tribunal Federal, julgando o HC 71.193-SP, decidiu que a locução ‘prazo certo’, inscrita no § 3º do artigo 58 da

Constituição, não impede prorrogações sucessivas dentro da legislatura, nos termos da Lei 1.579/52.

Não há impossibilidade constitucional ou legal, portanto, para que o prazo de funcionamento da CPMI do MST seja prorrogado até o final da legislatura em curso, que ocorrerá em 31 de janeiro de 2011. Desse modo, é legítima a apresentação de requerimento de prorrogação, que ficará adstrita àquele limite, desde que contenha o quórum de assinaturas requerido pelo art. 58, § 3º, da Constituição Federal (no caso, um terço das assinaturas de cada uma das Casas).

Posto isso, a questão a se enfrentar é se o requerimento de prorrogação de CPMI deve ser lido necessariamente, para surtir efeito, em sessão do Congresso Nacional, ou se pode ser lido em sessão do Senado Federal, com posterior comunicação à Câmara dos Deputados, tal como foi realizado.

Desde logo, é preciso lembrar que as sessões conjuntas, fora aquelas com data legalmente fixada (art. 57, § 3º, CF; art. 1º, RC), são convocadas pelo Presidente do Senado, ou seu substituto, com prévia audiência da Mesa da Câmara dos Deputados. Verifica-se, assim, que não há previsão para realização de sessões conjuntas “ordinárias”, assim entendidas aquelas que ocorrem regularmente (em geral, diariamente), em dia e hora regimentalmente estipulados, tal como disposto para as sessões plenárias do Senado Federal (art. 154, §§ 1º e 4º, RISF) e da Câmara dos Deputados (art. 65, II, RICD). Portanto, as sessões conjuntas em que ocorrem leitura de expediente e deliberação de matérias dependem sempre de prévia convocação, mediante entendimento entre a direção superior das duas Casas.

Não há dúvida de que, por se tratar de comissão mista, o requerimento de prorrogação de CPMI deveria ser ordinariamente lido em sessão conjunta. Contudo, estando na proximidade do término do prazo de funcionamento da CPMI e não havendo sessão conjunta previamente convocada até essa data, não se identifica irregularidade na providência, adotada em caráter excepcional, de que tal leitura seja feita em sessão do Senado Federal, com subsequente comunicação à Câmara dos Deputados.

Em verdade, trata-se de medida justa e adequada para não deixar perecer o direito de investigação da minoria, abrigado pela Constituição Federal, cumprindo-se o rito da leitura de modo diferenciado das demais matérias legislativas do Congresso Nacional, mas em tudo condizente com o estatuto constitucional das CPIs. Com isso, nos valendo da qualificação utilizada pelo

Ministro Carlos Britto, do STF, no julgamento do MS nº 26.441, distingue-se o “poder decisório substancial da minoria” do “poder decisório meramente formal ou declaratório” da Presidência da Mesa, ajustando-se o exercício deste para a tempestiva concretização daquele.

Ora, no caso em exame, o prazo inicialmente deferido para a CPMI do MST se esgotava no dia 17 de julho de 2010, último dia do primeiro período da sessão legislativa ordinária (art. 57, CF). Se a leitura não fosse feita tal como foi, na sessão do Senado Federal de 14 de julho, com posterior comunicação à Câmara, poderia ocorrer de a comissão ter a duração esvaída com seus trabalhos inconclusos, uma vez que ainda não houve deliberação sobre seu relatório final.

Como antes mencionado, até o ato de leitura, o requerimento de prorrogação da CPMI do MST contava com 174 assinaturas de Deputados e 36 assinaturas de Senadores. Depois, foi plenamente exercido o direito de retirar ou acrescentar assinaturas antes da publicação, que é facultado aos congressistas pelo art. 244 do RISF. Segundo quadro denominado “Resumo Assinaturas – Prorrogação CPMI MST”, elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa (fls. 1.502 do processado do RQN 24/2009-CN), foram retiradas 32 assinaturas de Deputados Federais, mas também acrescentadas assinaturas em igual número, atingindo ao final as mesmas 174 assinaturas. No Senado, foi retirada 1 assinatura, mas acrescentadas outras 3, atingindo-se 38 assinaturas. Com isso, ficou não só viabilizado o quórum mínimo de iniciativa para a prorrogação da CPMI do MST, como também demonstrado a publicidade e efetividade do procedimento levado a efeito.

De outro lado, se adotada a forma pretendida pelo recorrente, a leitura do requerimento de prorrogação ficaria sujeita à convocação urgente de uma sessão conjunta, o que dependeria de providência do Presidente do Senado, ou seu substituto, com prévia audiência da Mesa da Câmara dos Deputados (art. 2º, RC). E, ainda que houvesse tal convocação, a sessão somente poderia ser aberta com a presença mínima de um sexto da composição de cada Casa do Congresso Nacional (art. 28, RC). Tal sequência poderia inviabilizar a prorrogação, fazendo com que o ato formal de declaração de recebimento e leitura do requerimento tomasse maior dimensão do que o direito substancial da minoria de ver prorrogado o prazo da CPMI.

Por isso, a providência diligente da Presidência merece ser entendida como oportuna e suficiente para dar concreção ao § 3º do art. 58 da Constituição Federal e possibilitar o desempenho, pelo Congresso Nacional, de sua função de fiscalização. A propósito, é preciso recordar que o STF tem adotado decisões que recomendam uma postura ativa da Presidência da Casa

Legislativa no sentido de assegurar a consecução do direito de a minoria instalar CPIs. Esse o espírito que norteou o julgamento do Mandado de Segurança nº 24.831, relator Ministro Celso de Mello (realizado em 22/06/2005, DJ de 04/08/2006), como se pode depreender dos seguintes trechos da ementa do acórdão (grifos nossos):

– Preenchidos os requisitos constitucionais (CF, art. 58, § 3º), impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que não depende, por isso mesmo, da vontade aquiescente da maioria legislativa. Atendidas tais exigências (CF, art. 58, § 3º), **cumpré, ao Presidente da Casa legislativa, adotar os procedimentos subsequentes e necessários à efetiva instalação da CPI**, não lhe cabendo qualquer apreciação de mérito sobre o objeto da investigação parlamentar, que se revela possível, dado o seu caráter autônomo (RTJ 177/229 - RTJ 180/191-193), ainda que já instaurados, em torno dos mesmos fatos, inquéritos policiais ou processos judiciais.

.....

– **Incumbe, em consequência, não aos Líderes partidários, mas, sim, ao Presidente da Casa Legislativa (o Senado Federal, no caso), em sua condição de órgão dirigente da respectiva Mesa, o poder de viabilizar a composição e a organização das comissões parlamentares de inquérito.**

Constata-se, ainda, que não se trata de novidade, pois existem pelo menos **dois precedentes** de prorrogação de CPMIs que tiveram sistemática idêntica. Em 11 de novembro de 2003, foi lido na sessão do Senado Federal o requerimento de prorrogação dos trabalhos da “CPMI da Exploração Sexual” de crianças e adolescentes no Brasil (DSF de 12/11/2003, p. 36124), criada pelo Requerimento nº 2, de 2003-CN. No mesmo dia, a Câmara dos Deputados foi comunicada do recebimento do requerimento. Na sessão conjunta ocorrida depois dessa data, em 12 de novembro de 2003, foi lido novamente o requerimento.

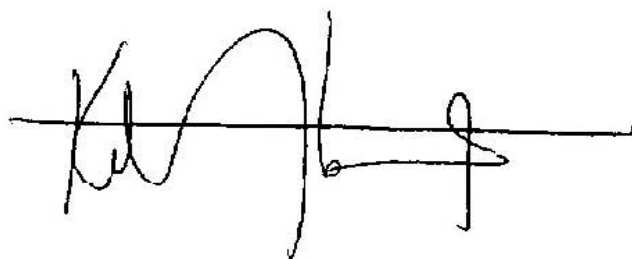
O outro precedente é ainda mais significativo. Em 4 de junho de 2004, foi lido na sessão do Senado Federal o requerimento de prorrogação da denominada “CPMI do Banestado” (DSF de 05/06/2004, p. 17416), criada pelo Requerimento nº 5, de 2003-CN. Na ocasião, encontrava-se na Presidência da sessão o Senador Eduardo Suplicy – ora recorrente –, tendo declarado então que o requerimento continha o número regimental de subscritores e que, nos termos do art. 152 do RISF, ficava “concedida a prorrogação pelo prazo solicitado”. Também nesse dia foi feita a comunicação à Câmara dos Deputados. A leitura em sessão conjunta ocorreu em 30 de junho de 2004.

Desse modo, não havendo sessão conjunta a ser realizada em tempo hábil, e desde que recebido o requerimento de prorrogação da CPMI com as assinaturas de um terço dos membros de cada Casa, é legítimo que o Presidente da sessão do Senado Federal realize a sua leitura, com imediata comunicação à Câmara dos Deputados, viabilizando-se desde logo a prorrogação da comissão (art. 152, RISF, c/c art. 151, RC), cujo prazo somente não poderá ultrapassar o final da legislatura (art. 5º, § 2º, Lei 1.579/1952 e art. 76, § 4º, RISF). Posteriormente, a leitura do requerimento de prorrogação é repetida na primeira sessão conjunta que se seguir, mas apenas para ciência do Plenário do Congresso Nacional.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pelo **não conhecimento do recurso**, uma vez que sua submissão ao Plenário implicaria violação ao direito constitucional das minorias (art. 58, § 3º, CF). Ainda que assim não fosse, **no mérito, por seu não provimento**.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2010.



, Presidente

, Relatora

Questão de Ordem
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: _____ Nº _____ DE _____

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/09/10, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
RELATORA: <i>Senadora Kátia Agreú</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
BELINI MEURER	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA AGREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ BEZERRA
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCON PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção VI
DAS REUNIÕES

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

- I - inaugurar a sessão legislativa;
- II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;
- III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;
- IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 5º - A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente- Presidente da República;

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Seção VII DAS COMISSÕES

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 5º. As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução.

§ 2º - A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso.

**DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO
DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO**

OF. Nº 1.487/2010-SF

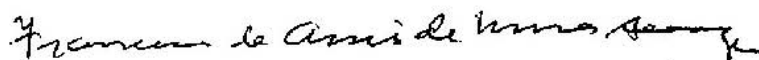
Brasília, 14 de julho de 2010.

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Ex^a e, por seu intermédio, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recurso interposto pelo Senador Eduardo Suplicy sobre decisão desta Presidência em questão de ordem formulada por S. Ex^a na sessão do Senado Federal realizada nesta data.

Em anexo, encaminho excerto das notas taquigráficas pertinente à questão.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.



Senador Mão Santa
3º Secretário da Mesa do Senado Federal,
na Presidência da Sessão

Exm^o Sr.
Senador Demóstenes Torres
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
do Senado Federal



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

CPMI - MST
SESSÃO NÃO DELIBERATIVA
14/07/2010
(TERÇA-FEIRA)

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior, da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM - BA) – Eu pediria a V. Ex^a que informasse a situação da prorrogação da CPI do MST. E, em caso de que todo o Regimento tenha sido cumprido, eu gostaria de pedir também a leitura imediata do documento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Nós pedimos aqui a informação à nossa Secretária-Geral Executiva, Dr^a Claudia Lyra, e ela disse que há número suficiente de Senadores, de Deputados Federais, e que foi feita a conferência da validade das assinaturas. Então, nós pedimos agora para lê-la e deferi-la.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/BR - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/BR - BA) – Peço a V. Ex^a para me inscrever pela Liderança do Partido da República. O ofício já está sobre a mesa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – V. Ex^a está devidamente documentado e representa com grandeza esse Partido histórico da República do nosso Brasil. É o Partido mais antigo, não é?

O SR. MARCO MACIEL (DEM - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir, se possível for, nos termos regimentais, que eu possa utilizar a tribuna para uma comunicação inadiável e urgente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Está feita a inscrição pela nossa Secretária.

Há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Relativamente à leitura do requerimento, eu sei, pois inclusive dialoguei com a

Dr^a Claudia, Secretária da Mesa, que eu mesmo, em certa ocasião, solicitei a leitura de requerimento de CPI, o que foi, então, comunicado à Câmara dos Deputados. Mas, pelo conhecimento que tenho, na verdade, a validade dessa leitura só se deu a partir da anuência da sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não. Não tem isso no Regimento não. É só uma prorrogação.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sim, exatamente para a prorrogação, pois o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece que as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito somente poderão ser criadas em sessão conjunta. A Presidência do Congresso também estabeleceu as normas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Criadas! A prorrogação é... Cadê o documento?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sim. De maneira que...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Diga, Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – ...não me objeto que seja feita a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Prorrogada! E vamos deferir.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – A prorrogação, entretanto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não. Deus quis, Deus permitiu, e eu estou na Presidência. Eu não vou apequenar este Poder. Eu entendo que nós temos que engrandecê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Eu vou respeitar a condição de V. Ex^a como Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É um dos poucos instrumentos hoje em que nós podemos ser equipotentes. Está aí o Judiciário frequentemente se imiscuindo aqui pelo nosso... Então, nós não poderíamos. Nem por hipótese, eu abrirei mão dessa condição.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a não permitiu que eu concluísse.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Permito. V. Ex^a terá o tempo que quiser, a opinião que quiser, mas não vai mudar a nossa opinião nem nossa convicção da grandeza e independência do Poder Legislativo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Posso agora fazer a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Mão Santa, o art. 21 do Regimento Interno estabelece que as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito somente poderão ser criadas em sessão conjunta. Obviamente se subentende que a própria prorrogação de Comissão Mista deve ser aprovada por sessão conjunta. Não há impedimento. E eu próprio já requeri, certa vez, que fosse lido aqui. A Dr^a Claudia me explicou. O requerimento, depois, foi comunicado à sessão da Câmara, mas foi necessária a anuência, depois, da sessão conjunta do Congresso Nacional, para que houvesse, de fato, a prorrogação. O que eu, portanto, aqui coloco... Não vou colocar impedimento à leitura solicitada pelo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não. É a leitura e o deferimento. V. Ex^a poderá recorrer e nós encaminharemos à Comissão de Constituição e Justiça. Está na Presidência o Senador Demóstenes Torres, que vai esclarecer qualquer falha do nosso comportamento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Está bom. É o meu entendimento, tal como aconteceu naquela ocasião, de que, para o deferimento da prorrogação, deve haver a sessão conjunta. Então, eu solicito que esta providência que V. Ex^a, como Presidente desta sessão, está deferindo seja objeto, ainda, da apreciação da Comissão de Constituição e Justiça

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não. Eu vou deferir. Se alguém quiser fazer um recurso, inibindo uma CPI do Congresso, que o faça. Eu assumo dar continuidade à CPI, já que os membros têm nome suficiente e não chegaram a uma conclusão definitiva. Então, eu estaria abordando um esclarecimento e, conseqüentemente, desmoralizando uma das instituições que dão força ao Poder Legislativo, que é a CPI.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu quero informar a V. Ex^a que, na última sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, foi lido o parecer conclusivo da parte do Deputado Jilmar Tatto, foi pedido vista pelo Deputado Onyx Lorenzoni. Então, vai ser apreciado daqui a instantes, porque está previsto. Eu estou, inclusive, dirigindo-me à Comissão Mista de Inquérito, da qual sou membro, mas quero informar a V. Ex^a que o relatório está apresentado. Portanto, eu solicito a V. Ex^a que

encaminhe à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, conforme V. Ex^a mesmo sugeriu a mim que...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não. Eu estou dizendo que V. Ex^a tem o direito de fazer o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Está bom. Então, eu aqui faço o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu não. Eu aqui estou representando...

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sugeriu. Eu acato a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E quero informar a V. Ex^a que o Senado precisaria de 27 assinaturas e tem 37; a Câmara precisaria de 170 e tem 176.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – 171...

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Portanto, acatando a sugestão de V. Ex^a, eu apresento o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Requerimento de 2010, do Sr. Onyx Lorenzoni e outros, solicita que esta CPMI destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades, relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino e evasão de recursos para invasão de terras, bem como analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira, em especial a promoção e execução da reforma agrária, prorogue seus trabalhos por 180 dias.

Sr. Presidente, requeremos a V. Ex^a, com base no art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de duração da CPMI destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificadas em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino e evasão de recursos para invasão de terras, bem como analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira, em especial a promoção e

execução da reforma agrária, por 180 dias, a fim de permitir a continuidade e conclusão das investigações que ainda estão em curso.

JUSTIFICATIVA

Não são recentes as suspeitas acerca da atuação mais especificamente das relações financeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e algumas organizações não-governamentais (ONGs) que atuam no meio rural.

Há graves denúncias relativas a convênios celebrados entre a União e algumas dessas ONGs, entre elas a de que os recursos dessas avencas estariam financiando as operações, não raro de puro vandalismo do MST, por meio de repasses, inclusive as Secretarias Regionais daquele Movimento.

Este Congresso Nacional, quando do funcionamento da chamada CPMI da Terra, já teve oportunidade de constatar indícios de desvio de finalidade, na utilização dos recursos dos mencionados convênios. Naquela oportunidade, no entanto, não foi possível, diante do fato determinado daquele que é Parlamentar ou aproveitamento de tais suspeitas de malversação do erário.

Por solicitação da CPMI da Terra, auditorias foram realizadas em relação aos recursos conveniados entre a União e algumas das entidades ligadas ao Movimento Agrário, em que pese as conclusões e as recomendações constantes das auditorias do Tribunal de Contas da União, que determinou que se ...

Que determinou que se convertesse em tomadas de contas especiais mais de duas dezenas de convênios firmados onde se constatarem grave indícios de fraudes e irregularidades. O que se verifica é que os repasses do Governo Federal para tais entes não só continuaram mas tem ocorridos em montantes cada vez mais significativos em total desrespeito ao prescrito por aquela Corte de Contas.

No Acórdão-TCU nº 2.261, de 2005, que, entre outras coisas, determinou aos órgãos federais sob investigação que se abstivessem de celebrar convênios ou outros ajustes com entidades que não dispusessem da condição para consecução de seus projetos.

Com o objetivo de burlar a determinação de não se firmarem novos convênios com as entidades há muito investigadas, a maioria das ONGs anteriormente auditadas pelo TCU tornaram-se inativas e, por consequência, outras foram abertas com novas suspeitas de malversação.

Ainda que assim não fosse, a revista Veja divulgou dados estarrecedores sobre as organizações aqui mencionadas.

A edição daquele semanário, publicada em 12 de setembro de 2009, trouxe uma matéria sob o título: *“Abrimos o cofre do MST, apresentando os seguintes dados...”*.

A análise dos dados financeiros da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (Concra), do Centro de Formação e Pesquisas Contestado (Cepatec), e do Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac) revela que o MST montou, controla e tem a seu dispor uma gigantesca e intrincada rede de abastecimento e distribuição de recursos públicos e privados, que transitam por dezenas de ONGs espalhadas pelo Brasil.

As quatro entidades-cofre receberam 20 milhões de reais em doações do exterior entre 2003 e 2007. A contabilização desses recursos não foi devidamente informada à Receita Federal.

As quatro entidades-cofre repassaram uma parte considerável do dinheiro a empresas de transporte, gráficas e editoras vinculadas a partidos políticos e ao MST. Há coincidências entre as datas de transferência do dinheiro ao Brasil e as campanhas eleitorais de 2004 e 2006.

As quatro entidades-cofre receberam 43 milhões de reais em convênios com o Governo Federal de 2003 a 2007.

Existe uma grande concentração de gastos às vésperas de manifestações estridentes do MST. As quatro entidades-cofre promovem uma recorrente interação financeira com associações e cooperativas de trabalhadores cujos dirigentes são ligados ao MST. As quatro entidades-cofre registram movimentações bancárias estranhas, com vultosos saques na boca do caixa, indício de tentativa de ocultar desvios de dinheiro.

Entre 2003 e 2008, segundo levantamentos oficiais, cerca de 30 entidades de trabalhadores rurais receberam do Governo Federal o equivalente a R\$145 milhões. O dinheiro é repassado em forma de convênios normalmente para cursos de treinamento. O Tribunal de Contas da União já identificou irregularidades em vários desses cursos. São desvios como cadastros de pessoas que não participaram de aula alguma e despesas que não existiram justificadas com notas frias. A Anca, por exemplo, teve os bens bloqueados pela Justiça após a constatação de que uma parte dos recursos de um

convênio milionário assinado com o Ministério da Educação para alfabetizar jovens foi parar nos cofres do MST.

Teoricamente, a Anca, a Concrab, o Cepatec e o Itac são organizações independentes, sem nenhum vínculo oficial entre si ou com o MST.

Mas só teoricamente. A quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das entidades-cofre mostra que elas fazem parte de um mesmo corpo, são uma coisa só, bem organizada e estruturada para dificultar o rastreamento do dinheiro que recebem e administram sem controle legal algum.(...)

Há muito que desvendar a respeito do verdadeiro uso pelo MST do dinheiro público e das verbas provenientes do exterior. A Anca, por exemplo, é investigada desde 2005 por suas ligações com o movimento. A quebra do sigilo mostra que funcionários da entidade realizaram saques milionários em dinheiro em datas que coincidem com manifestações promovidas pelo MST e também com períodos eleitorais. Outra coincidência: tabulando os gastos das entidades, resta evidente que parte expressiva dos recursos é destinada a pessoas físicas ou jurídicas vinculadas ao MST. Há também transferências bancárias suspeitíssimas.

Em agosto de 2007, R\$153 mil reais do Cepatec foram parar na conta de Márcia Carvalho Sales, uma vendedora de cosméticos residente na periferia de Brasília. 'Não sei do que se trata, não sei o que é Cepatec e não movimento a conta no banco há mais de três anos' – diz a comerciária. O Cepatec também não quis se pronunciar.

A par de todos esses escândalos que estão dilapidando a Nação, a presente CPMI foi criada e instalada sob fortes protestos daqueles que não queriam ver a caixa preta do MST aberta e investigada.

Ocorre que dentre os diversos requerimentos apresentados pelos nobres pares desta comissão muitos ainda não foram deliberados. Outros, sim. Muitos dos documentos importantes que chegaram à CPMI ainda não foram examinados de forma minuciosa por parte desta comissão.

Assim, temos que o prazo de encerramento da CPMI do MST, previsto para o dia 17 de julho de 2010, afigura-se insuficiente para que o Congresso Nacional apresente ao povo brasileiro as conclusões acerca dos inúmeros fatos de corrupção que vêm sendo apurados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A prorrogação do prazo por 180 dias, portanto até o dia 13 de janeiro de 2011, parece-me, a priori, mais adequada a permitir as conclusões do trabalho em curso.

Diante do exposto, acreditamos que o aditamento do prazo é medida mais do que necessária para uma verificação minudente de todo o escopo abordado por esta comissão, de forma a concluir de uma vez por todas se o MST tem ou não utilizado as atividades agrícolas como subterfúgio para o cometimento de graves ilícitos.

Sala das comissão. Recebemos hoje. Julho de 2010. Deputado Ônix Lorenzoni.

Quero crer, “um quadro vale por dez mil palavras”. Olha esse Congresso se exaltou, cresceu e cumpriu uma missão com essa CPI da pedofilia do Magno Malta que está aí, que nódoa, que mácula, que vergonha, não no Brasil mas no mundo todo e já li aqui várias, continuar delas, várias vezes o Plenário aprovou a prorrogação da CPI da pedofilia que tem escrito uma das páginas mais belas não só na sociedade brasileira, mas do mundo.

É a mesma coisa “eu nada vejo de mal, só de bem, esse instrumento ser bem usado para esclarecer a verdade”.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT - SP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento contém o número de subscritores suficientes, aliás mais do que manda a lei, 176 Srs. Deputados assinaram e 37 do Senado Federal.

Então, estamos aqui representando. Nós somos o Presidente que representa o Congresso.

O requerimento será publicado no Diário do Senado Federal no dia 15 do corrente.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

V. Ex.^a pode usar da palavra.

Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem ou para uma comunicação inadiável?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT - SP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – O art. 405 do nosso Regimento Interno, do Senado Federal, diz que a questão de ordem será decidida pelo Presidente com recurso para o Plenário,

de ofício ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado pelo Líder.

E eu aqui falo como Líder do Partido dos Trabalhadores, sou o Vice-Líder em exercício da Liderança, e tendo em conta o que diz o art. 21, que eu já li, segundo o qual as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito serão criadas em sessão conjunta, sendo automática sua instituição...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Criadas. Nós estamos prorrogando-a, como fizemos em relação à da pedofilia.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Se requerida por um terço... Sim, mas é o mesmo sentido...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não, não. Criar é uma coisa, prorrogar é outra. Pode consultar o dicionário, isso é problema de vocabulário.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – ...e justamente por causa disso, Sr. Presidente, e com base, então, no art. 405 do Regimento Interno, desejo interpor recurso da decisão de V. Ex^a, com todo respeito e carinho pelo Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Direito que assiste a V. Ex^a. Encaminharei à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – E porque V. Ex^a não acatou a questão de ordem por mim solicitada, sendo assim, solicito que seja levada ao Plenário, após ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, pois é preciso verificar se a Comissão de Constituição e Justiça considera que está prejudicada ou não a leitura do pedido de prorrogação da CPMI relativa ao MST.

Uma vez que a CPMI é mista e que tenha aqui sido solicitada a leitura, informo a V. Ex^a que eu mesmo já fiz esse procedimento, mas depois foi levada à leitura da Câmara e só convalidada mediante leitura perante o Congresso Nacional.

E, por essa razão, é que eu apresento recurso à Comissão de Constituição e Justiça e só então, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, deverá ser votado...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a me permite esse debate qualificado.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – ... aqui, em Plenário, o recurso que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com o número de assinaturas, é o Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – E gostaria de informar a V. Exª sobre...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Têm 176 Deputados Federais...

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – ... todos os temas que V. Exª há pouco leu, todos esses temas foram objetos de trabalhos, de convocações, de oitivas, de audiências na Comissão Parlamentar de Inquérito Mista. Os temas que V. Exª leu foram devidamente esclarecidos. O Deputado Jilmar Tatto apresentou o seu parecer, o seu relatório de conclusão; o Deputado Onyx Lorenzoni apresentou também o seu relatório, um parecer de outra forma, mas ambos conclusivos sobre todos esses temas que V. Exª há pouco leu.

Então, o trabalho foi realizado, de maneira que eu, portanto, apresento o recurso. Ouvida a CPI, deve haver uma decisão pelo Plenário e, obviamente, o Plenário precisará estar com quórum para que tenhamos a decisão definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Eduardo Suplicy, deixe-me responder...

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Esta é a questão de ordem que apresento para que seja encaminhada também à Comissão de Constituição e Justiça, para ser ouvida relativamente à decisão que acaba de tomar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Primeiro, eu defendo o meu entendimento.

Segundo, nós estamos aqui atendendo à questão de ordem, o direito que V. Exª tem de fazê-la. V. Exª representa, e nunca o PT teve um líder tão grandioso como V. Exª,

Mas, se Exª... Eu acatei o Pedido de Ordem... Estou ouvindo... Eu não poderia deixar de acatar um documento trazido (que representa o Congresso Nacional) por 176 Deputados Federais e 37 Senadores. Se V. Exª... Eu sei que V. Exª é um grandioso, é o Líder do Partido dos Trabalhadores, mas eu não poderia deixar de receber e deferir um documento assinado por 176 Deputados Federais e 37 Senadores. E... Mandarei à Comissão de Constituição e Justiça, ao Presidente Demóstenes Torres.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito bem... Então, o senhor defere minha questão de ordem para encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça. Agradeço a atenção de V. Ex^a, porque mostra que está cumprindo o Regimento e a solicitação deste Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa, PSC – PI) – Eu reconheço que nunca o Partido dos Trabalhadores foi representado com tanta grandeza como com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço a providência de V. Ex^a em acatar o recurso.

FRAGMENTOS DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REFERENTES À APRECIÇÃO DO OFÍCIO Nº 1.487, DE 2010, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2010.

.....

Há uma questão de ordem sobre a mesa. Como tem prazo, votaremos em primeiro lugar. Até sugeriria ao autor da questão de ordem que desista da questão de ordem – é o Senador Eduardo Suplicy –, pois acho que foi só no momento. Trata-se da prorrogação da CPMI destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificadas em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino e evasão de recursos para invasão de terras, bem como para analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira, em especial a promoção e execução da reforma agrária, e prorogue esses trabalhos por 180 dias.

A prorrogação é constitucional, é regimental. A Senadora Kátia Abreu já deu o parecer contrário. Parece-me que a Comissão não tem como deliberar de forma contrária porque o Regimento da Casa e o Regimento Comum são muito explícitos, Senador Eduardo Suplicy. Se V. Ex^a desistir desse requerimento... Acho que os Senadores não vão votar contra a prorrogação,

porque seria um crime contra o Regimento da Casa. Assim, eu apelaria a V. Ex^a para que desistisse dessa questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, quero fazer a sugestão, então, de que o mesmo seja examinado pelo Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Lá já foi.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Já foi. Seu recurso...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Foi uma decisão apenas do Senador Mão Santa, que estava numa sessão do plenário sem quorum e decidiu...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – V. Ex^a insiste na questão de ordem?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, eu participei da sessão e foi colocado lá...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Eu sugiro que a mesma...

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Foi votada. Foi votada no plenário.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – E foi votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu não quis interferir de plano porque, afinal de contas, V. Ex^a...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – E o Senador Mão Santa estava falando pela Presidência, Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Peço ao Senador Eduardo Supply, uma vez que o Senador... V. Ex^a desiste da questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Fiz uma questão de ordem no plenário para ser encaminhada à CCJ e veio para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – V. Ex^a não desiste da questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não desisto porque...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Perfeito.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – ... está explicitado que este requerimento liderado pela Senadora Kátia Abreu – é legítimo que ela o faça – deveria ser lido na sessão do Congresso e não apenas do Senado. Foi esse o teor. Isso é o que diz o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, que o Senador Eduardo Supply tivesse coerência com relação a um outro episódio ocorrido em 04 de junho de 2004, na prorrogação da CPMI do Banestado, quando ele presidia a Mesa do Senado Federal e aprovou a prorrogação dessa CPI. E por que não a CPI que trata dos desvios de recursos públicos já atestados pelo Tribunal de Contas da União? Nós não temos o direito

de continuar averiguando para dar uma satisfação à população deste País. Em outra oportunidade, Sr. Presidente, também na CPMI da Exploração Sexual, em 11 de novembro de 2003, foi lido, na sessão do Senado Federal, requerimento de prorrogação dos trabalhos. E esta Casa acatou-o plenamente. Depois, houve a aquiescência da Câmara dos Deputados. Então, não podemos ter dois pesos e duas medidas. O requerente aprova a prorrogação de uma CPMI no passado do Banestado, que interessava ao seu Partido principalmente, pois era quem estava trabalhando pela CPMI. E agora, neste momento, trabalha de forma incoerente.

Então, peço ao colega Suplicy, com todo o respeito, pelo conhecimento que tem da matéria e do Regimento Interno, que nós possamos fazer da mesma forma que foram feitas com as duas outras CPMIs: a da Exploração Sexual e a do Banestado. Posteriormente, o Plenário da Câmara referendará a aprovação do Plenário do Senado.

Portanto, pelo exposto, o voto é pelo não conhecimento do recurso, uma vez que sua submissão ao Plenário implicaria violação ao direito constitucional das minorias, Senador Eduardo Suplicy, art. 58, § 3º, da Constituição Federal. Ainda que assim não fosse, no mérito, por seu não provimento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, às vezes, observo que, em diversas ocasiões nas reuniões da CPMI, aquelas pessoas que agora assinaram requerimento para sua prorrogação muitas vezes não estavam presentes, não se interessavam em ouvir os depoimentos seja dos movimentos sociais, seja dos responsáveis pelo Governo. Então, soa um pouco estranha essa solicitação de prorrogação da CPMI, porque, na hora de efetivamente realizar o trabalho – e eu fui testemunha –, muitas vezes a própria Senadora Kátia Abreu não estava ali presente. O que o Regimento efetivamente diz é que a leitura do requerimento de prorrogação... E eu quero dizer que, na época, li o artigo do Regimento que menciona esse fato e, por isso, fiz a questão de ordem e mantenho esta posição de que a prorrogação deveria ser objeto de leitura em sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Havendo a menção explícita...

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BELINI MEURER (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu e, em seguida, a V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, eu gostaria de dizer a V. Exª, com todo o respeito, que não lhe dou o direito de questionar os meus trabalhos nesta Casa. Não é o senhor que vai

apontar onde eu deva ou não estar. O meu mandato é do tamanho do seu, apesar de o senhor estar em um Estado, graças a Deus, bastante populoso. Mas o seu mandato não é maior do que o meu, não lhe credencia para me chamar a atenção em público. Eu sou suplente na CPMI do MST, que recebe recursos do seu Governo, recursos públicos indevidos, atestado pelo Tribunal de Contas da União, já requerido e reiterado por várias vezes. E o senhor quer fazer vista grossa diante disso. E não me chame e não me dê descompostura em público. Eu sou suplente na CPMI, portanto estarei lá quando a titularidade permitir com a ausência. Não estive na CPMI, porque sou suplente. E não estive lá porque não fui requerida. Nunca fugi das minhas obrigações e nunca deixei de fazer o que tinha de ser feito. E nunca recuei. E nunca fiz de conta de nada. Quando reprovoo um requerimento de uma pessoa que burlou a lei, que quebrou o sigilo bancário da filha de um candidato, V. Ex^a vota contra. Nunca mais me chame a atenção. Eu lhe peço, por favor. Não lhe dei esse direito e não lhe darei esse direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Artigo 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Garanto a V. Ex^a a palavra, mas, uma vez que V. Ex^a é um Senador de um nível bastante aceitável, como a Senadora Kátia Abreu, peço apenas que mantenhamos a compostura, para podermos concluir bem. De vez em quando, eu mesmo perco, mas vamos para o *fair play*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Mesmo porque, Sr. Presidente, eu não lhe dei nenhuma descompostura e não deixei de lhe apoiar. Em nenhum momento, o meu Partido...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senadora Kátia Abreu...

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ...ou nenhum de nós lhe chamou a atenção, ou lhe apontou o dedo. Portanto, cuidado com o seu telhado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senadora Kátia Abreu!

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Senador Demóstenes Torres!

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Peço perdão, peço perdão! Peço para riscar da Ata.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Mas é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas peço para riscar da Ata todas essas...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Concedo a palavra a V. Exª e peço que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Será nos termos que V. Exª me recomenda.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres; prezada Senadora Kátia Abreu, antes de eu falar, V. Exª havia feito críticas às minhas atitudes, mas V. Exª avalia que pode, sim, criticar-me, mas eu não posso fazer avaliação sobre o fato de a senhora ser a primeira signatária deste requerimento, da CPI, em que V. Exª tanto se empenha para que continue, mas, efetivamente, os membros de seu Partido, a não ser pelo Relator, que, normalmente, esteve lá presente, mas muitas vezes estiveram ausentes os titulares de V. Exª. Não estiveram lá – sou testemunha disso – para ouvir os depoimentos que a senhora avalia sejam tão importantes. Os componentes que assinam com V. Exª esse requerimento não se interessaram, efetivamente, em ouvir os esclarecimentos de todos aqueles que foram ali realizar os depoimentos.

Então, tenho o maior respeito por V. Exª. Sei o quão apaixonadamente V. Exª defende os interesses que acredita sejam legítimos. Avalio que possam ser legítimos. Muitas vezes, discordamos. Basicamente, nossa discordância refere-se à necessidade de realizarmos a reforma agrária no Brasil. Acho que isso deve ser feito mais aceleradamente, e V. Exª acha que as coisas estão bem.

Apenas quero dizer do meu respeito por V. Exª, e, se em algum momento, eu aqui registro que eu imaginava que V. Exª, como tão interessada nesta CPI, mesmo que, suplente, pudesse estar ali presente, por maiores que sejam seus encargos como Senadora e todas as demais atribuições, mas que V. Exª pudesse estar ali, pelo menos às vezes, para ajudar no esclarecimento. A oportunidade foi perdida. Agora, V. Exª deseja recuperá-la, mas é livre seu direito de aqui se expressar livremente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Muito bem, vou só balizar a discussão. O que está em discussão é o seguinte: se pode ou não ser prorrogada uma CPI. Evidentemente, pelo Regimento pode. Tem o número de assinaturas e tal. Contra isso se insurgiu o Senador Eduardo Suplicy.

Então, o que estamos votando é isto: um parecer da CCJ que vai para o plenário e que, por fim, vai deliberar se se prorroga ou não a CPI. Se há alguma irregularidade nessa prorrogação.

Senador Meurer, com a palavra V. Exª.

O SR. BELINI MEURER (PT – SC) – Só estou bastante preocupado. Parece-me que, num momento de bastante importância, acirram-se os ânimos e defendem-se posições de forma tão aguerrida. Fico bastante preocupado com o

nível a que o debate chega, e pessoas falando, uma no lugar da outra, atropelando uns aos outros, isso me deixa bastante preocupado, porque não é essa..

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É menos grave do que violar sigilo fiscal.

O SR. BELINI MEURER (PT – SC) – A questão é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Garanto a palavra a V. Ex^a. Vamos deixar...

O SR. BELINI MEURER (PT – SC) – Alguém que quer resolver um problema lá de fora, não consegue e começa a falar às pessoas, falar aquilo que deve e no seu momento. Fico bastante preocupado e chateado com essa situação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vistas?

Como há prazo, não há vista de parecer e questão de ordem, até porque – a V. Ex^a eu garanto a manifestação – o prazo já está vencido. Tem relatório, está aqui o relatório.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Se tem relatório, garante o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não. Tem o parecer... É claro, tem relatório e um parecer, mas, evidentemente, o prazo já está vencido. Eu coloquei sobre a mesa extraordinariamente, porque, senão, o Plenário pode votar sem o parecer da CCJ. Portanto, indefiro o pedido de vista e vou colocar em votação.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, eu acho que esse requerimento já está discutido há mais de 45 minutos. Nós temos matérias muito mais importantes para votar. Nós temos duas autoridades para serem, aqui, sabatinadas e votadas.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Isso, isso, isso.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu solicito a V. Ex^a: vamos encerrar essa matéria e colocar... Caso contrário, daqui a pouco esvazia, aqui, a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não, vamos. Vamos manter o *quorum*, hoje, até às quatro da tarde, porque temos muita matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Tomara.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Então, eu acredito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era bom esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos, vamos encerrar...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era bom esclarecer, só, Sr. Presidente,...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... porque estão aqui os ilustres almirantes e representantes da Marinha, e pode parecer que nós estamos fazendo um ato de deselegância – o que acho que estamos –, de primeiro não termos votado a questão deles. Mas é que nós estamos fazendo isso para que eles possam conhecer ...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Se nós votarmos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... como é que é o dia a dia do Senado. Então, eles estão levando uma aula de entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – E se nós não votarmos isso aqui, ...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... para ver como é que é a coisa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – ... os almirantes, acaba o *quorum* imediatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por isso é que estamos fazendo uma análise para votarmos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar para o Senador Suplicy o seguinte: em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas ele não vai retirar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Não, mas eu gostaria de fazer uma ponderação.

Em primeiro lugar, se é a ausência do voto da Câmara que está pegando, a legitimidade para questionar esse assunto é da Câmara. Então, do ponto de vista do Direito, não há sustentação. Do ponto de vista político...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não é esse o ponto, Senador Valter Pereira. O ponto que eu falei é que o requerimento deveria ter sido lido na sessão conjunta do Congresso Nacional.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pois é. Então, V. Ex^a está...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – É o que diz o Regimento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não é votação. É a leitura do documento. É só isso.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mesmo assim.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – E, por isso, é só isso.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mesmo assim.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Então.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A legitimidade...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Então, eu mantenho a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Encerrado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A legitimidade é da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Já viu que não vai dar entendimento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agora, do ponto de vista político, Senador Supply,...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Alvaro Dias, quer também pela ordem?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... que eu acho que é relevante, do ponto de vista político, veja V. Ex^a: no que implica a prorrogação desta Comissão, no momento em que a campanha eleitoral está nas ruas e que a maior dificuldade que existe, hoje, é reunir *quorum*, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – É claro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Então, é inócuo insistir no abortamento dessa prorrogação agora, até porque é inviável qualquer tipo de exploração política neste momento. Eu acho que tem que... Sugiro a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Nós vamos perder o *quorum* para deliberar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Daqui a pouco, nem os militares serão votados, mais.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Essa é a ponderação que eu gostaria de fazer e apelo para que o Senador Supply retire, a fim de que...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Ele já falou que não vai retirar, Senador.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... se restabeleça a normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Alvaro Dias, nós precisamos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas... É rápido, apenas para dizer que não estou disposto a aceitar a descompostura de quem quer que seja.

Essa questão de Regimento, de respeitar Regimento, não respeitar Regimento exige um debate prolongado nesta Casa.

O Regimento foi rasgado há muito tempo. O desrespeito maior, aqui, é outro, não é esse de se interromper um orador, não importa que tenha voto, que não tenha voto, que seja suplente, que seja titular. Não estou aqui para aceitar nenhum tipo de descompostura.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agora, vou encerrar esse tipo de discussão pessoal a partir do próximo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa é uma discussão, Sr. Presidente, exatamente porque esse tipo de provocação não pode passar em branco nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa)*

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Aprovado. .

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Só para fazer uma declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Contrário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Apenas para dizer o seguinte: eu entendo a colocação do Senador Supply, mas nós tínhamos tido uma praxe de que, quando não há sessão do Congresso, subsidiariamente, o Senado, o plenário do Senado e a Secretaria do Senado funcionam como Secretaria do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Exatamente. Várias vezes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, eu voto pelo entendimento da Senadora Kátia Abreu, entendendo que se não houvesse sessão do Congresso todas as CPis mistas não seriam renovadas, porque não teriam prazo para serem renovadas.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Exatamente. Várias vezes, vários precedentes.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com voto contrário do Senador Inácio Arruda, da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Suplicy, naturalmente, que é o autor da questão de ordem.

Aprovado, vai a plenário, para subsidiar a votação da questão de ordem.

Vamos votar dois projetos do maior interesse. Transfiro a presidência à Senadora Kátia Abreu, pois sou o relator dos dois projetos.

A proposta do Senador Hélio Costa é uma proposta muito justa. Por quê? Porque ele estabelece um controle maior. Se o preso estiver no semiaberto, ele permanece no semiaberto. Se ele estiver no aberto, ele permanece no aberto. Como são crimes extremamente danosos à sociedade, o crime é quase sempre muito perigoso, então o que vai fazer? Estabelecer um controle muito mais efetivo sobre esse criminoso. Ele vai passar a comparecer ao cartório para assinar um termo mensal, com outras condições estabelecidas pelo juiz a partir de quatro quintos e não dois terços.

A proposta do Senador Suplicy faz o seguinte: primeiro, para o réu primário, ela baixa de dois terços para três quintos o livramento condicional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu não faço proposta. Eu apenas encaminho pela rejeição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, V. Exª tem um voto em separado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Voto em separado pela rejeição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então V. Exª refez o voto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – É sim, é verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Está muito bem.

A proposta é essa. Então, não vou nem comentar o voto, porque o Senador Suplicy refez o seu voto. Mas o voto é pela aprovação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu não havia apresentado outro voto. O voto que está sobre a mesa, o único que apresentei, é pela rejeição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Havia uma proposta... Aliás, a proposta é do Governo. V. Exª aprovou, inclusive criando para o reincidente específico, a hipótese de livramento condicional, ou seja, dava uma frouxidão completa em relação à crime hediondo. Em vez de melhorar, piorava.

Mas o fato é o seguinte: sou completamente a favor. Acho que é um bem que se faz à sociedade. Os crimes de que estamos falando é pedofilia, estupro, tráfico de drogas, que é equivalente, extorsão mediante sequestro com morte, homicídio mediante tortura, são crimes da maior gravidade.

Repito: não se trata do aumento da progressão. Trata-se do aumento do prazo para livramento condicional. Livramento, a própria expressão já diz, a pessoa sai da cadeia mediante determinadas condições...

Quanto ao livramento, a própria expressão já diz: a pessoa sai da cadeia mediante determinadas condições e passa a ir lá para assinar um termo mensalmente. Com isso, haverá um controle mais efetivo do condenado por crime hediondo.

Meu parecer é completamente favorável ao projeto do Senador Hélio Costa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero encaminhar o voto favorável também, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Tenho de ler meu voto, não é, Sr^a Presidente?

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Procurarei fazê-lo rapidamente.

Temos presente que o livramento condicional consiste em antecipação de liberdade concedida ao preso desde que cumpridos determinados requisitos, como tempo de cumprimento de pena e comportamento satisfatório. Com a implementação do instituto, concede-se a liberdade do preso com base na confiança depositada nele pelo juiz, que, em razão do seu comportamento, acredita em sua recuperação. Não se trata, portanto, de simples benefício concedido ao condenado, mas de verdadeira concretização do princípio de individualização da pena, que, na execução, consiste em dar a cada preso a oportunidade e os elementos necessários para lograr a reinserção social. Ao conceder o livramento, o juiz retira da prisão o sujeito que demonstra reações positivas ao tratamento penitenciário em razão da desnecessidade da privação de liberdade nesses casos.

É evidente também outro aspecto positivo trazido com o instituto do livramento condicional, qual seja o estímulo à disciplina prisional, na medida em que se exige comportamento carcerário satisfatório para a concessão da medida. Vislumbrando uma antecipação de liberdade, é certo que o preso fará maior esforço para não se rebelar contra o sistema prisional, aceitando mais facilmente as políticas de incentivo à ressocialização que devem acompanhar a execução penal.

Ao pretender impor como requisito para a obtenção do livramento condicional o cumprimento de quatro quintos da pena, ou seja 80%, o projeto de lei em tela viola os objetivos de ressocialização da execução penal, preconizados em lei. Conforme análise do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o PLS nº 249, de 2005, acentua, injustificadamente, o aspecto repressivo da pena, mantendo o condenado no cárcere por mais tempo, em detrimento do viés preventivo que deve norteá-la e, consequentemente, da ressocialização do indivíduo.

Verifica-se que o princípio de individualização da pena na execução não é atendido pelo projeto em análise, porquanto ele impede que o condenado apto a ser integrado à sociedade o faça de modo satisfatório e efetivo. Isso ocorre porque o preso que se mostre arrependido pelo delito que cometeu e que pretenda retornar ao convívio social, respeitando as medidas de ressocialização impostas na execução penal – bom comportamento, trabalho e higiene –, terá de cumprir praticamente toda a sua pena para obter o livramento. É quase imperceptível a distinção com a situação do apenado que não demonstra qualquer intenção de se reinserir na sociedade, o que descaracteriza por completo a individualização da pena.

Com o projeto de lei em questão, viola-se o princípio da proporcionalidade das penas. Se, de um lado, justifica-se o tratamento diferenciado dado a quem comete um crime hediondo, de outro, nada explica a enorme diferença entre o requisito temporal exigido para o livramento em crimes comuns, um terço da pena, ou seja, 33%, e o pretendido pelo PLS nº 249, de 2005, para crimes hediondos, quatro quintos ou 80% da pena. Isso não nos parece razoável nem proporcional.

Pode-se sintetizar que o PLS nº 249, de 2005, nos termos em que está proposto, fere os princípios constitucionais de individualização da pena e da proporcionalidade das penas, ao deixar de estabelecer diferenças fundamentais no regime de cumprimento da pena de presos que se comportam distintamente; viola o objetivo da ressocialização dos presos previsto no Código Penal e na Lei de Execução Penal, em favor do aumento injustificado da repressão penal; e acaba, na prática, com o estímulo à disciplina carcerária e à aceitação de medidas ressocializadoras, ao restringir em demasia o direito ao livramento.

Por tudo isso, avaliamos que esse projeto de lei tem o poder de agravar ainda mais a difícil situação vivida pelo sistema carcerário de nosso País. O projeto procura combater a criminalidade, mas não alcança esse objetivo, pois se volta unicamente à repressão, não levando em conta a necessária reintegração social do apenado.

Prezado Senador Demóstenes Torres, com todo o respeito, inclusive pelo seu conhecimento na área jurídica, que é maior que o meu, essa é minha avaliação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Como V. Ex^a leu logo no início, antecipa a liberdade para crime hediondo. O que é o livramento condicional? Antecipa a liberdade. Nós não podemos fazer isso.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Em votação.

Votando SIM, estará votando com o relatório do Senador Demóstenes Torres. Votando NÃO, com o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Senadora Serys Slhessarenko...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Para encaminhar.
Os Senadores querem encaminhar.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Desculpa! Mil perdões.

Para encaminhar, Líder Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Fora do microfone.) – Quero encaminhar favoravelmente ao relatório, e dizer que nós temos que endurecer o combate, independente de ter ou não liberado...

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – O som.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Independente de ter ou não liberado a prisão, temos que endurecer contra crimes hediondos o combate. Portanto, o meu voto pessoal é o voto favorável ao relatório.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Obrigada, Senador Jucá.

Senadora Serys Slhessarenko. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Valter Pereira. *(Pausa.)*

Senador Marco Maciel. *(Pausa.)*

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Senador Antonio Carlos Júnior. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador José Bezerra. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ BEZERRA (DEM – RN) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sim, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. DEM – TO) – Não havendo mais votantes, vamos ao resultado.

Suspenderemos a votação por alguns minutos a fim de completarmos o quórum.

ITEM 61

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador - FUNDEP, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Com a palavra, o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, este é um projeto muito bom do Senador Paulo Paim. Ele cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP. Qual o objetivo? Criar escolas técnicas em todo o Brasil. Arrumar recursos para criar as escolas técnicas. É uma lei que autoriza o Presidente da República a fazer isso. E é uma lei que, inclusive, diz para onde deverão ser destinados esses recursos, de onde tirar os recursos para se criar esse fundo.

Para se ter uma ideia, na década de 70 foi criado um sistema compulsório de qualificação profissional, e não funcionou. Por quê? Eu mesmo fiz o que se chamava de Segundo Grau, naquela época, e, nesse Segundo Grau, eu fiz... Sou técnico em análises clínicas. Mas, na realidade, a gente tinha uma aula por semana de análises clínicas. Então, ninguém saiu dali aprendendo nada. Depois, deu-se prioridade para a formação apenas do sistema tradicional. Separou-se o curso técnico do curso regular, e todo mundo deu prioridade para o curso regular, beneficiando aqueles que queriam entrar na faculdade. Isso acabou diminuindo muito a possibilidade, especialmente do aluno carente, do aluno pobre, de conseguir uma especialização mais efetiva.

Muito bem! O que esse projeto prevê? Esse projeto prevê, primeiro, que, a partir de agora, o Estado, obrigatoriamente, vai criar um fundo com recursos, e esses recursos serão decididos da seguinte forma: 5% dos recursos do FAT, nos termos do art. 11 da Lei nº 7.998, de janeiro de 1990:

Art. 11. Constituem recursos do FAT:

I – o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP;

II – o produto dos encargos devidos pelos contribuintes em decorrência da inobservância de suas obrigações;

III – a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;

IV – O produto da arrecadação da contribuição adicional pelo Índice de rotatividade de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal.

V – Outros recursos que lhe sejam obrigatoriamente destinados."

Também fica claro que são objetivos do Fundep: criar oportunidades de emprego e geração de renda; promover a descentralização e a regionalização das ações de educação profissional; articular a educação profissional com as políticas públicas de geração de emprego e renda; combater a pobreza e as desigualdades sociais e regionais; elevar a produtividade e competitividade do setor produtivo. Serão aplicados esses recursos na

construção, ampliação e reforma de edificações e instalações de centros de educação profissional; aquisição de equipamentos técnicos e pedagógicos de gestão; aquisição de materiais didáticos; capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo; prestação de serviços de consultoria para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógicas de gestão.

Então, vejam que se trata de um projeto que deve revolucionar mesmo o setor de ensino profissional no Brasil, educação profissional no Brasil. Além disso, são sete por cento do produto da arrecadação do imposto de renda e do IPI de que trata o Inciso I do art. 159 da Constituição Federal, naturalmente excluindo-se as cotas financeiras que constituem recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do magistério.

Dessa forma, acho que estamos precisando no Brasil é de qualificação de mão de obra, é preparação para que as pessoas possam ter emprego. E aqui temos um instrumento muito bom para que o Senhor Presidente da República possa efetivamente implantar no Brasil de forma definitiva: as escolas técnicas.

É o parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu DEM – TO) – Obrigada, Senador Demóstenes. Gostaria de parabenizar a autoria e o seu relatório. Realmente, trata-se da educação que vira emprego. São milhares de jovens no País que abandonam o segundo grau, quase cinquenta por cento dos jovens estão abandonando o antigo segundo grau, hoje Ensino Médio, justamente pela perspectiva de terminarem o terceiro ano sem que tenham uma qualificação, uma profissão. Então, entre terminar os estudos no fim do Ensino Fundamental sem que no Ensino Médio não aconteça absolutamente nada, o aluno prefere evadir-se, abandonar o Ensino Médio porque não tem essa condição de qualificação para o emprego.

A mão de obra no País está deficitária, as empresas estão passando por dificuldades de contratação não pelo fato de não existir o ser humano, o cidadão, a força de trabalho, mas porque não há qualificação desse cidadão para que possa ser admitido nas vagas que hoje estão disponíveis pelo Brasil.

Parabéns pela Educação que Vira Emprego que, juntamente com o sistema “S”, que vem fazendo um trabalho extraordinário, este fundo poderá complementar bastante a situação da qualificação profissional no País.

Abro aqui um parêntese para o voto da Senadora Níura Demarchi acerca do projeto anterior, o Projeto de Lei nº 249. Como vota, Senadora Níura Demarchi?

A SRª NÍURA DEMARCHI (PSDB –SC) – Com a relatoria, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu DEM – TO) – Com relator Demóstenes Torres. Obrigada.

Voltando para o Projeto nº 274, em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Transfiro para o Senador Demóstenes Torres que tem toda a competência para conduzir a votação.

Ainda retornando a ineficiência, colho o voto do Senador Eliseu Resende acerca do PLS nº 249. Senador Eliseu Resende, como vota?

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu DEM – TO) – Obrigada.

Aprovado o relatório do PLS 249, relatado pelo Senador Demóstenes Torres.

Vamos à apuração.

Houve unanimidade com o voto contrário do Senador Eduardo Suplicy.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos fazer então, as sabatinas dos indicados pelo Senhor Presidente da República.

Peço que venha à mesa o nosso nobre Relator, Senador Marco Maciel.

S. Exª aqui já se encontra.

Item 1:

MENSAGEM (SF) Nº 247, DE 2010

- Não Terminativo -

Submete a apreciação do Senado Federal a indicação do Tenente-Brigadeiro do Ar CLEONILSON NICÁCIO SILVA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Flávio de Oliveira Lencastre.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Convido os Srs. Senadores Pedro Simon, Alvaro Dias e a Srª Senadora Kátia Abreu para que acompanhem até a Mesa o nosso Tenente-Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicácio Silva.

(Pausa.)

Também chamarei o item 85 para que nós possamos agilizar.

Item 85:

MENSAGEM (SF) Nº 260, DE 2010

- Não Terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição, o nome do Almirante de Esquadra MARCUS VINICIUS

OLIVEIRA DOS SANTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Rayder Alencar da Silveira.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Convido a Sr^a Senadora Niura Demarchi e os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães Júnior e Eliseu Resende para que conduzam à Mesa o Sr. Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, Almirante-de-Esquadra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Cadê a maioria do Governo para votar?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Daqui a pouco chega. Na hora de votar o Governo vem.

Com a palavra o Senador Marco Maciel para fazer a leitura do relatório.

Antes, porém, sobre a mesa, dois requerimentos formulados por esta Presidência para a quebra do interstício.

REQUERIMENTO Nº , DE 2010

(De quebra de interstício para imediata apreciação da Mensagem nº 260, de 2010.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.
(Pausa.)

Aprovado.

Também, na mesma direção, para quebra de interstício, há sobre a mesa outro requerimento, que passo a ler.

REQUERIMENTO Nº , DE 2010

(De quebra de interstício para imediata apreciação da Mensagem nº 247, de 2010.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.
(Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mensagem presidencial em epígrafe tem por base o art. 123, *caput*, da Constituição Federal, e com ela são encaminhados, para apreciação, os dados pessoais do Sr. Cleonilson Nicacio Silva.

O referido art. 123 da Constituição Federal estabelece que o Superior Tribunal Militar é composto por 15 Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, sendo dez provenientes das Forças Armadas e cinco civis.

Por sua vez, os arts. 52, III, "a", e 123, da Constituição Federal, atribuem ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente, por voto secreto, após aguição em sessão pública, a escolha dos magistrados, nos casos estabelecidos pelo Texto Maior, ou seja, pela Constituição, entre os quais se enquadra a indicação de Ministro do Superior Tribunal Militar. Para tanto, com a mensagem presidencial, foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado.

O art. 101, II, "I", do Regimento Interno, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

A documentação encaminhada atende ao Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito do colegiado.

Passamos a historiar a formação profissional e a produção acadêmica do indicado pelo Presidente da República, além de sua *performance* profissional.

Brasileiro de 62 anos, nascido em Maceió – AL, em 10 de fevereiro de 1948, o Tenente-Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicacio Silva sentou praça na Força Aérea Brasileira em 20 de março de 1965, tendo concluído o Curso de Formação de Oficiais Aviadores no ano de 1970, em primeiro lugar. Na caserna, o oficial participou ainda dos seguintes cursos de aperfeiçoamento:

- Curso de Tática Área (1974);
- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (1979);
- Curso de Preparação de Instrutores (1979);
- Curso Básico de Admissão ao Curso de Estado Maior (1985);
- Curso de Estado Maior/ Curso Superior de Comando (1988);

– Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (1996).

Na maior parte dos cursos, o militar obteve a primeira colocação, mas não merece elogio apenas o bom aproveitamento do indicado em atividades acadêmicas ligadas diretamente a suas atribuições como militar. O Sr. Cleonilson Nicacio Silva buscou aperfeiçoamento em outras searas. Destacamos o bacharelado em Administração no Centro de Ensino Unificado de Brasília (1979) e os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Análise Organizacional pela Fundação Getúlio Vargas – Brasília (1987) e em Planejamento e Administração de Recursos Humanos pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (1989).

O indicado, que tem mais de 5 mil e 200 horas de voo em 20 diferentes aeronaves e foi agraciado com 26 honrosas condecorações nacionais e estrangeiras, desempenhou inúmeras funções nos diversos postos em que serviu. Ressaltam-se as de: Comandante da Base Aérea de Brasília; Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na França e acreditado junto ao Reino da Bélgica; Comandante do VII Comando Aéreo Regional – Manaus –; Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa; Chefe do Estado Maior da Defesa; Diretor Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); Presidente da Comissão de Promoção de Oficiais da Aeronáutica e Chefe do Estado Maior da Aeronáutica. Este último é o seu cargo atual.

No âmbito civil, o indicado foi Diretor de Operações e Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

O *curriculum vitae*, encaminhado junto com as declarações e certidões de estilo, conforme exige o Ato nº 1-CCJ, de 2007, informa que o Sr. Cleonilson Nicacio Silva produziu os seguintes textos:

- *MERCOSUL, – A Integração e a Celebração de uma Aliança Militar Sul-America* – trabalho de conclusão do curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra – 1996;

- *As Forças Armadas e o Desenvolvimento Social do País* – trabalho apresentado na Sétima Rodada de Debates sobre o Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, organizada pelo Ministério da Defesa – 2005;

- *A Militarização do espaço: desafios para as potências médias* – trabalho apresentado no Ciclo de Seminários “Desafios Contemporâneos”, promovido pelo Ministério da Defesa, na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), São Paulo/SP – 2010.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberarem sobre a indicação do ilustre Tenente-Brigadeiro do Ar, Cleonilson Nicacio Silva.

Este é, Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, o meu parecer como relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – São quantas horas de voo? Cinco mil e duzentas horas de voo?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – O indicação tem mais de 5.200 horas de voo, em 20 diferentes aeronaves e foi agraciado com 26 honrosas condecorações nacionais e estrangeiras, além do desempenho de inúmeras funções nos diferentes postos em que serviu.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – É mais hora de voo do que de um urubu, permita-me a brincadeira, Ministro.

Passo a Presidência ao Senador Marco Maciel para que eu possa fazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Item 85.

Mensagem do Senado Federal nº 17, de 2010, não terminativo.

A ementa é a seguinte:

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição, o nome do Almirante de Esquadra Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Rayder Alencar da Silveira, de autoria do Senhor Presidente da República.

A relatoria é do Presidente desta Comissão, Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para oferecer o seu parecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em cumprimento ao art. 52, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, combinado com o art. 123, Parágrafo único do mesmo Diploma, o Presidente da República submete a esta Casa o nome do Almirante de Esquadra Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, para ocupar o Cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Rayder Alencar da Silveira.

O indicado é natural da cidade de São Paulo, e ingressou na Marinha do Brasil em 8 de março de 1963, estando, portanto, com mais de 47 anos de serviços prestados. Nesse período, serviu 5.520 dias a bordo de navios da Esquadra, permanecendo 714 dias no mar.

O Almirante Vinicius iniciou sua trajetória na Marinha do Brasil ao ingressar no Colégio Naval, localizado na cidade de Angra dos Reis. Graduou-se em Ciências Náuticas pela Escola Naval e foi nomeado Guarda Marinha em 13 de dezembro de 1968. Possui os cursos de Aperfeiçoamento em Máquinas para Oficiais; *Practical Damage Control*, da Marinha dos Estados Unidos; Curso Básico, Curso de Comando e Estado-Maior e Curso Superior, todos pela Escola de Guerra Naval; além dos cursos de Tática Antissubmarino para Comandantes e Imediatos e de Altos Estudos de Política e Estratégia, da Escola Superior de Guerra. É fluente em leitura, escrita e conversação no idioma inglês. Ocupou

diversos cargos de destaque ao longo de sua carreira, entre eles o de Comandante do Contratorpedeiro Sergipe; Capitão dos Portos dos Estados da Paraíba, do Pará e do Amapá; Diretor do Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo; Diretor da Escola de Guerra Naval; e Comandante da Força de Superfície do 4º Distrito Naval. Serviu como Adido Naval na Inglaterra, Suécia e Noruega. Foi Diretor-Geral de Material da Marinha; Comandante de Operações Navais; Diretor-Geral de Navegação; e Chefe do Estado Maior da Armada.

Apesar das adversas restrições orçamentárias da Força, que têm sido minimizadas nos últimos tempos, mas que ainda persistem nos inúmeros desafios tecnológicos, o Almirante Vinicius foi capaz de amearhar incontáveis realizações como a recuperação e a retomada de investimentos no desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pela Marinha em seu centro tecnológico, em São Paulo. Possuidor de incontestáveis qualidades tais como objetividade, dinamismo, seriedade, criatividade, dedicação e profissionalismo, o Almirante Vinicius conduziu, de modo exemplar, os trabalhos da Diretoria-Geral de Material da Marinha, iniciando relevantes transformações no que tange à recuperação do poder naval brasileiro. Sua habilidade e tenacidade para superar tais desafios, cujas dimensões, complexidade e responsabilidade são indiscutíveis, apenas corroboram sua elevada capacidade de gerenciamento. Destaque-se, ainda, sua efetiva participação na assinatura dos contratos comerciais e tecnológicos referentes ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos, os quais contemplam a construção de quatro submarinos convencionais e de um com propulsão nuclear, além de um estaleiro e de uma base naval.

Ao analisar o currículo do indicado, constata-se que a excelência de sua atuação ao longo dos seus 47 anos de serviço militar foi amplamente reconhecida e materializada nas diversas condecorações e títulos recebidos de instituições civis e militares, dentre os quais se destacam a Ordem do Rio Branco, Medalha da Vitória, as três ordens do Mérito da Defesa, Mérito Naval, Mérito Militar, Mérito Marinheiro, três Âncoras, Mérito Aeronáutico, Mérito Tamandaré, Mérito Judiciário Militar, Mérito Santos Dumont e Mérito do Pacificador.

Possui, ainda, em seus assentamentos, inúmeras citações elogiosas que ressaltam seus atributos morais e pessoais, dentre os quais destaca-se o profundo respeito às instituições democráticas, a grande capacidade profissional, liderança, inteligência, dedicação ao trabalho, amizade, dentre outras virtudes.

É, portanto, uma contribuição brilhante, que vai engrandecer ainda mais a atual composição do nosso excelso Superior Tribunal Militar, na medida em que irá incorporar seu saber e sua farta experiência de vida aos seus futuros pares.

São esses os elementos e considerações que tenho a oferecer a esta Comissão para conduzir a deliberação acerca da indicação do Almirante de Esquadra Marcus Vinícius Oliveira dos Santos ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Demóstenes Torres, Relator.

É esse o relatório.

Requerimentos.

Requeiro, nos termos regimentais do Regimento Interno desta Casa, dispensa do interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação da Mensagem nº 247, de 2010, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição, o nome do Tenente-Brigadeiro Cleonilson Nicácio Silva para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Flávio de Oliveira Lencastre.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Transfiro a Presidência ao Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como o Presidente da Comissão, Senador Demóstenes Torres, acaba de ler o requerimento relativo à indicação do nome do Almirante de Esquadra Marcus Vinicius de Oliveira dos Santos para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Rayder Alencar da Silveira.

Em função do exposto, ponho a matéria em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores...

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, vou pô-la em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem dirigir-se à mesa, para apanhar as cédulas de votação, visto que a votação é feita por escrutínio secreto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Tenente-Brigadeiro do Ar Cleonilson de Castro Silva, para a sua exposição.

O SR. TENENTE-BRIGADEIRO DO AR CLEONILSON NICÁCIO SILVA – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres; Exmº Sr. Relator, Senador Marco Maciel; Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{as} Srs. Senadores; minhas senhoras, meus senhores, boa-tarde.

Inicialmente, externo meu agradecimento ao Sr. Relator, Senador Marco Maciel, homem público que aprendi a admirar e a respeitar, pelas palavras bondosas que teceu sobre a minha pessoa, no momento em que, indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submeto-me à apreciação desta Comissão como candidato ao exercício do cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Permitam-me, por favor, traçar um breve histórico de minha vida pessoal e profissional.

Nascido em Maceió, Alagoas, quinto filho de uma família de poucas posses, realizei meu curso secundário no saudoso Colégio Estadual de Alagoas.

A longa caminhada que me trouxe até aqui tem seu marco zero na madrugada do dia 20 de março de 1965, quando, pela primeira vez, adentrei o portão da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena, Minas Gerais, após ser aprovado em concurso nacional e selecionado em rigoroso exame médico.

Cedo compreendi que, se gratuitamente recebia moradia, alimentação, ensino de excepcional qualidade e, por tudo isso, ainda me presenteavam com uma modesta remuneração, minha era a obrigação de retribuir a dádiva que recebia.

Fruto desse entendimento e em consequência da dedicação aos estudos e ao voo, em dezembro de 1970, recebia das mãos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Espada de Oficial da Aeronáutica.

Os primeiros anos de carreira conduziram-me a voar os saudosos Douglas C-47, do Correio Aéreo Nacional, em missões humanitárias no interior do Nordeste, quando deparei com uma realidade difícil, mas que a solidariedade transportada nas asas CAN ajudava a amenizar.

O passo seguinte levou o jovem oficial aviador a voar no Boing 737-200 do Grupo de Transporte Especial, à época, a mais moderna aeronave de transporte da Força Aérea Brasileira.

A partir de então, transportando quatro Presidentes da República e seus respectivos primeiros escalões, pude contribuir com meu conhecimento profissional e, ao mesmo tempo, aprender muito com o convívio constante com autoridades dos Três Poderes.

Os anos de pós- formação foram enfrentados com o mesmo vigor juvenil, e os resultados retratam os níveis de excelência alcançados.

Entre os cargos de maior importância como oficial superior, enumero o Comando do Grupo de Transporte Especial, unidade aérea responsável pelo transporte do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e das mais altas autoridades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Ressalto também o Comando da Base Aérea de Brasília e o cargo de Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na França e acreditado junto ao Reino da Bélgica, quando

pude, nesse último, constatar a importância do País que estamos a construir, de sua riqueza, de seu povo, único e indivisível, e de seu promissor futuro.

Nos primeiros anos como Oficial General, responsável pela área de planejamento do Estado Maior da Aeronáutica, conheci profundamente a minha força e debruicei-me sobre o seu futuro.

Como Comandante do 7º Comando Aéreo Regional em Manaus, conheci e vivi a floresta e o seu povo, tendo me tornado um caboclo honorário ao ser agraciado com o título de cidadão do Amazonas pela Assembléia Legislativa daquele imenso estado.

Nos dois anos em que vivi em meio à floresta, trabalhei pelo restabelecimento das missões humanitárias do Correio Aéreo Nacional, na Amazônia Ocidental, e no dia 6 de abril de 2004, com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, partiu de Manoel Urbano, no Estado do Acre, a primeira missão humanitária do CAN neste século, retomando a saga dos pioneiros, agora com uma nova geração de pilotos, mecânicos, médicos, dentistas e enfermeiros, os quais passaram a escrever uma nova história de solidariedade, compromisso, aventura e amor ao próximo.

No Ministério da Defesa, fui Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais e, durante alguns meses, exerci o cargo de Chefe do Estado Maior de Defesa, quando pude comprovar a necessidade urgente da reformulação estrutural recentemente aprovada.

Convidado pelo amigo e ex-deputado Sérgio Gaudenzi, e autorizado pelo meu Comandante Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, aceitei o desafio de colaborar, no âmbito da Infraero, para restaurar a harmonia e a normalidade no funcionamento do Sistema de Aviação Civil brasileiro.

Concluída a missão, mudei-me para São José dos Campos, onde exerci o cargo de Diretor Geral de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, um dos mais gratificantes cargos de chefia de toda a minha vida.

No CTA e em seus institutos, conheci a história e os feitos e homens e mulheres que, na década de 1940, pensaram em construir aviões quando ainda tínhamos dificuldades para projetar bicicletas.

O Brasil aeroespacial que vivemos foi por eles pensado há mais de 60 anos e, no curto espaço de tempo em que lá estive, pude colaborar com o trabalho dos homens e mulheres que hoje pensam o Brasil espacial do futuro.

Neste momento, encontro-me na metade da minha última missão, a Chefia do Estado Maior da Aeronáutica. Mais uma vez e pela última vez debruço-me sobre o porvir da Força Aérea Brasileira a fim de construir a Força Aérea do futuro.

Creio que acabo de passar em revista toda a minha existência. Em cada um dos muitos momentos vividos, pus em prática os princípios que norteiam a vida social republicana. A liberdade, exerci-a nos limites estritos da lei. A igualdade de oportunidades, apliquei-a igualmente a todos. A fraternidade,

exercitei-a no dia-a-dia do convívio. A afeição aos irmãos de arma foi a minha tônica do meu período amazônico. Da bondade com os subordinados não me afastei, pois necessidades vivi. A lealdade aos chefes, pratiquei sem reservas. E a lei e a ordem foram meu escudo, a minha trincheira.

Para encerrar minha palavras, dirijo-me ao Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Demóstenes Torres, e às Srªs e Srs. Senadores que compõem esta Comissão, a fim de submeter o meu nome e a história de minha vida à consideração de V. Exªs, na condição de indicado pelo Chefe do Poder Executivo para desempenhar, se aprovado, o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, no qual continuarei a pautar a minha vida e os meus julgamentos nos princípios que regem a República, a vida democrática e as instituições castrenses.

Coloco-me à disposição de V. Exªs para outros esclarecimentos julgados necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Comunico a todos que nós estamos exercendo simultaneamente a Presidência, uma vez que eu sou Presidente da Comissão, mas também sou Relator de uma das mensagens. O Senador Marco Maciel é o Relator e exerce a Presidência na outra hipótese. Então, para agilizar, nós o estamos fazendo em conjunto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Concedo, pois, a palavra agora ao Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

V. Exª tem alguma observação a fazer, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Talvez seja bom...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Vai ler o relatório. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – ...antes de conceder a palavra. Depois, V. Exª terá direito a se manifestar sobre o assunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Almirante de Esquadra Marcus Vinicius Oliveira dos Santos.

O SR. ALMIRANTE DE ESQUADRA MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Relator do presente processo, Senador Demóstenes Torres; Exmº Sr. Presidente nesta reunião, Senador Marco Maciel; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de dar-lhes o meu bom-dia e dizer da minha satisfação em poder estar aqui

diante de V. Ex^{as} submetendo o meu nome à apreciação desta Casa para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. Gostaria também de agradecer ao Sr. Relator, Senador Demóstenes Torres, pelo relato que fez sobre a minha pessoa.

Julgo importante destacar aos senhores que nasci na cidade de São Paulo, no seio de família humilde, onde meu pai exercia a profissão de vendedor de medicamentos para as farmácias do interior do Estado. Por ter parte da família na cidade de São Paulo e parte na cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, acabamos por ir morar em Ribeirão Preto, cidade a meio caminho e onde pude completar os estudos do Primeiro Grau. E foi lá, muito distante do mar, que nasceu a minha vocação marinheira que pude desenvolver por 47 anos, desde os bancos escolares do Colégio Naval, aos 15 anos, até o cargo que ora ocupo, de Chefe do Estado-Maior da Armada, após percorrer todos os postos do oficialato.

Como disse, durante esses 47 anos, percorri os diversos degraus da carreira naval e – posso afirmar – vivi intensamente todas as oportunidades oferecidas pela Marinha. Durante todo esse período em que estive embarcado nos nossos navios por exatos 5.500 dias, nada mais fiz do que dedicar-me à Marinha e hoje, humildemente, sinto extraordinário orgulho por assim ter procedido e ter honrado as lições que recebi daquele modesto chefe de família.

Durante toda a minha carreira, exerci os mais diferentes cargos da estrutura naval, sejam de caráter operativo ou administrativo e que, paulatinamente, foram consolidando as minhas bagagens profissional, moral e cultural. A minha formação acadêmica levou seis anos: dois no Colégio Naval em Angra dos Reis e quatro na Escola Naval, no Rio de Janeiro. Seguiram-se, ao longo da carreira, o Curso de Aperfeiçoamento de Máquinas para Oficiais; o curso *Practical Damage Control*, da US Navy; o Curso Básico da Escola de Guerra Naval; Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval; Curso de Tática Antissubmarina para Comandantes e Imediatos; Curso Superior da Escola de Guerra Naval; e Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra.

A experiência profissional foi sendo consolidada através dos anos pelas inúmeras comissões que pude exercer, destacando-se os cargos de Oficial Instrutor do Navio Escola Custódio de Mello; Capitão dos Portos do Estado da Paraíba; Comandante do Contratorpedeiro Sergipe; Capitão dos Portos dos Estados do Pará e Amapá; Adido Naval na Inglaterra, Suécia e Noruega; Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; Comandante da Força de Superfície; Diretor da Escola de Guerra Naval; Comandante do 4º Distrito Naval em Belém; Comandante em Chefe da Esquadra e, no atual posto de Almirante de Esquadra, exerci os cargos de Diretor-Geral do Material da Marinha, Comandante de Operações Navais e Diretor-Geral de Navegação e o cargo que atualmente ocupo de Chefe do Estado-Maior da Armada.

Embora todos esses cargos tenham sido extremamente importantes na minha formação pessoal e profissional, não posso deixar de realçar três em especial.

O primeiro: o de Comandante do 4º Distrito Naval em Belém, onde exerci comando sobre toda a Amazônia e pude conhecer a maravilhosa região Norte do País e entender um pouco mais as suas potencialidades e necessidades. Foi um enorme prazer trabalhar lado a lado com aqueles bravos brasileiros.

Outro destaque foi ter exercido a direção do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, onde pude conduzir o Programa Nuclear da Marinha, que, em parceria com as universidades e a comunidade científica brasileira, busca elevar o patamar tecnológico do País, capacitando pessoal e desenvolvendo tecnologias de ponta nacionais.

A terceira grande satisfação profissional foi exercer os cargos de Comandante de Operações Navais e Diretor-Geral de Navegação, que têm sob suas responsabilidades 278 das 386 organizações militares da Marinha e cerca de 38 mil militares e civis, homens e mulheres que trabalham diuturnamente contribuindo para a manutenção da soberania deste País nas águas jurisdicionais brasileiras, incluindo as nossas bacias hidrográficas. Esse Comando é o responsável por todas as ações e emprego das forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Como exemplo recente dessa atuação, ocorrido durante o meu comando, destaco o resgate do veleiro canadense *Concordia*, naufragado a trezentas milhas da costa brasileira, ocasião em que conseguimos resgatar 64 tripulantes e estudantes sem nenhuma perda fatal.

Assim, tive oportunidade de atuar em todas as áreas da Marinha: administrativa, operativa, tecnológica, pessoal e de material. Essa atuação, aliada à formação técnica, profissional e cultural já mencionada, forneceu-me conhecimentos e uma excelente visão, não só dos aspectos da área militar, mas também das áreas de desenvolvimento tecnológico e das ciências humanas, aí destacando-se noções de Psicologia, História, Geografia, Direito Constitucional, Direito Internacional e Direito Penal Militar.

Hoje, ao chegar ao último posto da carreira naval, sinto-me orgulhoso do caminho percorrido e tenho o reconfortante sentimento do dever bem cumprido. Por essa razão e alicerçado na experiência pessoal e profissional vivenciada nesses 47 anos, dirijo-me ao Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exmº Sr. Senador Demóstenes Torres, e aos Exmºs Senadores que compõem tão significativa e importante Comissão a fim de submeter o meu nome à aprovação desta Casa para desempenhar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, com a certeza de que continuarei a cumprir as tarefas que me forem confiadas com o mesmo entusiasmo e conduta que tive ao dedicar-me ao serviço da nossa Marinha.

Muito obrigado. Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PMDB – PE) – Passamos agora à discussão da matéria.

Concedo a palavra, por haver pedido pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Suplicy; a seguir, ao Líder Antonio Carlos Magalhães Júnior; em sequência, ao nobre Senador Alvaro Dias, da representação do Paraná.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente Marco Maciel, quero cumprimentar o Tenente-Brigadeiro Cleonilson Nicácio Silva e o Almirante de Esquadra Marcus Vinicius Oliveira dos Santos pelos extraordinários currículos que ambos apresentaram e por tanto terem honrado suas carreiras nas Forças Armadas brasileiras.

Peço desculpas por ter de me ausentar em função de um compromisso urgente que tenho – almoço com o Presidente da Colômbia no Itamaraty, ao qual havia me comprometido a comparecer –, mas fiz questão de ouvi-los e aqui votar favoravelmente às indicações. Tenho certeza de que muito bem desempenharão suas funções no Superior Tribunal Militar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Concedo a palavra ao nobre Líder, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Sr^{as} e Srs. Senadores, basta-me a apresentação de currículos como o do Tenente-Brigadeiro Cleonilson e do Almirante de Esquadra Marcus Vinicius para o que o meu voto seja completamente favorável. Acho que os currículos de ambos são currículos exemplares, portanto carreiras belíssimas feitas respectivamente na Aeronáutica e na Marinha. Não há nem o que perguntar, nem o que inquirir.

Acho que o currículo é o ponto principal para que possamos avaliar e aprovar os candidatos. Quando eles têm currículos comuns como os que o Tenente-Brigadeiro Cleonilson e o Almirante de Esquadra Marcus Vinicius apresentaram, não há o que perguntar, não há o que inquirir, portanto o meu voto já foi definido baseado na leitura dos currículos de ambos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é evidente que o nosso Partido aprova de forma absoluta e conhecendo sobre todo o itinerário e história de vida de cada um, não há nenhuma objeção a fazer, apenas aplaudir as indicações, apoiá-las.

Apenas uma indagação: há um debate, a imprensa tem demonstrado interesse em conhecer dados de um processo que se encontra no STM referente à Sr^a Dilma Rousseff no que diz respeito a sua participação

política durante o período autoritário. Sem entrar no mérito, sem pretender discutir conteúdo do processo, apenas a questão legal... A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, anunciou que pretende impetrar um mandato de segurança para obter as informações constantes desse processo. É óbvio que se as informações verdadeiras não são repassadas à opinião pública, acabam prevalecendo, muitas vezes, informações distorcidas que são estimuladas e trabalhadas através da Internet e outros veículos de comunicação. Essa é uma questão que tem que ser considerada. De outro lado, que o cidadão tem o direito de saber a história de vida daqueles que postulam cargos públicos.

V. Ex^{as} vieram a esta Comissão exatamente para apresentar a sua história de vida. Obviamente que quem vai votar em outubro tem o direito de saber a história de vida de cada um dos seus candidatos. Assim, quem sabe os dados constantes de um processo dessa natureza possam ser, inclusive, estimulantes, um estímulo ainda maior para que o eleitor se pronuncie e favoravelmente. Não estamos discutindo o conteúdo do processo, apenas essas questões legais que, evidentemente, dizem respeito ao direito do cidadão de ser informado.

O que consta? O fato de não se revelar possibilita injunções, interpretações, adivinhações, especulações. Esse é um tema que, creio, deveria ser explorado no dia de hoje, aproveitando a presença dos dois. Acho que começo por aqui. Evidentemente que qualquer um dos dois pode responder a esse questionamento, mas pode começar com o Tenente-Brigadeiro Cleonilson. E já que há um interesse da imprensa que representa o interesse popular, eu gostaria de saber qual é a opinião a esse respeito.

O SR. TENENTE-BRIGADEIRO DO AR CLEONILSON NICACIO SILVA – Senador, agradeço-lhe a oportunidade da pergunta e a oportunidade de comentar alguma coisa a respeito. Nós sabemos que existe toda uma legislação que diz respeito aos dados pessoais de cada um de nós e, no caso particular, o que existe no STM, a liberação ou não, depende da decisão do Presidente do Tribunal. Eu acredito que ele tomou a decisão de não colocar esses dados no momento. Eu acredito que, se forem colocados os requisitos legais dos pedidos legais, certamente poderá, dentro da legalidade, ser fornecido ou não, atendendo tudo o que prevê a lei no que diz respeito a esses dados pessoais que estão lá no STM.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A indagação é feita até em respeito às pessoas que nos cobram como Senador. Eu próprio tenho sido cobrado através da Internet: um Senador não tem autoridade para requerer? Há essa cobrança permanente. Parece-me até que, por uma questão de ética, uma vez que nós estamos em uma campanha eleitoral, não me caberia requerer, mas a imprensa sim. Eu creio que a imprensa, sobretudo, tem até esta responsabilidade de informar a opinião pública do País, em qualquer momento,

mas especialmente no momento eleitoral, sobre a vida daqueles que se apresentam como postulantes.

Eu gostaria de ouvir também a opinião do Almirante de Esquadra Marcus Vinicius.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Com a palavra o Almirante de Esquadra Marcus Vinicius.

O SR. ALMIRANTE DE ESQUADRA MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS – Senador, acho que esse é um assunto bastante complexo, que necessita de uma discussão jurídica forte, intensa. Julgo eu que a decisão do Ministro do Superior Tribunal Militar tenha sido com essa assessoria jurídica da qual não disponho no momento. Julgo que é um assunto que ainda permanecerá, como o senhor mencionou algumas novas ações que estão sendo vislumbradas, mas que o Tribunal saberá dar uma decisão e um destino a esta solicitação, o anseio das pessoas de conhecerem todos os documentos que são públicos. Acho que é um assunto que precisa ser estudado juridicamente face ao nosso calendário eleitoral, mas que o Tribunal saberá dar uma solução satisfatória para isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para fixar bem o objetivo da minha indagação, para não dar margem a interpretações escusas, quero dizer que fiz a indagação sem nenhuma preocupação com o conteúdo. Esse conteúdo pode ser até favorável ao candidato, não estou questionando a atividade que desenvolveu naquele período. Apenas estou colocando em debate o direito que tem o cidadão de ter todas as informações sobre alguém que ele deve escolher ou não escolher para presidir o País ou para não presidir o País.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Alvaro Dias.

Gostaria de convidar o Senador Pedro Simon e o Senador Antonio Carlos Júnior, para que funcionem como escrutinadores para que possamos consequentemente...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, antes eu peço um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Pois não. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Líder do Governo, Senador Jucá, já votou?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Ele não votou.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Será que não se deve chamá-lo? Acho que ele não está sabendo que nós estamos terminando. Vai ficar meio esquisito ele não votar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – O processo de votação está encerrado. Eu convido V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e o Senador

Antonio Carlos Júnior para que venham fazer a apuração dos votos dos indicados para o STM.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Eu gostaria de proclamar o resultado.

O Almirante de Esquadra Marcus Vinicius Oliveira dos Santos teve 16 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contra.

Agora, proclamo o resultado com relação à indicação do Primeiro-Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicacio Silva. S. Ex^a obteve 16 votos favoráveis, nenhum voto contra, nenhuma abstenção. Estão, conseqüentemente, aprovadas as duas indicações, e a matéria seguirá para a Mesa, para que seja incluída, oportunamente, na Ordem do Dia.

Eu gostaria de suspender a sessão por cinco minutos, para que possamos cumprimentar os aprovados nas respectivas indicações.

(Suspende-se a sessão por cinco minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. DEM – PE) – Vou reabrir a sessão. Matérias em turno suplementar.

Item 2: Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2003, terminativo.

Altera o disposto no art. 95 da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador César Borges.

Observações: Votação Nominal; em 04/08/2010, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 59, de 2003, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral (vide art. 282, §2º do RISF, ou seja, Regimento Interno do Senado Federal).

Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, em função do que prescreve o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 3:

Turno Suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, terminativo.

Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para instituir a hipótese de remissão de pena pelo estudo.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Tramita em conjunto, a proposição, com o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007.

Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para introduzir a remissão da pena pelo estudo.

Autoria: nobre Senador Aloizio Mercadante.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008.

Altera a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados.

Autoria da matéria: Senador Jarbas Vasconcelos, representante de Pernambuco no Senado Federal.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Observações: em 04/08/2010, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 265, de 2006, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral, por força do art. 282, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, por força do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada, em função disso, à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Convido, agora, o nobre Senador Demóstenes Torres para assumir a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 30 minutos)

*À Secretário,
da CCS,
Sr. Edinaldo
Em 11-08-10
Raquel*

Of. Nº 283/2010-CN

Brasília, em 5 de agosto de 2010

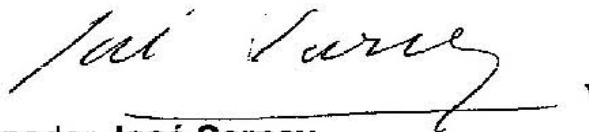
Raquel Ferreira Reis Silva
Chefe de Gabinete

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Exª o Ofício nº 1087/10/SGM/P, do Deputado Marco Maia, Primeiro-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados no exercício da Presidência, referente à cópia do pronunciamento do Deputado José Genoíno, acerca do requerimento de prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 24, de 2009-CN, destinada a “apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária”.

Informo a V. Exª que, sobre a mesma matéria, já se encontra nessa Comissão o Ofício nº 1487/2010-SF.

Atenciosamente,



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Exmº Sr.

Senador Demóstenes Torres

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do
Senado Federal

OF. n. 1.087/10/SGM/P

Brasília, 15 de julho de 2010.

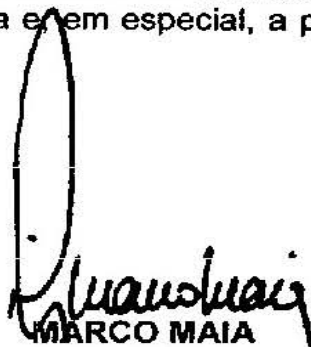
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
 Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: Encaminha cópia da Questão de Ordem n. 695.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, na condição de Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cópia da **Questão de Ordem n. 695**, de autoria do Senhor Deputado **JOSÉ GENOÍNO**, acerca do deferimento de requerimento prorrogando o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento (CN) n. 24, de 2009, "destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificadas em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária".

Atenciosamente,



MARCO MAIA

Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Questão de Ordem Nº 695

<i>Autor</i>	<i>Partido/UF</i>	<i>Data-Hora</i>	<i>Legislatura</i>
JOSÉ GENOÍNO	PT-SP	14/07/2010 17:40	53

Presidente da Sessão
MARCO MAIA (PT-RS)

Ementa

Questiona o deferimento de requerimento prorrogando o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 24/2009-CN, destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para Invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária.

Texto da Questão de Ordem

O SR. JOSÉ GENOÍNO- Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a questão de ordem que formulo a V.Exa. se baseia no art. 95 da Câmara dos Deputados, § 2º da Lei nº 1.579 e no art. 35, § 3º, art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Qual é a questão? Existe uma Comissão Parlamentar Mista conhecida como a Comissão Mista do MST.

Os Senadores atingiram o quórum necessário para pedir a prorrogação. Na Câmara dos Deputados esse quórum não foi atingido, porque se retiraram as assinaturas para a prorrogação da Comissão Mista.

Acontece que os defendem a prorrogação no Senado entregaram ao Presidente em exercício, Senador Mão Santa, a prorrogação da Comissão Mista com as assinaturas dos Senadores e S.Exa. fez o seguinte despacho, transcrito:deferir o requerimento e determinou que apenas o comunicasse à Câmara dos Deputados.

Ora, a Comissão Mista, com base nos dispositivos que eu citei, é uma Comissão do Congresso Nacional. O quórum é de Deputados e Senadores. O número de assinaturas é de Deputado e Senadores. Tanto que quando não há assinaturas de Deputados, faz-se Comissão Mista do Senado e quando não há Senadores, faz-se uma Comissão Mista da Câmara dos Deputados.

A CPMI é uma essência, isto é, Deputados e Senadores preenchem o quórum de assinaturas para que haja a CPMI. Tanto que ela só se instala quando é lida em sessão do Congresso Nacional, coisa que não houve. Ela não pode ser lida numa sessão da Câmara dos Deputados nem do Senado Federal, tem que ser lida numa sessão do Congresso Nacional para se constituir e para que haja a sua prorrogação. Isso é o que está estabelecido na legislação sobre Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, desde as famosas CPMIs que se processaram nesta Casa depois da Constituinte de 1988.

Portanto, a questão de ordem é requerer a V.Exa. a imediata comunicação ao Senado Federal, considerando como não lido o requerimento de prorrogação dos trabalhos da CPI Mista do MST, criada com base no Requerimento nº 24/09 e a devolução de qualquer documento nesse sentido aos autores, que sejam submetidos a instância competente.

Portanto, Sr. Presidente, essa questão de ordem é da maior importância, porque se trata de um absurdo legal e regimental. Não é uma CPI do Senado ou da Câmara. É uma CPI Mista. Por isso eu estou requerendo a V.Exa. um despacho para essa questão de ordem porque se trata de uma questão legal da maior importância, sob pena da nulidade deste ato do Presidente do Senado Federal que apenas mandou comunicar à Câmara. A Câmara não recebe comunicação quando se trata de CPI Mista e nem o Senado. É o bicameralismo. É Congresso Nacional e V.Exa. é o vice-Presidente do Congresso Nacional e Presidente em exercício da Câmara. Por isso, formulo essa questão de ordem. Ela está escrita e eu a encaminho a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado José Genoíno. Nós vamos recolher a sua questão de ordem, que é relevante, até porque o procedimento da leitura e da instalação da CPI Mista é feita numa sessão do Congresso Nacional.

Não é feita nem numa sessão da Câmara dos Deputados, nem numa sessão do Senado. A segunda questão é que, no caso específico de uma CPI realizada na Câmara dos Deputados, as prorrogações se dão a partir de aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados do requerimento que propõe a prorrogação. Então, os requerimentos de prorrogação são aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em se tratando de CPIs realizadas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Portanto, a sua questão de ordem é uma questão de ordem relevante. Eu vou acolher o seu questionamento e vou despachá-lo ao Presidente José Sarney, para que ele tome, como Presidente do Congresso Nacional, a decisão sobre essa matéria, obviamente cabendo, logo após isso, o recurso de V.Exa. à decisão tomada pelo Presidente José Sarney, que é o legítimo Presidente do Congresso Nacional, se for o caso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Decisão

Presidente que proferiu a Decisão

Ementa

Acolho o seu questionamento e vou despachá-lo ao Presidente José Sarney, para que ele tome, como Presidente do Congresso Nacional, a decisão sobre essa matéria, obviamente cabendo, logo após isso, o recurso de V.Exa. à decisão tomada pelo Presidente José Sarney, que é o legítimo Presidente do Congresso Nacional, se for o caso.

Recurso

Autor do Recurso

Ementa

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a questão de ordem que formulo a V.Exa. se baseia no art. 95 da Câmara dos Deputados, § 2º, da Lei nº 1.579 e no art. 35, § 3º, art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Qual é a questão? Existe uma Comissão Parlamentar Mista conhecida como a Comissão Mista do MST.

Os Senadores atingiram o *quorum* necessário para pedir a prorrogação. Na Câmara dos Deputados esse *quorum* não foi atingido, porque se retiraram as assinaturas para a prorrogação da Comissão Mista.

Acontece que os que defendem a prorrogação no Senado entregaram ao Presidente em exercício, Senador Mão Santa, a prorrogação da Comissão Mista com as assinaturas dos Senadores e S.Exa. fez o seguinte despacho, transcrito: deferiu o requerimento e determinou que apenas o comunicassem à Câmara dos Deputados.

Ora, a Comissão Mista, com base nos dispositivos que eu citei, é uma Comissão do Congresso Nacional. O *quorum* é de Deputados e Senadores. O número de assinaturas é de Deputado e Senadores. Tanto que, quando não há assinaturas de Deputados, faz-se Comissão Mista do Senado e, quando não há Senadores, faz-se uma Comissão Mista da Câmara dos Deputados.

A CPMI é uma essência, isto é, Deputados e Senadores preenchem o *quorum* de assinaturas para que haja a CPMI. Tanto que ela só se instala quando é lida em sessão

do Congresso Nacional, coisa que não houve. Ela não pode ser lida numa sessão da Câmara dos Deputados nem do Senado Federal, tem que ser lida numa sessão do Congresso Nacional para se constituir e para que haja a sua prorrogação. Isso é o que está estabelecido na legislação sobre Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, desde as famosas CPMIs que se processaram nesta Casa depois da Constituinte de 1988.

Portanto, a questão de ordem é requerer a V.Exa. a imediata comunicação ao Senado Federal, considerando como não lido o requerimento de prorrogação dos trabalhos da CPI Mista do MST, criada com base no Requerimento nº 24/09, e a devolução de qualquer documento nesse sentido aos autores, que sejam submetidos a instância competente.

Portanto, Sr. Presidente, essa questão de ordem é da maior importância, porque se trata de um absurdo legal e regimental. Não é uma CPI do Senado ou da Câmara. É uma CPI Mista. Por isso eu estou requerendo a V.Exa. um despacho para essa questão de ordem, porque se trata de uma questão legal da maior importância, sob pena da nulidade deste ato do Presidente do Senado Federal, que apenas mandou comunicar à Câmara. A Câmara não recebe comunicação quando se trata de CPI Mista e nem o Senado. É o bicameralismo. É Congresso Nacional, e V.Exa. é o Vice-Presidente do Congresso Nacional e Presidente em exercício da Câmara. Por isso, formulo essa questão de ordem. Ela está escrita e eu a encaminho a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado José Genoino. Nós vamos recolher a sua questão de ordem, que é relevante, até porque o procedimento da

leitura e da instalação da CPI Mista é feito numa sessão do Congresso Nacional. Não é feito nem numa sessão da Câmara dos Deputados, nem numa sessão do Senado.

A segunda questão é que, no caso específico de uma CPI realizada na Câmara dos Deputados, as prorrogações se dão a partir de aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados do requerimento que propõe a prorrogação. Então, os requerimentos de prorrogação são aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em se tratando de CPIs realizadas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Portanto, a sua questão de ordem é relevante. Eu vou acolher o seu questionamento e vou despachá-lo ao Presidente José Sarney, para que ele tome, como Presidente do Congresso Nacional, a decisão sobre essa matéria, obviamente cabendo, logo após isso, o recurso de V.Exa. à decisão tomada pelo Presidente José Sarney, que é o legítimo Presidente do Congresso Nacional, se for o caso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

QUESTÃO DE ORDEM

Questão de ordem: com base nos artigo 95, do RICD; artigo 35, § 3º; artigo 21º do Regimento Comum do Congresso Nacional; e em face das Normas estabelecidas pela Presidência do Congresso Nacional para o funcionamento de Comissões Mistas Especiais, e o disposto nos arts. 44, 52 e 58, § 3º, da Constituição Federal.

Senhor Presidente,

Na sessão do Senado Federal, realizada nesta data, o Presidente em exercício do Senado Federal, Senador Mão Santa, e agindo nesta qualidade, como presidente do Senado Federal, fez por ler e deferir requerimento de prorrogação do funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito,

criada pelo Requerimento nº 24/2009-CN, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Em sua Decisão o Presidente em exercício do Senado Federal, adotou entendimento de que, havendo assinaturas suficientes, poderia deferir o requerimento e DETERMINOU QUE APENAS SE COMUNICASSE A CÂMARA DOS DEPUTADO da sua decisão, sem a necessidade de sua leitura em sessão do Congresso Nacional, ou de sequer submeter a matéria à aprovação desta Casa legislativa.

Informe-se, ainda, que os trabalhos investigativos daquela Comissão encontram-se conclusos, com Relatório apresentado e em fase de discussão e votação.

Formulamos, então, a presente questão de ordem, forte no que prescreve o art. 95 da Câmara dos Deputados e, ainda, com supedâneo no § 2º, art. 5º, da Lei 1.579, de 18 de março de 1952; artigo 35, § 3º; artigo 21º do Regimento Comum do Congresso Nacional; e em face das Normas estabelecidas pela Presidência do Congresso Nacional para o funcionamento de Comissões Mistas Especiais, e o disposto nos arts. 44, 52 e 58, § 3º, da Constituição Federal, objetivando preservar as competências da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

O artigo 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece que as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito somente poderão ser criadas em **sessão conjunta**. A Presidência do Congresso Nacional também já estabeleceu as normas a respeito, em Sessão conjunta de 11 de novembro de 1995, publicada no Diário do Congresso Nacional de 12 de novembro de 1991 que as matérias relativas às Comissões Mistas Especiais, deverão ser apreciadas em **sessão conjunta**.

Ora, é de regra que o acessório acompanha o principal. Neste caso, a prorrogação de prazo de funcionamento de Comissões Mistas somente podem ser autorizadas em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Por seu turno, o entendimento adotado pela presidência em exercício do Senado Federal de que pode, por simples leitura de requerimento formulado por parlamentares, prorrogar o funcionamento de Comissão Mista do Congresso Nacional, ofende o disposto no artigo 44 da Constituição Federal, que estabelece que o Congresso Nacional compõe-se da **Câmara dos Deputados** e do Senado Federal. E não existe previsão no artigo 52 da Constituição Federal, que estabelece as competências privativas do Senado Federal qualquer autorização ou prerrogativa no

sentido de decidir matéria que, obrigatoriamente, deva ser submetida à sessão unicameral do Congresso Nacional.

Também, o artigo 58, § 3º, da Constituição Federal, ao autorizar a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito **em conjunto entre as duas Casas** não atribuiu competência ao Senado Federal para decidir em caráter privativo sobre a matéria, em substituição ao Congresso Nacional.

Utilizar-se do entendimento, por outra, de seria aplicável o artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal porque não haveria sessão do Congresso prevista até a data previamente estabelecida, também não pode prevalecer ante disposição expressa do Regimento Comum e da Constituição Federal, e ainda, porque no presente caso ocorreu sessão do Congresso nos dias 07 e 08 de julho do corrente.

Por sua vez, o § 2º, art. 5º, da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, estatui que, ao tratar de prorrogação dos trabalhos de CPI exige que o requerimento seja aprovado pela respectiva Casa. Aplicando-se tal dispositivo, em se tratando de Comissão Mista, a prorrogação deverá aprovada também pela Câmara dos Deputados, e não apenas

comunicada de Decisão adotada pela presidência do Senado Federal, obrigatoriamente em sessão do Congresso Nacional.

Por fim, o entendimento de que simples sessão do Senado Federal poderá substituir sessão do Congresso Nacional, estaríamos autorizando, por exemplo, que as mensagens de projetos de lei que se refiram à lei orçamentária, os vetos presidenciais, e outras matérias de competência exclusiva do Congresso possam ser lidos e encaminhados pelo Senado Federal.

À vista disso, apresento a presente questão de ordem para ver esclarecido se a mera de leitura de requerimento de somente em sessão do Senado Federal, e não em sessão do Congresso Nacional, autoriza a prorrogação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Pelo exposto, senhor presidente, e considerando, é a presente **QUESTÃO DE ORDEM** para requerer a Vossa Excelência que, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, legais e regimentais destacados, a imediata comunicação ao Senado Federal, considerando como não lido o requerimento de prorrogação dos trabalhos da CPMI – MST, criada pelo requerimento nº 24/2009-CN, e a devolução de qualquer documento neste sentido aos autores para que sejam submetidos à instância competente para

deliberar, qual seja, a sessão conjunta do Congresso Nacional, nos exatos termos do artigo 21 do Regimento Comum.

Requer, também, desde já, na hipótese de indeferimento da presente Questão de Ordem, seja a decisão da Presidência submetida ao Plenário, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do § 8º do artigo 95, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2010.

Deputado

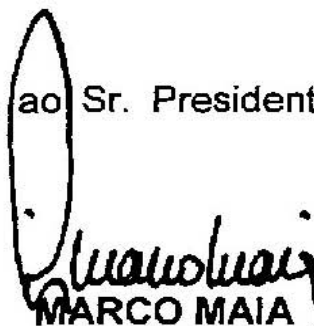
A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Fleury', written over a horizontal line.

PRESIDÊNCIA/SGM

Questão de Ordem n. 695, de autoria do Sr. Dep. José Genoíno, levantada na Sessão Plenária de 14/07/10, acerca do deferimento de requerimento prorrogando o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento (CN) n. 24, de 2009, "destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificadas em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária".

Em 15/07/2010

Encaminhe-se, por cópia, ao Sr. Presidente do Senado Federal. Publique-se. Oficie-se.



MARCO MAIA

Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Resumo Assinaturas – Prorrogação CPMI MST**Câmara dos Deputados**

Iniciais Válidas	174
Acréscimos Válidos	32
Retiradas Válidas	32
Resultado	174

Senado Federal

Iniciais Válidas	36
Acréscimos Válidos	3
Retiradas Válidas	1
Resultado	38

Assinaturas de Acréscimo (em 14.07.2010)

Câmara dos Deputados

Assinaturas de Acréscimo	Total
1. Original	26
1.1 Assinatura não reconhecida pela CD	0
1.2 Assinatura repetida nas iniciais	1
2. Fax/Digital	10
2.1 Assinatura não reconhecida pela CD	0
2.2 Assinatura repetida nas iniciais	2
2.3 Não substituído pelo original no prazo	1
TOTAL VÁLIDO	32

Resultado: Câmara dos Deputados – 36 assinaturas entregues → 32 assinaturas de acréscimo válidas.

Senado Federal

Assinaturas de Acréscimo	Total
1. Original	3
1.1 Assinatura não reconhecida pelo SF	0
1.2 Assinatura repetida nas iniciais	0
2. Fax/Digital	0
TOTAL VÁLIDO	3

Resultado: Senado Federal – 3 assinaturas entregues → 3 assinaturas de acréscimo válidas.

PRORROGAÇÃO CPMI MST

Assinaturas iniciais apresentadas
em original e fax/cópia digitalizada - art. 2º da Lei 9.800/99

(em 14.07.2010)

Câmara dos Deputados

1. Original	191
1.1 Assinatura não reconhecida pela CD	2
1.2 Assinatura repetida	16
1.3 Parlamentar licenciado	1
2. Fax/Digital	4
2.1 Assinatura não reconhecida pela CD	0
2.2 Assinatura repetida	0
2.3 Não substituído pelo original no prazo	2
TOTAL VÁLIDO	174

Resultado: Câmara dos Deputados – 195 assinaturas entregues → 174 assinaturas iniciais válidas.

Senado Federal

1. Original	38
1.1 Assinatura não reconhecida pelo SF	0
1.2 Assinatura repetida	0
1.3 Parlamentar licenciado	1
1.4 Parlamentar fora do exercício do mandato	1
TOTAL VÁLIDO	36

Resultado: Senado Federal – 38 assinaturas entregues → 36 assinaturas iniciais válidas.

**Assinaturas de Retirada
(em 14.07.2010)**

Câmara dos Deputados

1. Original	28
1.1 Assinatura não reconhecida pela CD	1
1.2 Assinatura repetida	3
2. Fax/Digital	9
2.1 Assinatura não reconhecida pela CD	0
2.2 Assinatura repetida	0
2.3 Não substituído pelo original no prazo	1
TOTAL VÁLIDO	32

Resultado: Câmara dos Deputados – 37 assinaturas entregues → 32 assinaturas de retirada válidas.

Senado Federal

1. Fax/Digital	1
TOTAL VÁLIDO	1

Resultado: Senado Federal – 1 assinatura entregue → 1 assinatura de retirada válida.

SUMÁRIO: 174 assinaturas válidas na Câmara dos Deputados e 38 assinaturas válidas no Senado Federal.

**Assinaturas Iniciais Válidas - Prorrogação CPMI MST
(Câmara dos Deputados)**

	Nome Parlamentar	Partido	UF
1	ONYX LORENZONI	DEM	RS
2	ERNANDES AMORIM	PTB	RO
3	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
4	CHARLES LUCENA	PTB	PE
5	MOREIRA MENDES	PPS	RO
6	NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG
7	EDINHO BEZ	PMDB	SC
8	JOÃO MATOS	PMDB	SC
9	BEL MESQUITA	PMDB	PA
10	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
11	DARCISIO PERONDI	PMDB	RS
12	ANDRÉ DE PAULA	DEM	PE
13	ANDREIA ZITO	PSDB	RJ
14	AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR
15	JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA	PV	MG
16	LUCIANA COSTA	PR	SP
17	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
18	VITOR PENIDO	DEM	MG
19	VALDIR COLATTO	PMDB	SC
20	MARCOS MONTES	DEM	MG
21	PAULO PIAU	PMDB	MG
22	GUILHERME CAMPOS	DEM	SP
23	ALFREDO KAEFER	PSDB	PR
24	FRANCISCO RODRIGUES	DEM	RR
25	ALCENI GUERRA	DEM	PR
26	JUNIOR MARZOLA	DEM	TO
27	MENDONÇA PRADO	DEM	SE
28	CARLOS MELLES	DEM	MG
29	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
30	HOMERO PEREIRA	PR	MT
31	DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP
32	CLAUDIO CAJADO	DEM	BA
33	PAES LANDIM	PTB	PI
34	MARIA HELENA	PSB	RR
35	JORGINHO MALULY	DEM	SP
36	RENATO AMARY	PSDB	SP
37	ENIO BACCI	PDT	RS

	Nome Parlamentar	Partido	UF
38	ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP
39	ABELARDO LUPION	DEM	PR
40	ALBERTO FRAGA	DEM	DF
41	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	DEM	BA
42	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
43	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
44	ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE
45	ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP
46	ARNALDO VIANNA	PDT	RJ
47	AROLDE DE OLIVEIRA	DEM	RJ
48	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
49	ÁTILA LINS	PMDB	AM
50	AUGUSTO CARVALHO	PPS	DF
51	AUGUSTO FARIAS	PTB	AL
52	BISPO GÊ TENUTA	DEM	SP
53	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
54	BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE
55	CAMILO COLA	PMDB	ES
56	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
57	CARLOS WILLIAN	PTC	MG
58	CASSIO TANIGUCHI	DEM	PR
59	CEZAR SILVESTRI	PPS	PR
60	CHICO DALTRO	PP	MT
61	CIRO PEDROSA	PV	MG
62	CLÁUDIO DIAZ	PSDB	RS
63	DILCEU SPERAFICO	PP	PR
64	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
65	EDUARDO SCIARRA	DEM	PR
66	EFRAIM FILHO	DEM	PB
67	EMANUEL FERNANDES	PSDB	SP
68	FÁBIO SOUTO	DEM	BA
69	FELIPE MAIA	DEM	RN
70	FÉLIX MENDONÇA	DEM	BA
71	FERNANDO CHIARELLI	PDT	SP
72	FERNANDO CHUCRE	PSDB	SP
73	FERNANDO CORUJA	PPS	SC
74	FREIRE JÚNIOR	PSDB	TO
75	FLÁVIO BEZERRA	PRB	CE
76	FRANCISCO TENÓRIO	PMN	AL
77	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA

	Nome Parlamentar	Partido	UF
78	GERALDO PUDIM	PR	RJ
79	GERALDO THADEU	PPS	MG
80	GERMANO BONOW	DEM	RS
81	IBSEN PINHEIRO	PMDB	RS
82	INDIO DA COSTA	DEM	RJ
83	JAIR BOLSONARO	PP	RJ
84	JAIRO ATAIDE	DEM	MG
85	JEFFERSON CAMPOS	PSB	SP
86	JERÔNIMO REIS	DEM	SE
87	JOAO ALMEIDA	PSDB	BA
88	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
89	JOFRAN FREJAT	PR	DF
90	JORGE KHOURY	DEM	BA
91	JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP
92	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PDT	BA
93	JOSÉ CARLOS MACHADO	DEM	SE
94	JOSÉ LINHARES	PP	CE
95	JOSÉ MAIA FILHO	DEM	PI
96	JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	DEM	PE
97	JÚLIO CESAR	DEM	PI
98	JÚLIO DELGADO	PSB	MG
99	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
100	LAERTE BESSA	PSC	DF
101	LELO COIMBRA	PMDB	ES
102	LEONARDO VILELA	PSDB	GO
103	LIRA MAIA	DEM	PA
104	LOBBE NETO	PSDB	SP
105	LUCENIRA PIMENTEL	PR	AP
106	LUIZ CARLOS SETIM	DEM	PR
107	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
108	LUIZ CARREIRA	DEM	BA
109	LUPÉRCIO RAMOS	PMDB	AM
110	MAJOR FÁBIO	DEM	PB
111	MANATO	PDT	ES
112	MARCELO ITAGIBA	PSDB	RJ
113	MARCIO JUNQUEIRA	DEM	RR
114	MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP	MG
115	MARCONDES GADELHA	PSC	PB
116	MAURO LOPES	PMDB	MG
117	MILTON MONTI	PR	SP

	Nome Parlamentar	Partido	UF
118	MILTON VIEIRA	DEM	SP
119	MOISES AVELINO	PMDB	TO
120	NELSON GOETTEN	PR	SC
121	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
122	NELSON MEURER	PP	PR
123	NELSON PROENÇA	PPS	RS
124	NELSON TRAD	PMDB	MS
125	NEUDO CAMPOS	PP	RR
126	OSMAR TERRA	PMDB	RS
127	OSVALDO REIS	PMDB	TO
128	OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
129	PAES DE LIRA	PTC	SP
130	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
131	PAULO BORNHAUSEN	DEM	SC
132	PINTO ITAMARATY	PSDB	MA
133	PROFESSOR RUY PAULETTI	PSDB	RS
134	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO
135	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
136	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
137	RATINHO JUNIOR	PSC	PR
138	RAUL HENRY	PMDB	PE
139	RAUL JUNGSMANN	PPS	PE
140	REBECCA GARCIA	PP	AM
141	REGIS DE OLIVEIRA	PSC	SP
142	ROBERTO ALVES	PTB	SP
143	ROBERTO MAGALHÃES	DEM	PE
144	RODRIGO MAIA	DEM	RJ
145	ROGERIO LISBOA	DEM	RJ
146	ROGERIO MARINHO	PSDB	RN
147	RÔMULO GOUVEIA	PSDB	PB
148	RONALDO CAIADO	DEM	GO
149	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
150	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
151	SILVIO LOPES	PSDB	RJ
152	SILVIO TORRES	PSDB	SP
153	SOLANGE AMARAL	DEM	RJ
154	SUELI VIDIGAL	PDT	ES
155	TAKAYAMA	PSC	PR
156	THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI
157	URZENI ROCHA	PSDB	RR

	Nome Parlamentar	Partido	UF
158	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
159	VIC PIRES FRANCO	DEM	PA
160	VICENTE ARRUDA	PR	CE
161	VILSON COVATTI	PP	RS
162	VINICIUS CARVALHO	PTdoB	RJ
163	WALDEMIR MOKA	PMDB	MS
164	WALTER FELDMAN	PSDB	SP
165	WALTER IHOSHI	DEM	SP
166	WILLIAM WOO	PPS	SP
167	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
168	ZONTA	PP	SC
169	LÁZARO BOTELHO	PP	TO
170	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
171	PAULO HENRIQUE LUSTOSA	PMDB	CE
172	ANGELA AMIN	PP	SC
173	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
174	JOSÉ CARLOS ALELUIA	DEM	BA

TOTAL: 174

**Assinaturas de Acréscimo Válidas – Prorrogação CPMI MST
(Câmara dos Deputados)**

	Nome Parlamentar	Partido	UF
1	JOÃO DADO	PDT	SP
2	RICARDO TRIPOLI	PSDB	SP
3	TELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
4	NICE LOBÃO	DEM	MA
5	FELIPE BORNIER	PHS	RJ
6	HUMBERTO SOUTO	PPS	MG
7	EDUARDO GOMES	PSDB	TO
8	ROBERTO BALESTRA	PP	GO
9	EDGARD MOURY	PMDB	PE
10	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PR	AL
11	JUTAHY JÚNIOR	PSDB	BA
12	MARCOS MEDRADO	PDT	BA
13	RICARTE DE FREITAS	PTB	MT
14	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
15	ANTÔNIO ANDRADE	PMDB	MG
16	HUGO LEAL	PSC	RJ
17	BETO MANSUR	PP	SP
18	ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ	PTB	AL
19	DIMAS RAMALHO	PPS	SP
20	JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP	RS
21	LEANDRO VILELA	PMDB	GO
22	NILMAR RUIZ	PR	TO
23	MIGUEL MARTINI	PHS	MG
24	BRUNO RODRIGUES	PSDB	PE
25	CARLOS ALBERTO CANUTO	PSC	AL
26	VADÃO GOMES	PP	SP
27	LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS	PSDB	ES
28	DAVI ALCOLUMBRE	DEM	AP
29	ARNALDO JARDIM	PPS	SP
30	CLOVIS FECURY	DEM	MA
31	JOSÉ ANÍBAL	PSDB	SP
32	JOÃO BITTAR	DEM	MG

TOTAL: 32

**Assinaturas de Retirada Válidas – Prorrogação CPMI MST
(Câmara dos Deputados)**

	Nome Parlamentar	Partido	UF
1	JOÃO MATOS	PMDB	SC
2	ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP
3	ÁTILA LINS	PMDB	AM
4	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
5	SUELI VIDIGAL	PDT	ES
6	MANATO	PDT	ES
7	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PDT	BA
8	MAURO LOPES	PMDB	MG
9	PAULO HENRIQUE LUSTOSA	PMDB	CE
10	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
11	NELSON MEURER	PP	PR
12	GERALDO PUDIM	PR	RJ
13	LUCENIRA PIMENTEL	PR	AP
14	NELSON GOETTEN	PR	SC
15	VICENTE ARRUDA	PR	CE
16	FLÁVIO BEZERRA	PRB	CE
17	JEFFERSON CAMPOS	PSB	SP
18	LAERTE BESSA	PSC	DF
19	MARCONDES GADELHA	PSC	PB
20	VINICIUS CARVALHO	PTdoB	RJ
21	ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE
22	CHARLES LUCENA	PTB	PE
23	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
24	PAES LANDIM	PTB	PI
25	ROBERTO ALVES	PTB	SP
26	LELO COIMBRA	PMDB	ES
27	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
28	EDINHO BEZ	PMDB	SC
29	THEMISTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI
30	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
31	OSVALDO REIS	PMDB	TO
32	NELSON BORNIER	PMDB	RJ

TOTAL: 32

**Assinaturas Iniciais Válidas – Prorrogação CPMI MST
(Senado Federal)**

	Nome Parlamentar	Partido	UF
1	Acir Gurgacz	PDT	RO
2	Adelmir Santana	DEM	DF
3	Antonio Carlos Júnior	DEM	BA
4	Arthur Virgílio	PSDB	AM
5	Cícero Lucena	PSDB	PB
6	Cristovam Buarque	PDT	DF
7	Demóstenes Torres	DEM	GO
8	Eduardo Azeredo	PSDB	MG
9	Eliseu Resende	DEM	MG
10	Flávio Arns	PSDB	PR
11	Flexa Ribeiro	PSDB	PA
12	Francisco Dornelles	PP	RJ
13	Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN
14	Heráclito Fortes	DEM	PI
15	Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE
16	Jayme Campos	DEM	MT
17	Jefferson Praia	PDT	AM
18	João Durval	PDT	BA
19	João Ribeiro	PR	TO
20	João Tenório	PSDB	AL
21	João Vicente Claudino	PTB	PI
22	Jorge Yanai	DEM	MT
23	José Agripino	DEM	RN
24	Kátia Abreu	DEM	TO
25	Leomar Quintanilha	PMDB	TO
26	Mão Santa	PSC	PI
27	Marco Maciel	DEM	PE
28	Marconi Perillo	PSDB	GO
29	Maria do Carmo Alves	DEM	SE
30	Marisa Serrano	PSDB	MS
31	Neuto De Conto	PMDB	SC
32	Papaléo Paes	PSDB	AP
33	Romeu Tuma	PTB	SP
34	Rosalba Ciarlini	DEM	RN
35	Sérgio Zambiasi	PTB	RS
36	Tasso Jereissati	PSDB	CE

TOTAL: 36

**Assinaturas de Acréscimo Válidas – Prorrogação CPMI MST
(Senado Federal)**

	Nome Parlamentar	Partido	UF
1	Mário Couto	PSDB	PA
2	Niura Demarchi	PSDB	SC
3	Valter Pereira	PMDB	MS

TOTAL: 3

**Assinaturas de
Retirada Válidas – Prorrogação CPMI MST
(Senado Federal)**

	Nome Parlamentar	Partido	UF
1	João Durval	PDT	BA

TOTAL: 1

Presidência da República

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As Comissões Parlamentares de Inquérito, criadas na forma do art. 53 da Constituição Federal, terão ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar os fatos determinados que deram origem à sua formação.

Parágrafo único. A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de deliberação plenária, se não for determinada pelo terço da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Art. 2º. No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reportarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

Art. 3º. Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

§ 1º Em caso de não-comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal. (Renumerado pela Lei nº 10.679, de 23.5.2003)

§ 2º O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta. (Incluído pela Lei nº 10.679, de 23.5.2003)

Art. 4º. Constitui crime:

I - Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena - A do art. 329 do Código Penal.

II - fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito:

Pena - A do art. 342 do Código Penal.

Art. 5º. As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução.

§ 1º. Se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

§ 2º - A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso.

Art. 6º. O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel

Newton Estilac Leal

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer

Álvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.3.1952

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que foi encaminhado à publicação o **Parecer nº ,1.387, de 2010**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício SF nº 1.487/2010, que encaminhou àquele órgão técnico o recurso interposto pelo Senador Eduardo Suplicy, no exercício da liderança, referente à decisão da Presidência a respeito da Questão de Ordem formulada por Sua Excelência, na sessão do dia 14 de julho último, quanto à leitura, no Senado Federal, de requerimento de prorrogação de prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI do MST).

O parecer conclui pelo não conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu improvimento.

A Presidência determina a autuação do referido expediente como “Processo Especial” do **Requerimento nº 24, de 2009-CN**, nos termos do art. 263 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 3º da **Resolução nº 1, de 2007**, do Congresso Nacional, encaminha o **Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2010**, ao exame da Representação Brasileira do Mercosul. Posteriormente, a matéria retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador a fazer uso da palavra, sem prejuízo na ordem de inscrição, é o Senador Roberto Cavalcanti, do PRB da Paraíba. V. Exª terá o tempo regimental para seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho certeza da generosidade do nobre colega tendo em vista não estarmos com o plenário lotado. De qualquer forma, poderemos flexibilizar um pouco, embora meu pronunciamento não seja demorado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se eu tivesse de dar nome a este meu pronunciamento, eu diria que vamos poupar pelo menos o Brasil. Vamos preservar pelo menos o Brasil. No último domingo, 3 de outubro, o Brasil ofereceu ao mundo uma festa democrática impressionante em que os protagonistas foram 135 milhões de eleitores. Com eficiência elogiada e invejada aos olhos do mundo, o TSE, antes da meia-noite, já havia divulgado os resultados das urnas numa prova de competência, eficácia e segurança digna do desejo do eleitor de conhecer os novos responsáveis pelo destino do nosso País.

Numa atmosfera de esperança e otimismo, os eleitores puderam acompanhar a apuração em tempo real e, ao mesmo tempo, atestar a lisura do procedimento. Finalizada a apuração, nós, brasileiros e brasileiras, descobrimos que teremos, em 31 de outubro, segundo turno para Presidente da República e Governadores do Distrito Federal e de mais oito Estados: Roraima, Amapá, Rondônia, Pará, Piauí, Paraíba, Alagoas e Goiás.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre os dias 12 e 24 de agosto passado, o DataSenado divulgou o resultado de uma pesquisa realizada com 1.315 brasileiros maiores de 16 anos em 119 Municípios do País com acesso a telefone fixo sobre o que é mais importante na hora de decidir o voto. Para 55% dos eleitores entrevistados, a campanha deste ano deveria concentrar-se em debate de alto nível, com apresentação de propostas bem fundamentadas para o futuro do País, sem acirramentos e ataques pessoais entre os candidatos.

Sem dúvida, essa resposta revela que a atenção política do brasileiro está voltada para o conhecimento do pensamento e das propostas que deveriam ser apresentadas no decorrer da campanha e não para confrontos pessoais, que não trazem nenhum benefício para a maioria da sociedade. Por isso mesmo, os ataques e bate-bocas entre os candidatos são rejeitados e só contribuem para descaracterizar o processo eleitoral.

Mais ainda, eles podem prejudicar seriamente os acordos e as alianças políticas que precisam ser feitas depois das eleições para garantir governabilidade e fortalecer a democracia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, costuma-se dizer que o segundo turno é uma nova eleição, e certamente neste importante momento histórico em que deveremos eleger o novo Presidente da República e diversos Governadores não podemos deixar escapar a oportunidade de avaliarmos objetivamente as conquistas do País nestes últimos oito anos e definir os novos caminhos do desenvolvimento para os quatro anos seguintes.

Não é tolerável que os candidatos e os seus operadores políticos continuem dedicando pouco espaço a esses temas relevantes, aliás, os únicos capazes de mudar para melhor realmente a vida dos cidadãos e garantir a sustentabilidade do progresso.

Desde 1988, com a promulgação da nova Constituição, que garantiu a liberdade de expressão e restabeleceu o estado democrático de direito, o País começou a falar em reformas e o Congresso Nacional foi sendo cada vez mais cobrado em termos de responder à demanda qualitativa pela construção de um País moderno e desenvolvido.

Entretanto, Sr. Presidente, as propostas de reforma política, reforma tributária, reforma trabalhista e reforma do judiciário, entre outras, não têm alcançado a celeridade desejável.

Por outro lado no âmbito das instituições que representam essas áreas de competências, o debate permanece tímido e o legítimo poder de pressão sobre o Congresso desarticulado e errático.

Dessa maneira, as forças transformadoras que lá se manifestam não são suficientes para forçar essas mudanças estruturais que são essenciais para colocar o Brasil entre as nações mais modernas do mundo.

Não podemos nos esquecer que foi justamente a liderança do Presidente Lula e o seu diálogo permanente com o Congresso Nacional na costura de alianças bem sucedidas que permitiu a implantação e a implementação de uma política macroeconômica sustentável, mesmo em momentos de crises cujo mérito principal foi reverter a estagnação econômica que durante séculos penalizou o Brasil.

Tal modelo até hoje funciona de maneira adequada que mostrou boa resistência nos momentos mais agudos da crise mundial. As exportações brasileiras começaram a dar grandes saltos. A balança comercial passou a acumular expressivos superávits. A economia começou a crescer a partir de 2004. A oferta de empregos foi ampliada, aumentou o poder de captação de recursos financeiros no exterior. A política de transferência de renda continua a todo vapor com o Programa Bolsa Família, o Luz para Todos e outros.

O ensino fundamental expandiu o número de vagas. O programa Bolsa Estudos em Faculdades Particulares foi ampliado para os alunos carentes. A política de reajustes real do salário mínimo vem acontecendo normalmente. Tem-se verificado uma constante reposição de vagas de trabalho no serviço público por meio de concursos. Os servidores têm conseguido seus reajustes, repondo grande parte das perdas ocorridas em governos anteriores. O crédito foi ampliado, e milhões de pobres conseguiram passar à condição de nova classe média.

Por todo exposto, Sr. Presidente, daqui para frente, apesar da recuperação lenta das economias desenvolvidas da Europa, da economia americana e das boas perspectivas que estão sendo anunciadas para a China, qualquer um que for eleito Presidente da República deverá dar continuidade por mais quatro anos à cartilha de sucesso do Governo Lula, contudo sem perder a capacidade de ousar.

Nesse contexto, a exatos 26 dias do segundo turno, é preciso que os candidatos demonstrem sensibilidade para pautar o debate acima do Brasil real, da economia real e dos anseios reais da sociedade.

Não se pode permitir, Sr. Presidente, o acirramento da campanha de maneira a inviabilizar as alianças que irão proporcionar as votações de matérias importantes, ou melhor, imprescindíveis para a consolidação do desenvolvimento duradouro.

Para isso é preciso apenas fazer alguns ajustes e conquistar as alianças necessárias no Congresso

Nacional para superar possíveis dificuldades para aprovação de certas matérias.

Ainda há tempo para baixar o calor da campanha de modo a facilitar as alianças que precisam ser seladas pelo próximo governo. Não se pode admitir que o debate aconteça a partir de premissas falsas.

Sr. Presidente, a Revista **Veja** desta semana, na coluna Radar, traz a foto de Dilma Rousseff com a seguinte legenda, atentai Sr. Presidente: “Hora da verdade. Dilma: Inquietação dos investidores internacionais”. Está aqui a matéria, a lamentável matéria no sentido de induzir o mercado exterior a desacreditar no nosso país.

A matéria, Sr^{as} e Srs. Senadores, como sabemos, é o contraponto de um Brasil que vive um momento extraordinário, como um dos destinos preferenciais para investimentos estrangeiros e de consolidação do mercado interno, aliás, esse momento foi objeto de alguns pronunciamentos que fiz da tribuna deste plenário, todos eles apoiados em facto e confiável material divulgado pela imprensa.

Hoje mesmo uma das manchetes da imprensa escrita trata dos investimentos que a Mitsubishi fará no Brasil.

Trago aqui, Sr. Presidente, as matérias que saíram em todos os jornais, mas essa aqui é do **Brasil Econômico**, na qual Mitsubishi põe o Brasil na rota de seu carro popular.

E diz entre outros, Sr. Presidente:

Desde a crise financeira internacional de 2008, o Brasil passou a chamar cada vez mais a atenção da sede da montadora, afirmou o executivo. Enquanto os principais mercados encolhem, o Brasil subiu posições, passando do décimo para o quinto lugar no mercado mundial. Isso fez com que o país se tornasse extremamente interessante e o mais importante alvo da montadora, junto a economias emergentes como China e outros países asiáticos.

Segue a matéria:

O País tem muito dinamismo, muitos recursos naturais. Tenho uma boa imagem do Brasil. É hoje o nosso quinto melhor mercado, mas acredito que será o quarto em 2011.

Masuko diz que a nova linha de montagem de carros populares da fábrica brasileira da Mitsubishi deverá requerer estudos e que aqui serão investidos significativos recursos por parte dessa montadora.

A matéria diz também:

Em relação à América Latina, o Presidente da Mitsubishi Motors diz que o País também

se destaca, é o mercado mais importante, mas há outros em vista”.

Mas o Brasil é o mais importante.

Então, Sr. Presidente, está visto que o Brasil atrai investimentos, o Brasil demonstra segurança, o Brasil demonstra estabilidade democrática, demonstra estabilidade econômica.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Roberto, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Caro amigo e nobre Senador Jefferson Praia, é o maior prazer recebê-lo de volta da campanha. O Senado, de braços abertos, acolhe V. Ex^a nesta tarde. Tenho a grande honra de receber o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Muito obrigado. V. Ex^a toca em um ponto importante, faz a análise após eleição e toca na questão fundamental que o nosso povo observa hoje, que são as questões das propostas. E o que temos observado nos debates, de modo geral, é que, muitas vezes, os candidatos estão sendo muito superficiais. Acho que o eleitor quer saber, primeiro, o que fazer, depois, como fazer e, em terceiro, para quem fazer. Isso é fundamental. As propostas e ideias são importantíssimas. Eu acredito que, no Brasil, nós temos que caminhar dentro desse contexto, mas nós, Senador – eu acredito também –, não podemos deixar de lado as experiências daqueles que estão no debate. Por exemplo, não podemos deixar de lado que tipo de experiência de gestão pública, como foi a gestão pública de quem está debatendo naquele momento. Como é o comportamento, qual foi o comportamento dessa pessoa no momento em que estava representando o povo, ou no Parlamento ou no Executivo, em relação aos recursos públicos? É uma pessoa honesta ou desonesta? Porque, senão, parece que, daqui para frente, vamos apenas discutir ideias e propostas e aqueles que nós sabemos que são os fichas-sujas que, infelizmente, ainda estão no jogo ficam sendo privilegiados, porque ninguém pode tocar nesse assunto que o eleitor acaba pensando é uma coisa ruim, que você está colocando o debate de maneira não correta ou está abaixando o nível do debate. Acredito que nós temos que, daqui para frente, intensificar mais essa questão. O eleitor brasileiro e a eleitora brasileira devem ter maior atenção aos políticos, acompanhar a vida de cada um, ver se ele é honesto ou não, se é bom gestor ou boa gestora dos recursos públicos – isto é fundamental – e, acima de tudo, é claro, ver quais são seus projetos, o que fazer, como fazer – muita gente gosta de dizer “quero fazer tal coisa”, mas não sabe como – e para quem fazer. São pontos importantes. Parabenizo V. Ex^a por levantar esse tema nesta tarde. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB)

– Agradeço por demais as observações de V. Ex^a, que vêm enriquecer e complementar este nosso pronunciamento. V. Ex^a toca num ponto que é, talvez, o âmago do meu pronunciamento. Através deste meu pronunciamento, tento fazer um apelo ao País e aos partidos políticos de que é importantíssimo que seja julgado pelo cidadão o gestor, quem vai tomar conta do seu Estado, quem vai tomar conta do nosso País. Porém, o cidadão, o País em si, o Brasil deve ser preservado, porque, na verdade, nós temos uma história, até no próprio Senado Federal, de tentar lavar roupa publicamente e de verificar o dano que se causa ao Senado, o dano que se causa ao País, o dano que se causa a um Estado.

O meu apelo é no sentido de que sejam discutidas propostas, que sejam discutidas ideias, que sejam julgados, se é ficha-suja, se é ficha-limpa, se tem experiência de gestão, como V. Ex^a está alertando.

Acosto-me 100% às observações feitas por V. Ex^a, porém o meu apelo é no sentido de preservar o Brasil.

Nós assistimos aqui, historicamente, a debates que vinham a macular, por questões unicamente políticas, a Petrobras, que é de todos nós, sobre se era verdade ou não, se não era fantasioso o pré-sal...

Todos, hoje, sabemos que a Petrobras fez o maior lançamento público de ações da história da humanidade em bolsas, comparando-se com os mercados americano, japonês, chinês, alemão, de qualquer outro país do mundo. Nenhum país do mundo fez um lançamento de ações da grandiosidade que a Petrobras fez para o mundo recentemente. E a própria Petrobras foi torpedeada, danificada, tendo sua gestão sido acusada aqui pela imprensa diversas vezes.

É contra isso que eu me insurjo. Temos que nos dar as mãos para valorizarmos os nossos bens, a nossa Petrobras, o nosso pré-sal e o nosso País. Nós somos, nobre Senador, acionistas indiretos do Brasil. Todo cidadão brasileiro é acionista de seu País, é cidadão do seu País. Então, nós não podemos assistir, por uma queda de braço política, por uma quebra de braço partidária, por uma quebra de braço de pessoas, o dano ao nosso País. É esse o espírito macro deste nosso pronunciamento.

Agradeço por demais essas observações que enriqueceram este meu pronunciamento.

Sr. Presidente, já estou perto de concluir.

“O País tem muito dinamismo, muitos recursos naturais. Tenho uma boa imagem do Brasil. É hoje o nosso quinto mercado, mas acredito que será o quarto até 2011”, é o que diz Osamu Masuko, Presidente mundial da Mitsubishi Motors Corporation – MMC, cuja matéria exibi a V. Ex^{as}.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, ainda ontem, o Banco Central do Brasil dobrou o IOF para estrangeiros que aplicam em renda fixa, de 2% para 4%, visando unicamente conter a valorização do real, em decorrência do grande aporte de dólares que entram no Brasil.

Sr. Presidente, que País é este em que uma revista chega e diz que o mundo está observando e há uma inquietação dos mercados internacionais com eventual possibilidade de um dos dois candidatos ao governo assumir o poder? Isso não existe, isso é uma farsa, isso é uma mentira!

Está aqui, por exemplo, a matéria da **Folha de S.Paulo**: “*Governo dobra IOF para conter o dólar*”. E explica todas as razões pelas quais o Governo fez isso. O País vive uma fase tão boa que a sua moeda, que é referência da sua economia, um valor de referência da sua economia, porque, há alguns anos, quando viajávamos, nos envergonhávamos de apresentar nossa moeda, porque a cada ano, a cada mês era uma moeda diferente. Hoje nós temos um projeto, que perdura há vários governos, mérito de vários governos, que caracterizo o Real como uma moeda respeitada mundialmente.

Está aqui, Sr. Presidente, a matéria da **Folha de S.Paulo**:

A apreciação do real continuou preocupando o governo mesmo após o encerramento da capitalização da Petrobras. Ontem, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou o aumento da alíquota de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente em operações estrangeiras no mercado de renda fixa brasileiro {É bom que atentem: só de renda fixa}. É exclusivamente para aplicação fixa porque achamos que há interesse crescente do investidor estrangeiro nessa modalidade.”

Foi por esta razão que se dobrou o valor da alíquota do IOF no Brasil.

Segundo o Banco Central, de janeiro a agosto deste ano, os investimentos em renda fixa no País já somam US\$12 bilhões. No mesmo período do ano passado, esse valor estava em US\$3,4 bilhões.

Então, atentem: saiu de US\$3,4 bilhões para US\$12 bilhões, mostrando a credibilidade e a pujança do nosso País.

Sr. Presidente, essas duas notícias servem para desmascarar a falta de sustentação no tocante à eventual inquietação dos investidores internacionais.

Aliás, a este propósito, convém lembrar o triste episódio protagonizado por meu amigo, ex-companheiro da CNI, Mário Amato quando da primeira eleição de

Lula, vaticinando a debandada geral de empresários e de capitais do Brasil no caso da vitória de Lula da Silva àquela época.

E o que aconteceu, Sr. Presidente? Lula foi eleito, o País prosperou, reencontrou-se com a sua vocação para o desenvolvimento e hoje posso afirmar, sem sombra de dúvida, que a história só se repete como farsa. E é essa farsa que devemos repelir com veemência. Igualmente, o boato maldoso e insustentável do risco da liberdade de imprensa.

Sou homem de imprensa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e como tal, muito sensível a quaisquer tentativas de intimidação à imprensa livre. Entretanto, o que tenho visto é um clima saudável de liberdade onde mesmo notícias falsas, como esta, e tendenciosas são veiculadas sem qualquer tipo de crítica ou censura, de resto inaceitáveis na democracia plena em que vivemos.

Por tudo isso é que venho a esta tribuna clamar por juízo e ponderação. Vamos poupar o Brasil dessa disputa. Não se pode, no calor da campanha, destruir os avanços enormes que conquistamos em árdua caminhada, nos últimos oito anos, sob pena de vermos esgarçado o tecido social e econômico.

Assim, para poder administrar o País com certa tranquilidade, o novo Presidente precisará da união e do apoio das diversas correntes de pensamentos e dos diferentes partidos políticos.

Não podemos deixar de reconhecer que esse foi, sem dúvida, um dos maiores méritos do Presidente Lula. Pela primeira vez na história política do País, um Presidente da República conseguiu reunir em torno do seu Governo forças que, há menos de 10 anos, estavam em fronteiras ideológicas completamente diferentes.

É um legado precioso e inestimável e, sem dúvida, dará sustentação aos novos avanços que deveremos palmilhar.

Para finalizar, Sr. Presidente, para que este legado sirva à causa da democracia, caberá às forças políticas com representatividade no Congresso Nacional, em consonância com as aspirações mais legítimas da sociedade, discutir um Brasil real, de maneira responsável, madura, para, dessa forma, fazer emergir das urnas um Brasil unido e forte.

Vamos poupar o Brasil desse desgaste. Não vamos lavar internacionalmente a nossa roupa suja.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro de forma mais pessoal e emocional da presença do nobre Senador Marco Maciel no plenário deste Senado.

Senador Marco Maciel, todo o Brasil sabe quem é, todo o Brasil sabe de sua seriedade, lealdade com a democracia, sua integridade moral, sua posição fa-

miliar, sua posição religiosa. Eu considero o Senador Marco Maciel um exemplo de cidadão, um exemplo de parlamentar.

Lamentavelmente, registra-se o não retorno do nobre Senador Marco Maciel a esta Casa, momentaneamente, fruto do momento político vivido pelo seu Estado.

Na verdade, na noite em que se complementou a votação de 3 de outubro, telefonei para a residência do Senador Marco Maciel para externar o meu abraço e dizer que o Brasil reconhece o seu trabalho. Fiz, nesta tribuna e nos corredores do Senado Federal, referências anteriores no tocante exatamente a esta minha constatação: V. Ex^a permanecerá, sem dúvida, de cabeça erguida, pelo trabalho que V. Ex^a exerceu como cidadão até o dia de hoje pelo Brasil. Como Deputado, como Senador, como Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência da República, V. Ex^a é um exemplo para todos nós.

Gostaria que tivesse o Brasil políticos com o nível moral, a seriedade e a cidadania que V. Ex^a transmite a todos nós, Senadores, e a todos nós, cidadãos brasileiros.

Desculpe, Sr. Presidente, ter concluído o meu pronunciamento fazendo exatamente essa referência a esse nobre companheiro, Senador emérito e Senador eterno deste Senado Federal.

Nós dizíamos, nos bastidores hoje, Senador Marco Maciel, ao adentrar nesta Casa, ainda não tinha ninguém, eu fui um dos primeiros, talvez o primeiro a ter chegado aqui, e os funcionários do Senado todos lamentando e dizendo que deveria haver no Brasil, como existem em alguns outros países, a figura do Senador emérito, ex-Presidentes da República, parlamentares que, por sua passagem na vida política, marcaram história. V. Ex^a faz história no Brasil e deveríamos nós ter no Senado Federal as cadeiras de Senadores eméritos, Senadores que deveriam estar aqui eterna e permanentemente nos orientando como cidadãos e como parlamentares.

Faço essa referência não pelo carinho familiar, nem pelo carinho de muitos e muitos anos que nos une, por V. Ex^a ter tido uma participação na minha vida pessoal e empresarial de forma marcante, mas, principalmente, pelo exemplo que V. Ex^a tem dado como homem, como cidadão, a todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

veja

Panorama ■ Radar

LAURO JARDIM lauro.jardim@senado.gov.br

■ ELEIÇÕES

O santo não bateu

Nem bem começou e já foi desfeita a parceria entre Dilma Rousseff e Alexandre Herchcovitch. O estilista havia sido contratado para ser o personal stylist de Dilma na campanha e, quem sabe, no governo, se ela vencer. Depois de uma primeira reunião e algumas sugestões de blusas, saias e outros adereços, eles não voltaram a se encontrar. "O santo dos dois não bateu", na versão de um assessor de Dilma.



Gato por lebre

As pesquisas que os partidos encomendam exaustivamente durante as eleições são importantes para nortear as campanhas e — tão importante quanto — para fazer propaganda dos candidatos. Exemplo disso viu-se logo que terminou o debate da Globo, na madrugada de sexta-feira passada. Um dos assessores de um

presidenciável tinha prontos em seu iPad vários gráficos de uma falsa pesquisa qualharia que apontava o seu candidato como o vencedor do confronto. Esses números eram mostrados como se fossem um segredo para alguns jornalistas e até correligionários, que, ao final do debate, perguntavam por informações. Todos compraram gato por lebre.

Gostura ruim. Herchcovitch ex-funco personal stylist de Dilma

Trapaçaria internacional

Uma trapaçada intercontinental do TSE quase complica a realização das eleições. Há três semanas, uma carga com material para a leitura óptica das urnas eletrônicas ficou presa no aeroporto de Miami. Vinha da China e tinha como destino Brasília. As autoridades americanas não queriam liberar a encomenda, que estava sem certificação. Por seis dias, diplomatas brasileiros se viraram para validar o material e, então, liberá-lo para seguir viagem.

■ AVIAÇÃO

Estilo rodoviária

Nos horários de pico, os passageiros têm medoado na fila da Polícia Federal do Aeroporto de Cambica por pelo menos uma hora. Oficialmente, estamos na baixa estação.

■ BRASIL

Ralo palaciano

Chamuscado por uma onda de denúncias, o governo do Tocantins tem mais um fato a explicar. Chama atenção o pagamento de 2,8 milhões de reais feito neste ano pela construção da sede do governo local. Nada a estranhar, não fosse o fato de o contrato ter sido assinado entre a Wane Engenharia e o governo do Tocantins em 1969. A inauguração do Palácio Araguaia ocorreu dois anos depois e a construtora fez os últimos reparos no local em 2002. A empresa diz que os 2,8 milhões de reais se referem à atualização monetária de parte do que o governo lhe deve por atrasos em pagamentos.

■ FINANÇAS

Coisa de bilhões de dólares

O trio Marcel Telles, Jorge Paulo Lemann e Beto Sicupira contratou Marco Khcirallahi (ex-Pactal e ex-Vinci) e Tom Freitas Valle (ex-Banco Matrix) para cuidar dos seus investimentos pessoais. Até o fim do ano, a dupla abrirá um *family office*, escritório de administração de fortunas, em São Paulo.

Mitsubishi põe Brasil na rota de seu carro popular

Montadora japonesa considera produzir veículo econômico compacto e modelo elétrico para atender o mercado local. Vai ampliar capacidade da fábrica em Goiás

Isabelle Moreira Lima, de Tóquio*
ilima@brasileconomico.com.br

O mercado de carros populares do Brasil pode ganhar um novo competidor de perfil bastante distante dos que estão na disputa pelo motorista da classe C hoje. A japonesa Mitsubishi, que no país produz utilitários que custam até dez vezes o preço de um modelo L0, já avalia a possibilidade de competir neste segmento. A informação é do presidente da Mitsubishi Motors Corporation (MMC), Osamu Masuko.

Desde a crise financeira internacional de 2008, o Brasil passou a chamar cada vez mais a atenção da sede da montadora, afirmou o executivo. Enquanto os principais mercados encolheram, o Brasil subiu posições, passando do décimo para o quinto lugar ocupado atualmente. Isso fez com que o país se tornasse um dos mais importantes alvos da montadora, junto a economias emergentes como China e outros países asiáticos. "Todas as montadoras tentam ampliar suas vendas nesses países", diz Masuko.

"O país tem muito dinamismo, muitos recursos naturais. Tenho uma boa imagem do Brasil. É hoje o nosso quinto mercado, mas acredito que será o quarto até 2011."

Masuko diz que a nova linha de montagem de carros populares brasileira da Mitsubishi ainda requer estudos. "Estamos de olho no país, que pode se tornar nosso mercado mais importante." Antes, no entanto, a montadora conclui o que pode ser um ensaio para o carro popular brasileiro e inaugura no próximo ano sua produção de carros compactos, econômicos, com motor 1.2, na Tailândia.

A partir de 2012, devem ser produzidos naquele país asiático

cerca de 250 mil unidades por mês. Este veículo, que será um "pequeno modelo global", deve representar o protótipo do que a montadora estuda ter no Brasil e será vendido aos principais mercados da Ásia, do Oriente Médio, da Austrália e da Europa. O próximo passo, então, será a produção na China e na Índia. "Para produzir este tipo de modelo é necessário um alto índice de nacionalização", diz o executivo em menção à característica de baixo preço do veículo. Outra montadora japonesa, a Toyota, também informou, no mês passado, que vai disputar o mercado de carros populares no Brasil.

Além do carro popular, o presidente da Mitsubishi Motors diz que espera o melhor momento para lançar um carro "verde" no Brasil. No ano passado, a montadora lançou o carro elétrico. No ano que vem, ele será exportado para a Europa e para os Estados Unidos.

"Nós temos a intenção de introduzir o veículo elétrico no Brasil, mas temos de prestar atenção ao momento certo e às adequações necessárias", diz Masuko. Segundo o presidente

da companhia, tecnologicamente não há nenhum problema que impeça o lançamento de um modelo híbrido no Brasil. O que ainda falta é infraestrutura, como redes de abastecimento. "Mas, quando for a hora, entraremos neste mercado. E, no Brasil, tudo indica que o modelo unirá a tecnologia flex à híbrida", afirma.

Em relação à América Latina, o presidente da Mitsubishi Motors diz que o país também se destaca — é o mercado mais importante, mas há outros em vista. Ele não cita quais são esses mercados, mas afirma que quer iniciar a atuação em alguns deles em que a montadora ainda não está presente.

Masuko diz ainda que não vê a crescente atuação das montadoras chinesas em todo o mundo como ameaça aos seus negócios, uma vez que o mercado interno da China tem um tamanho considerável e já deve absorver grande parte da produção. "Já ouvimos falar que, no Brasil, as chinesas ocupam 10% do mercado local. Ficamos tranquilos porque temos maior história de parceria, tecnologia e qualidade." ■ Viajou a convite da empresa

LICENÇA

Linha de montagem deve sair em 2015

No mercado brasileiro, a Mitsubishi Motors Corporation atua por meio da Mitsubishi Motors do Brasil, que há 20 anos tem direito de importação e licença técnica para montar alguns modelos no país. Segundo Robert Rittscher, presidente da companhia brasileira, o novo modelo popular da japonesa não deve ser montado no Brasil antes de 2015. Neste ano, a montadora anunciou investimentos na ordem

de R\$ 800 milhões no período de cinco anos para, entre outras coisas, ampliar a linha de montagem atual, iniciar a produção de dois modelos, e abrir uma outra fábrica de motores. Este pacote foi conhecido como Projeto Anhangüera 2. Uma nova linha de montagem de carros compactos no Brasil pode fazer parte de um Projeto Anhangüera 3 ainda não definido, diz Rittscher. I.M.L.

FOLHA DE S. PAULO

Governo dobra IOF para conter o dólar

Alíquota de imposto sobre operação financeira sobe de 2% para 4% para estrangeiro que aplica em renda fixa

Taxa de juros elevada e crescimento econômico atraem investidor, mesmo com fim de oferta da Petrobras

MÁRIO SÉRGIO LIMA
THAIS BILENKY
DE BRASÍLIA

A apreciação do real continuou preocupando o governo mesmo após o encerramento da capitalização da Petrobras. Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou o aumento da alíquota de IOF (imposto sobre Operações Financeiras) incidente em operações de estrangeiros no mercado de renda fixa brasileiro.

A alíquota passa de 2% para 4% a partir de hoje, mas não se aplica ao capital estrangeiro em Bolsa de Valores (que segue em 2%), aos investimentos de brasileiros em renda fixa (não tributados com IOF) e aos investimentos estrangeiros diretos.

“É exclusivamente para aplicação fixa porque achamos que há interesse crescente do investidor estrangeiro nessa modalidade.”

Segundo Mantega, o fato

de o Brasil ter juros ainda bastante elevados torna essas aplicações muito atrativas para os investidores externos. “Em renda fixa há essa situação, na qual o investidor toma dinheiro a 2% no exterior e aplica para um retorno de 10,75% [taxa Selic]. Com a ampliação do IOF, reduz esse retorno e se torna menos atrativo”, disse.

Ontem, o dólar subiu 0,65% e fechou a R\$ 1,692.

Segundo o ministro, a expectativa era que, encerrada a capitalização da Petrobras, o movimento de valorização do real reduziria fôlego. Contudo, não foi o que ocorreu.

Segundo o Banco Central, de janeiro a agosto deste ano, os investimentos em renda fixa no país já somam US\$ 12 bilhões. No mesmo período do ano passado, esse valor estava em US\$ 3,4 bilhões.

Segundo Mantega, a medida visa reduzir o prejuízo aos exportadores brasileiros.

Economias emergentes, como o Brasil, vem observando entrada de capital externo devido à boa avaliação, às perspectivas de crescimento e às taxas de juros elevadas.

Movimento semelhante ocorreu no início de 2008, quando o governo tributou em 1,5% os recursos estran-

geiros para aplicação em títulos e ações. Depois, a alíquota caiu e voltou a subir no ano passado para 2%.

REPERCUSSÃO

A medida deve assustar o investidor estrangeiro que buscava ganho fácil com juros no Brasil, mas poderá não ter impacto duradouro no câmbio, segundo analistas.

Para investir por um ano no país, o estrangeiro levará agora 2,25% líquidos da inflação de 4,5% — taxa que pode ser insuficiente para cobrir riscos como o cambial.

“Era fato que a taxa de 2% não estava resolvendo. Mas 4% é alto. O governo resolveu parar de só ameaçar e partiu para ação”, diz Mario Battistel, da Fair Corretora.

Para Alexandre Schwartzman, economista-chefe do Santander, a nova intervenção no câmbio terá impacto semelhante ao visto no ano passado, quando o dólar chegou a subir alguns dias e depois reencontrou sua trajetória de baixa. “[O efeito] Será o mesmo que teve”, disse.

Colaborou TOMI SCIARRETTA,
de São Paulo

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Antes, Senador Marco Maciel, permita-me referendar todas as palavras do Senador Roberto Cavalcanti e dizer, Senador Marco Maciel, que V. Ex^a é uma figura indispensável a esta Casa, indispensável ao Brasil e peço a V. Ex^a que continue dando a sua parcela de colaboração que o senhor dá ao povo brasileiro e a seu Estado.

Nós não podemos contrariar a vontade do povo, mas podemos, sim, contrariar a condição de que o senhor, por todos nós aqui – e, tenho certeza, por todos os brasileiros –, é merecedor ou seria merecedor de continuar trabalhando junto conosco por um Brasil cada vez melhor.

Quero agradecer ao senhor por tudo o que já fez pelo Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE Com revisão do orador.) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, e quero aproveitar o ensejo para solicitar a V. Ex^a que me seja concedida a palavra para uma comunicação inadiável, de acordo com as normas do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a já está atendido e fará uso da palavra agora para uma comunicação inadiável.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve.

Desejo iniciar minhas palavras expressando que a Deus agradeço aceitar, com resignação e humildade, Seus elevados desígnios; e ao povo pernambucano igualmente agradeço o privilégio de, nos últimos quarenta anos, tê-lo representado nos mais altos foros do País – Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Governo do Estado, Senado Federal, Ministério da Educação, Gabinete Civil da Presidência da República e Vice-Presidente da República.

Decidiram os eleitores não renovar o mandato que pleiteei. Isso não significa que deixarei de lutar por seus direitos, propugnar por sua ampliação e combater eventuais violações.

Pernambuco e os pernambucanos são a razão de minha vida e de minha dedicação. Mais do que uma vocação, a vida pública que abracei há quase meio século é um compromisso com o nosso povo e com suas instituições.

Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, não desejo prolongar-me em minhas considerações, admitindo voltar a discutir o tema oportunamente.

Não tendo como agradecer pessoalmente a quantos sufragaram o meu nome nessas eleições, trans-

mito o penhor do meu reconhecimento e a expressão de minha gratidão, reafirmando-lhes o compromisso de continuar trilhando o caminho que sempre percorri em defesa da ética na política e do aprimoramento da democracia.

Quero, ao encerrar minhas palavras...

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Concedo um aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, Líder do meu Partido, o DEM.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a é um dos grandes nomes desta Casa. V. Ex^a marcou sua presença aqui no Legislativo brasileiro, desde a Câmara dos Deputados, Casa da qual foi Presidente, até o Senado, por muito tempo, sendo uma das mais expressivas lideranças do partido, do Senado e da Câmara em toda a sua carreira, além de ter sido Governador de Pernambuco, Deputado Estadual, Presidente da Assembleia. Nesta hora, eu gostaria de prestar uma homenagem a V. Ex^a, que foi também Vice-Presidente da República e sempre teve uma conduta ilibada, de honestidade e probidade, um nome dos mais expressivos do Parlamento brasileiro de todos os tempos. Neste momento, eu gostaria de prestar esta homenagem a V. Ex^a pela sua conduta e pela carreira brilhante que V. Ex^a teve neste tempo todo. De qualquer maneira, se o povo de Pernambuco não lhe fez justiça, nós temos de fazer justiça e reconhecer todo o seu trabalho, toda a sua luta e toda a sua trajetória política, que é das mais brilhantes. Então, em nome da Bancada do Democratas, eu gostaria de homenagear e saudar V. Ex^a, dizendo que sua marca ficará neste Senado pela sua conduta e por toda a sua vida pública ilibada, levada sempre com honestidade, inteligência, participação e competência. Portanto, nós todos homenageamos V. Ex^a, um dos maiores Parlamentares que esta Casa já teve em todos os tempos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre e prezado Líder Antonio Carlos Magalhães Júnior, quero iniciar respondendo ao aparte de V. Ex^a para agradecer as generosas palavras que produziu a meu respeito. Sempre tenho presente que geralmente os amigos são generosos ao avaliar a atuação dos seus colegas. Isso acontece com V. Ex^a, um dos grandes Parlamentares desta Casa, que honra o nome de seu pai, Antonio Carlos Magalhães, com quem tive a oportunidade de conviver no tempo em que ambos fomos Governador, ele na Bahia e eu em Pernambuco, e quando ele Ministro das Comunicações e eu Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, no Governo do Presidente José Sarney.

Para mim foi muito enriquecedor o fato de estar junto no Senado Federal tanto com Antonio Carlos Magalhães, quanto com V. Ex^a, que dá sequência à vida pública proba e honrada de seu pai e de sua família. Não posso deixar de fazer uma referência a Luís Eduardo Magalhães, seu ilustre e saudoso irmão, que presidiu a Câmara dos Deputados. Com ele também tive excelente convívio e, mais do que isso, um excelente diálogo, que nos permitiu enfrentar dificuldades no momento da transição do Estado autoritário para o Estado democrático de direito. Para esse fim, seu pai e Luís Eduardo Magalhães muito concorreram para que esses ideais fossem devidamente alcançados.

Aproveito a ocasião para agradecer as palavras proferidas pelo Senador Roberto Cavalcanti, que representa aqui a Paraíba, vizinha de Pernambuco, estendendo acerca do meu itinerário político em Pernambuco, iniciando minha vida pública como líder universitário, presidente de DCE, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, em diferentes funções quer no campo da vida pública, quer no campo da vida pessoal, que tornaram próximos os caminhos de nossa convivência, já que Pernambuco e Paraíba são, além de vizinhos, Estados que se caracterizam por um extenso diálogo nos planos cultural e político.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Nobre Senador, me permita um aparte.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Na verdade, eu gostaria só de complementar o que já foi dito, de dizer que tudo o que falei foi de forma extremamente pessoal, mas constatação de verdades. Agora gostaria, de forma mais formal, da mesma forma que fez o nobre Senador Antonio Carlos Júnior, de fazer referência, em nome do nosso Partido, da Bancada do PRB, em nome do Senador Marcelo Crivella, de dar exatamente o nosso testemunho do cidadão, do parlamentar, do homem público que foi V. Ex^a; de dizer que, mesmo atuando de forma momentânea em contraponto – nós fazemos parte de uma Bancada que é de apoio ao Governo, V. Ex^a faz parte de uma Bancada que é de oposição ao Governo –, em nenhum momento, V. Ex^a deixou de ser o homem íntegro, o homem leal, o homem fiel, o homem elegante, até na condução da política de oposição. Receba V. Ex^a, em nosso nome, em nome do PRB, os votos de boas-vindas após a campanha, e temos certeza de que o futuro político de V. Ex^a ainda dará ao País grandes oportunidades de tê-lo contribuindo da forma que V. Ex^a sempre contribuiu. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado mais uma vez, nobre Senador Roberto Cavalcanti...

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permite?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Com muito prazer concedo um aparte a S. Ex^a o Senador Papaléo Paes, que me deu a palavra no exercício da Presidência eventual desta sessão do Senado Federal.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Marco Maciel, em nome da Bancada do PSDB – estou fazendo uso da palavra agora como Líder do PSDB –, nós queremos reconhecer em V. Ex^a um homem extremamente importante para este País, reconhecer todo o seu trabalho, o seu passado pelo Estado de Pernambuco, fazendo pelo seu Estado, pelo Nordeste, nos diversos cargos que V. Ex^a exerceu neste País, destacando, especialmente, a sua presença como Vice-Presidente da República durante 8 anos, com o nosso sempre Presidente Fernando Henrique Cardoso no exercício da Presidência da República. Reconhecemos a importância de V. Ex^a. Este é um pronunciamento oficial do PSDB. Mas, além deste registro do PSDB, quero assinalar o meu lado pessoal. Agradeço a V. Ex^a toda a orientação que sempre nos deu aqui dentro, principalmente a mim. Agradeço a V. Ex^a o incentivo que me foi dado desde quando eu aqui iniciava, adaptando-me a esta Casa. V. Ex^a me deu muita segurança, muito incentivo. E, logicamente, tomei conhecimento das referências que V. Ex^a faz sobre a minha pessoa Brasil afora. Só posso lhe agradecer, ter essa gratidão pelo senhor e dizer que o senhor é realmente um homem do bem, um homem ativo, um homem que tem qualidades que nem todos os homens têm e que, realmente, mereceu, merece e merecerá sempre destaque na vida nacional. Muito obrigado, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes. Agradeço, entre desvanecido e sensibilizado, as palavras encomiásticas de V. Ex^a. Gostaria também de dizer que a recíproca existe em relação a V. Ex^a, que exerce seu mandato com competência, espírito público e tem, ao longo de sua atuação no Senado Federal, dado provas não somente do amor pelo Estado que aqui representa, mas também de muito interesse no sentido de melhorar a condição social do povo brasileiro. V. Ex^a é um médico preocupado com as questões da medicina social e, de modo particular, um profissional de grande vocação política, que cedo demonstrou e vem oferecendo ao seu Estado e ao País uma relevante contribuição.

Desejo a V. Ex^a votos de continuado êxito em sua vida pública, estimando que, de maneira competente como vem fazendo, possamos apreciar cada vez mais a sua conduta e, sobretudo, as suas manifestações.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Concedo agora um aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que representa o Estado de São Paulo aqui no Senado Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Marco Maciel, gostaria de expressar aqui um sentimento. De um lado, quero reiterar o quanto nós, sobretudo ao longo dos últimos 20 anos em que convivemos nesta Casa, tivemos uma relação de grande respeito mútuo, de construção pelos objetivos maiores de realização de justiça, de respeito aos direitos à cidadania do povo brasileiro, pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas. Gostaria também de aqui explicar que, cerca de dois, três meses atrás, a sua equipe pediu-me que desse um depoimento, um testemunho sobre a nossa convivência aqui, e avaliei que era próprio dizer palavras nesta direção. É fato que, ao longo da campanha, quando aquela manifestação surgiu nos meios de comunicação de Pernambuco, as pessoas de meu partido perguntaram: “Mas e os nossos candidatos que estamos apoiando aqui?” E eu, obviamente, até porque tinha compreendido que aquela minha manifestação não seria propriamente para o horário eleitoral, transmiti a V. Ex^a que precisava cumprir meu dever de lealdade para com o Partido dos Trabalhadores ao qual pertenço, para com a coligação que ali em Pernambuco estava apoiando o Governador Eduardo, que teve uma votação expressiva e recorde, mas também para com aqueles candidatos ao Senado, como Humberto Costa, do Partido dos Trabalhadores, e Armando Monteiro, do PTB, pois ambos estavam apoiando Dilma Rousseff e o Governador Eduardo. Então, transmiti a V. Ex^a que esse era também o meu dever de lealdade, mas isso não implicava retirar as palavras daquilo que tem sido a nossa convivência aqui, com o objetivo maior de servir ao povo brasileiro e ao aperfeiçoamento de nossas instituições. Era esse o depoimento que avaliei como importante aqui registrar, manifestando mais uma vez o respeito a V. Ex^a por sua contribuição ao Brasil e ao povo brasileiro.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy. Devo dizer que não esqueço que chegamos juntos, podemos dizer, ao Senado Federal. V. Ex^a, à ocasião, o único Senador do PT eleito pelo Estado de São Paulo. A partir daí, estreitamos o nosso relacionamento, quer no campo pessoal, quer é no campo político, porque tivemos a oportunidade de dialogar sobre diferentes questões, inclusive polêmicos projetos de V. Ex^a, como o relativo à renda mínima, e também na busca de um acordo político que nos propiciasse dar ao País uma

democracia plena. V. Ex^a participou dos movimentos que marcaram a transição do chamado Estado autoritário para o Estado democrático de direito. Ou seja, naquela grande saga de Tancredo Neves que levou o País consequentemente a erigir uma nova Constituição, a de 1988, apelidada por Ulysses Guimarães como *Constituição Cidadã*.

Através dessa Constituição Cidadã, o Brasil passou a ter uma democracia sem adjetivos e a assegurar a todos os seus cidadãos liberdade plena. São conquistas que não podemos deixar de festejar pela sua expressão e pela sua significação.

Portanto, nobre Senador Eduardo Suplicy, quero agradecer a sua manifestação, que muito me sensibiliza. Os laços de amizade que nos ligam não são recentes. São laços que perduram há, pelo menos, vinte anos no Congresso Nacional e, de modo especial, no Senado Federal.

Com satisfação, concedo, agora, um aparte ao Senador Neuto de Conto, um dos ilustres representantes de Santa Catarina aqui, no Senado Federal.

O Sr. Neuto de Conto (PMDB – SC) – Eminentemente Senador Marco Maciel, a nossa convivência nesta Casa não só nos deu a oportunidade da amizade, mas, principalmente, do reconhecimento, da competência e da referência para esta Casa e para o Brasil de um homem público que demonstrou, ao longo de sua vida, a importância e a necessidade do Brasil de ter nele não só o respeito, mas principalmente, o exemplo de quem exerceu inúmeros mandatos e, em todos eles, honrou a si mesmo, a sua família e, especialmente, a sociedade brasileira.

Por isso, neste momento em que V. Ex^a se manifesta, principalmente com os efeitos das eleições, de que nem sempre as urnas refletem o que a sociedade mais precisaria em relação aos seus parlamentares, seus políticos. Por isso, quero aqui deixar uma mensagem de muita esperança, de muita fé, mas, principalmente, de reconhecimento de um amigo, do Senador colega e de um homem que o admira por tudo que tem feito pela nossa Pátria. Meus cumprimentos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Neuto de Conto, pelas suas palavras. Quero ressaltar a convivência que pudemos desenvolver aqui nesta Casa e, mais uma vez, o papel que Santa Catarina vem cumprindo ao longo da história na vida do Senado. Aqui muitos catarinenses afirmaram seu papel de grande liderança e têm trazido sua contribuição para o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito.

Portanto, Senador Neuto de Conto, o nosso agradecimento às palavras de V. Ex^a, sempre muito generosas.

Agora tenho a satisfação de conceder aparte ao nobre Senador Demóstenes Torres, da representação de Goiás e, por coincidência, para honra minha, meu colega de partido, integrante do DEM.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a é daquelas figuras que justificariam o Senado vitalício.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – V. Ex^a não precisaria disputar eleição. V. Ex^a é história viva do País, história digna. Muitos gostariam de ver V. Ex^a pelas costas, porque V. Ex^a representa a antítese do que eles são. V. Ex^a é um homem probo, um homem honrado, um homem decente, ao contrário do que disseram no seu Estado. Alguns perguntaram onde estavam as obras do Senador Marco Maciel. É difícil dizer onde elas não estão. Chega de avião: o aeroporto para o qual V. Ex^a conseguiu as verbas para sua construção. Se sairmos no porto: também para o porto V. Ex^a conseguiu as mesmas verbas para que este pudesse ser construído. Poderíamos enumerar uma série de obras físicas que V. Ex^a fez. Mas a obra moral de V. Ex^a essas pessoas não conseguem aguentar, não suportam o exemplo de dignidade que é V. Ex^a. Quantos anos na vida pública? Eu li nos jornais que é a partir de 1959, eu nasci em 1961. Que arranhão existe em cima da pessoa de V. Ex^a? Começou a política numa época dura no Brasil e foi político nessa época dura. E é um dos homens responsáveis pela derrubada do regime militar no Brasil. Gostam de lembrar de V. Ex^a do outro lado. Gostam de lembrar de V. Ex^a participando de um partido que era também o partido de governo de uma época que era regime militar. Mas V. Ex^a resistiu, V. Ex^a foi digno, V. Ex^a, como Presidente da Câmara, chegou a ver o fechamento da Casa, o chamado “recesso”, e V. Ex^a teve o papel de na hora certa, na hora determinada, dar aquele troco que o Brasil esperava. E o troco era simplesmente a mudança de regime, a abertura política, a constituição da Frente Liberal; V. Ex^a e outros de que, infelizmente a Nação ainda se lembra de uma forma negativa, mas que, no futuro, vai se lembrar de uma forma ainda muito positiva. V. Ex^a já é lembrado de uma forma muito positiva. As obras de V. Ex^a são, repito, obras de cunho moral. V. Ex^a engrandece esta Casa. É membro da Academia Brasileira de Letras, um homem culto, preparado, respeitoso, no embate apenas das idéias e dos ideais. Eu me lembro, até porque sou estudioso dessa matéria – mas acho que a grande maioria dos brasileiros não se lembra, não –, quais aqueles mesmo, quais foram as pessoas que derrotaram Rui Barbosa para Presidência da República? E por tantas vezes? V. Ex^a já tem o seu nome inscrito na história.

Não é consolo. V. Ex^a não precisa de consolo. V. Ex^a tem uma envergadura moral que faz construir a sua própria história. É vítima de uma circunstância, como é vítima da circunstância também o nosso nobre colega Jarbas Vasconcelos, mas que também tem o seu nome inscrito na história do País. Eu me orgulho de ter pertencido a uma legislatura do Senado em que pude contar com a presença de V. Ex^a como conselheiro, como amigo, como colega de Partido, como uma voz ponderada a cada instante, que até justifica, digamos, hoje, na Presidência da República, quem aí está. Muita gente não sabe dos debates que nós travamos na época em que o atual Presidente da República claudicava em decorrência do “mensalão”. E foi V. Ex^a que disse: “Nós já passamos por um momento radical no Brasil: a queda de um Presidente da República. Deixem que as instâncias democráticas funcionem”. Também fazia parte das instâncias democráticas a abertura de um processo de *impeachment* que se justificava naquele momento. Minha indignação foi porque essa pessoa, que não sabe do papel de V. Ex^a até pra mantê-lo hoje onde ele se encontra, foi desrespeitoso. Não é porque foi um jogo de Oposição e Governo, porque isso é normal. Ganhar e perder a eleição faz parte do jogo. Ele mesmo já perdeu quantas eleições? Mas foi agredir a pessoa de V. Ex^a; foi diminuir a pessoa de V. Ex^a. E V. Ex^a é grande! É grande por natureza. É grande por formação. É grande por convicção. Eu respeito V. Ex^a. Eu tenho admiração por V. Ex^a. O Brasil perde com a ausência de V. Ex^a. O Senado perde; estará diminuído com a ausência de V. Ex^a na próxima Legislatura. Mas digo a palavra não de um amigo e não só de um admirador, mas de um brasileiro que gostaria de ver este País seguindo nos trilhos e que, com certeza, nós vamos seguir. Mas que V. Ex^a estivesse aqui com o seu equilíbrio. Porque com o massacre que houve em cima da Oposição, nós vamos ter dificuldade para fazer com que o jogo democrático prevaleça. V. Ex^a, hoje, estaria aí, com sua experiência, do outro lado, combatendo a ditadura das convicções implantadas. Do lado único, chegaram a dizer que queriam que o DEM acabasse. Olha eu sou opositor ao PT, mas eu não quero que o PT acabe, não; eu quero que ele continue para que, ali da tribuna, eu possa às vezes aplaudi-lo e muitas vezes contestá-lo. Isso faz parte do jogo democrático. Somos oposição ou somos governo, mas somos sobretudo homens de convicção como o é V. Ex^a. Repito, pessoa que admiro e que tenho certeza que fará falta na próxima legislatura ao Brasil. Se pudesse – sou contra – mas digo se há algo que justificaria um Senado vitalício seria a honrosa presença de V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Demóstenes Torres, colega

de representação do DEM. Quero, ao agradecer as palavras encomiásticas de V. Ex^a dizer o quanto apreço a sua atuação e o seu desempenho no Senado Federal. Não é por outra razão que V. Ex^a preside com brilho e reconhecimento a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a mais importante Comissão Permanente do Senado Federal. Ao tempo em que reconheço o grande trabalho que ali V. Ex^a realiza, gostaria também de dizer o quanto V. Ex^a tem contribuído para o engrandecimento do Senado Federal através de oportunas e significativas intervenções ao longo do processo legislativo.

Portanto, neste agradecimento felicito o povo goiano pelo fato de haver reconduzido V. Ex^a ao Senado Federal, assim enriquecendo mais uma vez esta Casa com a sua presença e seu conhecimento de jurista e de professor.

Ouçó agora o nobre Senador Jarbas Vasconcelos a quem o Senador Demóstenes Torres aludiu em aparte que ofereceu ao meu discurso. O nobre Senador Jarbas Vasconcelos governou Pernambuco por duas vezes, por duas vezes foi Prefeito da Capital, já tendo sido anteriormente Deputado Federal e agora Senador da República.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE. Com revisão do aparteante.) – Meu Caro Senador Marco Maciel, o Senador Demóstenes Torres, com a sua cultura, com a sua dimensão fez um pronunciamento que talvez fosse o pronunciamento de toda a Casa. E, quando eu digo de toda a Casa, me refiro àqueles que pensam, aqueles que são independentes, aqueles que têm caráter. Eu acho que é uma peça irretocável, muito peculiar a sua dimensão e a sua cultura. Não foi um aparte de um companheiro, de um correligionário; foi o aparte de um homem que é um expoente aqui dentro e fora desta da Casa, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e aqui neste plenário, sempre com uma conduta exemplar. Eu tenho uma profunda admiração, um profundo respeito pelo Senador Demóstenes Torres a quem eu inclusive parablenizo pela sua expressiva votação para ocupar por mais oito anos o lugar de representante de Goiás aqui no Senado. Eu já tive oportunidade, Senador Marco Maciel, há menos de 48 horas, no domingo à noite, ainda na cidade do Recife, de prestar a minha solidariedade a V. Ex^a, que percorreu uma parte do Estado e as ruas do Recife comigo, nessa última eleição. É preciso deixar registrado nos Anais da Casa, senador Marco Maciel, quem foi que o agrediu. Quem o agrediu foi, nada mais nada menos, que o Presidente da República, que, na maioria das vezes, se torna uma figura pequena, tacinha. E foi assim que ele se comportou no centro do Recife Antigo quando o agrediu,

dirigindo-lhe palavras grosseiras, chulas, impróprias, sem o mínimo de respeito a um Parlamentar, ex-Governador, ex-Ministro, ex-Vice-Presidente da República e que em muitas oportunidades assumiu a Presidência da República. Infelizmente, os dias que nós estamos vivendo e, sobretudo, os dias que vivemos no primeiro turno, mostram um Presidente que se tornou um chefe de uma facção. No Brasil, existem inúmeras facções, muitas delas deletérias, e isso talvez tenha mexido com a cabeça do presidente que ao invés de se conduzir como Presidente da República, passou a ocupar o horário eleitoral, falando a toda hora e a todo o instante não mais como Presidente da República, mas como chefe de facção. Tudo isso no intuito de ajudar uma pessoa que só para ele tem qualificação para ocupar o cargo de Presidente da República, usou e abusou do seu prestígio popular, que lá no nosso Estado, Pernambuco, beira os 90%, mas isso não nos intimidou. No meu programa eleitoral, várias e várias vezes nós abrimos tempo e espaço para denunciar a questão da Receita Federal – o comportamento inadequado, inoportuno, indecente, de pessoas que integram a Receita Federal –, denunciar o fato envolvendo a ex-ministra Erenice Guerra e o esquema montado dentro da Casa Civil, um *bureau* de tráfico de influência, de distribuição de propinas, a poucos metros do gabinete do Presidente da República, enquanto muitos, talvez, preferiram silenciar sobre isso. Lá em Pernambuco, não; lá, nós denunciávamos isso para mostrar a boa convivência de Lula, do PT e da coligação que apóia a Sr. Dilma, com a corrupção. Depois das palavras de Demóstenes, falar qualquer coisa de V. Ex^a seria apenas mais uma palavra. V. Ex^a é um homem honesto, uma pessoa trabalhadora, um homem decente, um homem coerente. Correto. Demonstrou isso por onde passou. Tem um círculo de amizades enorme. É um homem de fé, um religioso. É um grande chefe de família. Conseqüentemente, não dá para entender sua exclusão da mais alta Casa Parlamentar do País. É profundamente lamentável isso. Cabe a nós – eu vou ficar aqui mais quatro anos – nos lembrarmos de seus exemplos, da sua correção, da sua decência e sempre procurarmos esse caminho da transparência, e da decência. De forma que quero, mais uma vez, dar-lhe o meu abraço. Tenho certeza de que neste momento falo em nome de muitos pernambucanos, que lhe admiram e lhe respeitam. Este é um momento que estamos vivendo. Este momento vai passar, vai encerrar-se. Não tenho a menor dúvida. É um momento menor, é um momento de incompreensão, de injustiças, mas é a vontade do povo, e temos que respeitar aquilo que o povo quer, aquilo que o povo consagra. Dessa forma, Marco Maciel, receba do seu correligionário, do seu

admirador, sobretudo do seu amigo, o meu abraço, o meu profundo respeito e a minha admiração pela sua conduta particular e, sobretudo, pela sua conduta na vida pública.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Jarbas Vasconcelos, que honra a Bancada de Pernambuco no Senado Federal.

Ao agradecer o aparte de V. Ex^a, quero também proclamar o papel que desempenhou nas eleições de que acabamos de participar, de modo especial em Pernambuco, levantando a bandeira da oposição, esclarecendo a sociedade pernambucana sobre a necessidade de reforçar as instituições para que elas possam dar ao País melhores condições de governabilidade e assegurar a todos a plena participação no processo de desenvolvimento. V. Ex^a cumpriu brilhantemente esse papel, fazendo com que segmentos da comunidade pernambucana aderissem a essas ideias e pudessem, conseqüentemente, ajudar nesse processo de consolidação das instituições brasileiras.

Agradeço as generosas palavras de V. Ex^a e ouço agora a nobre Senadora Marisa Serrano, representante do Mato Grosso do Sul no Senado Federal, uma grande especialista nas questões educacionais brasileiras.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Marco Maciel. Nas conjunturas da vida, a gente passa por vários momentos bons e outros momentos ruins. Mas, mesmo que as vitórias de colegas estejam às claras e mesmo que o povo brasileiro tenha dito que não aceita um terceiro mandato por vias inversas e queira discutir mais um projeto para o País, cala fundo no coração da gente ver que esta Casa vai ficar sem a voz, por exemplo, de V. Ex^a. Uma voz ponderada, sempre abordando todas as questões com serenidade e altivez, sem nunca deixar de expor suas ideias, sempre defendendo aquilo em que acredita, mostrando a sua linha de raciocínio, mas também sua conduta moral e ética. É do que este País está precisando: pessoas, homens e mulheres, que tenham conduta ilibada e possam mostrar ao País o rumo correto. Mas nem sempre o eleitor pensa assim – não um eleitor que faz o julgamento de mérito das questões. Nessa eleição, vimos uma coisa muito esquisita acontecer. Isso só ocorrer em outras eleições, mas nessa, particularmente. Refiro-me ao rolo compressor que vimos acontecer neste País. Isso vai muito, Senador Marco Maciel, pelo menos no meu alvitre, pelos exemplos que estão sendo dados. Eu já disse da tribuna desta Casa que nunca imaginei ouvir um Presidente da República dizer que só trabalha para o País no horário do expediente. Fora disso, ele é um militante político engajado numa campanha. Então, só temos Presidente

da República até às 18 horas. A partir de então, o País fica sem rumo, sem alguém que o governe, porque o Presidente está fazendo algo que não é da esfera dele. Ele não foi eleito para ser, como os outros Senadores disseram há pouco, chefe de uma facção, de um partido político; ele foi eleito para governar o País. Então, a figura de magistrado, de pessoa que sabe se colocar no seu lugar, mas principalmente conhece seus limites, como V. Ex^a sempre nos ensinou nesta Casa, está faltando ao nosso País, alguém que possa dizer ao País que há limites a serem contidos, há linhas a serem seguidas e há momentos em que as pessoas têm de se colocar como magistrados, a fim de que o País possa caminhar tranquilamente. Esse torvelinho que estamos sentindo e vendo agora é que aperta o coração da gente. Quero dizer a V. Ex^a que esta Casa não vai ser a mesma sem V. Ex^a aqui, sem a voz de outros companheiros que também não foram reeleitos, sem a voz de outros que estão deixando esta Casa por livre vontade. Nós nos acostumamos a sentir a voz desses Senadores como condutores morais de nossa Pátria, e a sua ausência nos deixa órfãos. Eu me sinto assim e quero dizer-lhe que V. Ex^a vai ficar marcado na história do País como um homem que sempre teve uma conduta rigorosamente correta e que deu grande exemplo à Nação brasileira. Muito obrigada.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senadora Marisa Serrano. Ao agradecer o aparte com que V. Ex^a me honrou, nesta ocasião destaco o fato de V. Ex^a ser uma grande especialista em questões educacionais que muito tem contribuído para a aprovação de projetos relevantes com vista a dar à educação a prioridade desejada, ou seja, um programa educacional compatível com a sociedade que estamos construindo. De modo particular, gostaria de lembrar que educação é a grande questão brasileira ainda não resolvida.

Francis Bacon disse certa feita, com muita propriedade, que saber é poder. Então, se desejamos saber e participar de um mundo que se globaliza e se desenvolve cada vez de forma mais integrada, é fundamental investirmos em educação.

Norberto Bobbio, num de seus livros, **Entre duas Repúblicas**, observou que o mundo já se dividiu entre países ricos e pobres, fortes e fracos, mas agora vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem.

V. Ex^a, aqui, levanta, ao lado de outros colegas, a bandeira da educação, que é fundamental para sem a qual o País não dará a todos a plena participação no processo de desenvolvimento nacional.

Se o Brasil deseja ter, não digo um protagonismo no mundo, mas uma presença maior na sociedade internacional, vai depender basicamente de inves-

tirmos em educação, lendo educação não somente como processo de ensino e aprendizagem, mas vendo educação como utilização dessas novas tecnologias que nos põe à disposição esse terceiro milênio da era cristã, ou seja, a inovação, a ciência e a tecnologia e a Internet, inclusive, que permitiu tornar o mundo menor, mais integrado e, conseqüentemente, mais compatível com os desejos da sociedade internacional.

Portanto, ao encerrar as considerações ao aparte de V. Ex^a, gostaria de conceder o aparte ao nobre Vice-Líder do PSDB – acredito que agora no exercício da Liderança do PSDB –, para a sua manifestação, por se tratar, aliás, de um Parlamentar que conheço de muitas e muitas décadas e de uma conduta sempre muito correta e lúcida.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Marco Maciel, creio que bastaria subscrever o que os meus colegas já disseram em apartes anteriores, mas confesso que sinto, desde já, a ausência de V. Ex^a nesta Casa, alguém que contribui de forma extraordinária para que seja possível ainda acreditar na decência, na dignidade, na correção, na atividade pública do País. O itinerário que V. Ex^a percorreu é longo, mas é um itinerário de exemplos, lições que precisam ser aprendidas, numa demonstração de que é possível ter vida longa na atividade pública sem ceder a determinadas tentações que fazem com que personalidades sucumbam diante do mal. Certamente, V. Ex^a resistiu a muitas tentações e manteve-se íntegro, digno, probo, correto. Personalidade, caráter, decência, competência, qualificação, talento, preparo, enfim, são muitos os adjetivos que podem ser utilizados em uma homenagem merecida que devemos prestar a V. Ex^a hoje e sempre. Mas eu gostaria de dizer que, além do político, do homem público exemplar, é um ser humano também exemplar. Um homem cordial, de personalidade tranquila, afável no trato de companheiros ou adversários, V. Ex^a é uma figura ímpar e que merece os aplausos da Nação brasileira. Certamente, fará muita falta aqui, no Senado Federal, mas os seus ensinamentos haverão de nos inspirar, e os seus conselhos deverão ser buscados, sempre que possível, em momentos especialmente difíceis que certamente teremos de enfrentar. Como é da história, como é da circunstância, como é da política, como é da atividade pública, os momentos difíceis sempre ressurgem e resplandecem, e um conselho de V. Ex^a sempre será muito bem-vindo e oportuno. As minhas homenagens pessoais, as homenagens do nosso Partido, o PSDB, a V. Ex^a nesta hora.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Alvaro Dias, quero agradecer as palavras de V. Ex^a, como sempre generosas. Ao mesmo tempo, devo dizer que a convivência com V. Ex^a em diferen-

tes momentos da vida pública, de modo especial no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi muito proveitosa para o Brasil, particularmente na ocasião do lançamento do Plano Real, o mais bem sucedido projeto de estabilidade fiscal que o País já conheceu. Queria aproveitar a ocasião para elogiar, mais uma vez, o desempenho de V. Ex^a nesta Casa e aditar às suas palavras o nosso reconhecimento, que sei ser do Senado Federal, ao trabalho que V. Ex^a aqui desenvolve. V. Ex^a é uma pessoa atenta ao papel de aqui representar a Oposição. O PSDB bem como o DEM são Partidos que se encontram na oposição ao atual governo, sendo a contribuição de V. Ex^a de grande valia ao debate parlamentar.

“O Parlamento – disse, certa feita, um presidente americano – tem três grandes tarefas: a de legislar, a de fiscalizar e a de ser foro dos grandes debates nacionais”. V. Ex^a exercita muito bem essas três tarefas, quer na produção de leis, quer na função fiscalizadora imanente ao Senado Federal e às Casas Legislativas, de modo especial. Portanto, agradeço, de forma muito desvanecida, o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, encerrando, quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade de fazer este pronunciamento, a generosidade que me dispensou para poder desenvolver com os colegas opiniões comuns e dizer que o Senado da República tem uma rica história e está vinculado a um dado fundamental: o aperfeiçoamento institucional brasileiro. Foi com a queda do Império e o início da República que o Senado passou a ser a Casa da Federação. Durante todo o período do Império, fomos um Estado unitário e, conseqüentemente, tínhamos meras províncias. Com a Constituição de 1891, a primeira Constituição republicana, o Estado brasileiro passou a ser um Estado federal. Isso permitiu que os Estados ampliassem uma interlocução no plano nacional e os municípios passassem a ser, posteriormente, entes federativos, o que levou Miguel Reale a dizer que começamos, com a Constituição de 1988, a realizar um federalismo trino, ou seja, União, Estados e Municípios. Essa foi uma das grandes, entre muitas, conquistas da Constituição de 1988.

Encerro minhas palavras esperançoso de que o Brasil possa prosseguir no seu caminho de afirmação de nação atenta a tudo de que o homem precisa: pão, espírito, justiça e liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Casa que agradece, Senador Marco Maciel.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro em relação ao Ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal.

Na semana passada, apareceram algumas notícias de que o genro do Ministro Carlos Ayres Britto teria tentado extorquir um candidato usando-se da sua influência com o Ministro, ou tentado angariar o patrocínio de uma causa dando a entender que a sua proximidade com o Ministro poderia facilitar a causa, ou mais: que o Ministro, ético que é, se afastaria da causa e o candidato nominado ficha suja poderia, então, conseguir um beneplácito no Supremo Tribunal Federal e ver a sua pretensão deferida.

Eu não duvido de que isso tenha acontecido em relação ao genro do Ministro. Nenhum de nós pode responder pelos parentes, tanto que a lei é claríssima: a pena não passa da figura do transgressor, do criminoso, do agressor, daquele que cometeu o ato ilícito. Todos nós sabemos disto.

Eu conheço o Ministro Ayres Britto desde a época em que eu era membro do Ministério Público, depois, chefe do Ministério Público do meu Estado e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil, e o Ministro Ayres Britto sempre teve uma conduta ética, honrada, decente; professor emérito, figura ilustríssima.

Narro para V. Ex^{as} um episódio que aconteceu logo quando foi indicado pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Ministro da Justiça.

Questionou-se muito pelo fato de ele ter sido filiado ao PT, Partido dos Trabalhadores. Questionavam se ele teria isenção política suficiente para ir para o Supremo Tribunal Federal. E lembro, com todas as letras, que disse a ele: “Olha, Britto” – naquela época, ele ainda não era Ministro –, “posso lhe dizer com tranquilidade que vários saíram daqui do Parlamento – da Câmara ou do Senado – para comporem o Supremo Tribunal Federal e foram grandes Ministros”. Lembrei o exemplo de vários e dizia-lhe ainda que um deles, inclusive hoje, está na Suprema Corte, que é o Ministro Nelson Jobim – hoje já não se encontra mais. E o Ministro Nelson Jobim jamais desonrou a Corte por ter pertencido a um partido político.

Mas o fato é que esse genro do Ministro Ayres Britto foi filmado por um candidato a governador, então candidato, que tinha um processo no Supremo Tribunal Federal e esse processo não foi concluído porque a votação foi interrompida em decorrência de sua renúncia. O objetivo era afastar o Ministro Ayres Britto do julgamento. Com o afastamento do Ministro Ayres Britto, o Supremo Tribunal Federal tem cinco Ministros que dizem que a lei deve obedecer ao princípio da anualidade, que, embora seja uma alteração à Constituição, a lei da inelegibilidade deve obedecer ao princípio da anualidade, mudando uma tradição na jurisprudência remansosa do Supremo Tribunal Federal. E outros cinco ministros dizem que a lei deve entrar em vigor imediatamente, inclusive o Ministro Ayres Britto. Aliás, foi uma votação singular. O Presidente do Supremo tentou levantar a tese de que a alteração feita no Senado ensejava o retorno para a Câmara, que o processo legislativo não estava pronto, não estava completo. E foi fragorosamente derrotado por oito votos a dois. E é óbvio, a Lei Complementar nº 95 é claríssima: diz que os verbos têm de estar no mesmo tempo. E fizemos alteração de cinco tempos verbais para ficar em consonância com todos os outros verbos da lei. O Supremo derrubou essa tese.

O Supremo também disse que a lei era constitucional, por seis votos a quatro. O Ministro Toffoli, embora votando a favor do princípio da anualidade, reconheceu que a lei era constitucional. Portanto, algum outro dispositivo poderia ou não ser aplicado, mas a lei como um todo era constitucional. E, finalmente, o empate de cinco a cinco no princípio da anualidade.

Ora, procurado ou armado, não sei como foi, mas admito, acho, entendo que o genro do Ministro foi, no mínimo, imprudente. Mas qual era o objetivo do candidato? Afastar o Ministro Ayres Britto e derrubar a Lei da Ficha Limpa. Tanto é verdade que o próprio advogado já disse claramente que também vai contestar os despachos do Ministro Lewandowski, para dá-lo como suspeito, porque ele teria também sido parcial nos seus despachos. O Ministro Ricardo Lewandowski nada mais é do que também alguém que é a favor da entrada imediata da vigência da dita Lei da Ficha Limpa.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é óbvio que há uma grande armação para tentar afastar algum julgador que é favorável à entrada em vigor, imediatamente, da Lei da Ficha Limpa, que, aliás, está valendo. São quantos os candidatos aí que tiveram as suas cabeças decepadas em decorrência dessa lei. É uma lei que deve ser decidida se entra em vigor ou não este ano, em decorrência já dos votos declarados, cinco a favor do princípio da anualidade, cinco contra e, com

o novo Ministro, que, aliás, nós vamos escolher aqui. O Presidente vai indicar e nós vamos escolher.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte. Se tem alguém que eu coloco a mão no fogo por ele – e olha que eu coloco a mão no fogo por pouquíssimas pessoas – é o Ministro Ayres Britto. Não há nada que leve a crer que ele esteja envolvido com esse ato hediondo do seu genro. Nada! Repito. Ninguém pode responder por uma pessoa próxima de nós. Eu não posso responder pelo meu filho, embora responda. Eu adoro o meu filho. Ele é um menino exemplar, mas, se em algum momento, ele fizer algo errado na vida, eu tenho de pagar por ele? Eu tenho de pagar por um irmão? Alguém tem de pagar pelo pai? Feio é quando há um conluio: o pai e o filho praticando corrupção. Mais feio ainda é quanto é mãe e filho. Aí é horrível, não é? Junta mais uns dois e dá formação de quadrilha, aí desviando a pessoa para o mal caminho.

O Ministro foi extremamente digno, como o é. Ele pediu abertura de investigação contra ele mesmo, na Procuradoria Geral da República. Não precisava tomar essa atitude. Nada vai ser apurado contra ele.

Mas eu peço ao Ministro Ayres Britto e peço também ao Ministro Lewandowski: não se deixem atemorizar por esse tipo de atitude. É muito comum aquele que está enlameado tentar buscar os outros para essa lama. Quantas vezes nós já enfrentamos essa situação aqui, não é verdade? Alguém que está completamente sujo começa a espalhar boato de que também os outros estão sujos. Essa é uma situação comum. É a história do porco que tenta buscar para dentro do chiqueiro todos que estão fora.

Então, o Ministro Ayres Britto não deve se encaixar com isso. Pague pelo erro aquele que cometeu o erro. O Ministro Lewandowski não deve se intimidar com a tentativa de colocarem-no como suspeito porque deu um despacho mais duro quanto a determinado candidato. Ministro tem de dar despacho duro mesmo, ou leve, de acordo com a sua consciência. E nós aplaudimos o Ministro Lewandowski, homem claro, correto, decente. E aplaudimos também o Ministro Ayres Britto.

Agora, vamos lembrar que o Ministro Ayres Britto, quando entrou aqui, tinha essa pecha de que tinha pertencido ao PT, de que era amigo do Presidente Lula, que iria cometer vários desatinos em favor da causa petista, e, hoje, não vou dizer que é um desafeto do Palácio do Planalto, mas, hoje, é considerado uma pessoa não grata lá, eu acredito, porque foram várias as decisões que desagradaram o Palácio do Planalto.

Mostrou ele que Ministro do Supremo não é preposto de quem quer que seja, assim como o Senador também não deve ser preposto de quem quer que seja.

Nós também fazemos parte de um poder, nós também temos a altivez necessária para concordar ou discordar de qualquer coisa que nos é trazida.

Então, neste momento, eu não tenho nada haver com isso, mas eu quero deixar aqui a minha posição claríssima, reconhecendo a dignidade, a decência, a probidade, a competência do Ministro Ayres Britto e dizer que se o genro dele utilizou-se do seu nome, utilizou-se da sua figura, do seu poder para angariar vantagem, que pague o genro. A OAB vai investigar, o Ministério Público vai investigar, mas o Ministro Ayres Britto tem de continuar com a cabeça erguida, com a sua altivez, continuar com a sua história de dignidade, não se deixar abater.

Contra ele não pesa nada, nenhuma suspeita. E, repito, não pela amizade de longos anos, não pela posição favorável a um projeto a que eu também sou favorável e tive oportunidade de relatar e que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, mas pela história de vida que ele tem. O Ministro Ayres Britto é um homem honrado, é um homem decente, é um homem bom de coração, é um homem de virtude, é um homem competente que engrandece o Supremo Tribunal Federal e engrandece o Brasil, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Demóstenes, V. Ex^a faz muito bem em vir a público externar a sua opinião acerca desse fato. Na verdade, como bem disse V. Ex^a, o Ministro Ayres Britto é dessas autoridade do Judiciário brasileiro em relação a quem não se deve levantar nenhuma suspeita por se tratar de um homem sério, correto, honesto, um profissional do mundo jurídico da mais alta envergadura.

Parabenizo V. Ex^a pela coragem e independência de vir a público externar a sua opinião acerca desse fato. Tenho certeza absoluta de que a população brasileira compreende perfeitamente que nada o Ministro Ayres Britto teve a ver com fato tão mesquinho e tão pequeno.

Concedo a palavra ao eminente Senador Papaléo Paes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Enquanto o Senador Papaléo Paes chega à tribuna, eu peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Alvaro Dias com a palavra, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminho à Mesa – já o fiz inclusive – requerimento em nome da Liderança do PSDB, solicitando que seja consignado nos Anais do Senado um

Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Aécio Ferreira da Cunha, ocorrido no último domingo, 3 de outubro, em Belo Horizonte.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família, em especial ao ex-Governador Aécio Neves, eleito no domingo Senador da República.

O pai de Aécio Neves e atual Senador eleito nasceu em Teófilo Otoni, em 1927, e exerceu os mandatos de Deputado Estadual, entre 1955 e 1963, e de Deputado Federal, entre 1963 e 1987.

Aécio Cunha também presidiu o Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e foi conselheiro de Furnas Centrais Elétricas e da Companhia Energética de Minas Gerais. Era uma pessoa competente, querida e respeitada por todos, com uma trajetória política marcada pela honradez e dignidade. Deixa uma grande lacuna como cidadão e homem público.

A nossa solidariedade aos mineiros e à família de Aécio Cunha, especialmente ao nosso futuro colega de Senado, ex-Governador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Alvaro, o requerimento já se encontra sobre a mesa e a Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Eu, a Senadora Marisa, todos aqui presentes, esta Casa inteira, pedimos a V. Ex^a que o subscreva, porque se trata de um fato extremamente lamentável.

Fico imaginando a situação do nosso futuro colega, Senador Aécio Neves, a ter que suportar dois sentimentos: o da vitória expressiva que colheu nas urnas e, no mesmo dia dessa vitória, a perda do pai.

Portanto, nós nos associamos à homenagem que V. Ex^a ora presta à família do ex-Governador e Senador Aécio Neves.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 809, DE 2010

Requer, em nome da Liderança do PSDB, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Aécio Ferreira da Cunha, ocorrido no último domingo, 3 de outubro de 2010, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PSDB, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado Federal**, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Aécio Ferreira da Cunha, ocorrido no último

domingo, 3 de outubro de 2010, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família, em especial ao ex-Governador Aécio Neves.

Justificação

Pai de Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais e atual senador eleito Aécio Cunha nasceu em Teófilo Otoni, em 1927, e exerceu os mandatos de Deputado Estadual, entre 1955 e 1963, e Deputado Federal, em 1963 e 1987.

Aécio Cunha também presidiu o Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e foi conselheiro de Furnas Centrais Elétricas e da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Aécio Cunha era uma pessoa competente, querida e respeitada por todos, com uma trajetória marcada pela honradez e dignidade. Deixa uma grande lacuna como cidadão e homem público.

Sala das Sessões, de outubro de 2010.



O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em nome da Liderança do Democratas, também gostaria de dar apoio ao requerimento feito pelo Senador Alvaro Dias em nome da Liderança do PSDB. Então, a Liderança do Democratas também se incorpora ao requerimento e o apoia integralmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria também, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores e em meu nome pessoal, de manifestar o meu pesar ao Senador Aécio Neves e a sua família pelo falecimento de seu pai, Aécio Cunha Neves. Vou tomar a iniciativa

de também assinar o requerimento apresentado pelo Senador Alvaro Dias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O requerimento está sobre a mesa, à disposição dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes eu quero também registrar que vou subscrever o requerimento do Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB, e também prestar nossas homenagens póstumas à família do Senador Aécio Neves e dizer que nós lamentamos profundamente. Tenho a certeza de que o genitor do Senador Aécio Neves está no céu, está com Deus.

Também quero fazer uma referência, antes do meu pronunciamento, à questão relacionada ao Senador Marco Maciel. O Senhor Presidente da República diz trabalhar só em horário de expediente, mas, em horário fora de expediente, cometeu atitudes não próprias de um Presidente da República, de alguém que tem que realmente seguir a liturgia do cargo sem a postura de um Presidente da República, indo aos Estados, ameaçando as pessoas, dizendo e apontando, como se estivéssemos no período da Inquisição: “Olha, aquele eu não quero que seja eleito; aquele eu quero”, de uma maneira grosseira.

O tema que vou falar aqui é sobre cidadania e digo que, dessa forma, o Senhor Presidente da República, que preside a Nação brasileira, o Estado brasileiro, não agiu como cidadão e não age como cidadão. É claro que, nos momentos de folga, ele pode desviar-se da sua trajetória comum, mas ele não deveria jamais, apesar das bebidinhas que ele gosta de tomar de vez em quando, deixar que isso se excedesse para fazer o que fez, em praça pública, com o Senador Marco Maciel, por quem temos um grande respeito. Ele deveria respeitar, mais do que qualquer um, o Senador Marco Maciel, que foi quem nos aconselhou aqui na Bancada do Democratas naquele período do mensalão, em que o Congresso Nacional tinha tudo para pedir o *impeachment* do Lula. O Senador Marco Maciel aconselhou que já bastava de termos conturbações na vida democrática do País. Então, ele é um ingrato, e digo até que o Senhor Presidente da República está sendo irresponsável com a democracia brasileira em cada Estado. Ainda bem que o Estado de Santa Catarina deu-lhe uma resposta à altura. Ele foi lá marcar quem deveria ser derrotado, e quem ele marcou obteve a vitória. O Estado de Santa Catarina está de parabéns mesmo.

Ele deveria cuidar mais do País e não tentar fazer o povo brasileiro engolir goela abaixo a candidata

dele. Tenho minhas dúvidas – e muitas dúvidas – se essa senhora tem alguma condição para dirigir este País. Pela forma arrogante como ela se apresenta ao eleitor, vejo que realmente essa arrogância encobre a incompetência de alguém que possa dirigir este País de maneira democrática, de maneira que possa compor todas as forças, e não de maneira autoritária, querendo que o País seja dirigido por um partido só. Foi isto que o Senhor Presidente da República tentou fazer aqui: exatamente o modelo daquilo que tanto repugnamos, que é o modelo chavista. É esse modelo que ele está querendo impor aqui, e o povo brasileiro foi muito inteligente.

Agradecemos à nossa Senadora Marina Silva pela sua participação ativa no processo, mostrando que realmente é uma mulher de fibra e que sabe o que significa a democracia. Por isso, a presença dela nesta campanha deu oportunidade. Isso é uma oportunidade que o povo brasileiro está tendo nas suas mãos para repensar aquele populismo que estava sendo colocado pelo Senhor Presidente da República covardemente. Ele está usando a covardia, Senador Geraldo Mesquita. Ele tem mais de 80% de aprovação e tenta impor ao povo brasileiro uma candidata que deveria ser não imposta, mas discutida como alguém que pudesse realmente se apresentar para dirigir este País.

Ao senhor candidato a Presidente Governador José Serra quero parabenizar também pela maneira equilibrada com que se apresenta, mostrando que tem conhecimento de causa e que realmente é um homem preparado, tanto tecnicamente quanto emocionalmente, para dirigir este País.

Com tudo isso, quero solidarizar-me com nosso eterno Senador Marco Maciel, um homem que merece nosso respeito.

Quanto à questão do Supremo, de que o Senador Demóstenes Torres falou – tudo isso que estou falando tem a ver com meu discurso, que é sobre o Dia Nacional da Cidadania -, assisti àquele julgamento. Dez ilustres personagens de um Supremo Tribunal Federal me deram a sensação de que aquilo está quase tudo combinado. Desculpem-me. Não é falta de respeito, mas foi a falta de coragem de muitos dali de estabelecer a vontade do povo, porque, queira ou não, aquilo é um Tribunal político. É extremamente político. Então, aquela decisão me pareceu que foi uma empurrada com a barriga para deixar para depois.

Ora essa! Isso conturba o processo democrático. Temos 49 Parlamentares que estão esperando a decisão. E o povo, que não teve muito cuidado, acabou votando nos fichas sujas e fazendo-os chegar a um ponto de realmente estar dependendo de um julgamento que pode alterar muito os coeficientes deste País.

Lá no meu Estado, nós estamos na dependência tanto na Câmara Federal quanto no Senado Federal.

Então, Sr. Presidente, o que eu falei hoje foi justamente a respeito do Dia Nacional da Cidadania, que eu vou aqui relatar.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande alegria que hoje, dia 5 de outubro de 2010, celebramos, pela primeira vez no nosso País, o Dia Nacional da Cidadania.

A comemoração dessa data nasceu da apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2009, de minha autoria, que, depois de aprovado tanto pelo Senado Federal quanto pela Câmara dos Deputados, foi sancionado pelo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no dia 21 de junho deste ano, tornando-se a Lei nº 12.267.

A data de hoje faz referência à promulgação de nossa Lei Maior, a Constituição Federal definida por um grande brasileiro chamado Ulysses Guimarães como Constituição Cidadã.

É importante lembrarmos, Sr. Presidente, que a promulgação da nossa atual Carta Magna, em 5 de outubro de 1988, representou um marco indelével para a consolidação da cidadania brasileira.

Desde os tempos da nossa configuração como nação, o Brasil teve oito textos constitucionais, tendo cada um deles refletido as condições econômicas, sociais e políticas de sua época. Entretanto, jamais se observou um respeito tão grande aos direitos e garantias políticas como em 1988.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, como exemplo de cidadania viva e consciente, lutando para encaminhar as transformações sociais por todos reclamadas, pode-se mencionar um importante momento que antecede a promulgação da Constituição de 1988. Refiro-me à inesquecível campanha pelas eleições diretas, as Diretas Já, a partir da proposta de emenda à Constituição de outro grande brasileiro, o saudoso Deputado Dante de Oliveira.

Ainda que, naquele momento histórico tão peculiar, não tenha sido possível às duas Casas congressuais realizar a mudança pela qual clamavam os brasileiros, construiu-se, a partir de então, a plataforma indispensável para derrotar a candidatura que representava o continuísmo.

Assim, a campanha das Diretas Já foi inscrita em nossa História como uma referência, em termos de participação e luta verdadeiramente cidadã, em favor de um Brasil digno, da indesmentível vocação libertária de todos os brasileiros.

Por sua vez, a Carta Política de 1988, a Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães, volto a repetir, um dos mais íntegros e respeitados políticos do século

XX, conseguiu impor-se e dar sentido prático à consagração daquela que é a sua fundamental e nobre missão: garantir aos brasileiros a plenitude de um Estado democrático de direito, base indispensável para vigência da vida cidadã.

Na elaboração da nossa Carta fundamental, todos haverão de recordar o ineditismo da participação popular e a extraordinária capacidade de organização dos brasileiros ao viabilizarem legítimos e operosos grupos de pressão, que atuaram cotidianamente junto a Constituinte e seus representantes. Foi um exemplo notável e eloquente do peso político e do poder de convencimento dos cidadãos na democracia.

Nesses anos todos de retomada das liberdades públicas – e já contamos com uma geração inteira que nasceu e vive os valores da democracia –, a consciência cidadã que entre nós jamais feneceu se vê ampliando. Trabalhadores, estudantes, profissionais, donas de casa alcançam uma admirável compreensão da importância da participação do envolvimento de todos nas causas comuns.

É inegável o avanço observado com a colocação do Estado brasileiro a serviço de todo, indistintamente. São visíveis as conquistas, em especial no que diz respeito aos direitos fundamentais ali escritos, como o do acesso à educação e à saúde.

Na esteira da Constituição Federal, as estaduais e as leis orgânicas municipais seguiram os mesmos princípios, ampliando, nas respectivas esferas, os direitos de cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obviamente, uma das maiores conquistas da atual Constituição diz respeito à consolidação das franquias democráticas, com eleições livres e periódicas para os cargos dos Poderes Executivos e Legislativos em todos os níveis.

Hoje, finda a primeira etapa do processo eleitoral de 2010, podemos avaliar o exercício de cidadania apresentado pelo povo brasileiro, que foi, de maneira soberana, escolher seus representantes para as Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Governos estaduais e Presidência da República.

Gostaria aqui de destacar as minhas andanças pelo Estado do Amapá nas últimas semanas e que quando conversava com alguns cidadãos, fossem jovens, idosos, homens ou mulheres, muitos ficaram entusiasmados ao saber que agora nós temos uma lei que comemora o dia 5 de outubro como o Dia Nacional da Cidadania.

Essa nova data, Sr. Presidente, do calendário cívico brasileiro deverá estimular e facilitar a reflexão, o debate e a celebração acerca do Estatuto da Cidadania entre nós.

Reflexão sobre a cotidiana necessidade de aprimorarmos os mecanismos que garantem o exercício pleno da cidadania por parte de todos os brasileiros; debate promovendo a discussão por todos os segmentos da sociedade sobre as formas de aprimorarmos os direitos dos cidadãos; celebração em torno dos avanços que, passo a passo, vimos consolidando na trajetória ascendente de autonomia da sociedade e de seus integrantes.

Sr. Presidente, recentemente tivemos mais um grande exemplo de iniciativa e mobilização popular que culminou com a promulgação do chamado Projeto Ficha Limpa. Após a coleta de quase dois milhões de assinaturas, o projeto tramitou no Congresso Nacional, sempre sob o olhar atento da população brasileira, que cobrou de todos nós uma posição clara e firme. Foi, sem dúvida nenhuma, mais um belo exemplo de cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que o combustível da democracia é a participação popular, que somente se materializa – e se realiza com eficácia – com a emergência prévia da consciência cidadã.

De forma auspiciosa, no Brasil, a cada dia, a sociedade se revela como dona e senhora do seu próprio destino. Por isso gostaria de dizer a cada cidadão que celebre de coração o dia de hoje. Exerça de forma completa a sua cidadania. Lute sempre por todos os seus direitos sem esquecer também de seus deveres. Fiscalize, diuturnamente, a atuação de cada um de seus representantes.

Certamente, essa sempre será a melhor forma de garantirmos todos os nossos direitos de cidadãos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Papaléo, parabéns pelo discurso e pela sua postura democrática. No último pleito, V. Ex^a não colheu os votos necessários para a sua reeleição, mas colheu, mais uma vez, o sentimento de respeito da população do seu Estado e o sentimento de amizade e respeito dos seus colegas aqui no Senado e também – tenho certeza absoluta – dos servidores, principalmente os da Mesa do Senado. Conversando com a Dr^a Cláudia, há pouco, eu disse: “Olha, Dr^a Cláudia, é do processo”. Ela disse: “Mas não deixa de ser triste”. Alguns fatos.

Portanto, eu queria, nesta oportunidade, renovar o meu enorme apreço e respeito por V. Ex^a. Tenho certeza absoluta de que, mesmo não tendo colhido os votos necessários para a sua reeleição, a população

do seu Estado não declinou uma vírgula no respeito e na admiração que tem por V. Ex^a. Parabéns!

Concedo a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Júnior, como Líder.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as eleições seguem seu curso com segundo turno em vários Estados brasileiros e também para Presidente, mas já podemos tirar várias lições do pleito e outro tanto de conclusões.

Ao contrário do que o Presidente da República prometera, e para isso se empenhara pessoalmente à custa da máquina pública, inclusive com os famosos “depois do expediente”, o Democratas, meu partido, não apenas não foi extinto, como também venceu – e venceu bem, no primeiro turno – em Estados dos mais visados por Sua Excelência.

O Democratas venceu em colégios eleitorais importantes apesar de todas as adversidades que enfrentou. A despeito da máquina pública, a despeito de certas “pesquisas de opinião” e seus pseudocientistas sociais, os partidos de oposição obtiveram vitórias expressivas exatamente em Estados onde o dinheiro público e a pressão política mais se concentraram.

Em Santa Catarina, a coligação encabeçada pelo Democratas aplicou uma lição de democracia àquele Presidente que pretendia extirpar o partido da vida política brasileira. Pretendia, mas não conseguiu, pois naquele belo Estado, não apenas assistimos à vitória em primeiro turno do Senador Raimundo Colombo como ainda vimos a chapa eleger seus dois candidatos ao Senado.

A história se repetiu no Rio Grande do Norte, onde o partido obteve vitória consagradora sobre os candidatos apoiados pelo Governo. A Senadora Rosalba Ciarlini elegeu-se ao Governo Estadual também no primeiro turno e, também junto com ela, um dos mais combativos líderes da oposição no Senado, José Agripino Maia, que, justamente por sua combatividade, era um dos alvos preferenciais do ódio presidencial.

Nosso partido obteve grande vitória também em Goiás, com a reeleição de Demóstenes Torres, outro nome fundamental para a resistência democrática nos próximos quatro anos. Em Goiás, vamos agora ao segundo turno, com José Eliton, do nosso partido, compondo como vice a chapa do Senador Marconi Perillo ao Governo.

Obtivemos uma vitória esmagadora em São Paulo, com Afif Domingos como vice de Alckmin, e no Tocantins, da Senadora Kátia Abreu, onde nosso correligionário João Oliveira elegeu-se vice-Governador na chapa de Siqueira Campos.

Como se vê, a vitória cantada pelo Governo contrasta gritantemente com os resultados de domingo. Contrasta também com números, conforme perceberam vários analistas que mostram a importância da vitória da Oposição em vários Estados: São Paulo e Minas, os dois maiores colégios eleitorais do País, com vitórias retumbantes de Geraldo Alckmin e de Antonio Anastasia. Além da vitória em Minas, para as duas vagas no Senado com Aécio Neves e Itamar Franco, também a vitória de Aloísio Nunes Ferreira em São Paulo. Dependendo dos resultados do segundo turno, os partidos oposicionistas poderão governar mais da metade dos brasileiros, gerindo mais da metade do PIB.

Se vencermos em Goiás, Pará e Roraima, estaremos estabelecendo um “corredor da resistência democrática”, um corredor que vai do extremo norte ao sul, de Boa Vista a Florianópolis.

Contudo e infelizmente, ganhamos muito, mas também perdemos.

Lamentamos profundamente que a ação deletéria da máquina pública em alguns Estados nos tenha reservado tristezas, além de graves prejuízos ao Senado Federal ao impedir que fossem reeleitos três bravos Senadores do nosso Partido: Senador Marco Maciel, uma figura ímpar, uma figura a quem já nos referimos quando o apartamos, uma figura das mais expressivas do Senado Federal; Senador Heráclito Fortes, também muito experiente e uma figura também combativa, e o Senador Efraim Morais.

Ainda na Oposição, tivemos a não recondução de duas figuras exponenciais da Oposição: o Senador Tasso Jereissati, com a sua competência, com a sua competitividade; e o Senador Arthur Virgílio, também um guerreiro e competente Senador, Líder do PSDB. Lamentamos essas não reconduções, mas isso foi fruto do uso desbragado da máquina pública em favor dos candidatos do Governo.

Sr. Presidente, enquanto colecionamos vitórias e algumas derrotas, do outro lado, a candidata governista e seus porta-vozes, oficiais e oficiosos, tentam negar o óbvio: o Governo perdeu nessa primeira etapa das eleições. Perdeu e perdeu feio. Alguém poderá dizer: “Ora, mas se eles fizeram tantos e quantos Deputados e Senadores, ganharam em tantos e tais Estados.” É verdade. Eu não disse que os Partidos governistas não obtiveram vitórias, mas está claro, até mesmo nos semblantes governistas, que elas forem menores, muito menores do que esperavam.

Quanto à corrida presidencial, aconteceu o que esperávamos: haverá segundo turno. Haverá segundo turno, porque os eleitores brasileiros, majoritariamente, rejeitaram o nome da candidata governista.

É indiscutível. Exatos 53,09% dos brasileiros que escolheram seus candidatos não quiseram ver eleita a candidata petista, o que explica as caras de velório da candidata, do seu vice, do Presidente do PT e de alguns dos seus assessores, logo após o encerramento da contagem de votos. Agora, passado o choque da derrota, eles buscam, a todo custo, negar a realidade dos números dizendo que foram vencedores. Tenham paciência!

A derrota foi tamanha que o principal eleitor de Dilma Rousseff, aquele que abandonou suas obrigações para aboletar-se em palanques País afora, o Presidente do pós-expediente, que disparou diatribes contra a Oposição e contra a liberdade de imprensa, simplesmente emudeceu, sumiu. Por onde anda Sua Excelência? Por que não veio a público, até hoje, saudar os brasileiros pela bela festa de democracia e civismo? Infelizmente não veio porque perdeu.

Digo infelizmente, não porque ele perdeu, claro, mas porque essa derrota – em mais uma demonstração de que Sua Excelência tem dificuldades imensas de conviver com os que dele discordam – o impediu até mesmo de, na condição de Presidente de todos os brasileiros, celebrar com o povo mais uma vitória, não de partidos políticos, mas da democracia brasileira. Uma democracia que se fortalece a cada pleito e que no último nos proporcionou a ampliação e o arejamento da discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, com o fortalecimento do Partido Verde e o excepcional desempenho da nossa colega Marina Silva.

Uma democracia que se fortaleceu ainda mais ao não se permitir subjugar ao pensamento único; ao contrário, pluralizou o debate e as alternativas de poder.

Uma nova etapa se inicia agora e será uma oportunidade a mais para que confrontemos ideias e discutamos caminhos para o Brasil.

Nós da Oposição, seguimos cada vez mais confiantes na vitória do nosso candidato José Serra, um homem preparado, amante da liberdade e experiente. Nesse confronto de ideias que vai se dar agora é que nós iremos colocar as coisas frente a frente, o candidato contra a candidata. Aí nós vamos ver realmente, o confronto de ideias, com a competência de cada um, e a comparação que com certeza o eleitor irá fazer.

Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, a despeito do que ouvimos de autoridades governamentais, a liberdade de expressão, o direito das oposições, a função republicana do Estado são bens inalienáveis e indissociáveis do conceito de democracia.

Por fim, quero dizer aos Senhores que cabe a nós todos celebrar e resguardar a democracia brasileira, não permitindo que diferenças ideológicas, político-partidárias ou interesses inconfessáveis ameacem-na.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Júnior, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. (*Pausa.*)

Eu só gostaria de comunicar a V. Ex^a que estou inscrito pela Liderança do meu Partido.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu também estou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PR) – Está confirmado.

Como orador inscrito concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prezando Senador Antonio Carlos Júnior, se formos utilizar a matemática que V. Ex^a utilizou aqui, chegaríamos à conclusão que 67% não aprovou o candidato do PSDB e do DEM, José Serra, para usar os mesmos argumentos de V. Ex^a.

Respeitosamente, gostaria de registrar que felizmente o Brasil vive um regime democrático e o povo brasileiro pôde, com muita tranquilidade, Senador Magno Malta, no último domingo, participar das eleições. Em todo o Brasil, houve muita tranquilidade em todos os Municípios. Nas áreas rurais brasileiras, não houve qualquer incidente grave. Queremos, inclusive, cumprimentar o Tribunal Superior Eleitoral, o Presidente Lewandowski pela maneira como foram conduzidas as eleições e pela rapidez da apuração dos votos, a maior da nossa história. Por volta das 11 horas da noite de domingo, nós praticamente já sabíamos a maior parte dos resultados das eleições em todas as unidades da Federação. Como se pode notar, tendo em conta os pronunciamentos realizados – é de se ressaltar isso –, não houve aqui qualquer contestação aos resultados das urnas, àquilo que foi registrado pelo sistema eletrônico.

Então, é muito significativo que estejamos em meio à prática de uma forma de eleições em dois turnos que possibilita ao povo brasileiro aperfeiçoar a sua escolha. E que bom que agora, tal como já aconteceu nas eleições anteriores, possam os dois candidatos, Dilma Rousseff e José Serra, aprofundar a descrição dos seus objetivos, de seus valores, dos programas que ambos apresentarão, cada um tendo dez minutos, a partir desta semana, pelos meios de comunicação, para a cada noite, até o próximo dia 30, expor os seus pontos de vista. Também nós teremos a oportunidade, a partir de domingo próximo, primeiro na Rede Bandeirantes de Televisão, de assistir ao debate, de ouvir

os dois candidatos nessa reta final. Quem vai se beneficiar disso é o povo brasileiro.

Estão de parabéns todos os partidos políticos, assim como os candidatos, em especial aqueles que mais intensamente participaram, Dilma Rousseff, José Serra, Marina Silva, Plínio de Arruda Sampaio. Nos debates transmitidos pelos meios de comunicação, poderia ter havido maior oportunidade de aprofundamento das explicações sobre cada um dos pontos, mas a verdade é que tivemos a oportunidade de conhecer o ponto de vista de cada um, de cada uma.

Quero aqui cumprimentar de maneira entusiástica a Senadora Marina Silva, que, apesar da menor estrutura do seu partido, o Partido Verde, e do grau de coligação muito menor do que tiveram tanto Dilma Rousseff quanto José Serra, conseguiu um desempenho notável ao alcançar cerca de 20% dos votos dos eleitores brasileiros. Cerca de 20 milhões de pessoas resolveram respaldar a sua batalha pelo desenvolvimento sustentável, pelos conceitos de preservação do meio ambiente e também pela promoção de uma nação mais justa e com melhores oportunidade de educação para todos.

Eu gostaria, hoje, aqui, de externar meu respeito e carinho pela Senadora Marina Silva e também de dizer da minha expectativa de que me parece natural, em que pese o candidato José Serra estar dizendo que gostaria que Marina Silva e o Partido Verde, que tiveram participação nos seus Governos Municipal e Estadual em São Paulo... mas gostaria aqui de relembrar alguns fatos importantes da minha própria convivência com a Senadora Marina Silva, pois ambos fomos, em 10 de fevereiro de 1980, fundadores do Partido dos Trabalhadores.

Marina Silva conviveu com Chico Mendes, que também foi do Partido dos Trabalhadores e muitas vezes participou de reuniões dos diretórios nacionais, dos diretórios no Acre, e em muitas ocasiões Chico Mendes teve a oportunidade de interagir com o Presidente Lula e com os demais dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Quando do seu assassinato, o Presidente Lula foi uma das principais lideranças nacionais que ali estiveram, num momento trágico, de consternação, de tristeza, mas também de homenagem àquele que ensinou a todos nós, especialmente à Senadora Marina Silva, que, em muitos de seus pronunciamentos em homenagem a Chico Mendes aqui, recordou o quanto ele nos ensinou – na verdade, não apenas a nós brasileiros, mas à humanidade – o quão importante seria combinarmos o desenvolvimento econômico e social com a preservação da Floresta Amazônica, do meio ambiente. Lições essas que, tantas vezes, ao aqui nos falar dos ensinamentos da Bíblia e da floresta, Marina

Silva nos propiciou de uma forma que todos nós respeitamos e apreciamos.

Quero aqui também lembrar que, quando da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, estando ele para fazer a escolha de seu gabinete e de seus Ministros, foi em sua visita a Nova York, já eleito Presidente da República, que ele anunciou suas primeiras duas escolhas: o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Esse episódio teve grande repercussão internacional e resultou, inclusive, no fato de Marina Silva, pouco depois e já em razão de seu extraordinário desempenho à frente do Ministério do Meio Ambiente, além de seu desempenho no Senado Federal, ter sido, por exemplo, qualificada pela revista **Time** como uma das pessoas mais influentes no mundo, passando a ter um grande reconhecimento internacional, graças também à sua interação com o próprio Presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores e o Governo do qual ela participou por cinco anos.

É importante também lembrar que, quando em razão de algumas divergências que se tornaram públicas sobre a condução do Ministério do Meio Ambiente, a Senadora Marina Silva, ao deixar o Governo, se expressou sempre de maneira muito respeitosa e construtiva para com o próprio Presidente Lula e com a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, com a qual ela pode ter tido algumas divergências. Mas ela sempre expressou o respeito e o carinho, tão importantes nessa convivência construtiva.

Também acompanhei de perto a difícil decisão de Marina Silva quando ela deixou o Partido dos Trabalhadores. Mas, aqui mesmo, quando ela deu sua entrevista coletiva, no edifício do Senado Federal, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, informando a todos que ela deixava o Partido dos Trabalhadores, para depois anunciando que se tornaria uma participante do Partido Verde, naquela ocasião, tivemos oportunidade de dialogar e de transmitir um ao outro o quanto estaríamos sempre batalhando por objetivos comuns e por anseios justamente de realização de justiça em nosso Brasil e para garantir os direitos à cidadania da maneira mais plena para todos os brasileiros e brasileiras.

Eu gostaria, a propósito, de assinalar o estudo que foi hoje divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Trata-se do *Comunicado nº 63: PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição da Renda entre 1995 e 2009*. O Presidente do Ipea, Prof. Márcio Pochmann, assinala como evoluiu a distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2009.

Registro alguns dados desse estudo que são muito relevantes para a reflexão que o povo brasileiro

está por fazer na hora da escolha entre os candidatos Dilma Rousseff e José Serra.

Nesse estudo, o Ipea assinala que a distribuição da renda inclui todas as rendas de todas as pessoas, sua análise engloba uma imensidão de possíveis abordagens. Mas neste texto serão escolhidos três aspectos. O primeiro, a análise e decomposição dos fatores da queda de desigualdade de 1995 a 2009, com ênfase nos doze meses entre setembro de 2008 e 2009; o segundo, a queda da pobreza que segue em 2009; e o terceiro é o crescimento da renda por vigésimo da sua distribuição.

Assinala o Ipea que a desigualdade continua caindo, ainda que num ritmo um pouco mais lento. O gráfico primeiro mostra que a queda da desigualdade de renda domiciliar **per capita** iniciada de 2001 para 2002 continua até 2009.

A evolução do coeficiente de Gini mostra que o ritmo dessa queda se reduziu um pouco. De 2001 a 2008, a desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini caiu, em média, de 0,70 ponto de Gini ao ano. De 2005 a 2008, o ritmo foi um pouco mais forte e a desigualdade caiu 0,72 ponto de Gini ao ano. Já de 2008 a 2009, a desigualdade caiu menos: 0,54 ponto.

Aqui está a queda do coeficiente de Gini de 1995 a 2009. Vê-se que, de 1994 até o ano 2000, aproximadamente, o coeficiente de Gini ficou em torno de 0,597, próximo de 0,60, chegou a baixar para 0,591, atingindo 0,592 no ano 2001.

E aí é que justamente se inicia o Governo do Presidente Lula, porque a partir de ... Aliás, há que se registrar que começa nos últimos anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando começa a baixar de 0,592 para 0,586. Mas, a partir de 2002 a 2003 e a cada ano daí para frente, vai baixando para 0,580, 0,568, 0,565, 0,558, 0,551, 0,544, em 2008, e 0,538 em 2009. Portanto, durante todos os anos do Governo do Presidente Lula, houve redução no Coeficiente Gini de desigualdade e com uma outra característica muito importante, que foi justamente a diminuição da pobreza absoluta de maneira muito significativa.

No item “A pobreza continua caindo fortemente”, diz o estudo do Ipea:

Apesar de se referir apenas a uma parte da distribuição de renda, a análise da pobreza é especialmente importante. Os pobres são justamente aqueles que pouco ou nada têm, aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade, e, portanto, seu bem-estar é um dos importantes testes civilizatórios para qualquer sociedade.

O Gráfico 5 mostra a proporção de pobres segundo três linhas de pobreza diferentes: meio salário

mínimo de 2009 per capita (uma linha relativamente alta), a linha de pobreza do Bolsa Família quando da criação do programa (R\$100 per capita em 2004) e a linha de pobreza extrema do Bolsa Família, também quando de sua criação (R\$50 per capita em 2004 – uma linha relativamente baixa). A legenda mostra os valores em reais de 2009. Os números no final de cada série mostram a que porcentagem a taxa de pobreza caiu de 1995 a 2009.

A proporção da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza está em forte queda desde 2003 [exatamente o primeiro ano do Governo do Presidente Lula]. Isso ocorre qualquer que seja a linha usada, mas acontece mais acentuadamente usando linhas mais baixas. Usando a linha de meio salário mínimo de 2009, a pobreza caiu a 64% de seu valor de 1995 (não chegou a cair à metade); já usando a linha de R\$50 de 2004, a pobreza caiu a 44% do valor de 1995. Isso é consequência de uma distribuição de renda cada vez mais igualitária.

Não apenas há menos pobres, como as pessoas que ainda o são, são menos pobres. O Gráfico 6 mostra o hiato de pobreza como porcentagem da renda total das famílias. O hiato de pobreza é a renda necessária para levar todos os pobres até a linha de pobreza, se houver focalização perfeita.

O hiato de pobreza, portanto, se reduz quando há menos pobres ou quando os pobres que restam são menos pobres que antes.

Em resumo:

De 1995 a 2009, houve três períodos claramente diferentes na evolução da distribuição da renda. O primeiro, que vai de 1995 a 2001 (ou 1999), se caracteriza por uma estabilidade em todos os sentidos. Não há mudanças na desigualdade nem na renda média. De 2001 (ou 1999) até 2005, a renda média pouco aumenta, mas a queda da desigualdade já é fato bem estabelecido. Finalmente, de 2005 a 2009, o Brasil passa a ter grandes aumentos de renda ocorrendo concomitantemente com a queda continuada da desigualdade.

Esse estudo do Ipea, com dados objetivos, conclui que a desigualdade continua caindo em 2009, mas em ritmo um pouco menor que nos anos anteriores. Enquanto, de 2005 a 2008, o Coeficiente de Gini caiu, em média, 0,72 ponto de Gini (x100) ao ano, de 2008 a 2009, a queda foi apenas de 0,53 ponto. Essa diminuição de ritmo não é preocupante nem indica o início de uma tendência de menor redução da desigualdade. A redução do ritmo foi resultado apenas de um mercado de trabalho negativamente – porém temporariamente – impactado pela crise financeira.

As medidas de combate aos efeitos da crise, como o aumento do salário mínimo, parecem ter mitigado os efeitos negativos do mercado de trabalho. A pobreza continua caindo para todas as linhas.

A queda do hiato de pobreza é tão forte que, hoje, ele equivale a pouco mais que 1% da renda, para uma linha de pobreza mediana.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Nobre Senador, são dois assuntos para comentar com V. Ex^a. O primeiro é que, quando a Senadora Marina Silva deixou o Governo, a então Ministra Dilma Rousseff teria dito: “Preciso deixar claro que a ex-Ministra não representa o projeto do Presidente Lula”. Essa foi a declaração da Ministra Dilma. E, agora, qual é a identidade que existe entre a Ministra Dilma e a Senadora Marina? Essa é uma pergunta. A segunda pergunta é sobre a questão do índice Gini. Imagine que, de 2003 a 2008, a economia internacional surfou numa onda altamente favorável, e a economia brasileira não sofreu; pelo contrário, ela foi ajudada pela economia internacional. Porém, nos anos da década de noventa, nós tivemos crises sucessivas. E o senhor diz que, como agora a atual crise afetou o mercado de trabalho, houve um crescimento menor do Coeficiente de Gini. Mas, durante o período de Fernando Henrique, nós vimos crises e mais crises: a crise mexicana, a crise da Ásia, a crise da Rússia e a crise do Brasil. Então, nós sofremos crises atrás de crises, o que, obviamente, impediu... O Plano Real em si seria, digamos, um indutor da queda do Coeficiente de Gini. Com as sucessivas crises, esse efeito não se deu de forma maior. Mas, de 2003 para 2008, a crise só veio a estourar em 2008, na verdade, vindo a atingir o Brasil entre 2008 e 2009. Portanto, há explicações para esse fato. Não foi só a ação governamental, porque o Plano Real – aliás, o Presidente Lula teve o Bolsa Família – foi fundamental para que houvesse o início da melhor distribuição de renda no Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Antonio Carlos Júnior.

É fato que o Plano Real criou condições para maior estabilidade de preços, mesmo durante períodos de crise, tais como os que V. Ex^a mencionou. Quero aqui dizer que é fato que a evolução dos programas sociais tiveram início já há muitos anos, na história da humanidade e na própria história do Brasil.

No debate entre os candidatos, por vezes se disse que quem começou o Bolsa-Escola, o Bolsa Alimenta-

ção foi o governo de Fernando Henrique. Na verdade, nós poderíamos levar em consideração que a defesa dos fundamentos dos programas de garantia de renda começaram com a humanidade, com Confúcio, com Aristóteles, com os princípios de justiça observados e 513 vezes citados na *Bíblia Sagrada*, nas parábolas de Jesus, na segunda epístola de São Paulo aos coríntios – o que colheu muito não tem demais, o que colheu pouco não tem de menos –, ou nas observações de Thomas More, de Thomas Paine, nas observações de Bertrand Russell, até os economistas do mais largo espectro. Inclusive, nos anos 1940, 1950, 1960, Josué de Castro, Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Milton Santos argumentavam que era perfeitamente possível ao Brasil combinar desenvolvimento com melhoria da distribuição da renda e da riqueza.

Muitas vezes, o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu que esse pudesse ser o caminho, e, aqui, no próprio plenário do Senado, debatemos o assunto, por exemplo, em 1991, quando da votação do primeiro projeto de garantia de renda mínima, através de um imposto de renda negativo, que ele próprio encaminhou à votação favoravelmente. E, a partir daquele debate, José Márcio Camargo, Cristovam Buarque e José Roberto Magalhães Teixeira iniciaram as primeiras experiências de renda mínima associadas à educação. Inclusive, o próprio Senador Renan Calheiros, com Ney Suassuna, com José Roberto Arruda, aqui, no Senado; e lá, na Câmara, Nelson Marchezan, Chico Vigilante e Pedro, Deputado de Goiás.

Eram seis projetos, todos naquela direção, que acabaram finalmente gerando o Programa de Renda Mínima associado à educação, também denominado Bolsa-Escola, que, depois, gerou o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação, o Auxílio Gás. Todos unificados e racionalizados no Programa Bolsa Família.

Bom será que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para concluir, Sr. Presidente, caminhemos agora em direção àquilo que, por consenso de todos os partidos, aprovamos aqui, no Congresso Nacional, e o Presidente Lula sancionou, que é a instituição de uma renda básica de cidadania incondicional para todos os brasileiros – se fosse hoje, para os 192 milhões de brasileiros. Isso vai ser alcançado, diz a lei, por etapas, a critério do Poder Executivo, até que todos venhamos a participar.

Pela experiência prática de um lugar do mundo onde existe isso, no Estado do Alasca, o que aconteceu foi a redução da desigualdade, a tal ponto que o

Alasca se tornou o mais igualitário dos cinquenta Estados norte-americanos.

É a proposição que formulo aqui aos candidatos à Presidência, inclusive à querida Dilma Rousseff...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... que aprofundem o debate sobre como é que vamos fazer a transição do Bolsa Família para o Renda Básica de Cidadania.

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que a Senadora Marina Silva ou apoiará claramente Dilma Rousseff ou então dirá a todos: “Tenham liberdade de escolher e, tal como eu, escolham o melhor.” Na verdade, a melhor, porque quem tanto expressou que seria ótimo que o Brasil tivesse uma candidata à Presidência, daí conclamou todos os brasileiros a terem duas mulheres no segundo turno, acredito, vai acabar escolhendo uma mulher para governar o Brasil. No caso, nossa querida Dilma Rousseff.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nobre Senador, V. Ex^a teve oportunidade de falar por mais de 30 minutos, mas, na verdade, eu estava ansioso para que V. Ex^a terminasse, porque há outros oito Senadores na fila.

Com a palavra, o Senador Renan Calheiros, pela Liderança do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero subscrever o requerimento do Senador Alvaro Dias, em nome da Liderança do PMDB. Um requerimento que propõe um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Aécio Ferreira da Cunha, pai do ex-Governador, Senador eleito pelo Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, ocorrido no último domingo, 3 de outubro. Subscrevo-o, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PMDB.

O pai de Aécio Neves, Governador de Minas, Aécio Cunha, nasceu em Teófilo Otoni, em 1927, e exerceu os mandatos de Deputado Estadual e Deputado Federal. Foi também Presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e foi conselheiro também de Furnas Centrais Elétricas e da Companhia Energética de Minas Gerais.

Sr. Presidente, tive a satisfação de ser amigo e de ser contemporâneo do saudoso Aécio Ferreira da Cunha.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com muita honra e sentimento do dever cumprido que, como Líder do PMDB, ocupo esta tribuna para celebrar a grande festa da democracia, quando mais de 130 milhões de

brasileiros foram às urnas escolher seus representantes de forma direta, democrática, legítima, ordeira, madura. Nunca é demais fazer essa saudação.

Nossa democracia, apesar de jovem, já apresenta robustez das nações mais tradicionais do Planeta e, portanto, Sr. Presidente, deve ser mesmo reverenciada. Nosso sistema de votação e apuração é elogiado por vários países no mundo inteiro.

Quero ainda fazer uma referência especial a todos que viabilizaram as eleições brasileiras: a Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral, os TREs, juízes, mesários, fiscais, policiais, a militância dos partidos, enfim, Sr. Presidente, todos aqueles que colaboraram para outro bom exemplo de cidadania.

Quero também, do fundo do coração, fazer um agradecimento muito especial, uma homenagem sincera ao povo de Alagoas, que confiou no nosso trabalho e me honrou, pela terceira vez, com seu voto, para representar o Estado aqui, no Senado Federal.

Posso garantir àqueles que me concederam 840.809 votos – uma votação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, superior à quantidade de votos que obtive na última eleição que disputei – que não os desapontarei, que vou lutar diariamente para continuar levando investimentos, desenvolvimento e crescimento econômico para o Estado.

Alagoas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, merece e vai crescer no ritmo do Brasil. Precisamos deixar de ser um elo perdido, e isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, só será possível com muito trabalho, com muita luta, com muita determinação.

Devemos homenagear, sobretudo, toda sociedade brasileira, cujas responsabilidade e civilidade são renovadas a cada pleito. Sabemos que a democracia representativa é de longe o melhor modelo de que dispomos, e a prova de que a sociedade confia firmemente na democracia é a assiduidade das eleições. Apesar de tantos sobressaltos, a sociedade vem reiterando sua crença e confiança nas instituições brasileiras de forma sistemática.

A eleição de domingo último registrou, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma abstenção de 18%, percentual que vem se repetindo nos últimos pleitos. Outras modalidades de voto que podem encobrir desapontamento, descrédito ou reprovação às instituições também se mantiveram dentro das séries históricas. Os votos em branco, por exemplo, caíram para 3%, e os votos que podem abrigar sinais de protesto, os votos nulos, registraram 5%, também dentro dos níveis recentes das eleições nacionais. Sr. Presidente e Srs. Senadores, são manifestações eloquentes da credibilidade das instituições.

Em nome do PMDB, como seu Líder no Senado Federal, eu gostaria de realçar o desempenho do Partido, que, mais uma vez, mereceu a confiança do eleitor e reafirmou sua credibilidade, seu caráter nacional, sua aceitação.

Os resultados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderiam ser mais confortáveis e mais auspiciosos, apontando que o PMDB fez a escolha correta ao apoiar um projeto que transformou o Brasil e que recolocou o País no rumo do crescimento econômico, da distribuição de riquezas e da diminuição da pobreza.

Afastando-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, das vozes agourentas, a eleição do último domingo demonstrou a pluralidade das forças políticas com oscilações naturais do Congresso Nacional, e nos governos estaduais, com uma vantagem, claro – mas apenas uma vantagem, consequência natural da democracia –, das forças políticas que sustentam o Governo.

Houve um sensível crescimento no Congresso Nacional dos partidos que apóiam o Presidente Lula e estão com a candidatura da Ministra Dilma Rousseff para a Presidência da República.

Na Câmara dos Deputados, essas legendas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alcançaram 383 Cadeiras de um total de 513 vagas, o que representa 70% da composição da Câmara dos Deputados. Isto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se repetiu aqui no Senado Federal, pois estavam em disputa 54 Cadeiras, sendo que 43 destas 54 Cadeiras foram preenchidas com aliados do Governo Lula.

Portanto, Sr. Presidente, quero repetir, para o telespectador, para o ouvinte da Rádio Senado, para os Senadores que estão no plenário ou em outras dependências da Casa, que estavam em disputas 54 Cadeiras aqui no Senado Federal, e 43 destas 54 Cadeiras foram preenchidas com aliados do Governo Lula.

Agora, Sr. Presidente, os Senadores que se aliam às propostas do atual Governo, somam, aqui no Senado, 56 Cadeiras, o equivalente a 69% da Câmara Alta, apenas 1% abaixo da composição da Câmara dos Deputados, que chegou – repito – a 70% dos votos.

A Ministra Dilma e o Presidente Michel Temer fizeram uma campanha elegante, madura e respeitosa. Em suas viagens pelo Brasil, nos programas de televisão e no rádio, mostraram realizações, obras, resultados no emprego, resultados nos salários, na infraestrutura, na moradia, no Bolsa-Família e apresentaram, Sr. Presidente, sobretudo, propostas, muitas propostas, para continuarmos avançando no Brasil. Por isso, a ex-Ministra Dilma obteve a expressiva maioria de votos e

venceu, Sr. Presidente, em dezoito Estados da Federação contra oito Estados vencidos pela população.

Aqui no Distrito Federal, venceu a Senadora e ex-Ministra Marina Silva, que tem, Sr. Presidente, aqui nesta Casa todos nós sabemos – Senador Flexa Ribeiro “campeoníssimo” de voto, no Brasil, parabéns a V. Ex^a –, uma história de luta política, que tem o respeito do Senado Federal e tem – todos sabem – muita afinidade com o Presidente Lula.

A campanha de Marina, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um marco, um exemplo para o País. Ela foi elegante, propositiva, convincente, refletiu sobre a realidade do Brasil e se recusou, Sr. Presidente – é importante destacar isso –, a engrossar o vale-tudo, que marca as campanhas presidenciais. Essa nova mentalidade, a mentalidade que foi incorporada, materializada pela Senadora Marina Silva, é elogiável, portanto, sobre todos os aspectos.

Nesse segundo turno, vamos para as ruas com muita determinação. Vamos aprofundar as comparações e exibir ao País a melhoria das estatísticas socioeconômica do Brasil: o aumento real dos salários em mais de 90% das categorias; o incremento real e histórico do salário mínimo, coisas que, assim, Sr. Presidente, em todos os momentos o Senado Federal esteve na defesa desses princípios, dessas mudanças. Recordo-me, como Presidente do Senado, criarmos uma comissão, que foi presidida pelo Senador Paulo Paim, que propunha uma política para reajustar o poder de compra do salário mínimo, política que foi levada pelas centrais sindicais, pela comissão, pelo Paulo Paim para o Presidente Lula, que incorporou, Sr. Presidente, essa recuperação do poder de compra do salário mínimo. Recordo-me que nas outras eleições presidenciais o debate era, sobretudo, marcado pela promessa de cada candidato de que pagaria um salário mínimo de até US\$100. Era o máximo que o FMI e que algumas pessoas achavam que a economia podia pagar. Muitos diziam que não podia ter um salário mínimo maior, porque a Previdência Social quebraria, porque os Municípios quebrariam. E essa fórmula, essa política, foi levada adiante, e nada quebrou, e melhorou a condição de vida do povo brasileiro. Pelo menos, Sr. Presidente, essa é a percepção que todas as pesquisas de opinião pública refletem. Mas assim: o aumento real dos salários em mais de 90% das categorias; o incremento real do salário mínimo, como dizia; a criação de mais de 15 milhões de novos empregos; a efetiva redução da pobreza; a distribuição de renda verdadeira; e o respeito mundial conquistado pelo Brasil.

Para nós, que estivemos à frente do PMDB aqui no Senado Federal, é com satisfação, Sr. Presidente, que observamos a eleição de 17 Senadores, soman-

do 21 Senadores a representação do nosso Partido nesta Casa, o Senado Federal, uma representação, como sabe V. Ex^a, maior do que a representação atual. Foram eleitos ainda 79 Deputados Federais – a segunda maior bancada da Câmara Federal – e quatro Governadores em primeiro turno: o Governador Sérgio Cabral, o Governador André Puccinelli, o Governador Silval Barbosa e a Governadora Roseana Sarney. Quero cumprimentar todos os Governadores eleitos, mas especialmente a estes quatro Governadores do PMDB, que se elegeram no primeiro turno. Faço isso como Líder do Partido, em nome de toda a bancada do PMDB nesta Casa.

Novamente cumprimento o Governador Sérgio Cabral, André Puccinelli, Silval Barbosa e Roseana Sarney.

Outros três Governadores, Presidente – Confúcio Moura, Íris Resende e José Maranhão – disputarão o turno suplementar, além de seis Estados – é importante destacar isso –, onde Governadores foram eleitos em coligação com o PMDB, exatamente Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Piauí, Santa Catarina e Sergipe. Em outros dois Estados, o PMDB, coligado com outras legendas, vai disputar o 2º turno, como é o caso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do Distrito Federal e da minha querida Alagoas. O PMDB, nesses dois outros Estados coligados, vai enfrentar o 2º turno aqui no Distrito Federal e em Alagoas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um atalho obrigatório para lamentar – e é importante dizer isso da tribuna do Senado Federal – verdadeiramente o nosso progressivo processo de judicialização da política. A delonga na decisão sobre candidatura, Sr. Presidente, gerou prejuízo de toda ordem. Muitos desses prejuízos são irreparáveis. Em Alagoas, por exemplo, não foi diferente.

Apoiamos, como o Senado sabe, o Governador Ronaldo Lessa, como uma firme convicção. Ele tem – e por isso o apoiei e continuo apoiando com muita satisfação – o melhor perfil para resgatar Alagoas e fazer com que o Estado ande no mesmo compasso econômico e social de todo o Brasil.

Enfrentamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma campanha difícil, uma campanha complexa, uma campanha suja, recheada de papéis apócrifos, DVDs falsos, inúmeras falsidades!

E a Justiça, Sr. Presidente – e essa “judicialização” é muito ruim sobretudo por isso –, pronunciou-se sobre a candidatura de Ronaldo Lessa – pasmem com isso! – só na antevéspera da eleição e confirmou, Sr. Presidente, nesse pronunciamento apenas na antevéspera da eleição, o que todos sabiam: a legalidade da candidatura de Ronaldo Lessa. Imaginem: a

campanha inteira nós passamos esperando pela decisão, pelo pronunciamento da Justiça. Essa decisão só aconteceu na quinta-feira à noite, na antevéspera da campanha eleitoral; portanto, já depois do horário gratuito de televisão.

O caso de Alagoas, Sr. Presidente, por tudo isso, é surpreendente. Atente para isso, preste atenção no que eu vou dizer: Ronaldo Lessa, quando era Governador e não era candidato a nada, portanto, repito, quando era Governador do Estado, não era candidato a nada, foi condenado por dar e pagar um aumento salarial para os professores. Ele, quando era Governador, não era candidato a nada, deu um aumento aos professores no Dia dos Professores. A eleição era um pleito municipal, e ele foi condenado a uma condição de inelegibilidade. Por isso passou três anos como inelegível, quando em muitos lugares ele teria apenas recebido uma multa, ou seja lá o que for. Friso, Sr. Presidente, que ele não era candidato; ele era Governador do Estado. No Dia dos Professores, ele anunciou um aumento para os professores de todo o Estado e pagou o aumento. Por isso, foi condenado a três anos de inelegibilidade.

Como disse, o reconhecimento aos professores no dia da categoria poderia – queria repetir – até gerar, no limite, uma multa. Foi isso que aconteceu em vários Estados da Federação. Poderia gerar uma multa porque deu um aumento. Não era eleição, ele não era candidato, mas deu um aumento no Dia dos Professores e pagou esse aumento como Governador do Estado. Em alguns lugares, isso poderia até gerar uma multa, mas lá, em Alagoas, infelizmente, com Ronaldo Lessa, gerou três anos de inelegibilidade. Três anos de inelegibilidade! Punição, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que foi extinta em 2007. Essa punição de três anos de inelegibilidade foi extinta em 2007, ano a partir do qual Ronaldo Lessa ficou apto a ser votado. Portanto, já havia cumprido aquela condição de inelegibilidade. Aquela decisão já havia se exaurido desde 2007. Mas apenas na quinta-feira, já fora do horário gratuito, a candidatura foi confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que provocou, Sr. Presidente, muitos danos.

No próprio julgamento do Tribunal Superior Eleitoral, muitos Ministros disseram que a delonga, a demora na decisão, indiscutivelmente, ajudaria o voto útil, e foi assim. Esse estímulo ao voto útil foi o grande adversário que tivemos no primeiro turno da eleição, porque, nessa confusão de ficha suja e ficha limpa, eles incluíam no debate o candidato a Governador de Alagoas, que havia recebido a condição de inelegibilidade, porque, quando Governador, havia dado um aumento aos professores no dia da categoria, num processo de eleição municipal.

Os adversários, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegaram ao despudor de veicular uma peça na TV como se fosse uma mensagem institucional da Justiça Eleitoral, afirmando que Ronaldo Lessa não poderia ser candidato. Repito: os adversários chegaram a veicular na campanha eleitoral uma peça como se fosse um aviso da Justiça Eleitoral! Isso teve de ser retirado depois de dias de veiculação. Era como se fosse um aviso do TSE de que o Ronaldo Lessa, por ter dado, repito, o aumento aos professores no Dia dos Professores, não poderia ser candidato e de que, se as pessoas votassem no Ronaldo Lessa, elas iriam perder o voto, porque o Ronaldo Lessa não poderia ser candidato. Foram milhões e milhões de panfletos e DVDs distribuídos no Estado de Alagoas, em todos os bairros de Maceió. Imaginem o que significa isso no processo eleitoral! Vejam o absurdo em que tudo isso redundou! Era, Sr. Presidente, assim, o desespero dos adversários, o limite do desespero dos adversários.

Os eleitores de Lessa, portanto, passaram toda a campanha eleitoral, do primeiro ao último dia, na dúvida, inseguros e atemorizados. Mas, Sr. Presidente, graças a Deus, ao final e ao cabo, prevaleceu a verdade contra tudo, contra todos.

Agora, vamos caminhar firmes para a vitória no segundo turno, quando a disputa, sem dúvida, é mais equilibrada, mais democrática, mais igualitária, com o mesmo tempo na TV, com o mesmo tempo no rádio.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, informar que hoje, durante o café da manhã com a base aliada, que tivemos lá no Palácio da Alvorada, o Presidente Lula garantiu que vai a Alagoas quantas vezes for necessário para ajudar na candidatura de Ronaldo Lessa, postura muito coerente, já que Lula foi o Presidente que mais prestigiou Alagoas nos últimos anos, seja com visitas, seja com apoio, com solidariedade, com investimentos nas enchentes.

Todos os investimentos que acontecem em Alagoas, sem exceção, são investimentos do Governo Federal. Todos, sem exceção, ou são investimentos do Governo Federal ou são investimentos feitos com empréstimo contraído junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, aprovado por todos nós aqui, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador, nós pernambucanos todos gostamos muito de Alagoas. É por isso que o Lula....

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

No resto do País, Sr. Presidente – e já estou encerrando –, o desempenho do PMDB reforça uma evolução, uma trajetória de sucesso que se viu nas eleições municipais, em que o PMDB elegeu o maior número

de prefeitos e vereadores do Brasil. O eleitor vem, sistematicamente, reposicionando o PMDB no centro das grandes decisões nas três esferas de poder.

Esses resultados muito positivos são, como eu disse no início, motivo de celebração, mas sobretudo, Sr. Presidente, de uma profunda reflexão sobre nossa responsabilidade, disposição de perseverar e vontade de acertar.

O PMDB deixou no passado suas hesitações, dubiedades, e embarcou, Sr. Presidente, num projeto que está mudando o Brasil, que está transformando o Brasil, que está revolucionando o País. Os resultados, quantitativos e qualitativos, ficaram, como todos sabem, já disse aqui, acima das nossas expectativas. Nós do PMDB nunca faltamos e nunca faltaremos ao Brasil. Nós nunca faltaremos ao Brasil. Nós nunca faltaremos à democracia.

Vamos juntos, Sr. Presidente, agora, nos dedicar de corpo e alma, integralmente, para eleger Dilma, a primeira mulher que chegará à Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade, pela gentileza. Eram essas as informações que eu queria dar ao Senado e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a, como Líder do PMDB, merece todas as atenções. Em meu nome pessoal, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a pela brilhante eleição, pela chancela popular por que passou agora em Alagoas, uma eleição difícilíssima. Todos sabem que a eleição de Alagoas talvez tenha sido uma das mais difíceis do Brasil.

Fiz uma constatação aqui – minha origem é Economia –, então a expectativa de vida que dou a V. Ex^a é de pelo menos cem anos, como 25% de cem anos, um quarto de sua vida, V. Ex^a vai passar só com a conclusão do terceiro mandato.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Porque são oito por três vezes. Eu queria parabenizar V. Ex^a por ser um dos 43 em 54 cadeiras disputadas, vitoriosas, na coligação que apoia V. Ex^a e que apoia o Presidente Lula.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – É. Esse é um dado... Muito obrigado a V. Ex^a pela intervenção, pelas palavras, pelos estímulos em todos os momentos – em todos os momentos! Muito obrigado. Devo muito a esta Casa e devo também muito, muito mesmo, a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nós somos amigos, independentemente das trovoadas e tempestades.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, muito obrigado. Mas é importante, como eu dizia, celebrar esta vitória aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Parabéns.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Das 54 cadeiras, as forças aliadas ao Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Quarenta e três.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – (...) ganharam 47.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PRB – PB) – Não é fácil.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não é fácil. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Não é fácil. Parabéns.

Como orador inscrito, chamo para a tribuna o Senador Belini Meurer.

O SR. BELINI MEURER (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna, e desta vez para parabenizar o Ministério da Educação, que tomou uma atitude rigorosa, corajosa, que precisava ser tomada já há muito tempo. Na verdade, está referendando as decisões tomadas pelo Conselho Nacional de Educação.

O Conselho Nacional de Educação, Senador Suly, tomou algumas medidas importantes para a educação no Brasil. Há muito tempo as universidades eram criadas sem quaisquer condições. Qualquer instituição de ensino superior era transformada em universidade sem qualquer condição de ser universidade e, muitas vezes, um professor com apenas a titulação de graduado numa determinada área estava lecionando para os seus iguais. Na verdade, a pessoa saía do curso superior e, em seguida, já começava a lecionar para os seus, da mesma forma. E isso era muito difícil.

O que acabou acontecendo é que, hoje, o Ministro da Educação está assinando uma nova regra para as universidades. As universidades têm até 2016 para se adequarem. Elas precisarão ter dois cursos de doutorado e quatro cursos de mestrado se quiserem continuar na condição de universidade. Se elas não tiverem dois cursos de doutorado e quatro de mestrado, elas perderão essa classificação de universidade; poderão ser rebaixadas à condição de faculdade ou de centro universitário.

A grande importância disso é que, nos governos anteriores, houve um desleixo, para dizer pouco, com o sistema universitário, Senador Cavalcanti. Era possível criar uma universidade sem condições de ser. Por isso, pelo Brasil inteiro, começaram a criar

universidades sem quaisquer condições. Isso é ruim, porque tenho para mim que a universidade é o centro de excelência de uma sociedade. Se nós não tivermos universidades com condições, qualidade, universidades que tenham como ponto principal a pesquisa e a extensão para se aliar ao ensino, não teremos uma educação de qualidade.

Aliás, precisamos começar, Senadora Níura, a investir nas universidades se quisermos ter uma universidade, se quisermos ter uma sociedade melhor para daqui a alguns anos. O melhor médico é aquele que passou por uma boa universidade, o melhor advogado é aquele que passou por uma boa universidade, o melhor engenheiro, o melhor professor e o melhor político passaram por boas universidades.

Então, se queremos ter condições, qualidade para o nosso povo, precisamos prezar pela educação universitária. Isso é de extrema importância. Claro, eu acredito que é preciso também que se dê condições a esses professores. Não adianta agora o Ministério da Educação fazer essas exigências em todas as universidades se os professores dessas universidades todas também não tiverem condições de fazer pesquisa, de fazer extensão para poder dar qualidade ao seu ensino. É preciso que haja bons salários; é preciso que os professores tenham condições efetivas de trabalho.

Eu acredito que, se nós pensarmos dessa forma, nós teremos uma educação de mais qualidade e, tendo uma educação de mais qualidade, estaremos investindo na sociedade como um todo.

Então, eu quero parabenizar o Ministério da Educação por essa atitude. É claro que já se levantam vozes contrárias. Eu tenho medo do *lobby* das universidades privadas, que vão trabalhar contra essas medidas. Mas acredito que é importante, que é necessário investir na universidade. Se nós não investirmos na universidade, não dermos condições para que professores tenham pesquisa de qualidade, que tenham extensão de qualidade, se nós não fizermos isso, se a sociedade não investir na sua universidade, não precisamos pensar em mais nada.

Aliás, nos últimos tempos, foi grande o número de universidades criadas. Foi grande! Uma coisa meio solta. Criavam-se e ainda se criam. É preciso que alguém proíba esse crescimento meio solto, perdido, de universidades em todos os pontos.

Espero e torço para que essas medidas deem certo. Espero que elas contribuam para que nós tenhamos universidades de mais qualidade daqui para frente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Parabenizo V. Ex^a, inclusive pelo pragma-

tismo. Alguns Senadores se estendem, mas V. Ex^a teve a competência de, em menos de dez minutos, transmitir sua mensagem. Os Senadores inscritos agradecem.

Para uma comunicação inadiável, convido a Senadora Níura Demarchi.

Encerradas as comunicações inadiáveis, volta-se à lista de oradores inscritos e à dos inscritos pelas lideranças.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, é com grande alegria e com muita honra que represento o Estado de Santa Catarina num momento tão importante, em que o projeto catarinense foi vitorioso, numa aliança iniciada em 2002 no Estado, capitaneada na plenitude do direito constitucional, do direito de votar de todo o povo catarinense, de todo o povo que vota como dever de cidadão e que amplia seu exercício cívico individual em favor de toda a coletividade. Estamos falando do voto obrigatório, que poderia ser facultativo em determinado momento, quando o crescimento da representação, o crescimento da plenitude da democracia assim o exigisse. Mas, hoje, com o voto obrigatório, Santa Catarina demonstrou nas eleições, nas urnas do Estado, que caminha num processo evolutivo desde as eleições para o Governo do Estado de 2002. Houve o comando de Luiz Henrique da Silveira, do PMDB, com Leonel Pavan, do meu Partido, o PSDB, seguido do PPS, naquela ocasião, capitaneado pelo então Deputado Federal Fernando Coruja, e dos demais partidos que se aliaram naquele projeto, um projeto inovador de descentralização administrativa e política do Estado.

A partir de 2006, novamente, congratula-se todo o povo catarinense com esse modelo, realmente quebrando todos os paradigmas administrativos do Estado de Santa Catarina, que foi avaliado positivamente não só por todo o povo catarinense, mas também pelo Democratas, Partido que passou a integrar, a partir de 2006, esse grande projeto político para Santa Catarina.

Mais uma vez, renovou-se, naquela eleição, com o voto participativo de toda a população catarinense, um mandato reelegendo Luiz Henrique da Silveira, Leonel Pavan e Colombo, o grande Senador catarinense que, neste momento, congratula-se com todo o povo brasileiro, com todo o povo daquele Estado, por ter sido eleito Governador de Santa Catarina.

Nosso Estado, que se compõe de várias etnias, da brava gente brasileira e de várias nações, é um Estado de legalidade, Sr. Presidente, que tem um amor muito grande pelo seu trabalho, pela preservação da ética e pela educação e um amor descomunal pela cultura. Santa Catarina é amante da cultura, é amante

extremada da natureza. Tem amor ao esporte, porque lá se revelaram grandes esportistas deste País. É um Estado que preza as instituições democráticas e que tem como sagrada a licitude dos atos da administração pública. É um povo que não se coaduna com subterfúgios nem com atos espúrios.

O povo, neste último dia 3 de outubro, deu a vitória a três grandes filhos catarinenses. Para a majoritária, foi eleito Raimundo Colombo, da nossa querida região serrana, do Município de Lages. Foi, por três vezes, Prefeito de Lages, Deputado Estadual e Senador da República e, hoje, é eleito representante daquele Estado, com muito orgulho, para exercer o seu mandato a partir do ano que vem. De todo modo também, o ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, do PMDB, teve sua cadeira garantida fortemente no Senado Federal, por todo o povo catarinense. Esse homem fez sua trajetória política em Joinville, a maior cidade catarinense, de que muitas vezes foi Prefeito. Esse homem honra o Estado e o País pela representação de estadista que tem. Nosso amigo e querido Deputado Federal Paulo Bauer, essa figura política, jovem ainda, está dentro do meu Partido há pelo menos cinco anos. Esse Partido reservou-lhe o direito de ser Senador da República, e ele ocupará, honrosamente, a cadeira deixada pelo hoje Governador Leonel Pavan. Ele se juntará aqui com o Senador Luiz Henrique da Silveira. Paulo Bauer, com todo o seu entusiasmo, foi grande Deputado Federal e grande Secretário da Educação do nosso Estado. Ele está trazendo às cadeiras do Senado todo o seu dinamismo, toda a sua postura e ética e toda uma trajetória de ficha limpa no meio da política catarinense e também do Brasil.

Quero cumprimentar os quarenta Deputados Estaduais eleitos e os nossos dezesseis Deputados Federais, que, certamente, farão sua representação à altura de todo o povo brasileiro no Congresso Nacional e também na Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Ressalto, Sr. Presidente, a importância desse voto e o povo, que exerceu, de fato, seu poder e que elegeu pela maioria. Do mesmo modo, saúdo o povo catarinense e os seus 4.538.981 eleitores, que foram às urnas catarinenses, e 52,72% escolheram Raimundo Colombo. Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que essa vantagem, esse apoio maciço recebido nas urnas não se deu em detrimento, mas a favor do povo catarinense. Havia duas concorrentes também à altura do povo catarinense. Foram duas concorrentes honrosas a Deputada Federal Angela Amin e a Senadora catarinense Ideli Salvatti. Lá houve realmente um processo democrático, uma eleição limpa, fortemente imbuída dos debates e dos projetos para o povo catarinense.

Tenho a certeza de que essa aliança, de que esses 52,72% dos votos válidos do meu Estado estarão com José Serra, assim como 45,78% dos votos no Estado foram para José Serra, o que lhe deu a grande possibilidade, junto com Marina Silva, de ir ao segundo turno.

Certamente, vitoriosos estarão no segundo turno, porque perceptível, Sr. Presidente, foi a resposta das urnas: mais de 52% dos 130 milhões de brasileiros também querem um novo Governo. Ainda que a eleição tenha ido para o segundo turno, sabemos que 52% nessa grande maciça votação queriam uma nova proposta de Governo.

Refiro-me ao exemplo de Santa Catarina, e não me posso furtar aqui de considerá-lo. A maioria trabalhadora deste País com carteira assinada, Senadora Marisa Serrano, encontra-se em Santa Catarina. A maioria tem sua carteira assinada, ou seja, a dignidade social, da qual o povo precisa. Em Santa Catarina, encontra-se, Sr. Presidente, uma organização social e política que se eleva pela postura de seus representantes, de seus empreendedores, tanto em pequenas empresas e em cooperativas rurais, como em gigantes exportadoras. E meu Município, Jaraguá do Sul, é um desses, e o nome de uma dessas empresas é Weg.

Os avanços alcançados se devem ao poder de seu povo, às suas mentes evoluídas e ao contexto histórico de superação. Isso é o que se deseja a toda a Nação. Assim como Santa Catarina deve respeitar o legado de desenvolvimento econômico deixado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso a todo o nosso País, da mesma forma, deve respeitar o legado do Presidente Lula por todo o seu trabalho no desenvolvimento social.

Deverá haver, nesse segundo turno, sem sombra de dúvidas, a inflexão, palavra trazida pelo Senador eleito do Distrito Federal Cristovam Buarque. Deve haver a inflexão do equilíbrio econômico e social e da sustentabilidade, que terá a marca nacional de José Serra e da gigante Senadora Marina Silva, essa grande mulher brasileira. O mesmo desejo terá o Brasil, o mesmo desejo que se ouve em Santa Catarina. Com certeza, essa votação se repetirá, Senador Neuto De Conto, nosso Senador catarinense que retorna a esta Casa, com quem terei a alegria de dividir ainda os próximos dias que me restam aqui, já que depois o Senador Casildo Maldaner ocupará esta tribuna, neste Congresso Nacional.

Quero aqui, Sr. Presidente, deixar este registro do voto catarinense, da força do povo catarinense e do reconhecimento e do acolhimento das coisas boas que existiram de ambos os lados deste País, nessa trajetória dos últimos dezesseis anos da República.

Tenho a certeza de que, no próximo momento que virá, essa inflexão será realizada e que dois nomes estarão certamente juntos nessa eleição que abrimos: queremos, de todo o coração, que sejam vencedores o nosso então candidato a Presidente, José Serra, e também a candidata Marina Silva.

Senador Neuto De Conto, ouço V. Ex^a.

O Sr. Neuto De Conto (PMDB – SC) – Eminente Senadora Níura, cumprimento V. Ex^a por esse relato extraordinário que faz de Santa Catarina, das pessoas que dirigem aquele Estado e principalmente daqueles que lograram êxito conosco nas eleições majoritárias e proporcionais, dando maioria para o Governo de Santa Catarina na Assembleia, na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Com a eleição do nosso companheiro Senador Raimundo Colombo, estamos elegendo Casildo Maldaner, que é seu primeiro suplente, para os próximos quatro anos. Esse Estado tem somente 1% do território nacional, mas é o quinto maior produtor de alimentos e o sétimo maior contribuinte do País. Esse Estado inspira poesia e tem alicerçadas no trabalho a força de sua gente e as grandes conquistas. Mas eleições não se ganham somente porque a sociedade quer. Eleições se ganham com trabalho. E o trabalho por meio da descentralização do Governo Luiz Henrique é que fez com que todas as cidades, todos os Municípios de Santa Catarina tivessem acesso asfáltico e com que todas as residências em Santa Catarina tivessem energia elétrica. Santa Catarina foi colocada à vista do mundo por suas potencialidades econômicas, sociais, políticas, culturais. Por isso, tenho a alegria de apartear-la, nesse belo discurso que transmite a dimensão da qualidade da eminente Senadora que aqui representa os catarinenses. Mas eu queria tomar mais um minutinho do seu discurso.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Pois não, Senador.

O Sr. Neuto De Conto (PMDB – SC) – Quero fazer uma homenagem muito forte à mulher catarinense, por intermédio de V. Ex^a e também por intermédio da nossa querida Senadora Selma Elias, que me substituiu nesta Casa com bravura. Essa mulher de garra, essa mulher de guerra, essa mulher professora, na militância político-partidária no MDB e no PMDB, chegou a ser a Presidente do PMDB Mulher e chegou a liderar vários processos. Por todas as suas conquistas, ela fez parte da nossa chapa, para sermos vitoriosos juntamente com o Governador Leonel Pavan. Por isso, pela sua história de vida, pelo seu passado de lutas, pelas suas conquistas, realizadas principalmente na ideologia e na sua formação forte, é que quero aqui cumprimentá-la, saudá-la e dizer da alegria que tenho por esse período curto em que ela aqui esteve, mas no

qual demonstrou à sua Imbituba, à nossa Santa Catarina e ao Brasil a força da mulher daquela terra. Por isso, quero aqui parabenizá-la, aplaudi-la e homenageá-la por tudo que fez de bom nesta Casa. E, igualmente, eu o faço em relação a V. Ex^a.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Obrigada, Senador.

Quero fazer aparte, então, no seu aparte, agradecendo-lhe e também deixando aqui meu registro da participação da Senadora Selma Elias. Essa Senadora engrandeceu, sem sombra de dúvida, o Senado Federal. Essa mulher é tão aguerrida quanto a nossa querida Anita Garibaldi, das proximidades da sua terra, da sua Imbituba. Essa mulher sempre levantou a bandeira, Senador Cristovam Buarque, da educação, assim como faz o senhor diante de todo o nosso País. A essa Senadora temos de agradecer por ter feito uma grande história dentro do PMDB catarinense, por ter agregado toda a personalidade feminina, esse gênero tão importante para a política. Dentro dela, há uma grande luz, uma luz de trabalho. A Senadora Selma Elias passou por aqui por um período de sessenta dias, mas, certamente, foi tão aguerrida quanto um Senador que permanece aqui durante oito anos. As marcas das pessoas realmente ficam. As pessoas deixam suas digitais, independentemente do breve momento ou do grande momento por que passam em suas vidas públicas. Selma Elias tem uma história de vida pública extraordinária. Aqui, ela conseguiu trazer a digital da sua personalidade, da sua ética, da sua formação e da sua defesa em prol de todo povo catarinense e em prol de todo o princípio da educação e da formação que ela sempre teve.

Quero da mesma forma, Senador Neuto De Conto, agradecer-lhe. Somos segundas suplentes. Selma Elias é segunda suplente. A partir do ano que vem, passo a ser primeira suplente, porque Casildo Maldaner, grande Senador Catarinense, será o titular. Muitas vezes, não há abertura e apoio no sentido de se abrirem as portas para essas pessoas que fazem parte de uma grande aliança como suplentes de Senadores ou de Deputados ou até como vices que, muitas vezes, compõem uma grande estrutura partidária, que trazem a vitória junto a um componente político, que trazem o seu processo político e também as questões programáticas dos seus partidos, mas dar-lhes a vez e a voz é extremamente importante.

Então, quero agradecer-lhe por ter deixado também a Selma Elias fazer parte desse processo no Senado Federal. Da mesma forma, sempre agradecerei tanto ao Senador Raimundo Colombo quanto ao Senador Casildo Maldaner pela oportunidade que ainda estão me dando até o próximo dia 10 de novembro.

Então, agradeço a V. Exª pela sua participação. E, aqui, comigo, nos próximos dias, obteremos grandes feitos em nome do nosso Estado.

Senador Cristovam Buarque, com muita alegria, recebo seu aparte. Lembro-me de que, há algum tempo, o senhor estava preocupado com sua eleição, e tínhamos a certeza de que o senhor chegaria à vitória, porque o Brasil precisa do senhor.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito obrigado, Senadora. Quero agradecer-lhe uma referência que a senhora fez ao meu nome durante seu discurso, mas quero agarrar a parte do discurso em que a senhora faz referência à eleição de domingo. Sinto que estamos bem sintonizados numa análise. Creio que, no domingo, uma imensa quantidade do eleitorado mostrou que quer a continuidade do que está aí, nesses últimos anos, com o Presidente Lula, pois 46% ou 48% dos votos – não me lembro bem – foram para a ex-Ministra Dilma.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Foram 46% dos votos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Foram 46% dos votos. Mas uma parte considerável que votou na também ex-Ministra Marina quer mudança. Estamos entre alguns que votam pela continuidade e alguns que votam pela mudança. Somando, esses dois lados dão 70%. E essa mudança, para mim, é um recado muito importante que o povo deu, porque, há uma semana ou duas semanas, dava a impressão de que não haveria dois turnos, e o povo deu um recado. Essa mudança, a meu ver, tem dois componentes. De um lado, está o componente jovem que quer mudanças no sentido do avanço em direção a um desenvolvimento que respeite o meio ambiente, que a Marina Silva tem simbolizado; à universalização dos serviços sociais com qualidade, especialmente a educação e a saúde – ela se referiu a isso bastante; e a uma reforma política que traga uma maneira nova de fazer política. Não dá para continuar com eleições da maneira como fazemos, do ponto de vista partidário, do ponto de vista do financiamento, do ponto de vista do corporativismo dominando o processo eleitoral. São três reformas, portanto: uma é a reforma do modelo produtivo, para incorporar o meio ambiente; a outra reforma está no social, para fazer a universalização da educação e da saúde, pelo menos; e, em terceiro lugar, a reforma política. Esse é um grupo. Outro grupo é o daqueles que estão assustados com o risco de que os costumes avancem mais depressa do que a população pensa e deseja – eu diria de um caso específico, o aborto. Esse foi o recado dado, e imagino que os dois candidatos, na reta final, vão ter de levar em conta esse recado que a população deu por meio da Marina Silva. Lembro, um mês atrás, quando ela

estava pensando em ser candidata – conversei com ela –, que ela disse que sentia um chamamento do País. Achei bonita a expressão: “Sinto um chamamento do País, para que eu faça um discurso no Brasil inteiro”. O chamamento surtiu um grande efeito, porque ela trouxe uma mensagem, ela seduziu uma parte considerável da população com sua mensagem. Espero que essa mensagem seja entendida, para que possamos, no final do mês, no dia 31 de outubro, votar, atendendo de fato à maioria da população brasileira, que deseja, por um lado, uma continuidade, mas, por outro lado, mudanças na estrutura, no modelo, no funcionamento da sociedade. Aproveito o discurso de V. Exª para fazer essa pequena divagação, essa digressão sobre o resultado eleitoral e sobre o papel importante que teve Marina Silva ao longo de todo esse tempo, para nos despertar, para nos alertar de que é preciso haver mudanças.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Honra-me o aparte de V. Exª, Senador. E parablenzo-o mais uma vez. Estamos realmente conectados nesse mesmo ideal. Tenho a impressão de que esse chamamento de que disse Marina Silva foi o mesmo chamamento que o povo brasileiro transcendeu no momento de votar. O segundo turno foi realmente a resposta do povo brasileiro por outra dimensão. Tenho a certeza de que caminharemos e de que, juntos, todos nós vamos construir, acredito, esse novo momento político que o Brasil vai viver.

Talvez, não seja o modelo reformista, Senador – muitas vezes, fala-se na questão reformista –, mas, sim, o aprofundamento da nossa democracia, o aprofundamento das relações da administração pública, da preservação das instituições democráticas, do desapeparelhamento do Estado, que é fundamental, para que nossa instituição pública seja cada vez mais coerente em todas as suas esferas, em toda a sua prestação de serviços a favor, realmente, do povo brasileiro. Essa resposta da urna foi, de fato, um chamamento, como disse a Senadora Marina Silva, e tenho a certeza de que, dentro dessa concepção do projeto político também de José Serra, apresenta-se essa postura política da inovação. Agradeço-lhe seu aparte, Senador.

Gostaria, Sr. Presidente, se o senhor me permitir, de fazer um posicionamento acerca de um projeto de lei complementar que estou apresentando no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Srª Senadora, acredito que a Senadora Marisa Serrano está desejando aparteá-la.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Senadora, concedo-lhe o aparte com muita honra.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Níura. Vamos falar, daqui a pouco, sobre a questão das eleições, como todos hoje estão se posicionando nesta Casa, mas, agora, eu queria falar de uma coisa diferente: eu queria dizer da alegria de tê-la aqui como Senadora, bem como a Senadora Selma, querida companheira de trabalho. Também quero dizer que, nessa eleição, não diminuí o número de mulheres, de representantes femininas no Senado. Mais uma Senadora foi eleita. Agora, somos onze Senadoras e podemos chegar a doze, o que equivale dizer que, aos pouquinhos, estamos enfrentando mais a questão política no País, ficando com menos medo de chegar ao poder, de enfrentar situações, de enfrentar a política. Estou feliz também porque tenho a certeza de que V. Ex^a e a Senadora Selma vão estar sempre aqui a postos, acompanhando a gente, participando dos processos junto conosco. Não se esqueçam de vir participar aqui conosco, porque esta é a Casa que aprendeu a respeitar V. Ex^a e a Senadora Selma também. Quero aqui fazer um cumprimento às duas Senadoras, principalmente a V. Ex^a, que é do meu Partido.

Fiquei muito feliz em tê-la aqui conosco, em conhecê-la, saber do seu potencial e saber que a senhora vem lá de Jaraguá do Sul... Não é isso?

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Isso.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – ...a sua cidade, de que tem falado tanto aqui. Aprendi a conhecer Jaraguá do Sul através de V. Ex^a. Portanto, seja sempre bem-vinda, parabéns pelo desempenho e por ter elevado tanto o nome do seu Estado e do seu Município aqui, nesta Casa, e no País! Muito obrigada.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Obrigada, Senadora. Fico muito feliz com o seu aparte e sei que V. Ex^a é um exemplo para o Brasil, um exemplo de mulher, uma grande legisladora. Mato Grosso do Sul, com certeza, e todo o seu povo ficam honrados com a sua presença aqui. Tenha certeza de que, até o próximo dia 10 de novembro, ainda estaremos juntas e participaremos de alguns debates aqui.

Quero dizer que, realmente, quando falo de Jaraguá do Sul, eu falo com muito amor no coração – é minha terra – e dizer que, dentro do IDH, do Índice de Desenvolvimento Humano, que se apresentou hoje em todo o Brasil, de todas as cidades brasileiras, Jaraguá do Sul está em primeiro lugar no Estado de Santa Catarina, pela elevação que deu a toda a condição de evolução humana, digamos assim. Acho que não é Índice de Desenvolvimento Humano, acho que já é uma evolução humana, que nós devemos dar ao povo brasileiro. Eu gostaria de ver muitas cidades deste País como é Jaguará do Sul, onde o povo é extre-

mamente organizado, a sociedade civil é organizada e realmente trata as questões públicas também com muita seriedade.

Obrigada pelo aparte.

Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer um breve relato de um projeto de lei do Senado, que eu estou apresentando, sobre orçamento impositivo. Gostaria também de deixar, nesses meus breves momentos, um posicionamento marcado no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a terá o tempo que se fizer necessário.

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Obrigada, Presidente.

Trago ao conhecimento de V. Ex^{as} a apresentação do Projeto de Lei Complementar que encaminhei, que altera a Lei Geral de Finanças hoje em vigor, a Lei nº 4.320, de 1964.

Sabemos do laborioso trabalho desenvolvido pelos nobres Senadores Tasso Jereissati, Renato Casagrande e Raimundo Colombo, no sentido de apresentar projetos de uma nova Lei Geral de Finanças, também relatados pelo Senador Arthur Virgílio na Comissão de Constituição e Justiça, e, hoje, sob a relatoria do eminente Senador Francisco Dornelles na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas pretendemos não nos furtar à oportunidade de colaborar no debate do progresso das finanças públicas no País, contribuindo com os aspectos que acreditamos mais críticos e relevantes, que podem ser aprovados no contexto de uma reforma na lei atual ou servir de subsídio para os relatores que se debruçam sobre a matéria.

Temos por objetivo atacar dois problemas que atuam como verso e reverso da mesma moeda e que acabam gerando graves problemas na condução das finanças públicas e nas relações entre os Poderes Executivo e Legislativo. Falo da questão do equilíbrio dos orçamentos e da impositividade de sua execução.

Vários projetos têm tramitado nas Casas do Congresso Nacional tendo por objetivo dar impositividade aos orçamentos. Porém, caso não ataquemos os principais problemas que envolvem os desequilíbrios orçamentários, não existe possibilidade de se tornar o orçamento realmente impositivo. Não há como impor a execução de um orçamento desequilibrado.

Nosso projeto ataca, inicialmente, a principal fonte do desequilíbrio orçamentário da União, o crescente orçamento de restos a pagar.

Nesse sentido, propusemos que os valores inscritos em restos a pagar que não sejam cobertos por disponibilidades financeiras efetivas devam concorrer com os créditos aprovados no ano seguinte. Isso tira

o incentivo de uma rolagem quase indefinida dessas inscrições, que hoje superam as impressionantes cifras de R\$82 bilhões e superam o orçamento de investimentos da Administração Direta e da Seguridade Social de um ano.

Tratamos, também, de tornar as despesas aprovadas de caráter impositivo, respeitando a arrecadação prevista e a viabilidade técnica e ambiental dos projetos incluídos no orçamento, sendo o Poder Executivo obrigado a informar quando verificada a inviabilidade técnica ou ambiental ao Poder Legislativo e ao respectivo Tribunal de Contas, que julgarão e emitirão os pareceres, respectivamente, sobre as contas do Poder Executivo.

É importante destacar que essa medida traz um novo patamar de relacionamento entre os dois Poderes e traz a responsabilidade do Poder Executivo pela efetivação do planejamento construído junto com o Poder Legislativo, acabando com a possibilidade de uso político da peça orçamentária para barganhas entre os Poderes.

Instituímos, também, um banco de projetos que atrele o planejamento de longo prazo com a realidade do orçamento anual e que contenha projetos em que já tenham sido analisadas as questões técnicas e ambientais, o que facilita e racionaliza a possibilidade de emendamento da peça orçamentária anual por parte do Poder Legislativo.

Por fim, por reconhecermos a necessidade de adaptação e mudança de cultura, estabelecemos um prazo de aplicação dos novos dispositivos de dois anos para a União, quatro anos para Estados e seis anos para os Municípios.

Isso posto, Sr. Presidente, agradeço a atenção e peço o apoio de meus pares para a aprovação dessa importante legislação que oxalá terá o condão de modificar as relações financeiras e políticas na condução do Estado no Brasil.

Sr. Presidente, gostaria de contar, inclusive, com a assinatura de V. Ex^a neste projeto de lei que encaminharei à Mesa e à Comissão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Será uma honra assinar, junto com V. Ex^a, esse requerimento, esse projeto.

Aproveito para dizer que tenho um profundo apreço por Santa Catarina, Estado encantador por diversos aspectos: pela competência do seu povo, pela beleza. Pratico vela de oceano, e o circuito de vela oceânica de Santa Catarina, Florianópolis, é um dos mais perfeitos e mais agradáveis que existem no mundo.

Santa Catarina dá uma demonstração de seu talento, inclusive aqui, no Senado Federal. Estava

observando que as coisas não acontecem por acaso. Deus ajuda na condição geográfica de Santa Catarina, mas também ajuda a quem trabalha. E a bancada de Santa Catarina trabalha. Hoje, seus três Senadores estavam aqui presentes: Belini Meurer, Neuto De Conto, que ainda está presente, e V. Ex^a, Senadora Níura Demarchi. Poderia ter uma quarta Senadora, que deve estar nos assistindo em outro lugar, a Senadora Selma Elias, que também deu um *show* com sua competência, sua simplicidade, seu jeito de ser. Em tão pouco tempo, ela encantou a todos.

Tenho certeza de que isso faz parte desse talento que V. Ex^a nos traz com essa lucidez, com esse equilíbrio. V. Ex^a faz parte de uma base política da qual sou oposição; porém, tenho de ter profundo respeito pela elegância e postura que demonstra aqui, nos brindando com esse trabalho, essa assiduidade e essa forma de ser, de encanto pessoal.

Parabéns ao Estado de Santa Catarina por nos brindar com três grandes representantes no Senado Federal!

A SRA. NÍURA DEMARCHI (PSDB – SC) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Como Senadora inscrita, Senadora Marisa Serrano.

Senadora, enquanto V. Ex^a se encaminha à tribuna, quero dizer, minha grande amiga e vizinha, que lamento que o ex-Governador José Serra não tenha colocado V. Ex^a como Vice-Presidente da República. Eu trocava V. Ex^a por aquele Índio, indo e voltando. É uma pena que V. Ex^a não tenha sido a indicada! Tenho certeza de que encantaria o País da forma como encanta a todos nós aqui, no Senado Federal.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Suas palavras são sempre muito gentis. Embora eu conheça o Deputado Índio e saiba de sua competência, é sempre bom saber que temos companheiros, como V. Ex^a, que acreditam na nossa força e na qualidade do nosso trabalho. Muito obrigada.

Mas, Sr. Presidente, nós ouvimos muitos aqui falarem – é natural que assim façamos – sobre as eleições. Muitos aqui fizeram um balanço sobre as eleições em seus Estados, sobre a eleição no País, e eu não quero deixar de falar sobre esse tema também. De fato, é um tema muito importante para nós, porque esta é uma Casa política, é uma casa feita por políticos e de políticos e, portanto, é natural que acompanhemos *pari passu* o que acontece numa eleição cujo primeiro turno acabamos de vivenciar no Brasil e cujo segundo turno, que se avizinha, ainda vivenciaremos.

A democracia brasileira, com todos os seus problemas, está avançando, e isso, para nós, é muito importante. O resultado das urnas no último domingo mostrou que a sociedade brasileira tem o domínio de seu destino.

Tenho falado muito, falei muito nesses meses de campanha em meu Estado que, graças a Deus, a sociedade brasileira está numa democracia e tem direito a votar, vota e discute as suas questões. Se nós não tivéssemos condições de ir às urnas, se a sociedade brasileira, a população brasileira não pudesse escolher seus representantes, nós estaríamos numa ditadura, ela não teria essa liberdade de poder escolher quem ela quisesse.

Então, a primeira coisa que nós temos de fazer aqui é um voto de louvor à democracia que nós temos e à participação maciça da sociedade brasileira num evento como este. É hora de ela dizer: eu quero este, não quero este, eu penso assim, eu penso de outro forma.

É claro e evidente que nós vivemos com contradições, nem sempre as campanhas políticas têm a lisura que nós gostaríamos que tivessem, nem sempre elas realmente espelham aquilo que a sociedade almeja, e nem sempre a sociedade vota de acordo com aquilo que ela gostaria que o coletivo tivesse – às vezes, vota em função de interesses pessoais imediatos, nem sempre ela pensa no coletivo na hora de votar. Mas, mesmo assim, com todas essas formas de insegurança que às vezes a democracia nos traz, ela é muito melhor, é o regime que realmente interessa a todos os países, e assim é por causa da liberdade que dá às pessoas de poder fazer as suas próprias escolhas.

Estas eleições, que vamos continuar vivenciando por mais trinta dias, tiveram inúmeras contradições. Eu ouvi comentários de várias pessoas sobre a questão da insegurança jurídica. Tratava-se, primeiro, de saber se os fichas sujas seriam eleitos ou não seriam eleitos; depois, se nós poderíamos levar um documento, se o título de eleitor valeria. Eu nunca vi um país ter título de eleitor que não valesse; pela primeira vez numa eleição, o título de eleitor não valeu, porque tinha que ter foto e o título de eleitor não tem foto. Então, não valeu o título de eleitor. A insegurança jurídica que cercou esse finalzinho de eleição não é boa para ninguém. De qualquer forma, a sociedade emitiu sinais claros de que quer uma sociedade melhor e um futuro melhor para todos.

O voto seguiu na direção de manter equilíbrios importantes na repartição da representação dos poderes no Congresso Nacional e nos Estados da Federação.

Analisando os mapas eleitorais – tenho certeza de que todos o fizeram –, podemos afirmar que não há vencedores nem perdedores. A decisão dos eleitores soube garantir espaço de ação para todos na justa medida de suas inserções e influências na sociedade.

Pensou-se que era possível acabar com a oposição – o Presidente Lula disse, inclusive, lá em Santa Catarina, que iria extirpar os democratas da vida política brasileira –, mas a oposição conseguiu nesta eleição, apesar do rolo compressor que nós vimos passar, manter o seu espectro tanto na Câmara como no Senado e garantir governos importantíssimos na Nação. Além disso, no segundo turno, em seis Estados, a oposição ainda está brigando para garantir o seu espaço.

A oposição está viva e vai continuar brigando, mesmo que tenha visto pela primeira vez, como eu disse há pouquinho, num aparte que fiz, um Presidente da República deixar de ser Presidente às seis horas da tarde para passar a ser militante. Isso eu nunca tinha visto em meus longos anos de carreira política no País; nunca tinha visto um Presidente assumir a função de propagador, de militante em todos os momentos, assumindo o lugar de sua candidata, assumindo um papel de tanta relevância, agindo como um candidato na sombra, que coloca suas ideias, luta por sua candidata, mas não o faz como fazem outros presidentes em outros países democráticos, dentro das regras do jogo. O Presidente da República ria das regras do jogo, fazia chacota da parte jurídica da nossa eleição, e isso tudo foi o lado ruim dessa eleição que acabamos de enfrentar.

Mas o voto deixou claro também quais são as demandas da sociedade para as próximas décadas. O voto mostrou o que devemos fazer para reduzir as desigualdades sociais e regionais, que são grandes ainda em todo o País. O Norte e o Nordeste ainda precisam de mais apoio, Sr. Presidente, e V. Ex^a, que é do Nordeste, sabe da importância de uma ação afirmativa para o Norte e para o Nordeste brasileiro que leve em conta suas diferenças em relação ao resto do País.

Diante das tantas desigualdades gritantes, como as que temos no Nordeste e no Norte, é hora de o governo ter um olhar diferenciado para essas regiões. Não é só dar Bolsa Família: é preciso garantir emprego, garantir renda, dar oportunidades às pessoas, fazer com que cresçam, tenham oportunidade de melhorar de vida, de ter perspectivas, de ter esperança. Isso falta a este País, e falta também nós termos aqui um Presidente da República que olhe diferentemente para uma região que precisa de mais apoio, que precisa de mais incentivo para que sua população ganhe o espaço a que ela tem direito neste País.

O voto também mostrou quais são as prioridades a serem estabelecidas pelos próximos governos e governantes. Felizmente, acredito que estamos conseguindo, embora lentamente, construir um ambiente institucional que prime pela ética e por valores morais que sedimentam a estrutura da família, que, dessa maneira, reivindica mais saúde, mais educação e mais segurança pública. Esses são temas que ficaram dessa campanha.

Não houve um candidato que tenha ido para os palanques e não falasse em saúde, educação e segurança pública. Essas questões são o calcanhar de Aquiles dos nossos governos. É por elas que os governos têm de se pautar, procurando garantir educação de qualidade para as nossas crianças. E quando falo em educação de qualidade, não penso em uma educação qualquer, mas em garantir que as nossas crianças aprendam realmente. Não é só que estejam na escola, mas que aprendam, que tenham competência, fluência naquilo que estão aprendendo para poderem fazer a diferença neste País.

Eu gostaria também de parabenizar a sociedade brasileira por sua sabedoria na hora da decisão. Acabei de dizer que, às vezes, ficamos impactados quando as coisas não acontecem como nós gostaríamos que acontecessem. Por exemplo, a questão da ficha suja foi um caso emblemático. A sociedade esperava que ela bastasse para tirar do governo as pessoas que tivessem pendências jurídicas – isso de qualquer partido, de todos os partidos –, mas prevaleceu a insegurança jurídica, e vimos acabar uma eleição sem que tivéssemos ainda claro o número de candidatos eleitos – se vale ou não a regra da ficha limpa para esta eleição. Essa insegurança ainda fica com todo mundo, mas essas contradições são próprias da democracia.

E nós temos que acreditar na democracia, com todas as suas contradições, com seus sistemas de freios e contrafreios. Nós precisamos lutar por ela, garantir que seja o melhor sistema, pois, com todos os desalentos, ainda é o caminho que nós temos que seguir, para garantir, na nossa sociedade, o espaço da liberdade pelo qual todos nós lutamos tanto.

E estamos agora diante do segundo turno para a escolha do futuro Presidente da República. A sabedoria da sociedade indicou que ninguém receberia um cheque em branco para governar este País. Ninguém é vitorioso de véspera, ninguém é eleito pelas pesquisas.

E esta é uma questão que nós temos que discutir nesta Casa, discutir a forma de ser das pesquisas e a influências que elas têm, às vezes maléficas, e eu gostaria que fossem sempre benéficas, para o eleitorado. Vimos casos no País em que as pesquisas não

erraram feio. Parece até que realmente tinham vontade e desejo de induzir ao erro o nosso eleitor. Essa é uma questão que a gente vai ter que discutir nesta Casa.

Também sabemos que o *marketing* político é um instrumento limitado na conquista dos corações e mentes do eleitor. Nem sempre o *marketing* é tudo. E nós vimos isso também nesta eleição, como vimos nas outras, e hoje foram referendadas. Que a trucagem, a maquiagem, a ausência de transparência e o salto alto não resistem ao crivo do eleitor mais crítico. Aquele eleitor crítico não se deixa enganar. E nós vimos isso nesta eleição também.

Estamos agora diante de duas propostas diferentes para o País. O Brasil quer avançar, o Brasil quer dar passos para a frente, o Brasil quer se desenvolver com menos corrupção, com menos aparelhamento, com menos clientelismo, com menos empreguismo. Essa tem que ser a nossa luta. Isso tem que estar no cerne da fala dos nossos dois candidatos que vão para o segundo turno. Aquele que possa avançar no País, mas no rumo certo. Avançar, como eu disse, com menos empreguismo, com menos aparelhamento, com menos corrupção.

Estamos cheios de corrupção neste País! Nosso futuro Presidente tem que vir às claras e dizer ao nosso povo que não aceita corrupção, que não passa a mão na cabeça dos corruptos, que quer a limpeza deste País e que vai lutar para que o brasileiro ande de cabeça erguida e tenha orgulho de ser brasileiro, e não aperte o coração sempre que se fala em corrupção, pois o Brasil está no meio daqueles países corruptos.

O povo brasileiro tem que aprender desde pequenininho a não aceitar a corrupção em hipótese alguma, a não aceitar a corrupção nas filas, a não aceitar a corrupção no trabalho, a não aceitar a corrupção na escola, a não aceitar a corrupção em nenhum ambiente. Isso faz parte da família, e a família tem que ensinar também os seus filhos a não aceitarem um país de corruptos. Temos que levantar a cabeça e não aceitarmos que isso se torne uma endemia no nosso País. Temos que batalhar, que lutar contra a corrupção em todos os lugares em que ela estiver.

O que o Brasil deseja? Se não deseja nada disso, ele deseja mais empreendedorismo. Nosso Presidente aqui, que é um trabalhador, que luta e que dá empregos no seu Estado, sabe disso. O Brasil precisa de empreendedorismo, de pessoas que tenham criatividade. O Brasil precisa de mais avanço nos setores institucionais, de mais, como disse, saúde e educação. O Brasil quer menos palanquismo e mais realizações.

Estamos cansados de ilusões, queremos realidade e realizações efetivas. O que significa isso? Significa termos menos mortalidade infantil; termos uma edu-

cação melhor no País, o que não temos; termos uma saúde melhor, o que não temos; termos segurança, o que não temos. Se o Brasil não tem isso, precisamos melhorar e muito. É isto que precisamos: realizações. Que o povo brasileiro se sinta mais seguro, que o povo brasileiro tenha o mínimo suficiente para viver com dignidade.

Nesse segundo turno, vamos ter oportunidade de discutir as propostas, e ver as ideias dos candidatos. Eu quero ver, por exemplo, as propostas da candidata Dilma; eu quero ver as suas ideias. Até agora, ela só falou do que o Lula fez, exaltando o Governo do Presidente. Eu quero saber de um eventual governo dela: como ele seria, quais as ideias dela, quais as propostas dela para o País. Eu não quero que ela fique sempre se escorando em outros. O que nós queremos, o que a sociedade brasileira quer – por isso, deu-se o segundo turno –, é conhecer mais as propostas e as ideias dos dois candidatos.

Esperamos também – quero repetir aqui – que o Presidente da República abandone o seu protagonismo até tresloucado e passe a agir como estadista, atuando mais como magistrado do que como militante e chefe, como disse Fernando Henrique, de uma facção política. Acredito que ainda há tempo para o Presidente Lula passar para a história como um homem limpo, repleto de grandeza, deixando o segundo turno para os candidatos, interferindo o menos possível. A população vai votar nos dois candidatos que aí estão. E ela tem que ter o direito de ouvir as propostas dos dois candidatos e não a fala do Presidente que está saindo.

Ele, o Presidente Lula, engrandecerá o pleito e fortalecerá a democracia se conseguir manter o equilíbrio, agindo como manda a prudência e o bom senso. Os discursos do Presidente, no decorrer dessa campanha, desmerecem a sua popularidade. Ele se apequenou diante da democracia ao propor extirpar um partido político, ao sugerir restrição da liberdade de imprensa, ao fazer chacota do Judiciário, ao conclamar os militantes a uma luta radical contra aqueles que ele considera inimigos. Isso é se apequenar dentro da história e da nossa democracia. Eu lamento pelo Presidente e lamento pela sua candidata, que tem ficado na sombra, despersonalizada, acuada, sem permitir que o eleitor saiba quem de fato ela é, o que pensa e o que pretende fazer.

Acredito que esse segundo turno seja fundamental para o futuro do Brasil. Eu quero conclamar todos os brasileiros para que acompanhem as discussões e estudem as propostas de cada candidato e para que decidam com esperança no coração, com fé em Deus e com grandeza de alma, a fim de garantir a transformação deste grande País.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, esperando que, no dia 31 de outubro, quando novamente o brasileiro for às urnas, vote pelas propostas que nós queremos para melhorar este País: vote pela saúde, vote pela educação, vote pela segurança, vote pelo emprego, vote pelas oportunidades, vote pela esperança e pelo futuro. Não vote por questões pequenas, por questões menores. Vote pelo País. Veja o povo brasileiro, veja o sorriso das nossas crianças, veja o ânimo das pessoas e aí vá votar. Vote pelo País, vote pelo Brasil!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um breve aparte?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Desculpe-me, eu não tinha visto que V. Ex^a havia levantado o microfone.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero concordar com um dos aspectos do pronunciamento de V. Ex^a sobre o quão importante será esse segundo turno. Felizmente, nós vivemos numa democracia, onde o processo de eleições em dois turnos permite ao povo brasileiro melhor aferir e comparar as propostas, as atitudes, os valores de ambos os candidatos. Certamente não teremos apenas o horário eleitoral, dez minutos diariamente de cada um, mas em especial os debates, que serão iniciados no domingo próximo, na rede *Bandeirantes*. As demais emissoras também poderão propiciar essa oportunidade. Feliz é o povo brasileiro que está tendo essa oportunidade. Considero que ambos os candidatos têm qualidades formidáveis. Eu tenho muita confiança, avalio – e aí de maneira diferente de V. Ex^a – que o povo brasileiro pôde, ao longo dos últimos três, quatro meses, conhecer melhor aquela pessoa sobre quem o Presidente Lula disse: “Olha, a Ministra Dilma Rousseff foi a pessoa que melhor contribuiu para que eu pudesse realizar um governo com tantas qualidades, no qual foi possível compatibilizar a estabilidade de preços com a melhoria da distribuição de renda e o crescimento da economia, mesmo em meio à crise tão fantástica que aconteceu internacionalmente”. Há um reconhecimento. Dilma Rousseff conseguiu passar de um patamar bastante modesto, no início do ano, para um patamar que se aproximou dos 50%, pelo reconhecimento de suas qualidades. O Presidente Lula, obviamente, entusiasmou-se muito pela sua candidata e é livre para dizer o que acha a respeito dela. Se, em alguns momentos, ele externou a sua preocupação, às vezes até tendo sido um pouco agressivo em relação ao que a imprensa publicou, na verdade, o Presidente Lula nunca criou qualquer dificuldade para a liberdade de imprensa. Mas o importante – e neste ponto quero concluir concordando com V. Ex^a – é esta formidável

oportunidade que a democracia no Brasil propiciará, praticamente em igualdade de condições, ao povo brasileiro: escolher entre Dilma Rousseff, a pessoa que eu recomendo, e José Serra, pessoa pela qual tenho muito respeito também.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Suplicy. V. Ex^a tem outra visão, e é natural que tenha. Esta é a riqueza da democracia: podermos falar das nossas linhas de pensamento e, principalmente, das questões que nós acreditamos, principalmente da forma como nós achamos que deve ser este País. Mas eu acredito muito, Senador Suplicy, que as pessoas, para governarem um País como o nosso, têm de ter experiência de vida, e experiência de vida em comunidade, com a sociedade.

Pode-se falar qualquer coisa do Presidente Lula, menos que ele não tenha tido experiência. Ele foi cinco vezes candidato a Presidente da República. Nas quatro primeiras vezes, ele andou por este País, conhecia a população, conhecia os problemas brasileiros, debateu enormemente, debateu em todas as campanhas, estava presente, acompanhando a vida do cidadão brasileiro. E a mesma coisa em relação a José Serra: estava sempre presente na luta diária, como Governador, como Prefeito, como Ministro, como Senador, como Lula fez a vida toda. Agora o difícil é a gente não conhecer as pessoas em que se vota. Difícil é votar só porque alguém está indicando e mandando: “Esse é o meu candidato”. Isso, sim, eu acho difícil para o povo brasileiro. Essa é a nossa discordância, a discordância a favor de quem tem competência, de quem tem experiência e contra quem não tem.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui a minha fala, esperando que, no dia 31, o brasileiro vá às urnas alegre, feliz, contente e vote pelo Brasil, vote pelo melhor!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a, merecidamente, foi premiada com muito mais tempo do que o Regimento permite, porque, na verdade, os pronunciamentos de V. Ex^a sempre são enriquecedores.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Parabéns!

Convido o Senador Inácio Arruda, como orador inscrito, para ocupar a tribuna.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, em nome do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, primeiramente anunciar que a nossa bancada no Senado da República cresceu 100%, Sr. Presidente.

Esse crescimento é lento e gradual, mas muito consistente. Se nós formos usar a estatística, é evidente que V. Ex^a vai considerar: “Puxa vida, mas cresceu 100%?”. É isso mesmo. Nós elegemos a Senadora Vanessa Grazziotin em um dos Estados mais importantes da Federação. Trata-se de uma mulher destacada na política do seu Estado e do Brasil. Vanessa Grazziotin foi Vereadora em Manaus, elegeu-se, em 1994, Deputada Federal – assumiu em 1995 –, e teve de três a quatro mandatos de Deputada Federal, eleita legitimamente pelo seu Estado, e agora se elege Senadora da República.

Para nós tem grande significado. A força política do nosso partido vai-se avantajando, vai começando a aparecer, e isso é parte da consolidação do processo democrático no Brasil. Quanto mais democracia, melhor para a gente expor as nossas ideias, explicar ao povo quais são as nossas propostas, qual é o programa do nosso partido, por que nós defendemos com tanta força a necessidade do desenvolvimento, do crescimento econômico, da inclusão de milhões de brasileiros que têm ficado, durante largo período, à margem da produção das riquezas no nosso País. E, para consolidar essas posições que defendemos, é evidente que precisamos ter representação nessas esferas do poder político, especialmente no Congresso Nacional, que é uma Casa política proeminente.

Nós elegemos a Senadora Vanessa; elegemos 15 Deputados Federais, aumentando a representação do Partido Comunista na Câmara dos Deputados; aumentamos a nossa representação nas assembleias legislativas do Brasil, elegendo 19 Deputados Estaduais; tivemos uma participação ativa nas eleições majoritárias.

Em São Paulo, lançamos a candidatura de Netinho de Paula, que foi quase trucidado midiaticamente, não pelos defeitos, mas pelas qualidades especialmente. Prevaleceu, sobretudo, o preconceito em relação a Netinho de Paula, que já é hoje um parlamentar destacado no Município de São Paulo. Netinho é Vereador da cidade de São Paulo e sofreu vários ataques, principalmente pela trajetória como músico da Música Popular Brasileira.

Eu me lembro de Chiquinha Gonzaga, uma mulher no final do século XIX, início do século XX: como foi discriminada por tocar chorinho! Primeiro, por ser música, por ser compositora; depois, por ser uma mulher que tocava a música brasileira, a música do nosso povo.

Alguns se referiam, no plano nacional, alguns figurões do *high society* brasileiro: “Como é que é? Vão eleger esse pagodeiro paulista para cá?”. Quer dizer, é o ato da discriminação acovardada. Na verdade, eles não

gostam da Música Popular Brasileira, eles não gostam do sentimento de povo. Esse cheiro de povo incomoda muita gente que tem poder, que detém meios, principalmente os que detêm os veículos de comunicação com mais inserção no meio do povo brasileiro. Não só em São Paulo, mas com repercussão nacional, porque São Paulo repercute no Brasil inteiro, meu caro Presidente Roberto Cavalcanti. Além disso, diziam: “Além do mais, é negro, pagodeiro e comunista!”. Esse é o preconceito exposto pela elite paulista em relação a Netinho de Paula. Mas ele saiu-se, posso dizer... E quero aqui dar-lhe os parabéns pela atuação. Ele não caiu nas provocações insistentes e permanentes de gente paga para fazê-las. Teve uma atuação destacada, honesta, honrada. Não fez campanha para terceiros candidatos ao Senado, mas para sua dupla: era ele e Marta do início ao fim. Não tergiversou, não fez aliança com adversários, não fez aliança com inimigo político eminente, fez uma campanha limpa, bonita.

Por isso, Netinho de Paula, você está de parabéns! Nós sentimos orgulho de sua presença no nosso partido e desejamos muito êxito à sua atuação na Câmara Municipal de São Paulo, à sua destacada atuação na Câmara Municipal de São Paulo.

Tivemos, Sr. Presidente, outra candidatura especialíssima para nós: Edvaldo Magalhães, no Estado do Acre, que não conseguiu êxito na eleição. Mas quero destacar que Edvaldo Magalhães é uma liderança política no Estado do Acre, uma liderança com grande capacidade. Dirigiu a Assembleia Legislativa durante um longo período, um poder muito importante em todos os Estados, sendo respeitado, reconhecido.

Fez uma campanha também unida a Jorge Viana, que era o candidato da nossa chapa. Ajudou a eleger Jorge Viana. Em uma eleição muito disputada, muito acirrada, ajudou a eleger o Governador do Estado, Senador Tião Viana, que acaba de ser eleito Governador do Estado do Acre. Trata-se de um Estado pelo qual tenho especial apreço. Ali, temos milhares e milhares não só de descendentes, mas de cearenses que até hoje migram para aquele Estado, por sua relação íntima com o povo do Acre, que também é formado, especialmente, pelo povo cearense, que, precisando sobreviver, precisando garantir seu meio de subsistência e da família, muitas vezes teve de migrar para o Norte, onde havia água. O Acre foi um solo que recebeu milhares de cearenses, que construíram aquele Estado, com a ajuda de muitos outros de Estados vizinhos, mas sobretudo o povo cearense. Temos ali uma relação de grande intimidade.

Então, Edvaldo, receba nosso abraço. Você foi um bravo, um guerreiro do povo acreano, com essa relação forte com o povo cearense. Você está de parabéns! Você

elevou o debate político no plano do seu Estado, mas também no plano nacional e fez repercutir a presença do nosso partido na cena política brasileira.

Sr. Presidente, nosso partido lançou candidatos majoritários também no Estado do Rio Grande do Norte, onde tivemos um candidato ao Senado. Tivemos candidato ao Senado no Estado do Rio Grande do Sul, uma mulher brava, que teve uma votação destacada, Abigail, que ajudou e contribuiu para que trouxéssemos de volta a esta Casa, numa eleição também extraordinária, o Senador Paulo Paim. Abigail, uma sindicalista de Caxias, teve uma destacada atuação na campanha eleitoral.

Quero destacar também a atuação de Eduardo Bomfim, em Alagoas, que fez dupla com o Senador Renan Calheiros. Ele não só contribuiu com Renan Calheiros, mas ajudou nosso partido ao debate político no Estado de Alagoas.

Quero destacar uma outra figura extraordinária, que chegou ao PCdoB, elegeu-se Deputado Federal, um jurista renomado, uma pessoa de grande capacidade, de percepção rápida na política, que, em três anos de mandato, apareceu como um dos mais destacados na Câmara dos Deputados, sendo, desde o início, um daqueles que ficam entre os 100 cabeças do Congresso Nacional, por esta instituição pertencente ao povo brasileiro, o Diap. Lá, em todas as edições, desde o início do seu mandato, está Flávio Dino, destacando-se entre os dez mais do Congresso Nacional, pela sua participação nos debates, pelo poder de convencimento, do argumento que ele tem utilizado para formular leis que representem o interesse maior do povo brasileiro.

Flávio Dino candidatou-se ao governo do Estado do Maranhão e colocou, então, o PCdoB no mapa da disputa eleitoral nacional, porque, quem disputa um governo de Estado tem presença permanente nas discussões, no Brasil. Examina-se, ali, a cada instante, a posição do nosso partido, se ele vai chegar, se vai ganhar, se vai ter uma participação efetiva, se é apenas coadjuvante. E Flávio Dino, ao contrário de tudo isso, foi um candidato extraordinário. Elevou demasiadamente o debate político no Estado do Maranhão, o que é necessário. Trata-se de um Estado irmão nosso.

Para V. Ex^a ter uma ideia, Sr. Presidente, há uma brincadeira no Ceará, no Maranhão e no Piauí, porque éramos considerados, até há pouco tempo, os Estados com piores índices. Em todos os índices em que se media a qualidade de vida do povo, éramos os piores. Então, dizia-se: “Pior serão ou pior será, tanto fazia ir como voltar”, porque esses eram os Estados com mais dificuldade da Federação. Esses Estados, então, preci-

sam de um debate político, de um arejamento político forte, e o Flávio Dino deu essa contribuição.

A nossa Governadora, que foi reeleita, em primeiro turno, Roseana, é uma pessoa com a qual temos uma relação antiga, desde a Constituinte, com seu pai, Presidente da nossa Casa, mas isso não impediu que tivéssemos ali candidatos e agíssemos de forma respeitosa; a Senadora e Governadora agindo de forma respeitosa, assim como seu pai. Mas queremos destacar a atuação do Flávio Dino, queremos lhe dar os parabéns e também à militância do Maranhão. Que eleição extraordinária, que eleição bonita!

Eu estive no ultimo comício da campanha, às margens do rio Itapecuru, na cidade de Caxias. Um comício gigantesco, com mais de 20 mil pessoas, aclamando a figura de Flávio Dino como liderança especialíssima do povo maranhense.

Parabéns, Flávio Dino! Parabéns a você! Parabéns ao povo maranhense, que soube fazer uma bonita campanha! Resolveu-se no primeiro turno, mas foi uma campanha disputada, foi uma campanha bonita, e tenho certeza de que o nosso partido e também o povo maranhense estão orgulhosos de sua participação nessa grande disputa eleitoral.

Sr. Presidente, no meu Estado, o Ceará, quero destacar também esta particularidade: ajudamos ali, dando nossa contribuição, do PCdoB, à eleição do Governador Cid Gomes. Foi reeleito com 61% dos votos válidos no nosso Estado. É uma eleição também destacada a do Cid Gomes. Foi um Governador que fez um trabalho bonito no Ceará.

O Cid é daqueles que gostam de planejar, que gostam de ver as coisas no seu governo andando organizadamente; é daqueles que governam literalmente, que reúnem sua equipe, que discutem com sua equipe, e o resultado não podia ser outro. Cid se articulou o tempo inteiro com sua bancada, de Senadores e Deputados, discutiu os problemas do Estado do Ceará, discutiu com os prefeitos, discutiu com o Governo Federal, buscou os empreendimentos, buscou os investimentos para nosso Estado. Temos, ali, grandes investimentos federais que se estão materializando durante seu primeiro governo e que vão ser concluídos durante o seu segundo governo. Poderíamos citar as grandes obras que temos hoje no Estado do Ceará, com milhares de pessoas empregadas, repercutindo em toda a economia do Estado do Ceará.

Então, ali, tivemos um grande êxito: a reeleição do nosso Governador Cid Gomes em primeiro turno.

Elegemos os dois Senadores da nossa coligação, dois Senadores destacados, Sr. Presidente: o Deputado Eunício Oliveira e o Deputado José Pimentel, que são dois Deputados destacados. Os dois ocuparam

Pasta de Ministro do Governo Lula: o Ministério das Comunicações e o Ministério da Previdência. Não são Ministérios fáceis; são Ministérios difíceis, complicados, e eles deram conta das atribuições que estavam sob sua responsabilidade e também das determinações do Presidente da República, do Presidente Lula.

E para nós foi de grande importância a eleição dos Ministros Pimentel e Eunício Oliveira, dois Deputados Federais que chegam ao Senado Federal.

Foi muito importante para nós ter conseguido eleger, no primeiro turno, o Governador do Estado e os dois Senadores da República, sem prejuízo da disputa que se deu com o adversário difícil, respeitado, que buscamos tratar de forma honrada no Estado do Ceará, que foi o Senador Tasso Jereissati, que encerra seu mandato neste período.

Sr. Presidente, também nos alegrou, de forma demasiada, o crescimento do nosso Partido no Estado do Ceará. Tínhamos eleito um Deputado Federal também na última eleição. Agora, elegemos dois Deputados Federais, duas Lideranças. O Deputado Estadual João Ananias foi Secretário de Saúde, fez um trabalho espetacular no nosso Estado. Ele estendeu a rede de proteção básica de saúde aos Municípios; ampliou a rede hospitalar juntamente com o Governador; construíram dois novos hospitais públicos de porte no interior do Estado; estão construindo 21 policlínicas, que são hospitais de médio porte, com todas as especialidades, em 21 regiões; estão construindo 31 unidades de pronto atendimento; reforçaram os CEOs para atendimento bucal à população do interior do estado do Ceará, alguns com grande expressão. Agora mesmo, inauguramos um CEO na cidade de Sobral, que é regional, para atender à população de uma região inteira, num consórcio municipal.

É exatamente esse homem, com essa qualidade, com essa capacidade de trabalho que estamos trazendo para o Congresso Nacional, nesse caso, para a Câmara dos Deputados, com uma eleição também muito boa.

Estamos reelegendo um figura extraordinária do povo cearense, que é o Deputado Chico Lopes, para o seu segundo mandato de Deputado Federal. Era importantíssimo que conseguíssemos reelegê-lo pela simbologia, pelo que ele representa daquele homem simples do povo, preparado, capaz, honrado, honesto, uma pessoa que discute com qualidade com qualquer agente público. Reconduzi-lo para mais um mandato teve forma assim especial para todos nós. Consideramos, portanto, muito boa a sua reeleição.

Elegemos o nosso Deputado Estadual – tínhamos um Deputado Estadual e o reelegemos –, Deputado

Lula Morais, para um segundo mandato como Deputado Estadual pelo Estado do Ceará.

Sr. Presidente, quero também destacar a vitória da nossa candidata, Dilma Rousseff. É muito significativo o resultado eleitoral.

Imaginemos uma pessoa como Luiz Inácio Lula da Silva, com a sua trajetória de homem respeitadíssimo no mundo inteiro. Antes de ser eleito, em 2002, já era respeitado por todos, já havia participado de uma eleição em segundo turno no Brasil e mais duas outras eleições – Lula foi candidato em 2002 e em 2006 –, conseguindo êxito nessas duas eleições. Dilma participa pela primeira vez de uma eleição no Brasil. Isso não é problema, porque grandes lideranças do Brasil conseguiram êxito também pela primeira vez em uma eleição. Mas o fato extraordinário é que Dilma, não tendo participado de nenhuma eleição, conseguiu uma importante vitória, que foi alcançar um índice de 47% dos votos no Brasil. Este é o índice que Lula conseguiu nas duas eleições para Presidência da República. Claro! São três por cento apenas para ter sido eleita no primeiro turno.

Trata-se de alguém que, no início do ano, há oito meses, não tinha disputado nenhuma eleição. Muitos olhavam e até ficavam na espreita para ver se, chegando em abril, aquela candidatura murchava para que outros surgissem como candidatos da nossa coligação. Mas, Sr. Presidente, o êxito de Dilma é muito grande, muito, muito grande, e reflete o êxito também da política desenvolvida em nosso País, o êxito da política de Lula.

Há um desejo que surgiu na campanha. Vejam a situação: chegamos, no final da eleição em primeiro turno, com quase 70% do povo votando em duas mulheres para Presidente da República. Precisamos averiguar, precisamos observar isso. Duas mulheres do povo, com trajetórias políticas diferentes, mas de grande atuação no nosso País. Uma, mulher com uma formação extraordinária. Veja que, no Rio Grande do Sul, ela teve de governar, na área da energia, durante o apagão, sem apagar o Rio Grande do Sul. Ela deixou o Rio Grande do Sul aceso no apagão, durante aquele período do Governo Fernando Henrique, quando a economia estava em caos e não havia sequer energia para tocar qualquer coisa no nosso País.

Então, é uma mulher que tem uma trajetória. Ela tem trajetória política de grande atividade, uma militante de grande atividade, militante que resistiu à ditadura, que resistiu ao fascismo, uma mulher de luta, de disposição. Muitos, hoje, tentam tratar de forma pejorativa aqueles que resistiram ao arbítrio, à ditadura, que as enfrentaram. Não fossem esses, o arbítrio teria durado mais no nosso País. Não durou mais, porque teve gen-

te como Dilma Rousseff. Então, essas duas mulheres, de trajetórias distintas, Dilma Rousseff e Marina, cada qual com o seu estilo, com as suas peculiaridades, têm grande participação política.

Lembro-me dos embates de Chico Mendes, no Acre, para defender a floresta com um desenvolvimento sustentável. Não queria a floresta intocável, mas sustentável, porque o povo da floresta precisava sobreviver e, para sobreviver, precisava usar a floresta. Mas, como usá-la sem destruí-la de forma absoluta? Então, isso fez Chico Mendes. Chico Mendes, também como Marina, é da nossa terra. Suas raízes, suas origens são lá do Ceará. Eu era vereador da cidade de Fortaleza quando levei para lá o primo de Chico Mendes, para fazermos uma grande homenagem a Chico Mendes e a sua família; Marina e a Lia, a família dela é de Mecejana e de Paracuru. O povo do Ceará, evidentemente, está ansioso para que possamos unir essas forças, unir essas energias de duas mulheres, de duas lutas do povo, de duas mulheres que participaram do Governo Lula, que ajudaram o Governo de Lula, que construíram o Governo de Lula, que fizeram o maior programa de defesa do meio ambiente.

Lá em Copenhague, não sei se V. Ex^a se lembra, Senador Roberto Cavalcanti, mas o Presidente Lula foi aplaudido de pé em Copenhague. Não foi aplaudido de pé porque o meio ambiente está um desastre no Brasil. Pelo contrário. Foi porque o Brasil, um País ainda em desenvolvimento, teve a capacidade de apresentar um programa e um projeto de defesa do seu meio ambiente, de apresentar um programa sustentável para o meio ambiente brasileiro. É por isso que ele foi aplaudido de pé na Conferência do Clima em Copenhague.

São todas essas questões que nos fazem olhar o processo eleitoral e perceber que se trata de duas mulheres de competência, de caráter e com cara própria, cada uma com suas peculiaridades, que têm condições de se juntar no segundo turno para eleger o Presidente da República, para manter o nosso País no rumo do desenvolvimento, no rumo do crescimento e da distribuição de renda de forma equilibrada, para o bem das atuais gerações e das futuras gerações. É este o nosso desejo. É este o nosso anseio, mesmo diante do bombardeio, mesmo diante dos ataques, mesmo diante das agressões que foram produzidas no primeiro turno.

Há coisas que não podemos ou não devemos falar aqui no microfone. Talvez, alguns até tenham coragem de fazer coisas indescritíveis que estão nas páginas da Internet, que foi um instrumento quase que sujo, utilizado na campanha eleitoral, durante todo esse período, para tentar diminuir a força da representação política, o caráter da pessoa, tentar desconstruir a imagem das

pessoas, o que foi tentado aqui no nosso País, na disputa política eleitoral.

Portanto, Sr. Presidente, quero destacar que essa unidade pode se manifestar diretamente pela ação das candidatas e pelo povo, porque o povo está de olho, o povo quer o Brasil se desenvolvendo, o povo quer o Brasil crescendo, o povo quer manter a distribuição de renda, o povo quer a construção de mais escolas técnicas, o povo quer mais ProUni.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti PRB – PB) – Senador Inácio, peço permissão a V. Ex^a para prorrogar por mais 30 minutos a sessão, para que V. Ex^a e o Senador Valdir Raupp façam seus pronunciamentos. V. Ex^a já está há mais de 25 minutos na tribuna e há a expectativa de que Valdir Raupp o imite em menos de 25 minutos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Imaginei que V. Ex^a iria prorrogar por mais 30 minutos para que eu pudesse concluir. Mas ter de dividir com Valdir Raupp é um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti PRB – PB) – V. Ex^a tem o poder de síntese.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É que nessa hora, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu não estou absolutamente desejoso do poder de síntese, estou querendo extravasar as emoções que tivemos durante todo esse tempo da batalha político-eleitoral.

O Senador Valdir Raupp é um homem merecedor de mais de 30 minutos, em função da batalha que ele travou no importante Estado de Rondônia.

Quero destacar este aspecto, Sr. Presidente: Dilma Rousseff mostrou capacidade que ela tem de governar o nosso País não somente ajudando o Lula, mas mostrando ao povo brasileiro, durante a campanha eleitoral, o seu desempenho como candidata, o seu aprendizado, porque, sendo a primeira vez que participa de uma eleição, não tinha a obrigação de ter aquele traquejo.

Eu já participei de dez eleições como candidato. Dez eleições! Participo da política, na disputa eleitoral, já há mais de quinze eleições. Há mais de quinze eleições que participo de comitê, que estou à frente de campanhas de amigos para governador, para prefeito de Fortaleza. De quantas campanhas participei! Agora, você participar pela primeira vez e ter esse desempenho... Puxa, não é fácil, no Brasil, com muitos órgãos pesados de comunicação num ataque ferrenho.

Talvez as pessoas tivessem que olhar... Sugiro aos especialistas que examinem a edição do Jornal Nacional de sábado e vejam, na edição para os três candidatos, a sutileza do ataque, vejam como se pode desmontar uma pessoa, ainda que dizendo que ela é linda e maravilhosa. Olhem como foi feita. Olhem a su-

tileza do bombardeio que se trava numa candidatura no plano nacional quando esta representa o progresso, o desenvolvimento e a distribuição da riqueza para o povo e para as regiões no nosso País. Nós, como nordestinos, sabemos e sentimos muito isso. Sabemos o que é isso, sabemos o que isso representa.

Por isso, Sr. Presidente, estou confiante de chegar ao Ceará com a convicção de que as forças políticas que se elegeram no nosso Estado e alguns setores que até disputaram conosco poderão estar unidos numa grande frente para ampliar muito a votação de Dilma no Estado do Ceará. E o que vamos fazer por Dilma no Estado do Ceará, eu tenho a convicção de que poderemos, Sr. Presidente, fazer no Brasil inteiro.

Por isso, agradeço a V. Ex^a a paciência, bem como ao nosso amigo reeleito Senador da República, Valdir Raupp, pelo nosso entendimento ao fazer esse balanço da disputa eleitoral, ao fazer esse balanço de que, no Brasil, a democracia se aprofunda, e, ao aprofundar a democracia, temos condições também de tornar o poder mais próximo do que chamamos de uma democracia popular, com mais gente do povo chegando ao Congresso Nacional, com mais gente do povo chegando aos governos estaduais, com mais lideranças populares, com mais sentimento de nacionalidade, com mais sentimento de Brasil.

Por que lá fora, hoje, em todos os lugares, Sr. Presidente, por onde se anda, o Brasil é respeitado e o Lula é um homem admirado? Por quê? Porque o nosso País se pôs de pé; porque agora nós estamos mais vivazes na ação da construção da sociedade brasileira; porque os projetos estão respondendo com geração de emprego. Emprego gera renda, renda gera vontade de aprender mais, de ir à escola, de ir à universidade, e ganha o nosso País essa condição. Lula abriu esses caminhos. Como diria Guimarães Rosa, veredas foram abertas, veredas nacionais, para que a gente possa se manter no rumo do crescimento e do desenvolvimento.

Sr. Presidente, tenho certeza e convicção de que o povo brasileiro está desejoso não só de eleger uma mulher, não só de eleger uma mulher Presidente, mas uma mulher capaz de conduzir o projeto a que Lula deu início, colocando a nossa Nação efetivamente de pé.

Agradeço, Sr. Presidente, essa oportunidade de fazer esse pequeno balanço da disputa eleitoral no nosso País, que vai, digamos assim, se materializar, tenho certeza, com a vitória de Dilma, no dia 31 de outubro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a, com eloquência e competência, conseguiu dar uma aula a nós todos e foi privilegiado

com mais 30 segundos além do recorde do dia de hoje, que tinha sido do Senador Suplicy.

Então, parabeno V. Ex^a.

Senador Valdir Raupp, convido V. Ex^a para assumir a tribuna.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parabeno aqui o pronunciamento do nobre Senador Inácio Arruda, do PCdoB, Partido que esteve junto com a gente lá em Rondônia, na aliança PMDB, PDT, PCdoB, Democratas e PRTB, aliança vitoriosa.

Subo a esta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para agradecer primeiramente a Deus, que nos deu força e proteção nesta caminhada, que é sempre uma caminhada difícil. Eu, que já disputei oito eleições, com seis vitórias, sei que não é fácil fazer campanha sob o sol e a chuva, no frio e no calor. Então, agradeço a Deus primeiramente por ter-nos dado força, agradeço ao povo do meu Estado, Rondônia, que entendeu a nossa missão, nosso trabalho, dando-me uma votação histórica, a maior votação de um candidato ao Senado até o momento no meu Estado, e também da minha esposa, Deputada Federal Marinha Raupp, que já está no quinto mandato e mais uma vez bate um recorde, com 15,8% dos votos para Deputada Federal, com mais de 100 mil votos. É a quinta eleição dela, também vitoriosa. Tenho certeza de que nós vamos saber retribuir todo esse carinho, todo esse apoio do povo de Rondônia.

Rondônia é um Estado novo, em formação, com 52 Municípios, mais de 80 Distritos, e que precisa de muito ainda. Nós já avançamos muito, assim como o Brasil avançou bastante. Mas Rondônia quer mais, Rondônia precisa de mais. E nós vamos, com certeza, na unidade do Partido, na unidade da bancada federal, fazer muito mais pelo Estado de Rondônia.

Levamos também para o 2º turno, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso candidato a Governador, Confúcio Moura, que obteve 44% dos votos e já está agora trabalhando nas alianças de 2º turno. Espero que seja também vitorioso no 2º turno das eleições. Ele veio a Brasília para reuniões do Conselho Político, para reuniões com o Presidente Lula, amanhã, com o Vice-Presidente Temer, com os eleitos do PMDB, Senadores, Deputados Federais, Governadores, candidatos a governadores que foram para o segundo turno.

Acredito, Sr. Presidente, da mesma forma que acredito na vitória em Rondônia, na vitória no âmbito nacional da Ministra Dilma, que obteve 47% dos votos. Hoje, a gente está vivendo um bombardeio de parte da mídia, da oposição. Mas eu acredito na sabedoria do povo brasileiro, que vai saber entender os avanços

que o Brasil teve neste período do Governo Lula e que Rondônia teve também.

O Brasil avançou muito, tirando mais de vinte milhões de pessoas da linha de pobreza absoluta. O Estado de Rondônia avançou muito também com as obras, com os investimentos do Governo Federal.

Nós tivemos uma parcela de contribuição no desenvolvimento de Rondônia, mas, como diz o Presidente Lula, nunca na história deste País e também desse Estado se viu tanto progresso, tanto desenvolvimento, tanta distribuição de renda. Somente duas obras no meu Estado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão gerando 29 mil empregos diretos.

O Estado de Rondônia, sobretudo a nossa capital, Porto Velho, que me deu uma votação expressiva nestas eleições, está vivendo um momento muito importante. Foi o Município e o Estado brasileiro que mais gerou emprego nos últimos três anos. E esse progresso vai continuar. Não tenho dúvida disto: que o progresso no Brasil e em Rondônia vai continuar.

Subo a esta tribuna para agradecer os benefícios que o Presidente Lula mandou para o meu Estado, Rondônia. São inúmeras obras. Destacaria aqui algumas delas, as maiores, como as duas usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, que, como falei, estão gerando 29 mil empregos diretos e talvez mais 40 ou 50 mil empregos indiretos. Isso é uma verdadeira revolução, uma revolução positiva no desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Já estamos trabalhando também em outras obras importantes como as pontes de integração Porto Velho/Manaus e a restauração da BR-319. Já teve início a construção da ponte sobre o rio Madeira e a restauração da BR, dois trechos de duzentos quilômetros de cada lado, no sentido Porto Velho/Manaus e Manaus/Porto Velho, num total de quatrocentos quilômetros. São oitocentos. Faltam apenas 50% para ser restaurada. A restauração da BR-425, de Abunã a Guajará-Mirim, possivelmente com a ponte binacional Brasil-Bolívia, já foi determinada pelo Presidente Lula.

E a cidade de Guajará Mirim, que me deu também uma votação histórica nestas eleições, pode contar, assim como todos os municípios de Rondônia, com o meu apoio integral, com o meu e com o da Deputada Federal Marinha Raupp.

Falo também da restauração da BR-364, a espinha dorsal do nosso Estado, que já está em recuperação, mas que vai passar agora por uma restauração geral, completa, com asfalto usinado, de primeira qualidade, com terceira faixa nas subidas, com travessias urbanas nas cidades, melhorando o padrão dessa BR federal, tão importante para os Estados de Rondônia, do Acre, do Amazonas, de todo o Norte brasileiro.

Falo ainda, Sr. Presidente, da BR-429, a paixão da Deputada Federal Marinha Raupp. Durante quinze anos de sua vida pública, ela trabalhou para incluir essa rodovia no plano de construção do Ministério dos Transportes, do Dnit nacional. E conseguiu, há um ano, um ano e pouco, colocá-la no PAC. A Ministra Dilma autorizou, juntamente com o Presidente Lula, a construção, a pavimentação dessa BR de mais de 300 quilômetros e que está com três frentes de obra. Uma verdadeira revolução também no Vale do Guaporé, abrangendo as cidades de Alvorada d'Oeste, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos, Costa Marques, Terra Boa, toda aquela região até então um tanto isolada, principalmente no período chuvoso, no período do inverno, e que sai agora do isolamento.

Poderia falar de inúmeras outras obras, das escolas técnicas federais, hoje institutos federais de ensino tecnológico e profissionalizante, que estão se espalhando também pelo Estado. Já foram inauguradas em Ariquemes, em Ji-Paraná e em Cacoal, estão prestes a ser inauguradas em Vilhena e estão em construção em Porto Velho. E essas escolas são verdadeiras universidades, que vão, com certeza, formar a nossa juventude, para que tenha um futuro mais promissor, um futuro melhor.

Falo também das obras na área da educação e na área da saúde. Na educação, a Universidade Federal, que se expande também para o interior do Estado, com cursos em diversas cidades no Estado de Rondônia. E a saúde, que ainda está carecendo um pouco, mas já existem projetos de unidades de pronto atendimento, que serão construídas imediatamente em Porto Velho. São três unidades em Porto Velho – duas na sede, na capital, e uma no Distrito de Jaci-Paraná –, para atender os trabalhadores das usinas do rio Madeira, Santo Antonio e Jirau, e mais uma na cidade de Ariquemes, melhorando o atendimento às pessoas na área da saúde.

E os equipamentos do Hospital Regional de Cacoal, que foi construído com compensações ambientais, em torno de R\$30 milhões, e recebe equipamentos do Ministério da Saúde, que ajudamos a liberar, da ordem de R\$13 milhões, que não serão suficientes. Deverão ser liberados mais uns R\$20 milhões para concluir os equipamentos do Hospital Regional de Cacoal, desafogando também o fluxo de ambulâncias e de pessoas para a capital do Estado, que poderão ser atendidas nesse Hospital Regional de Cacoal.

Da mesma forma, o Hospital São Daniel Comboni, que é uma fundação dirigida por um grupo de Cacoal e pelo Padre Franco, atual Prefeito da cidade, também está merecendo o nosso apoio, com verbas para a compra de equipamentos para UTI e outros

equipamentos. Essa unidade vai funcionar como um hospital regional, também bancado pelo SUS.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço muito a minha vitória, a minha eleição, primeiro, ao povo do meu Estado. Eu sempre falava que estava tendo o apoio do Presidente Lula, que foi muito importante. Muito importante mesmo o apoio do Presidente Lula, que gravou para o rádio e televisão, assim como a Ministra Dilma, nossa candidata a Presidente, que nós apoiamos e vamos apoiar, com toda força agora no segundo turno. Foram apoios importantíssimos. Mas o apoio mais importante, com certeza, foi o apoio da população, o apoio do povo, que soube reconhecer o nosso trabalho, apresentado durante os oito anos aqui no Senado Federal e agora, mais maciçamente, no horário eleitoral gratuito do rádio e da televisão. Com a votação que eu tive, uma votação histórica, isso aumenta a nossa responsabilidade. Com certeza absoluta, vai aumentar nossa responsabilidade com o Estado de Rondônia. E Rondônia pode contar sempre com o carinho, com o apoio que sempre tive, porque a recíproca é verdadeira. O amor que tenho por Rondônia, a dedicação que tenho por Rondônia foi correspondida agora, nas urnas, pela população do meu querido Estado de Rondônia.

Encerro, por fim, Sr. Presidente, parabenizando a todos os eleitos do meu Estado, de todo o Brasil, do meu Partido, o Senador Leomar Quintanilha... O PMDB volta, nesta eleição, com 21 Senadores, a maior bancada no Senado Federal. Não tem a Presidência da República, mas, se Deus quiser, vai ter a vice-Presidência da República, com Michel Temer. Vamos nos reunir amanhã, congregando aqui todas as lideranças nacionais do Partido, para definir a estratégia da campanha do segundo turno, para eleger a Ministra Dilma Presidenta e nosso vice-Presidente Michel Temer. É um Partido grande, que, unido, com certeza, alcançará a vitória, no segundo turno, porque faltaram apenas três pontos. Apenas três pontos para que a Ministra Dilma... Não tenho nenhuma dúvida de que, na primeira pesquisa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Ministra Dilma já vai saltar, já com cinquenta e tantos por cento, novamente, e vai ser vitoriosa no segundo turno. E quem vai ganhar é o povo brasileiro. O povo brasileiro, que teve o benefício do Governo Lula, desses dois mandatos do Governo Lula, deve continuar tendo esses benefícios para diminuir ainda mais a pobreza no Brasil, melhorar a educação e a saúde.

Precisamos atacar alguns gargalos, é bem verdade, principalmente na segurança pública, precisamos aprovar projetos que estão pendentes aqui no Congresso Nacional, como a PEC nº 300, o Fundo Nacional de Segurança Pública, e da mesma forma a saúde. Já

que o Brasil desfruta agora de um crescimento econômico – deve crescer 7% este ano, deve crescer em torno de 5% a 6% nos próximos cinco ou seis anos –, acho que podemos investir um pouco mais pesado na educação e na saúde. Já derrubamos aqui a DRU, a desvinculação das receitas da educação, dando aproximadamente mais R\$20 bilhões ao ano para a educação. Por que não aprovar então a Emenda nº 29, que vai dar uma verba mais substancial para a saúde do nosso País? Acho que está na hora de cuidar, é claro, da educação, melhorar a educação, mas, sobretudo, a saúde e a segurança pública no nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Parabenizo V. Ex^a, inclusive pela eleição do casal como um todo, V. Ex^a e a digníssima esposa, recordistas.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Supply, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, pediu-me que fizesse uma comunicação agora à Casa. Estava marcada, em princípio, para quinta-feira, às 10 horas, reunião da Comissão de Relações Exteriores para a audiência que teríamos, a arguição dos Embaixadores Alexandre Addor Neto, designado pelo Presidente da República para representar o Brasil na Sérvia, assim como o Embaixador Dante Coelho de Lima, designado pelo Presidente para representar o Brasil em Chipre. Ambos, aliás, encontram-se aqui junto à nossa Embaixadora Cláudia.

Houve um apelo, da parte de diversos Senadores, para, quem sabe, anteciparmos para amanhã a reunião da CRE. Falo aqui inclusive com o Senador Valdir Raupp. De maneira que, prezado Senador Quintanilha, teremos maior possibilidade de presença dos Senadores.

Então, o Senador Eduardo Azeredo, que se encontra em viagem para Brasília, pediu-me para transmitir que fica convocada para amanhã, às 11 horas, nesta quarta-feira, a reunião da Comissão de Relações Exteriores para a audiência dos Embaixadores Alexandre Addor Neto e Dante Coelho de Lima. Ele pediu inclusive que eu fizesse a comunicação de pronto à Casa, antes do final da sessão, já comunicada à Secretaria da Comissão de Relações Exteriores, se possível conclamando a todos os Senadores da Co-

missão para estarem presentes, a fim de garantirmos o *quorum* necessário.

Era a comunicação que avalei que precisava ser feita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Eduardo Suplicy, está feita a convocação para que os nobres Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores estejam aqui presentes amanhã, às 11 horas, para a reunião com os Srs. Embaixadores.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, do PMDB de Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma razão muito forte me traz à tribuna desta Casa, neste início de noite: hoje o Estado de Tocantins comemora mais um ano de vida.

Os 22 anos do Tocantins são um marco do desenvolvimento social e econômico, do trabalho perseverante e da grandeza do povo pioneiro que ali nasceu ou que escolheu essas terras para viver e ser feliz. Nosso Estado consolida-se como referência de gente trabalhadora e inovadora, como demonstram os investimentos nas mais diversas áreas produtivas da economia.

A história registra que o ânimo de sua criação começou com a determinação do Desembargador Joaquim Teotônio Segurado, que em 1821 chegou a proclamar um governo autônomo. O movimento foi reprimido, e a luta pela emancipação do norte goiano ficou estagnada, até que, em maio de 1956, Feliciano Machado Braga, Juiz de Direito de Porto Nacional, juntamente com outros ativistas da luta pela autonomia, lançaram o movimento emancipacionista do norte de Goiás.

O Estado de Goiás era uma grande extensão geográfica, o que dificultava a sua administração. Porém, maior que sua dimensão era a diferença da qualidade de vida de quem vivia no norte para quem vivia no sul. Isso era o que mais chamava a atenção. Além de sua capital, Goiânia, estar localizada mais ao sul do Estado, a construção de Brasília também estimulou o desenvolvimento mais acentuado do sul de Goiás, que se transformou em uma região próspera e rica, com grande ênfase no agronegócio e, depois, na indústria, criando-se um ambiente favorável a novos investimentos.

Já o norte goiano, devido à distância da capital do Estado e à falta de investimentos em infraestrutura, em tecnologia para o cultivo de suas terras férteis, continuava entregue ao atraso e ao isolamento. Cançadas de reivindicar maior atenção do Governo goia-

no e de não serem atendidas, as lideranças políticas do norte decidiram unir esforços em prol da criação de um Estado autônomo, com representação política própria, única forma de garantir o desenvolvimento da região. Assim, reacendeu-se a chama da criação do nosso Estado.

Entre os defensores dessa idéia, destaca-se a ação vigorosa, perseverante e decisiva do então Deputado José Wilson Siqueira Campos, autor da proposta de emenda constitucional que criava o novo Estado, apresentada já em 1985. Pela sua tenacidade, Siqueira Campos estimulou tantos outros Líderes a se aglutinarem nesse esforço, nessa luta que culminou na criação do nosso Estado. A emancipação só ocorreu em 5 de outubro de 1988, sob a égide da nova Constituição. Siqueira Campos foi o seu primeiro Governador, agora reeleito para o cargo.

Hoje, decorridos 22 anos da criação do Estado do Tocantins, a realidade da antiga região norte de Goiás passou por uma profunda transformação. A criação do Tocantins veio acompanhada de considerável fluxo migratório de brasileiros de todas as regiões do País, que para lá se dirigiram em busca de novas oportunidades de emprego, investimentos e qualidade de vida. A construção da capital, Palmas, repetiu a saga da construção de Brasília, tendo a cidade alcançado, por vários anos sucessivos, recordes de crescimento demográfico.

O tocaninense ali nascido ou integrado é um povo que estuda, que labuta, que participa, que enfrenta os desafios de seu tempo. Um povo jovem, dinâmico, audaz, que tem a justa ambição de construir uma sociedade fraterna e progressista.

Com a ocupação do mais novo eldorado brasileiro, vieram os investimentos públicos e privados, responsáveis pela organização da infraestrutura básica do Estado. Nesse sentido, cabe destacar o apoio do Governo Federal, que não tem faltado com sua responsabilidade de garantir investimentos em obras de infraestrutura no Estado do Tocantins. A construção e pavimentação de rodovias federais, a implantação de projetos de irrigação, o apoio à agricultura familiar e ao agronegócio e a construção da Ferrovia Norte-Sul são alguns dos principais projetos mantidos pelo Governo Federal no nosso Estado, sem os quais teríamos ainda maior dificuldade em organizar a nossa economia.

É bem verdade que muito ainda tem de ser feito, para conferir condições dignas de vida à população tocaninense. O Estado ainda apresenta indicadores sociais muito longe dos desejáveis em áreas como saúde e educação, mas tem registrado avanços significativos, e hoje se pode afirmar, com absoluta convicção, que a autonomia política e administrativa da região norte

de Goiás foi uma decisão acertada, que só trouxe benefícios para a população tocaninense e para a área remanescente de Goiás.

Do Congresso Nacional, em que represento o povo tocaninense desde a criação do Estado, saíram inúmeros apoios de natureza orçamentária, fruto de um trabalho de equipe da Bancada Federal, que atua em busca de viabilizar mais recursos que beneficiem as cidades mais carentes de infraestrutura. Coordenei a Bancada Federal por várias vezes e me sinto orgulhoso em dizer que participei diretamente na liberação de verbas para quase todas as obras que hoje existem no meu Estado.

Pela forma como foi criado, por meio de uma emenda legislativa, o Estado do Tocantins serve hoje de exemplo para todo o País. É a prova de que a decisão política, aliada ao esforço e à determinação de um povo, só pode resultar em melhor condição de vida para a população. E é esse resultado que comemoro, hoje, ao lado de cada tocaninense, pois foi uma luta de que valeu a pena participar. Dedico todos os dias da minha vida, nos últimos 22 anos, a servir a meu Estado, que hoje aniversaria em meio a novos rumos políticos.

Por essa razão, quero cumprimentar cada cidadão do meu querido Estado do Tocantins pelo seu 22º aniversário, renovando a esperança de que continuaremos crescendo, gerando emprego e renda e melhorando as condições de vida da nossa gente.

É para mim, meu ilustre Presidente, motivo de muito orgulho e muita satisfação ter podido ser um agente útil e participativo dessa extraordinária saga, que foi criar o Estado, implantá-lo e fazer com que ele avançasse e chegasse aos dias de hoje, oferecendo uma qualidade de vida melhor à nossa gente.

Por isso, comemoro, com cada tocaninense, com cada homem e com cada mulher, o extraordinário avanço que a antiga região do norte de Goiás experimentou. Hoje, o nosso Estado do Tocantins é fruto de um trabalho diuturno, árduo e perseverante de cada homem, de cada mulher, que, com seu suor, com sua dignidade, constroem a grandeza desse que é um dos mais importantes e prósperos Estados da Federação.

Era o que queria registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Parabenizo V. Exª pelo Estado do Tocantins.

Vinte e dois anos! É incrível: tão jovem e tão pujante! Realmente, está de parabéns o povo do Tocantins; está de parabéns a Bancada do Tocantins. Está de parabéns V. Exª, inclusive pelo pragmatismo do

pronunciamento. Já estamos no limite do horário, e V. Ex^a teve a competência de fazer toda essa exaltação ao seu Estado, de forma esplendorosa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 810, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no final da noite de sábado, dia 4, do jornalista e radialista Paulo Ubiratan, de Londrina, Paraná.

Justificação

O radialismo e o jornalismo paranaenses perderam, no final da noite do último sábado, dia 2, uma de suas mais expressivas figuras, que era o diretor de Jornalismo da Rádio CBN de Londrina, Paulo Ubiratan Campos de Carvalho. Aos 72 anos, ele se foi, levado por um implacável câncer de pulmão contra o qual vinha lutando há três meses.

Gaúcho de Santa Maria, Paulo Ubiratan, como se tornou conhecido, estava radicado em Londrina desde 1985, quando foi contratado pelo jornal Folha de Londrina, no qual, durante 14 anos, atuou com destaque na área da reportagem policial. Sua trajetória no rádio londrinense começou em 1997, na antiga Rádio Tabajara, hoje CBN Londrina. Seu trabalho logo se destacou, particularmente pelos sempre polêmicos comentários que fazia e que finalizava sempre com um chamado ao ouvinte para meditar sobre o que ouvira: “Trabalhador, trabalhadora, pense nisso!”

Paulo Ubiratan dispunha de embasamento para fazer comentários que levassem a pensar. Além de

Jornalismo, ele também era formado em Filosofia, diplomas que obteve na respeitada Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além do conteúdo teórico, ele também levou para Londrina a experiência que adquiriu trabalhando em respeitáveis veículos de comunicação gaúchos, como a TV Piratini, a Rádio Farroupilha e o jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre. Em Santa Catarina, passou pela TV Barriga Verde, em Florianópolis, antes de tomar o rumo de Londrina.

Na literatura, Paulo Ubiratan incursionou pelo terreno da poesia, lançando, em 2007, o livro Nuanças, no qual revelou uma outra face do jornalista aguerrido que Londrina aprendera a admirar. A doença o encontrou concluindo outro livro – Alvorada de Londrina, Saga de um Gaúcho, a ser lançado brevemente. Paulo Ubiratan deixou quatro filhos, sete netos e dois bisnetos. Para eles, deixa o reconhecimento do povo da cidade que escolheu para viver e que lhe concedeu, em março último, o título de Cidadão Honorário, aprovado pela Câmara Municipal. E deixou, principalmente, um exemplo de amor e dedicação à profissão que escolheu e integração com a comunidade onde viveu. O prefeito de Londrina, Barbosa Neto, decretou luto oficial de três dias pela morte do profissional de comunicação e cidadão honorário. E o governador Orlando Pessuti emitiu nota de pesar pela morte do jornalista, de quem era amigo e admirador há muitos anos.

Pelo exemplo de dedicação à comunicação e à comunidade onde viveu e pelo respeito e admiração que conquistou, estou certo de que Paulo Ubiratan se faz merecedor desta homenagem, por parte do Senado Federal, que tenho a honra de propor.

Sala das Sessões, Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 811, DE 2010

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado a Sua Excelência o Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para que, nos estritos termos do prazo constitucional e de suas responsabilidades, encaminhe as informações elencadas a seguir relativas às gravações em vídeo efetuadas por cinegrafistas e técnicos da TV NBR, canal da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pelo noticiário de atos e políticas do Governo Federal, as quais são relacionadas à participação do Chefe do Executivo em comícios e eventos de campanha eleitoral, conforme matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* desta segunda-feira, dia 20 de setembro de 2010, sob o título **“TV estatal manda cinegrafista registrar comícios de Dilma sem identificar canal”**:

a) cópia de todas as gravações efetuadas pela TV NBR, não relacionadas a eventos oficiais, nos últimos 4 (quatro) meses, com os respectivos registros de data e local onde foram realizadas;

b) relação contendo nome, matrícula e função de todos os cinegrafistas e técnicos que participaram das gravações objeto do item “a”; e

c) relação dos equipamentos e respectivos números de tombamento utilizados nas mesmas gravações.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal *Folha de S.Paulo* publicou nesta segunda-feira, 20 de setembro de 2010, matéria assinada pela jornalista Simone Iglesias informando que “a Presidência da República usa funcionários públicos e equipamentos de TV oficial do governo federal para filmar comícios da candidata Dilma Rousseff (PT) que tenham a participação de Luiz Inácio Lula da Silva”.

Segundo a mencionada matéria jornalística, “a direção da TV estatal determinou que esses servidores, antes de iniciarem as filmagens, tenham o cuidado de retirar os sinais de identificação da emissora estatal – a camiseta ou colete, a canopla (peça que tem a logomarca) do microfone e o adesivo colocado na câmera”.

A TV NBR integra o sistema de comunicação oficial brasileiro, que tem o objetivo de garantir a disseminação de informações de interesse público, como direitos e serviços, e também projetos e políticas de governo. Para isso, pode convocar redes obrigatórias de rádio e televisão para a transmissão de pronunciamentos oficiais do presidente da República e dos ministros.

A matéria da *Folha de S.Paulo* comprova o uso da estrutura da TV NBR em eventos que o próprio Palácio do Planalto classifica como “compromissos privados” do Presidente Lula. No corpo da citada reportagem, é reproduzido cartaz exibido na sede da TV NBR com orientações sobre atos de campanha. O seu teor evidencia que o conteúdo do material gravado, sem a identificação da TV NBR, tem destinação diversa do escopo de atuação da emissora oficial, o que caracteriza o desvio na utilização dos recursos humanos e de infraestrutura da TV estatal.

Em face da proibição da legislação em vigor, que veda o uso de funcionários públicos e de bens imóveis e móveis pertencentes à União em campanhas eleitorais, e à luz da competência fiscalizadora do Senado Federal, torna-se indispensável que as informações solicitadas sejam prestadas nos termos constitucionais, para dirimir os questionamentos existentes, em respeito à transparência e também à igualdade de oportunidade entre candidatos nos pleitos eleitorais.

Assim sendo, confio no apoio da Mesa do Senado Federal para encaminhar ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Há oradores inscritos, porém nenhum dos Srs. Senadores inscritos encontra-se no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Os Srs. Senadores Sérgio Guerra e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “A FORÇA MORAL DERROTA A BAJULAÇÃO”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 14 de julho de 2010.

A matéria destaca que a diplomacia lulista justifica o apoio a ditadores com o lema “negócios são negócios”. O cubano Fariñas prova que princípios são princípios.

Sr. Presidente, como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada, “A CRIATURA CONTRA-ATACA”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 14 de julho de 2010.

A matéria destaca que o programa de governo do PT traz de volta a ameaça de censura à imprensa e reacende um debate: Dilma Rousseff conseguirá controlar os radicais de seu partido e domar o monstro do autoritarismo?

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A FORÇA MORAL DERROTA A BAJULAÇÃO

A diplomacia lulista justifica o apoio a ditadores com o lema “negócios são negócios”. O cubano Fariñas prova que princípios são princípios

ANA CLAUDIA FONSECA

Liberdade é um valor absoluto para o cubano Guillermo Fariñas, que encerrou na semana passada uma greve de fome de 135 dias em protesto contra a repressão política em seu país. Para o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim, liberdade é um conceito relativo, cujo significado varia conforme a conveniência ideológica ou pessoal. Isso ficou evidente na semana passada, durante a 11ª viagem de Lula à África. Entre os seis países incluídos no roteiro estava a Guiné Equatorial, governada por Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, o Canibal, um dos mais violentos e corruptos ditadores do mundo. Desde que tomou o poder em um golpe de estado, em 1979, Obiang pôs a principal riqueza do país, a indústria petrolífera, a serviço do próprio enriquecimento. Sua fortuna é estimada em 600 milhões de dólares. Lula e Obiang posaram para fotografias, participaram de um banquete e fizeram discursos. No fim da visita, os dois governantes comprometeram-se em uma declaração conjunta com “a continuada adesão aos princípios da democracia, ao respeito dos direitos humanos e ao estado de direito”. Os ar-

quitetos da política externa petista são especialistas em atribuir expressões positivas a atitudes negativas. “Democracia”, por exemplo, significa uma coisa no Brasil e outra na Guiné Equatorial ou em Cuba. O que o Brasil ganha emprestando respeitabilidade a uma ditadura? O chanceler Celso Amorim ofereceu a seguinte justificativa para as mesuras: “Negócios são negócios”. Em seguida, chamou as críticas à diplomacia do governo Lula de “pregação moralista” — como se a defesa da coerência moral fosse um defeito, não uma virtude.

As declarações de Amorim, o imoral, resumem com perfeição a política externa lulista, em que os fins justificam os meios. Os fins serão analisados mais à frente. Quanto à validade dos meios, a melhor resposta foi dada pela diplomacia espanhola, na semana passada. Enquanto Lula e Amorim aflagavam tiranos na África, o ministro das Relações Exteriores da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, negociava com o ditador cubano Raúl Castro a libertação de 52 presos políticos. O cardeal Jaime Ortega, a maior autoridade da Igreja Católica em Cuba, também participou das conversas.

O VENCEDOR Após o anúncio de que os presos políticos cubanos serão libertados, Fariñas, que Lula comparou a criminosos comuns, abandonou sua greve de fome

OS AMIGOS DITADORES

O presidente Lula viajou para a África onze vezes desde 2003. Nessas ocasiões, confraternizou com alguns dos piores ditadores da atualidade, com o argumento de que os negócios se sobrepõem aos princípios

CAMARÕES

Ditador Paul Biya, no poder há 28 anos

• Acusado de matar até a ex-mulher para encobrir desvios de dinheiro

Data da visita Abril de 2005

Frase

"No comércio temos de seguir regras, mas precisamos de uma posição pragmática. Hipocrisia só vai permitir que outros ocupem esse espaço."

Lula Fernando Farias,
ex-ministro do Desenvolvimento

LIBIA

Ditador

Muamar Khadafi, no poder há 41 anos

• Financiou o atentado terrorista ao avião de Pan Am, em 1988, e deixou 270 mortos

Data da visita
Julho de 2009

Frase

"Temos de ter um mínimo de pragmatismo. Se formos nos reunir apenas com pessoas virtuosas, talvez nem precisemos nos reunir."

Celso Amorim,
ministro das
Relações
Exteriores

MASSACRE Um combatente leal a Denis Sassou-Nguesso passa por rituais da guerra civil de 1997 na República do Congo. Lula visita Nguesso em 2007

Cinco dissidentes cubanos serão libertados imediatamente e irão para o exílio. Os outros devem ser soltos nos próximos meses. Todos fazem parte de um grupo de cidadãos presos em 2003 pelo simples fato de discordarem do regime castrista. A Espanha é o terceiro maior parceiro comercial de Cuba, mas não precisa passar por cima de seus princípios morais para incrementar os negócios. Isso ficou evidente quando Orlando Zapata, um preso político cubano, morreu, em 23 de fevereiro passado, após uma greve de fome de 85 dias em protesto às condições desumanas na cadeia. No dia seguinte, o psicólogo Guillermo Farinás parou de comer e disse que só voltaria a se alimentar quando o regime cubano libertasse pelo menos 26 prisioneiros de consciência. O primeiro-ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, criticou os irmãos Castro: "Devemos exigir do regime

cubano que devolva a liberdade aos presos de consciência e que respeite os direitos humanos". Já o presidente Lula, que na ocasião fazia uma visita ao seu amigo Fidel Castro, em Cuba, defendeu a repressão: "Temos de respeitar a determinação da Justiça e do governo cubanos". Em seguida, comparou Farinás e Zapata aos criminosos comuns brasileiros. No fim, a força moral de Farinás derrotou a bajulação de ditadores de Lula. Com seu protesto pacífico e heroico, o cubano conseguiu manter a atenção da comunidade internacional voltada para a violação de direitos humanos na ilha dos Castro. Ele quase morreu de inanição, mas venceu.

Voltemos ao mérito dos fins diplomáticos. O Itamaraty argumenta que a adulação de ditadores tem por objetivo aumentar as relações comerciais com seus países. Trata-se de um benefício pequeno para muito desgaste político. O aumento do comércio brasileiro com as ditaduras africanas visitadas por Lula desde 2005 fez a nossa participação nas exportações mundiais crescer 0,13%

REPÚBLICA DO CONGO

Ditador

Denis Sassou-Nguesso, no poder há 28 anos

• Em 1997, sua milícia matou mais de 10.000 pessoas

Data da visita
Outubro de 2007

Frase

"O Congo está ensinando a construir uma democracia cada vez mais forte e na paz."

BURKINA FASO

Ditador

Blaise Compaoré, no poder há 23 anos

• Após comandar um golpe de estado, mandou executar o antecessor, Thomas Sankara

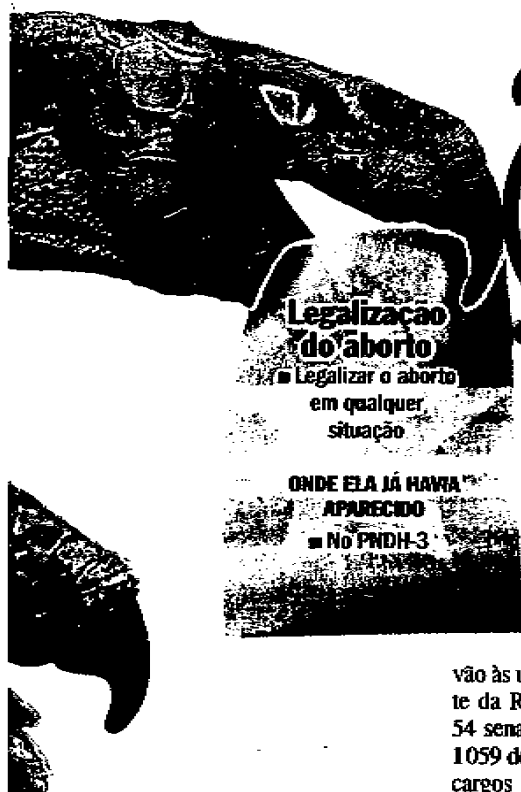
Data da visita
Outubro de 2007

Frase

"Visito com alegria uma África que está em pleno ressurgimento e desenha seu próprio destino."

(incluindo na conta quanto se espera que os negócios com a Guiné Equatorial avancem). Em contrapartida, o governo Lula subtraiu 99,87% da riqueza moral do Brasil. Se o ganho comercial é tão irrisório, qual seria a verdadeira finalidade de se aproximar de ditadores? "Em sua meta de ocupar o palco global, o governo brasileiro busca o voto da África em fóruns mundiais", diz o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília. Nem sequer essa estratégia tem dado certo. Embora tenha conseguido votos africanos na briga para sediar a Olimpíada de 2016, o Brasil não obteve apoio para eleger candidatos à direção da Organização Mundial do Comércio e à presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na última rodada de sanções ao Irã, no mês passado, Gabão, Nigéria e Uganda votaram contra a posição brasileira (favorável aos aiato-lás) no Conselho de Segurança da ONU. Nos círculos diplomáticos de Brasília, há quem aposte que Lula esteja agora interessado em amealhar apoio de países pobres para conseguir um emprego em alguma organização internacional depois de deixar o governo, em janeiro de 2011. No lugar da improvável escolha para secretário-geral da ONU, Lula pode estar de olho em algo menos ambicioso, como a direção da Unesco ou o cargo de enviado especial das Nações Unidas à África. Seja qual for o objetivo, faria melhor à imagem de Lula e do Brasil buscá-lo sem paparicar ditadores. ■

A CRIATURA CONTRA-ATAÇA



O programa de governo do PT traz de volta a ameaça de censura à imprensa e reacende um debate: Dilma Rousseff conseguirá controlar os radicais de seu partido e domar o monstro do autoritarismo?

OTÁVIO CABRAL

Dentro de 81 dias, a contar da data de capta da presente edição de VEJA, 134 mi-

lhões de eleitores brasileiros vão às urnas escolher um novo presidente da República — e 27 governadores, 54 senadores, 513 deputados federais e 1059 deputados estaduais. A corrida aos cargos começou oficialmente na terça-feira passada, com a aceitação dos registros provisórios dos candidatos pelos tribunais eleitorais do país. São apenas 81 dias — ou onze semanas — para cada um fazer a avaliação dos candidatos e entregar a alguns deles o comando da imensa, cara, poderosa e frequentemente insatisfatória máquina política brasileira. VEJA fará sua parte nesse processo decisório, oferecendo amide até lá a seus leitores reportagens de capa, especiais, entrevistas e até edições extras, se necessárias, com o objetivo de escancarar o que os candidatos — principalmente à Presidência — pretendem esconder, iluminar o que querem manter sob sombras

e contextualizar o que eles esperariam ver esquecido por julgarem tratar-se de fatos isolados e sem significado.

As quatro reportagens que se seguem tratam exatamente disso. Elas se desenvolvem em torno de uma questão central para o eleitor — o programa de governo do PT, o partido atualmente no poder e que pretende continuar nele.

■ A primeira delas tenta elucidar um enigma ainda sem solução: afinal, Dilma Rousseff, se eleita, conseguirá repetir o feito de Lula e impedir que os radicais do PT transformem o Brasil em uma república socialista, de economia planejada e centralizada e sem garantias à liberdade de expressão? Lula teve de cortar a cabeça dessa hidra em diversas oportunidades. Em outras, ele alimentava o monstro no porão enquanto ameaçava deixá-lo à solta caso seus adversários não se comportassem. O episódio da semana passada mostra que Dilma está sendo desafiada pelo monstro do atraso com suas múltiplas cabeças ágrafas, ignorantes, passadistas e liberticidas.

■ A segunda reportagem é um convite à reflexão que também remete a lacunas

O QUE FICOU

- 1 Apesar de alterado, o item que trata da liberdade de imprensa ainda deferia o controle da mídia
- 2 Os demais pontos são genéricos e se referem à política externa, defesa nacional, combate ao preconceito e aumento da presença do estado em vários setores
- 3 Foram suprimidos os tópicos que se referem a aborto, favorecimento ao MST e taxação sobre grandes riquezas

CANDIDATA BLINDADA

Como ministra, Dilma avalizou as propostas radicais do partido: "muito barulho por nada"

assustadoras no programa de governo de Dilma, seja qual for a versão com que ela se apresentará ao distinto público: se eleita, ela dará continuidade à imoral política externa brasileira, baseada na subserviência às piores espécies de ditadores e assassinos em nome de "fazer negócios" com eles?

■ A terceira reportagem mostra como se deveu à clarividência de um político, o comunista Aldo Rebelo, o bom resultado da nova lei ambiental brasileira, que — contrariamente ao desejo da liderança petista —, em troca da moratória do desmatamento por cinco anos, tirou da ilegalidade centenas de milhares de famílias de agricultores que produzem a comida que alimenta o Brasil. Que garantias nos dá o programa — ou os programas da candidata petista — de que não se fará a lei retroagir para punir os agricultores brasileiros?

■ A série eleitoral se encerra com uma reportagem sobre o tempo dos candidatos na televisão e a chance que Dilma Rousseff terá de aclarar os pontos obscuros de seus programas e sua estratégia para conter a influência nefasta dos radicais do seu partido.

♦♦♦

Em um documento de dezenove páginas, o PT, da candidata Dilma Rousseff, surpreendeu ao informar aos brasileiros que pretende insistir na implementação de teses radicais e autoritárias. O texto, batizado como *A Grande Transformação*, trouxe de volta um conjunto de ideias conhecidas e já rechaçadas pela sociedade, como a tentativa de cercar a liberdade de imprensa, a descriminalização do aborto e o incentivo à invasão de propriedades rurais pelos sem-terra. Diante da repercussão negativa, o PT substituiu o documento por uma versão um pouco mais amena, mas nem por isso menos assustadora, o que suscitou uma série de dúvidas.

PROGRAMA NO BICO

O nuncup José Serra apresentou dois discursos como programa de governo e criticou a postura do PT

Sem sucesso no governo Lula, a tentativa autoritária estaria rondando agora a campanha de Dilma Rousseff? Segundo os petistas, não. Tudo não passou de um erro grotesco, uma trapaia-

da. A campanha da ex-ministra é a mais bem organizada, a mais bem equipada, conta com uma equipe enorme de advogados, assessores, jornalistas, marqueteiros e políticos experientes. Porém, teria sido apenas na manhã da segunda-feira passada, o prazo final para o registro das candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral, que alguém percebeu que faltava um documento obrigatório a ser encaminhado à Justiça — o programa de governo. Parece inacreditável, mas ninguém sabia onde estava o programa de governo da candidata. O advogado Sidney Neves, responsável pelo registro e preocupado com o prazo, disse que procurou pelo telefone uma funcionária administrativa do comitê, de quem nem sequer recorda o nome, e comunicou a ausência do documento. Minutos depois, a tal funcionária encaminhou um arquivo de computador pelo correio eletrônico, que foi impresso, assinado por Dilma Rousseff e apresentado ao TSE — mas não era o programa de governo. Também parece inverossímil que ninguém se tenha dado ao trabalho de ler o que estava escrito. "Juridicamente, o documento preenchia os requisitos do tribunal. Não sou político, não tinha de analisar a essência do plano de governo", explica Neves.

Oficialmente, Dilma Rousseff só tomou conhecimento do suposto erro depois das repercussões negativas, quando participava de um evento de campanha em São Paulo. De início, teria ficado furiosa, exigido punições e até levantado a hipótese de sabotagem interna de alas radicais do PT. Depois, descobriu-se que a culpa fora da tal funcionária, que teria se confundido ao escolher o arquivo de computador a ser enviado. Em vez de encaminhar o programa de governo, mandou o programa do PT, que, apesar de similar em muitos pontos, teoricamente nada tem a ver com a campanha. A nova versão foi protocolada no TSE com 21 modificações em relação à anterior. Foram suprimidas a polêmica sobre o aborto, a convivência com as invasões de terra e incluídos tópicos em defesa do agronegócio. "Foi muito barulho por nada", explicou a candidata petista. Em silêncio, os petistas, apesar dos protestos, decidiram continuar investindo contra a liberdade de expressão. O texto definitivo, que servirá como guia programático de um eventual governo Dilma, segue flertando com o autoritarismo, a partir de ameaças veladas de um pretenso e dese-

jado controle estatal da imprensa (veja o quadro na pág. 64).

Há razões para crer que Dilma Rousseff, apesar do passado de ex-guerrilheira comunista, não comungue com as propostas radicais defendidas por setores do PT, como juram seus assessores. Mas também existem motivos para desconfiança — e não são poucos. O documento enviado inicialmente ao TSE é o mesmo aprovado no Congresso Nacional do PT, em fevereiro, que aclamou Dilma como candidata. A ex-ministra avalizou o programa naquilo que havia de mais retrógrado e radical. As propostas tiveram como fonte de inspiração o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado no fim do ano passado pelo governo Lula, também com a assinatura de Dilma, que na época era ministra da Casa Civil. Em todos esses documentos há uma forte defesa do controle da imprensa — uma obsessão de alguns petistas que não gostam de ser fiscalizados nem suportam ler, ver ou ouvir críticas. "O setor vê com muita preocupação essa visão míope, distorcida e preconceituosa por parte do Partido dos Trabalhadores. O controle social da mídia é um manto para que se intervenha e censure um veículo de comunicação", diz Daniel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

A visão distorcida de sociedade, não apenas em relação à mídia, continua presente em boa parte dos 79 itens do programa de governo de Dilma, cujo redator é o assessor da Presidência da República Marco Aurélio Garcia. Ele é a voz mais estridente de um grupo numeroso, embora minoritário, que habita uma das áreas mais pantanosas do PT. Nos oito anos do governo Lula, esses radicais foram agraciados com pequenos lotes de poder, porém longe do centro das decisões políticas e econômicas, tocadas com elogiável e absoluto pragmatismo. Com habilidade política, o presidente Lula sempre conseguiu domar os radicais petistas, oferecendo a eles apenas a sensação de estar no poder. A interrogação que aparece é se Dilma Rousseff, estreante em disputas eleitorais e neófito nos labirintos da política, conseguirá isolar os radicais de seu partido ou se tomará refém caso vença a eleição. "Lula dispõe de uma ascendência sobre todas as facções do PT que nenhum outro petista jamais será capaz de alcançar. Dilma

nem sequer sonha com isso. Se seu governo tiver a capacidade de apresentar resultados econômicos muito positivos, como o de Lula, é possível que ela consiga esticar a lua de mel com os diversos grupos. Se não conseguir, uma briga fratricida de consequências imprevisíveis poderá se instalar”, adverte o cientista político Carlos Pio, da Universidade de Brasília.

Na coordenação de sua campanha, Dilma cercou-se de petistas moderados, como Antonio Palocci, o fiador da estabilidade econômica, Luiz Dulci, responsável pela relação amistosa com os movimentos sociais, e o ex-prefeito Fernando Pimentel. Em uma órbita muito próxima, porém, continuam girando figuras antagônicas, como o ministro Franklin Martins, defensor do controle da imprensa livre, o ministro

Paulo Vannuchi, o mentor do Programa Nacional de Direitos Humanos, e Marco Aurélio Garcia. Lula enfrentava profundas desconfianças da sociedade e do sistema financeiro internacional quando despontou como favorito às eleições de 2002. O chamado “risco Lula” provocou a desvalorização do real, a fuga de capitais, a instabilidade da economia, e só foi amenizado quando ele divulgou a Carta ao Povo Brasileiro, um compromisso formal de que, se eleito, cumpriria os contratos e manteria a estabilidade econômica. Para afastar definitivamente as desconfianças que ainda rondam sua candidatura, Dilma talvez tenha de seguir o exemplo de seu padrinho político, principalmente no que se refere aos princípios mais elementares de uma democracia.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje registrar a matéria intitulada “Um alopado na cadeia”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 08 de abril de 2010.

A reportagem destaca que Valdebran Padilha, empresário acusado de comprar dossiê falso contra tucanos é preso pela Polícia Federal por suspeita de fraudes de até R\$250 milhões na Funasa.

Como segundo assunto, venho registrar a matéria intitulada “Compra de dossiê pode virar pizza”, publicada pelo jornal *O Globo* em sua edição de 08 de abril de 2010.

A reportagem destaca que o Procurador da República Mário Lúcio Avelar, responsável pelas investigações sobre o dossiê dos “alopados”, admitiu pela primeira vez que pode encerrar o caso sem conseguir

chegar à origem do dinheiro. Ele se queixou que está difícil concluir o trabalho. “Estou pensando em encerrar o caso. O juiz não defere nossos pedidos de quebra de sigilo. A coisa não anda. Está difícil seguir com esta investigação”, lamenta o Procurador.

Sr. Presidente, solicito que as matérias acima citadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

2- CONGRESSO PARANAENSE - Brasília, quinta-feira, 8 de abril de 2000

Compre esta reportagem na versão publicada no site do Correio Braziliense

Compra de dossiê pode virar pizza

Ainda não foi descoberta a origem do dinheiro dos petistas envolvidos

• CUIABÁ e SÃO PAULO. O empreiteiro Valdebran Padilha, que em 2006 foi preso com cerca de R\$ 1,7 milhão na tentativa de compra de um dossiê contra tucanos, ficou conhecido como um dos "alopradados" do PT. Esse foi o termo cunhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao se referir aos envolvidos no escândalo. As investigações do Ministério Público Federal sobre a compra do dossiê correm o risco de serem encerradas sem que se chegue à origem do dinheiro, que seria usado por petistas para a compra do dossiê contra os tucanos.

Valdebran foi tesoureiro da campanha do hoje deputado estadual Alexandre César à prefeitura de Cuiabá, em 2004. Ele tinha prestígio no PT do estado e chegou a ser indicado duas vezes para a diretoria financeira da Eletronorte — iniciativas do PT mato-grossense, liderado pelo deputado Carlos Abicalil.

Com o escândalo do dossiê e as denúncias de fraudes nas licitações para favorecer suas empresas, Valdebran acabou sendo expulso do PT pela Comissão de Ética, no fim de 2006. Sua gestão na campanha de 2004, no entanto, deixou uma herança para os petistas. Em fevereiro passado, com as contas de campanha consideradas irregulares pela Justiça Eleitoral, o partido teve, como punição, a suspensão dos recursos do Fundo Partidário por três meses.

O procurador da República Mário Lúcio Avelar, responsável pelas investigações sobre o dossiê dos "alopradados", admitiu ontem, pela primeira vez, que pode encerrar o caso sem conseguir chegar à origem do dinheiro. Em entrevista ao GLOBO, ele

se queixou de que está difícil concluir o trabalho.

— Estou pensando em encerrar o caso. O juiz não defere nossos pedidos de quebra de sigilo. A coisa não anda. Está difícil seguir com esta investigação — lamentou o procurador.

O caso dos alopRADADOS teve início em 15 de setembro de 2006, quando Valdebran Padilha e Gedimar Passos foram flagrados no hotel Ibis, em São Paulo, com o dinheiro que seria usado para o pagamento de um dossiê montado para atingir o PSDB, especialmente o então candidato a governador de São Paulo, José Serra. O dossiê fora oferecido por Luiz Antônio Vedoin, dono da empresa Planan e preso na operação Sanguesuga, que investigou fraudes na aquisição de ambulâncias por meio de emendas parlamentares dirigidas.

O inquérito ainda corre na Justiça de Mato Grosso sem que o Ministério Público tenha oferecido denúncia. Estão indiciados pela Polícia Federal: Valdebran Padilha, Gedimar Passos, José Glácomo Baccarin (tesoureiro da campanha do senador Aloizio Mercadante), Hamilton Lacerda (coordenador da campanha de Mercadante), Fernando Manoel Ribas Soares e Sirlei da Silva Chaves; os dois últimos eram donos de uma casa de câmbio.

Hamilton Lacerda ensaiou uma volta ao PT do ABC paulista, mas seu retorno ao partido está em discussão na direção nacional petista. No último domingo, a "Folha de S. Paulo" informou que Lacerda comprou uma fazenda no Sul da Bahia, em sociedade com Juscelino Dourado, ex-assessor do deputado e ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci. (Anselmo Carvalho Pinto e Tatiana Farah)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009*.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 411, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010*.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 412, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010*.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio

Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista*.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

8**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

9**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

10**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

11**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).*

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº

1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

-de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

-de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.*

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e das outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas,*

de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo

Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para*

pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

37**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro),

que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

38**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

39**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

40**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

41**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

42**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005**
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

43**PROJETO DE LEI DO SENADO**
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

44**PROJETO DE LEI DO SENADO**
Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre*

inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições*

subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos paren-*

tes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea c/gz do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, e 2008 da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania. – 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos*.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental*.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social*.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos*

Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 8 minutos.)

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 505**, ADOTADA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2010 E PUBLICADA NO DIA 29 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "CONSTITUI FONTE DE RECURSOS ADICIONAL AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES.

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado Ivan Valente PSOL	002, 005
Deputado Paulo Bornhausen DEM	001, 003, 004

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 005

MPV - 505

CONGRESSO NACIONAL

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 1-10-2010	proposição Medida Provisória nº 505/2010
Deputado <u>Ruy Boenhausen (DEM)</u>	N° do precatório
1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva global	
Página	Artigo
Parágrafo	Inciso
alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 1º da Medida Provisória nº 505, de 2010: “Art. 1º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda. .” (NR)	
JUSTIFICATIVA	
Sugere-se redução drástica do montante de crédito proposto de forma a atacar verdadeiro ‘truque’ criado pelo governo. O montante repassado ao BNDES será utilizado para fazer frente à participação do banco no processo de capitalização da Petrobras. Com isso, o Tesouro pode adquirir menos ações, ficando com a sobra do que recebeu pela cessão onerosa de 5 bilhões de barris. Com essa manobra, libera-se até R\$ 30 bilhões para o cumprimento das metas fiscais. Trata-se, evidentemente, de ‘mágica’ encontrada pelo governo que acaba por minar a credibilidade em torno de nossos dados fiscais. Ademais, o crédito concedido ao BNDES embute forte subsídio a ser arcado pela população, equivalente à diferença entre o custo de captação do governo e a TJLP. Atualmente, setembro de 2010, essa diferença está em torno de 4,75% ao ano, implicando em subsídios anuais de quase R\$ 1,5 bilhão somente sobre os R\$ 30 bilhões propostos na MP 505, de 2010. Vale lembrar que, em menos de 2 anos, já foram concedidos pela União ao BNDES, sem contar com os R\$ 30 bilhões ora analisados, créditos da ordem de R\$ 180 bilhões.	
PARLAMENTAR	

MPV - 505

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/09/2010	proposição Medida Provisória nº 505 / 2010
--------------------	---

autor Deputado Ivan Valente - PSOL/SP	nº do precatório
--	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Ficam revogados os parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 1º da Medida Provisória nº 505, de 2010.

Justificação

A presente Medida Provisória autoriza o Tesouro a emitir até R\$ 30 bilhões em títulos públicos para obter recursos necessários para o BNDES pagar as ações que comprou no processo de capitalização da Petrobrás. Esta operação é semelhante às outras duas já realizadas (que autorizaram um aumento na dívida interna em R\$ 180 bilhões), nas quais o Tesouro se endividou às maiores taxas de juros do mundo (até 13% ao ano) para viabilizar recursos a serem emprestados ao BNDES, que pagará de volta ao Tesouro com juros de menos da metade, ou seja, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), atualmente em 6% ao ano.

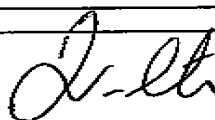
É importante alertar que este novo aporte ao BNDES visa permitir que parte do valor de R\$ 74,8 bilhões pagos pela Petrobrás à União – pela cessão dos poços de petróleo do Pré-sal – seja utilizada pela União para fazer Superávit Primário, ou seja, pagar juros e amortizações da dívida pública.

Inicialmente, a operação de aumento de capital ("capitalização") da Petrobrás estava organizada da seguinte forma: a União capitalizaria a empresa comprando ações (no valor de R\$ 74,8 bilhões), pagando à Petrobrás por meio da entrega dos poços de petróleo do Pré-Sal, estimados em 5 bilhões de barris, ao custo unitário de US\$ 8,51, o que soma US\$ 43 bilhões, ou exatos R\$ 74,8 bilhões. Ou seja: uma simples troca, na qual a União deveria utilizar os R\$ 74,8 bilhões (recebidos pela entrega dos poços) para capitalizar a Petrobrás, ou seja, comprar ações da empresa. Porém, não foi isso que ocorreu.

Na prática, cerca de R\$ 30 bilhões destes R\$ 74,8 bilhões obtidos pela União com a venda dos poços não serão destinados para capitalizar a empresa, mas para o superávit primário, pois o BNDES também adquiriu ações da Petrobrás, e assim pagou uma parte dos R\$ 74,8 bilhões que a União deveria pagar integralmente. Desta forma, conclui-se que boa parte dos poços de petróleo do Pré-Sal estão sendo entregues à Petrobrás para pagar a dívida pública, para ganhar a credibilidade dos credores. Sempre é bom lembrar que mais da metade dos lucros da Petrobrás são distribuídos aos investidores privados, e o restante para o governo pagar a dívida pública, conforme a Lei 9.530/1997.

Portanto, apresentamos a presente emenda, que veda a emissão de novos títulos públicos para capitalização do BNDES, visto que esta capitalização permitirá ao governo fazer superávit primário com o dinheiro da entrega dos poços do Pré-sal.

PARLAMENTAR



MPV - 505

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 1-10-2010	proposição Medida Provisória nº 505/2010
--------------------------	--

Deputado ^{autor} Paulo BORNHAESEN (DEM)	Nº do protocolo
---	------------------------

1 ☐ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☐ modificativa	4. ☒ Aditiva	5. ☐ Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	linha
---------------	---------------	------------------	---------------	--------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Fica acrescido o seguinte § 4º ao art. 1º da Medida Provisória nº 505, de 2010:

"Art. 1º _____

§4º O Tesouro Nacional divulgará anualmente relatório financeiro da operação de crédito de que trata o caput, devendo ser considerados, entre outros, o custo de captação do Tesouro e a remuneração devida pelo BNDES." (NR)

JUSTIFICATIVA

As operações de crédito da União ao BNDES têm implicado em forte subsídio a ser arcado pela população. Somente sobre os R\$ 30 bilhões propostos na MP 505, de 2010, calcula-se em quase R\$ 1,5 bilhão o subsídio anual (cálculo feito com base em dados de setembro de 2010). Dessa forma, espera-se, no mínimo, que haja transparência no trato desses recursos públicos.

PARLAMENTAR

MPV - 505

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00004

Data 1-10-2010	proposição Medida Provisória nº 505/2010
-------------------	---

Deputado ^{autor} Paulo Boninhausen (DEM)	Nº do protocolo
---	-----------------

1 ☐ Supressiva	2 ☐ Substitutiva	3 ☒ Modificativa	4 ☐ Aditiva	5 ☐ Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 1º da Medida Provisória nº 505, de 2010:

"Art. 1º

§3º O Tesouro Nacional será remunerado de acordo com seu custo de captação interno em Reais." (NR)

JUSTIFICATIVA

O crédito de até R\$ 30 bilhões da União ao BNDES servirá para viabilizar a participação do banco na capitalização da Petrobras. Ele se soma a outros R\$ 180 bilhões já concedidos desde 2009. De acordo com o próprio governo, a participação do BNDES na capitalização foi fundamental para garantir uma maior parcela da União no capital da empresa. Ocorre que esse aumento de participação da União no capital da empresa não pode se dar às expensas do contribuinte brasileiro, que, da forma como se propõe na MP, estaria arcando com pesado subsídio correspondente à diferença entre o custo de captação do Tesouro e a TJLP. Sobre os R\$ 210 bilhões em créditos ao BNDES nos últimos 2 anos, a conta do subsídio já ultrapassa os R\$ 10 bilhões ao ano.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 505
00005

data 30/09/2010	proposição Medida Provisória nº 505 / 2010
--------------------	---

autor Deputado Ivan Valente - PSOL/SP	nº do proponente
--	------------------

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 Modificativa	4 Aditiva	5 Substitutivo global
--------------	----------------	----------------	-----------	-----------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se artigo à Medida Provisória nº 505, renumerando-se os demais:

Novo artigo – No intuito de evitar que o crédito previsto no artigo 1º viabilize o aumento do superávit primário da União, a totalidade do pagamento previsto no parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 12.276 de 30 de junho de 2010 deverá ser totalmente destinado ao disposto no artigo 9º da mesma Lei.

Justificação

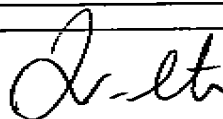
A presente Medida Provisória autoriza o Tesouro a emitir até R\$ 30 bilhões em títulos públicos para obter recursos necessários para o BNDES pagar as ações que comprou no processo de capitalização da Petrobrás. Porém, este novo aporte ao BNDES visa permitir que parte do valor de R\$ 74,8 bilhões pagos pela Petrobrás à União – pela cessão dos poços de petróleo do Pré-sal - seja utilizada pela União para fazer Superávit Primário, ou seja, pagar juros e amortizações da dívida pública, o que contraria o espírito da Lei 12.276, aprovada pelo Congresso Nacional.

Inicialmente, a operação de aumento de capital ("capitalização") da Petrobrás estava organizada da seguinte forma: a União capitalizaria a empresa comprando ações (no valor de R\$ 74,8 bilhões), pagando à Petrobrás por meio da entrega dos poços de petróleo do Pré-Sal, estimados em 5 bilhões de barris, ao custo unitário de US\$ 8,51, o que soma US\$ 43 bilhões, ou exatos R\$ 74,8 bilhões. Ou seja: uma simples troca, na qual a União deveria utilizar os R\$ 74,8 bilhões (recebidos pela entrega dos poços) para capitalizar a Petrobrás, ou seja, comprar ações da empresa. Porém, não foi isso que ocorreu.

Na prática, cerca de R\$ 30 bilhões destes R\$ 74,8 bilhões obtidos pela União com a venda dos poços não serão destinados para capitalizar a empresa, mas para o superávit primário, pois o BNDES também adquiriu ações da Petrobrás, e assim pagou uma parte dos R\$ 74,8 bilhões que a União deveria pagar integralmente. Desta forma, conclui-se que boa parte dos poços de petróleo do Pré-Sal estão sendo entregues à Petrobrás para pagar a dívida pública, para ganhar a credibilidade dos credores. Sempre é bom lembrar que mais da metade dos lucros da Petrobrás são distribuídos aos investidores privados, e o restante para o governo pagar a dívida pública, conforme a Lei 9.530/1997.

Portanto, apresentamos a presente emenda, com o objetivo de impedir que a capitalização do BNDES – prevista por esta Medida Provisória - possibilite a destinação ao superávit primário de recursos provenientes da cessão dos poços de petróleo.

PARLAMENTAR



TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia cinco do mês de outubro do ano de dois mil e dez, terça-feira, às quatorze horas, na sala número seis, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 503**, adotada no dia 22 de setembro de 2010 e publicada em 22 do mesmo ano e mês, que “Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.”, sem a presença de membros, *a reunião não foi realizada.*

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2010.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para cinco de outubro de dois mil e dez, às quinze horas, na sala de número seis, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 504, adotada e publicada no dia 22 de setembro de 2010, que “Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)”; sem a presença de membros a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2010.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia cinco de outubro de dois mil e dez, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número dois, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 505**, adotada em 24 de setembro do ano de 2010 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.", sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 05 de outubro de 2010.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Belini Meurer* (S)
Maioria-PMDB - Selma Elias* (S)
Minoria-PSDB - Níura Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo prorrogado: 02/09/2010
Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,18)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,32,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,19)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (31)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
- Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
- Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
- Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
- Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
- Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
- Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
- Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
- Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
- Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
- Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
- A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
- Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
- Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.
- *****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).

3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Arthur Virgílio (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾	
Senadora Fátima Cleide (PT)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
Senador Romeu Tuma	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro
signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações
Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

**9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS
DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, **que reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
Senador Romeu Tuma	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV) ¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V) ¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI) ¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,104)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,105)	4. Belini Meurer (PT) ^(36,106,113)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,111)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,91,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,95,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,112,116)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. VAGO ^(43,102,103,118)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Níura Demarchi (PSDB) ^(52,107,109,114)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) ^(5,45,108,115)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG).
106. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
110. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010).
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Belini Meurer (PT) (31,32,107,113)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,93,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,116)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Selma Elias (PMDB) (48,80,101,118)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,109)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,94,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,108,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,110,115)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Flexa Ribeiro (PSDB) (20,66,100,105,106)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 103/2010).

117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
VAGO ^(8,18)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
- Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
- Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
- Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
7. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) (5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (37,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,38)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,34,116)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Belini Meurer (PT) (37,111,113)	5. César Borges (PR) (31,41)
Tião Viana (PT) (32,41,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,63)
Almeida Lima (PMDB) (57,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (61,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (62,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (58,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,103,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,54,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,67,102,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64,115)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40,82,85,97,98)	3. Níura Demarchi (PSDB) (45,110,117,118)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,49,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (25,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 45/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello(OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,110)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (34,125)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Belini Meurer (PT) (33,76,78,80,96,116,121)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Selma Elias (PMDB) (56,109,126)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62,124)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54,119)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,108)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) (4,42,115,118,120)	1. VAGO (41,113,114,127)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
João Faustino (PSDB) (13,48,117,122,123)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
110. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).
121. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
124. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
125. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
126. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Dias é designada membro titular do PMDB na Comissão (OF.GLPMDB nº 124/2010).
127. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) ^(7,17,23)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,18)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(17,18,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁹⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,15)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽²²⁾	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹¹⁾	3. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,13)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ^(5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(10,12)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,16)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,20)	1. VAGO ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
 5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
 6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²³⁾
Marina Silva (PV) ^(7,21,43,45)	2. César Borges (PR) ⁽²⁵⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(26,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²²⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²⁰⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) ^(38,47,48,49,53,59)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
Hélio Costa (PMDB) ^(38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,40)
VAGO ^(39,50,54,58)	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁸⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(35,61,62,64)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³²⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁹⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,27,63)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³³⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,30)
Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁸⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,34,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,16)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,15)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁷⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁴⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,31)	1. Sérgio Zambiasi ⁽³¹⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,36,42)	1. Cristovam Buarque ^(12,37,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
16. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
53. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
54. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(4,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 17. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(2,11)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

**. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino Arns é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁰⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) ^(39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,73)	2. Marina Silva (PV) ^(38,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,75)
Paulo Paim (PT) ^(47,95,99)	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴³⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(22,41,50,72,105)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Hélio Costa (PMDB) ^(2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) ^(4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,54)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁸⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,51)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) ^(23,27,56,101,102,104)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁷⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁶⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. 1A Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 105/2010).
104. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
105. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽¹¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,2)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) ⁽¹⁸⁾	1. Marina Silva (PV) ^(16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) ^(18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) ^(25,33,57)
Belini Meurer (PT) ^(18,90,92)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²³⁾	4. VAGO ^(17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) ⁽²⁰⁾	5. Eduardo Suplicy (PT) ⁽²⁴⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²¹⁾	6. VAGO ^(22,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) ^(3,6,54,94)
Gilvam Borges (PMDB) ^(53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) ^(29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) ^(45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) ^(8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) ^(5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB) ^(48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) ^(43,81,83)	6. Almeida Lima (PMDB) ^(51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(34,87,88,95)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁰⁾
Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Efraim Moraes (DEM) ⁽³⁸⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³⁵⁾	3. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁶⁾
Jayme Campos (DEM) ^(37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) ^(1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
João Tenório (PSDB) ^(41,58)	7. Mário Couto (PSDB) ^(13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁴⁾	8. Alvaro Dias (PSDB) ^(14,62)
Marconi Perillo (PSDB) ⁽⁴²⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor ⁽³²⁾	1. Gim Argello ⁽³²⁾
PDT	
Acir Gurgacz ^(12,75)	1. João Durval ^(39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
81. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (57,58,67)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (26)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,28)
Serys Shessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,48,55,56,68)	1. VAGO (41,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (42)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,47)	3. Valdir Raupp (PMDB) (45)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (33,65,66)	1. VAGO (35,63,64,69)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,18,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (19,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,62,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (21,32,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,45,46,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,43)
Neuto De Conto (PMDB) (36,41,86)	2. Valdir Raupp (PMDB) (39,48)
Gerson Camata (PMDB) (44,47)	3. Renan Calheiros (PMDB) (40,42)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (35,38,82,84)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (26,76,79,88)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
José Bezerra (DEM) (27,80,85)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25,81)
João Faustino (PSDB) (13,53,55,64,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) (16,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,56)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
43. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
46. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (Of. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
82. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 111/2010).
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ⁽¹³⁾	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. Romeu Tuma

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) ^(65,78)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²²⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁰⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	2. Flávio Arns (PSDB) ^(22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) ^(18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) ^(19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) ^(34,63,66)	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁵⁾
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(38,64,72)	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁹⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) ^(37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) ^(2,53,56,58,61,73,74,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁰⁾	1. VAGO ^(28,70,71,79)
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁷⁾
José Bezerra (DEM) ^(6,12,24,75,76)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Moraes (DEM) ⁽²⁶⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽²³⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) ^(17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) ^(16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,14,47)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽³¹⁾	1. Fernando Collor ⁽³¹⁾
PDT	
Acir Gurgacz ^(13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque ⁽³³⁾

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
64. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
65. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG).
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
77. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
VAGO ⁽¹⁴⁾	2. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁶⁾
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁸⁾	4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁹⁾	4. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 11/08/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em
13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^{6 16} (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

1 Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

2 Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

3 Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

4 Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

5 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

6 O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

7 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

8 Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

9 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

10 Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

11 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

12 Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data

13 O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

14 Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

15 Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

16 O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

17 O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361**, fax:3303-1053
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 298 páginas

OS: 2010/14832